

Sumário dêste número

EDITORIAL: A Secção de Comentários — JORGE ZARUR (pág. 279).

COMENTÁRIO: Iniciação de Geógrafos nos Princípios da Arte e na sua Filosofia — Prof. A. J. DE SAMPAIO (pág. 281).

TRANSCRIÇÕES: Geologia II — LUÍS FLORES DE MORAIS RÊGO (pág. 285). — Como se Constituiu no Brasil a Rede das Cidades — II — PIERRE DEFFONTAINES (pág. 299).

RESENHA E OPINIÕES: O grande censo brasileiro de 1930 (pág. 309). — Sambaquis (pág. 310). — Inquéritos rurais (pág. 311). — Centenário de Ratzel (pág. 313). — As plantas da borracha na Rússia (pág. 314). — Monografias municipais (pág. 315). — Equador (pág. 316).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Religião em Antropogeografia — II — EVERARDO BACKEUSER (pág. 320).

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Quinquagésima sétima tertúlia, realizada a 21 de março de 1944 (pág. 332). — Quinquagésima oitava tertúlia, realizada a 28 de março de 1944 (pág. 338). — Quinquagésima nona tertúlia, realizada a 4 de abril de 1944 (pág. 338). — Sexagésima tertúlia, realizada em 11 de abril de 1944 (pág. 341).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 347). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 347). — Ministério da Agricultura (pág. 348). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 348). — Ministério da Fazenda (pág. 349). — Ministério da Guerra (pág. 349). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 349). — Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (pág. 350). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 351). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Associação Comercial do Rio de Janeiro (pág. 352). — Faculdades Católicas (pág. 352). — Fundação Brasil Central (pág. 352). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 253). — Liceu Literário Português (pág. 353). — Touring Clube do Brasil (pág. 353). — CERTAMES — V Congresso Rodoviário Pan-Americano (pág. 354). — UNIDADES FEDERADAS — Bahia (pág. 355). — Minas Gerais (pág. 355). — São Paulo (pág. 356). — MUNICÍPIOS — Conceição da Aparecida (pág. 358).

BIBLIOGRAFIA: REGISTO E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 359). — Periódicos (pág. 362). — A CARTOGRAFIA BRASILEIRA NOS LIVROS ESTRANGEIROS — XI — (1919) - 1926 (pág. 363). — BIBLIOGRAFIA ESTRANGEIRA SOBRE O BRASIL — XV — (1907 a 1910) (pág. 366).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados no mês de maio de 1944 (pág. 369). — Íntegra da legislação de interesse geográfico — Decreto-lei (pág. 373). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico — Paraná (pág. 375). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Junta Executiva Central — Ementário das Resoluções ns. 148 a 175 (pág. 376). — Conselho Nacional de Geografia — Assembléia Geral — Íntegra das Resoluções ns. 104 a 113 (pág. 377). — Diretório Central — Ementário das Resoluções ns. 119 a 149 (pág. 384). — Íntegra das Resoluções ns. 104 a 113 (pág. 385). — Diretórios Regionais — Santa Catarina — Íntegra das Resoluções ns. 1 a 5 (pág. 390).

Boletim Geográfico

Ano II

JUNHO, 1944

N.º 15

Editorial

A Secção de Comentários

A nova orientação tomada pelo Boletim Geográfico tornou esta publicação o espelho das atividades do Conselho Nacional de Geografia e do movimento geográfico do Brasil. Na realidade, o Boletim tomou a si a tarefa de divulgar as informações de carácter geográfico, que possam interessar a todos os cientistas e professôres do país e do estrangeiro.

Verifica-se hoje que as diversas correntes nacionais do pensamento geográfico moderno não estão sendo convenientemente divulgadas e não chegam aos nossos geógrafos e professôres com a presteza e apresentação desejadas. Atendendo à necessidade acima exposta, a Secção de Comentários do Boletim transformou-se em "sala de visitas" do Conselho Nacional de Geografia, onde os geógrafos de reconhecido valor, não pertencentes ao quadro dos funcionários do Conselho Nacional de Geografia possam, também, externar os seus pontos de vista científicos, tomando a si a responsabilidade dos conceitos emitidos. Naturalmente, a recém criada Comissão do Boletim será ouvida sôbre a propriedade e a qualidade dos comentários enviados para publicação.

Os geógrafos do Brasil são convidados a mandar seu comentário e oferecer a sua contribuição para o progresso da ciência geográfica apresentando idéias, esclarecendo pontos controvertidos ou trazendo, ao conhecimento dos outros geógrafos, alguma observação nova, de carácter geral ou regional.

Da reunião desta contribuição esparsa resultará, na realidade, trabalho profícuo, pela cooperação de todos os geógrafos e a nossa ciência muito lucrará

e progredirá incentivando o trabalho criativo original e desencorajando as compilações baseadas nas informações precipitadas de alguns viajantes apresados de outros tempos.

O Boletim, assim, através dessa Secção, promoverá a discussão dos problemas geográficos de carácter filosófico e prático e os interessados de todo o país poderão estar a par das correntes geográficas modernas e tomar parte nos debates, usando esta verdadeira tribuna que é a Secção de Comentários.

Fazemos votos para que esta Secção corresponda às expectativas dos dirigentes do Conselho Nacional de Geografia e que os geógrafos do Brasil façam bom uso da tribuna oferecida.

JORGE ZARUR
Da Comissão Diretora da
"Biblioteca Geográfica Brasileira"



Iniciação de Geógrafos nos Princípios da Arte e na sua Filosofia

Prof. A. J. DE SAMPAIO
Consultor Técnico do Conselho
Nacional de Geografia

A presente nota desenvolve, em suas linhas mestras, mas ainda apenas sob a forma de ligeiro gisado, simples esboço, o tema formulado pelo *Boletim Geográfico*, de setembro de 1943, p. 27, nos seguintes termos:

“A geografia aproxima-se, cada vez mais, de uma compreensão do próprio mundo, na sua extensão e na sua beleza”.

Assim, o geógrafo deve ser um iniciado nos princípios da arte, na sua filosofia”.

É um postulado que dispensa discussão e comentários.

A aplicação, porém, depende de método, pelo qual a iniciação de geógrafos nos princípios da arte e na sua filosofia, abra mais largos horizontes à clarividência dos geógrafos, e da geografia humana principalmente, sem prejuízo, e só trazendo vantagens, à especialização profissional, tecnológica e científica.

De um modo geral, todas as ciências e todas as artes, quanto ao ensino e à tecnologia, podem ser subordinadas ao critério da padronização ou tipificação, isto é, ao *método de tipos*, que em muitos casos já se aplica, seja focalizando “padrões”, como termo preferido, sejam *tipos*, *variantes*, *aberrações*, etc.,

Nenhuma novidade nisso; nenhuma inovação; e de tal forma a padronização se vem tornando método tecnológico, que também julgo dispensável qualquer comentário, relativo à utilidade e à sua natureza, eminentemente objetiva.

É a *técnica das referências* que, na botânica, por exemplo, teve agora oportunidade de aplicar, à monografia que estou elaborando para o Instituto Nacional do Livro sobre a “carpologia brasileira”, e cujas premissas constam da nota apresentada à Academia Brasileira de Ciências, sob o título: Tipologia carpológica. (*Anais*, dez. 1943).

Nessa monografia viso nitidamente a contingência do geógrafo, de identificar plantas, em excursões, à simples vista de frutos que encontre pelos caminhos, mas identificações expeditas, rápidas e seguras, dentro dos cânones científicos e técnicos, no que a carpologia concorre para a sistemática.

O mesmo método de tipos, variantes e aberrações, e de séries por encadeamento que constituem a técnica de tipificação, é aplicável, sem dúvida, à contingência dos geógrafos, quanto a manifestações de arte que também deparem, pelos caminhos, desde as mais rudimentares, v. gr., as construções rústicas, inclusive de nossos índios, a partir por exemplo das choupanas ou palhoças dos Nhambiquara, em Mato Grosso, até a aldeia circular dos índios Canela, no Maranhão.

Já tive ocasião de apresentar a respeito, com a colaboração do professor Magalhães Correia, uma ligeira tese sobre *Habitações rústicas rudimentares no Brasil*, ao Congresso dos Americanistas de La Plata, Argentina, 1932.

No mesmo sentido, de tipificação, a nota *The Practical Direct Application of the Type-Method in Herbaria — A Note at the margin of the International Rules of Botanical Nomenclature* publicada no *Boletim* do Museu Nacional, de dez. 1929, e em seguida apresentada, impressa, ao Congresso Internacional de Botânica de Cambridge, Inglaterra, 1930.

E depois, a nota *La Methode de Types et la Nomenclature Analogique*, à Academia Brasileira de Ciências e em seguida, em separata, ao Congresso Internacional de Botânica de Amsterdam. (*Anais da Acad. Bras. de Ciências*, dez. 1934).

Venho assim estudando e aplicando o método de tipos a diversos assuntos botânicos; e por último, em relação à carpologia brasileira, visei nitidamente o interesse dos botânicos, dos geógrafos em excursões, e de excursionistas em geral, leigos em botânica.

No que concerne às artes, para o geógrafo que as tenha de registrar, quando excursiona, e que, por isso volta sua atenção para as manifestações de arte, como ocorrência a registrar, para a geografia humana, a sociologia, etc., faz-se mister que o seu cabedal de cultura de humanidades, adquirido desde os bancos escolares, e depois por autodidatismo, seja de ordem a lhe permitir aplicar a cada ocorrência artística a *técnica de referências*, isto é, definir ou indicar analogias, das ocorrências que observe, com as que antes tenha aprendido a reconhecer, como padrões de arte, gêneros, estilos, etc.

E não será raro, talvez, que uma vez por outra tenha então de dizer, em suas crônicas de viagem, que uma ocasional manifestação de arte regional não lhe parece comparável a nenhum dos padrões ou tipos que já conhece; não encontra atributos de referências; trata-se de originalidade, desconhecida, por vêzes, o que aumenta o interesse.

Mas, dentro dos limites da cultura geral, da humanidade, o geógrafo, muito modestamente, se considerará sempre um leigo em artes, mas interessado no seu estudo incidente, quando interessa à geografia, o que em última análise o obriga a dizer sobre manifestações artísticas, de interesse geográfico, e é preciso que o faça com inteira segurança, dentro dos cânones de cada arte, como técnica e como ciência.

Então o geógrafo carece da assistência dos artistas, para essa segurança de apreciação ou mesmo do simples registo de ocorrências artísticas; é então o caso de verificarmos como será possível aos geógrafos, e em especial aos jovens que hoje têm diante de si o enciclopedismo científico da geografia, adquirir os conhecimentos, gerais e especiais, de cada arte, para chegarem a falar com segurança sobre cada uma delas, como uma contingência de sua profissão e não como simples curioso, embora limitado ao que sobre artes pode e deve dizer o geógrafo, quanto ao interesse geográfico.

Essa limitação pode ser estabelecida nitidamente, pois surge virtual da tipificação das obras artísticas, seja na música, na escultura, na arquitetura, nas indústrias, etc., mas depois de metodizado o assunto para esse fim; essa metodização, porém, não pode ser feita somente por geógrafo; é necessário que o seja por artistas pedagogos, a serviço então da geografia, o que será de fato a serviço da cultura geral e da educação popular, servindo também ao ensino, aliás, desde a escola primária.

Isso justifica sobremodo o interesse que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística venha a tomar, para condicionar a nosso ambiente, ainda pouco afeito a interesse leigo pelas artes, no desenvolvimento do postulado, do *Boletim Geográfico* e que motiva a presente nota.

Aliás, o momento é muito oportuno para o desenvolvimento desse postulado, pelo duplo motivo de terem sido recentemente publicadas as obras fundamentais, de síntese, ao mesmo tempo que vários artistas-pedagogos se vêm focalizando já, e de modo incisivo, à nossa atenção de geógrafos, reforçando a ação, cada vez mais acentuada, de nossos educadores, no sentido de despertar o interesse do povo pelas artes.

I — Dentre as obras fundamentais de síntese, que particularmente nos interessam, ocorre-me citar:

- 1 — Van Loon — *As Artes*, trad. bras., 1940: Trata, de um modo geral, da evolução das artes no mundo.

- 2 — Fernando de Azevedo — *A Cultura Brasileira* — Tomo I da Introdução ao Recenseamento Geral de 1940, publicada em 1943. Trata especialmente das artes no Brasil, no que interessa à instrução pública.
- II — Publicações de artistas-pedagogos, educadores, interessados na difusão das artes: Alguns exemplos, apenas quanto à música, para não estender muito a presente nota:
- 1 — Vila Lôbos — “Fora da música não há salvação” — *Revista do Brasil*, abril 1944. (Nota: Este trabalho, além de ser recentíssimo, tem um título muito expressivo, pois deixa evidente que o ilustre autor julga a sua arte tão importante, e não me atrevo a lhe negar razão, que é capaz de salvar o mundo; no mínimo, o título desse trabalho deixa evidente o anseio de ensinar a sua arte, sem dúvida divina, pois o seu postulado fundamental é a harmonia).
- 2 — Antônio Sá Pereira — “Um test de apreciação musical” — *Revista da Universidade do Rio de Janeiro*, 1934. (Nota: No que diz respeito à teoria de Herbart, relativa a “idéias apercebentes” e “idéias apercebidas”, destaco apenas o seguinte tópico, nitidamente condizente com o método de tipos ou de padrões: l. c. p. 191: “É portanto de boa pedagogia procurar-se na experiência anterior do aluno, no “conhecido”, algum ponto de contacto, algum elo que permita vincular a idéia nova (a apercebida) às idéias já assimiladas (as apercebentes). Isso é nada menos do que a técnica de referências, aplicada ao ensino de música, para formar musicistas, mas por igual aplicável à iniciação de geógrafos e de leigos em geral, pois se trata justamente do que interessa a geógrafos e a leigos: a apreciação musical, de fato só acessível a geógrafos e a leigos em geral, pelo método de referências).

Temos ai expresso, quanto à música, um padrão do método.

Creio que não preciso dizer mais nada; depois do que ficou dito, ou teremos de ficar nesse simples gisado, para que a presente nota não se estenda muito, ou teria eu de escrever logo uma extensa monografia, sobre método de iniciação de geógrafos nos princípios da arte, na sua filosofia; aliás, para tanto, falta-me sem dúvida competência, pois no caso o que tenho em vista é pura e simplesmente a maneira de me iniciar nas artes, no que me interessam como geógrafo.

Conclusão: A iniciação de geógrafos nos princípios da arte, na sua filosofia, depende de cursos de extensão, feitos por artistas-pedagogos, expressamente para esse fim, nos institutos de geografia, cursos subordinados às necessidades da geografia.

Esses cursos devem ser especializados, por arte, desde a clássica até a popular, mas subordinados à técnica de referências, ou método, de tipos ou padrões, no sentido apenas de apreciação das artes, pois não se trata de transformar o geógrafo em artista profissional, mas apenas dar-lhe as noções fundamentais das artes, no que interessa à instrução geral.

Nota final: Não vem ao caso discutir possibilidades de preferir uma arte o jovem que, estudando geografia para ser geógrafo, venha a ser por fim artista, em consequência desses cursos e por verificar maior pendor para a arte do que para a geografia; o que acontecerá é que, através da arte que preferir, servirá também à geografia, na medida dos conhecimentos geográficos que tenha simultaneamente adquirido.

E no final das contas, não sei se haverá algum cientista que simultaneamente não se interesse também por uma das artes, v. gr. música. como distração, pelo menos.

E há artistas que são simultaneamente cientistas; o exemplo clássico é Leonardo Da Vinci que ultrapassava as justas medidas, ao que informa Van Loon; mas há exemplos, normais, de cientistas eminentes que não saíam em excursão sem levar consigo a sua "pochete" ou pequena rabeca que cabia no bolso do sobretudo; e um dos exemplos é Tomás Jefferson, informa ainda Van-Loon.

E quem foi Tomás Jefferson, homem de ciências ao mesmo tempo que estadista dos mais eminentes, a quem os botânicos dedicaram o gênero *Jeffersonia*?

Di-lo Charles A. Browne, em trabalho especial sob o título: "Tomás Jefferson and the Scientific Trends of his Time", recentemente publicado pela *Crônica Botânica*, dos E. U., nov. 1943.

Nem mesmo se pode admitir hoje que ciência e arte não se irmanem, normalmente, em cada artista ou em cada cientista, se ambos visam a perfeição, para a qual "caminha a humanidade", afirmou Clóvis Beviláqua.



Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

Geologia

Eng.º LUIS FLORES DE MORAIS RÊGO

— II —

Procuraremos agora prestar mais atenção aos resultados dos fenômenos geológicos. Seus resultados mais palpáveis são as rochas. Todos os fenômenos, mesmo os não responsáveis pela sua formação têm reflexos sobre as rochas, principalmente nas que resultam de sedimentação na superfície da Terra.

Em uma rocha distinguimos:

- 1.º — o seu processo de formação, o processo genético;
- 2.º — a idade;
- 3.º — os caracteres pertinentes à sua constituição intrínseca e sua morfologia.

Na constituição intrínseca devemos considerar os *elementos* e a *textura*, as partículas constituintes e suas relações.

Exprime a morfologia a *estrutura*, a geometria das massas mediante as quais contribui a rocha para a formação da crosta da Terra.

Rocha	{	Processo genético	{	Elementos Textura.
		Idade		
		Constituição intrínseca		
		Estrutura		

1.º — *Processo genético*: Sobre os processos genéticos já dissemos alguma coisa.

Em primeiro lugar processos superficiais, transporte na superfície da Terra e depósito por agentes diversos.

Outras rochas geram-se em profundidade, formadas de elementos que só podem ter tido origem em condições de temperatura e pressão bastante diferentes da superfície da Terra.

E finalmente rochas mostram ser o resultado de transformação de outras em condição diferente das que vigoram na superfície.

Podemos fazer um esboço da grande classificação das rochas, baseado essencialmente nas condições de seu processo de origem, classificação bastante conhecida: a) as rochas formadas na superfície, as *rochas sedimentares*; b) as rochas formadas na profundidade, sem vestígios de derivação de outras preformadas e cujos processos genéticos tiveram lugar em condições severas de temperatura e pressão, as *rochas eruptivas*; c) as rochas formadas mediante transformação de outras por processos diferentes dos que se realizam na superfície da Terra as *rochas metamórficas*.

São estas as três categorias das rochas.

Esquemáticamente:

Rochas	{	Sedimentares (geradas por processos litogenéticos).
	{	Eruptivas (geradas em processos orogenéticos muito profundos).
	{	Metamórficas (geradas pela transformação de outras em processos orogenéticos).

As rochas sedimentares formam-se na superfície da Terra, em processos que se incluem na fase litogenética.

Os processos geradores das rochas eruptivas têm lugar na profundidade. Sua ocorrência em geral está ligada a fenômenos orogenéticos pôsto que pos-sam emergir na superfície ou atingir rochas que não sofreram êsses fenômenos.

As rochas metamórficas são geradas em condições diferentes das que vi-goram na superfície. Produzem-se em grande escala nos geossinclinais.

* * *

Vamos ver, em primeiro lugar, as *rochas sedimentares*. Sob ponto de vista da gênese, podemos fazer a seguinte divisão:

Rochas sedimentares	{	Rochas, clásticas
	{	Rochas de precipitação
	{	Rochas biogênicas

Quando a rocha é formada pela deposição de detritos de outras rochas, te-mos as rochas *clásticas*. Quando resultam de fenômenos físico-químicos, rochas de *precipitação*. As rochas *biogênicas* derivam de ação de organismos.

A cada uma dessas modalidades correspondem feições texturares e ele-mentos diferentes.

Formam as rochas clásticas, detritos de outras preexistentes. Sua textura é essencialmente granular, grânulos que se associam.

As rochas formadas pela precipitação química oferecem texturas amorfas ou cristalinas.

As rochas biogênicas quase sempre mostram em sua textura vestígios de organização dos organismos responsáveis.

A classificação das rochas clásticas obedece aos agentes geradores, à tex-tura e à natureza dos elementos.

Dividem-se segundo a textura em:

Rochas clásticas	{	Conglomeráticas
	{	Arénosas
	{	Argilosas

As *conglomeráticas* têm granulação grossa, as *arenosas* média, e as rochas *argilosas* fina.

A classificação, essencialmente textural, corresponde de certos limites a uma diferenciação de elementos.

As rochas conglomeráticas têm, como elementos, fragmentos de rochas di-versas. Nas arenosas, os elementos são quase que exclusivamente grânulos de quartzo, ligados pelo cimento, material mais fino, de natureza diversa, argiloso, calcáreo, ferruginoso ou mesmo silicoso.

As argilas constituem a maioria das rochas finas.

As rochas conglomeráticas consolidadas são os conglomeratos inconsisten-tes, cascalhos.

Nas rochas arenosas, nos dois casos os nomes são respectivamente arenitos e areias.

As rochas finas consistentes têm várias denominações conforme a sua es-trutura. Quando em leitos de espessura, *folhelhos*, quando maciças e consis-tentes, *argilitos*. As inconsistentes são as argilas.

Além dessas três famílias convém mencionar a dos *calcáreos*, rochas constituídas essencialmente de carbonatos.

Variam muito os processos genéticos dos calcáreos. Podem derivar da precipitação química dos carbonatos, podem ter origem quase exclusivamente biológica, resultarem de organismos providos de textos calcáreos que formam colônias. Como exemplo destes últimos processos, os calcáreos coralígenos resultantes de colônias de antozoários. Outros calcáreos mostram vestígios da ação superficial de transporte.

* * *

O material constitutivo das rochas sedimentares depende do agente que o criou e do meio em que teve lugar o fenômeno de formação.

Vê-se a importância da noção do *facies*, que engloba o processo genético e as condições em que se realizou.

Cada rocha mostra pelos seus elementos, por sua textura e por sua estrutura os processos que lhe deram origem e o meio em que esse processo de formação se verifica. Os vestígios de vida, os fósseis, pelo seu *habitat* informam mais seguramente sobre o meio em que a rocha foi gerada.

Os *facies* variam dentro de limites muito largos desde os terrígenos processados sobre os continentes até os marinhos, uns e outros em inúmeras modalidades.

Entre os *facies* terrígenos há a distinguir os *facies* aéreos, que se dividem em:

<i>Facies</i> aéreos	{ Coluviais
	{ Eólicos

Nos primeiros, os detritos são transportados pela ação da gravidade. Produzem rochas de extensão limitada. Nos segundos, os detritos são transportados pela ação do vento.

Temos a seguir *facies* em que se patenteia a ação do vento em águas de pequena profundidade, *sub-aéreos*.

Nas águas doces a sedimentação se realiza segundo os *facies fluviais* e os *facies lacustrinos*.

A seguir temos o *facies glacial*, em que o agente principal de transporte é o gelo.

Todos são *facies terrígenos* ou melhor, *continentais*.

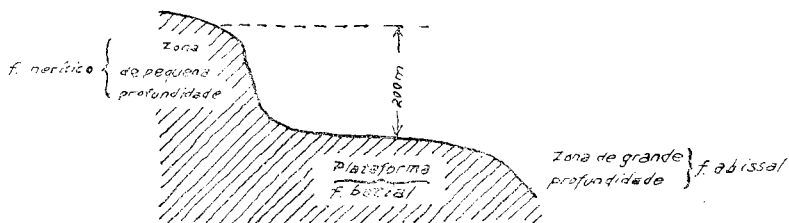
O limite entre o meio continental e o meio marinho é a água salobra, à qual correspondem os *facies lagunares*, *estuarinos* e *deltaicos*. As denominações explicam a localização.

Finalmente, temos os *facies marinhos*, que se dividem conforme a profundidade das águas.

Ao longo do litoral de quase todos os continentes, há faixa de profundidade média igual a 200 metros, até certa distância da costa. Seguem-se áreas de grande profundidade. Este fato comum nas costas continentais é explicável pela análise do fenômeno da erosão marinha.

Esquemáticamente teríamos:

Na zona imediatamente contígua aos continentes, sobre a plataforma, os depósitos têm os *facies denominados neríticos*; depois nos limites da plataforma os *facies batiais*. Finalmente, nas zonas de grande profundidade, o *facies* é chamado *abissal*.



A cada *facies* correspondem depósitos com determinadas modalidades.

Os *facies* aéreos e sub-aéreos, exetudados o *coluvial*, apresentam vestígios da ação do vento. Os *facies* fluviais e *lacustrinos*, demonstrados pela vida presente, distinguem-se pela granulação dos materiais.

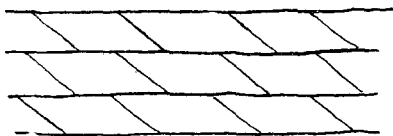
Os *facies* marinhos são os mais importantes. Os *neríticos* mostram materiais de origem terrígena ao par de calcáreos grandemente biogênicos. Os depósitos *batiais* são constituídos por materiais finos, argilosos, que foram transportados pelas correntes marinhas. Constituem as rochas abissais *vazas* de composição especial.

* * *

Na estrutura das rochas há a atentar particularidades locais de conformação, as feições menores, e as feições maiores, que traduzem a maneira pela qual a rocha se limita para formar a crosta da Terra.

As rochas depositadas pela ação da água compõem-se de secções, separadas por planos horizontais, os leitos de *estratificação*. Essa estrutura não é infalível, falando de maneira geral. Com frequência, depósitos aquosos, quando se perturba o regime das correntes, têm seus leitos mal definidos e inclinados.

A ação do vento pode modificar o regime das correntes, criar superfícies inclinadas em relação aos leitos de *estratificação*. Resultam rochas de origem aquosa, estratificadas, dispostas horizontalmente, mas que mostram *estratificação diagonal* ou *falsa estratificação*. O observador pode considerá-las como tendo os leitos de *estratificação* inclinados.



A ação do vento evidencia-se nos arenitos de Botucatu, rochas dispostas horizontalmente, nos quais a ação do vento oblitera os leitos, para criar inclinações e curvaturas.

Nas camadas dos arredores da cidade de São Paulo, os leitos frequentemente se inclinam devido ao regime das correntes de águas rasas e à ação do vento.

A estrutura original de secções da crosta da Terra formadas de sedimentares, com leitos planos e horizontais, forma a *arquitetura tabular*.

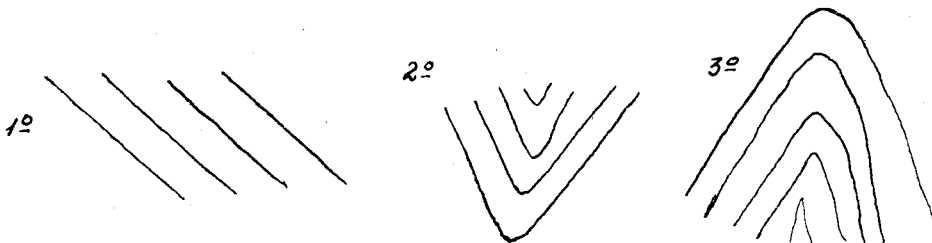
* * *

Nos geossinclinais as camadas são, devido a esforços, deformadas, em dobramentos.

Os dobramentos são resolvíveis em dobras simples.

Podemos dividir as dobras simples em três tipos:

- 1.º — *Monoclinal*: camadas com inclinação no mesmo sentido.
- 2.º — *Sinclinal*: duas superfícies aproximadamente planas que se inclinam, com o ângulo para o zênite.
- 3.º — *Anticlinal*: geomêtricamente um sinclinal invertido.



As dobras simples se associam para formar dobras compostas ou estruturas de dobramento.

O tipo *monoclinal* de flancos inclinados no mesmo sentido.



As dobras compostas do tipo do Jura consistem em seqüências de anticlinais relativamente suaves.

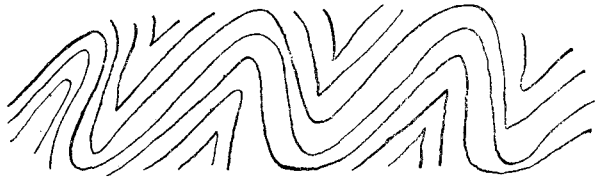
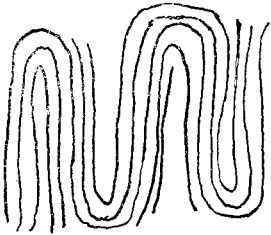
No tipo chamado *manto de recobrimento* as camadas se dobram e as dobras se inclinam para recobrirem outras.

Entre as estruturas do tipo do Jura e os mantos de recobrimento, dois casos extremos, existem muitos outros.

As estruturas do tipo dos Apalaches têm sinclinais e anticlinais mais enérgicos que os do tipo do Jura:

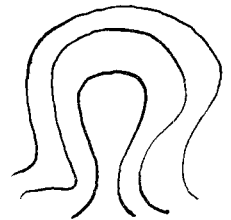
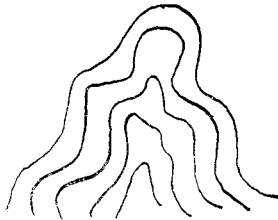


As estruturas isoclinais, mostram flancos paralelos e fortemente inclinados.



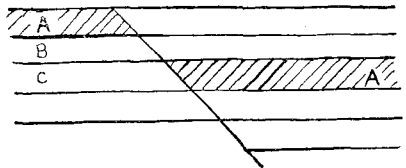
Os anticlinais compostos apresentam sucessão de dobras que em seu conjunto obedecem à ordem anticlinal. Análogamente os sinclinais compostos.

Nas dobras compostas em *leque* muda o sentido da inclinação.



Os diastrofismos incluem também *ruturas*, *falhas*. São principalmente deslocamentos paralelos, mercê de fraturas. Por exemplo, três camadas A, B, C. Há fraturas segundo um plano F, superfície de falha. A camada A vai ocupar a posição A'. Houve um deslocamento chamado a *alça da falha*.

As falhas se produzem não somente no geossinclinal. Podem ter lugar em regiões intermediárias, entre as áreas de grande rigidez, as áreas continentais e as áreas plásticas ou geossinclinais. Então já se enquadram nos fenômenos epigênicos.



Vamos agora passar em revista as rochas *eruptivas*.

Examinemos o processo genético em primeiro lugar.

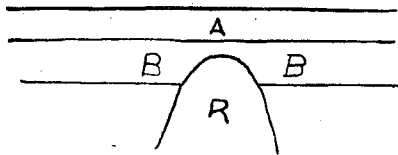
As rochas eruptivas se consolidaram em condições severas, alta temperatura e muitas vezes elevada pressão, partindo de um material em estado fluido, o *magma*, entretanto nem sempre comparável a uma massa fundida.

Seus elementos são todos formados nestas condições especiais, outras que as da superfície da Terra.

Os minerais formados no processo de consolidação dependem da natureza do *magma*. A consolidação em geral é sucessiva.

Fixa-se a idade das eruptivas em relação à das rochas sedimentares com que está relacionada.

Seja uma camada A superposta a uma camada B, relacionada com uma eruptiva R. A consolidação da rocha R teve lugar depois do depósito da camada B. A observação mostra que a camada A se depositou depois da eruptiva R. A rocha R é mais moderna que a camada B e mais antiga que a rocha A.



A determinação da idade das eruptivas é tanto mais precisa quanto menor o intervalo da idade entre os sedimentos considerados.

Os elementos das eruptivas são minerais cristalizados ou matéria amorfa.

Governa a classificação da textura o caráter cristalino ou não dos elementos.

Fornecem as texturas indicações sobre o processo de consolidação.

Se todos os elementos são cristalinos, a consolidação do magma teve lugar de maneira lenta. Resulta a textura *holo-cristalina*. O magma se consolidou em profundidade, variando a pressão e a temperatura com pequena velocidade. As rochas são *plutonitas*.

No caso contrário, isto é, se a consolidação foi próxima da superfície ou na superfície, a velocidade da consolidação não permitiu a cristalização completa.

O *magma* passa ao estado sólido sem cristalizar, pelo menos em parte. As rochas são *intrusivas* e *efusivas* ou *vulcânicas*. Encerram matéria vítrea ou *mesostasis*.

Entre estes dois tipos, incluem-se as rochas *intrusivas* que se consolidaram em condições médias. Têm texturas que se caracterizam pela diversidade de tamanho dos elementos e pela cristalização incipiente de alguns. Pode ocorrer matéria vítrea. São também chamadas *rochas de filões*.

Podemos fazer então, o seguinte quadro:

Rochas	Textura
Plutonitas.....	Holo-cristalina
Intrusivas.....	Hipo-cristalina
Vulcânicas.....	Hipo-cristalina e vítrea

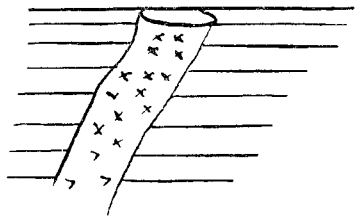
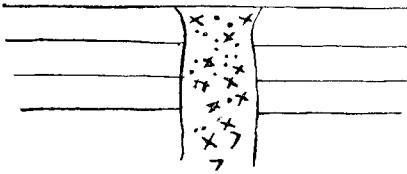
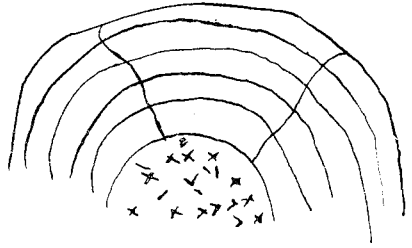
As *vulcânicas* são formadas principalmente de matéria vítrea.

As rochas de texturas holo-cristalinas são encontradas sempre sobre grandes espessuras de sedimentos, que podem ter sido eliminados pela erosão. Formam grandes massas profundas, os *batolitos*. É o caso do granito, tipo de rocha profunda.

As *intrusivas* aparecem sempre em massas de dimensões menores envolvidas por outras rochas, em geral sedimentares. Quando estas intrusões têm uma dimensão reduzida em relação às outras, são chamadas "*dykes*", verdadeiros *muros*. Quando as dimensões horizontais são limitadas, temos as *chaminés*.

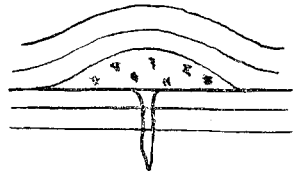
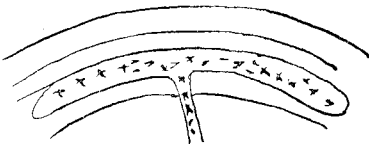
Restam ainda dois tipos intrusivos: o *lençol intrusivo* e o *lacolito*. Nos *lençóis* uma das dimensões é reduzida, a rocha disposta entre dois leitos de estratificação. Os *lacolitos* são massas mais ou menos equidimensionais formadas no seio das outras rochas com a forma de protuberância, devida ao levantamento local das camadas.

As eruptivas que se consolidam na superfície formam os *lençóis efusivos*. Esses *lençóis* são tanto mais regulares, quanto mais fluido o *magma* ao atingir a superfície da Terra. Existe sempre um "*dyke*", ou uma *chaminé* por onde subiu o *magma*, formações supostas em relação com uma plutonita.

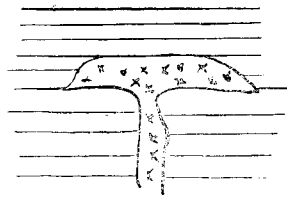
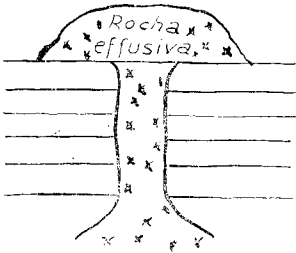


As efusivas são as rochas vulcânicas.

Recobrem os *lençóis efusivos*, novas camadas. Há camadas A anteriores e B posteriores. O aparelho é um vulcão fóssil. Observa-se nos contactos das camadas anteriores a ação da temperatura do *magma*, o metamorfismo.



A taxionomia das eruptivas pode ser feita segundo suas condições de consolidação. A composição mineralógica, da qual decorre a composição química, fornece outro critério de classificação.



Não mencionaremos as diferentes classificações das eruptivas.

A classificação baseada nos caracteres mineralógicos distingue famílias caracterizadas por tipos holo-cristalinos.

A presença do quartzo e a predominância de feldspatos alcalinos caracterizam os granitos.

Ausente o quartzo, se os feldspatos são maiormente alcalinos resultam *sienitos*.

Se dominam feldspatos calco-sódicos, têm-se *dioritos* e *gabros*.

Diversas famílias incluem as rochas com feldspatóides.

A família dos peridotitos abrange as rochas sem elementos brancos.

Cada família de eruptivas inclui rocha com texturas holo-cristalinas, hipo-cristalinas e vítreas.

* * *

Passaremos em revista agora, as rochas *metamórficas*.

Originam-se de processos de transformação das rochas pré-formadas. Podem ter por objeto *rochas eruptivas* ou *rochas sedimentares*, das quais derivam respectivamente as *rochas orto-metamórficas* e as *rochas para-metamórficas*. As primeiras são muito menos freqüentes que as segundas. Difícil distingui-las, fácil confundí-las com a eruptiva ou com rochas para-metamórficas.

Há a considerar a idade da rocha transformada e a do processo de transformação.

Estabelecida a divisão preliminar, examinemos *per summa capita* os processos metamórficos.

O *metamorfismo* consiste em processos profundos, que se realizam abaixo da superfície da Terra, em que intervêm agentes diversos.

1.º — *elevação de temperatura*, de outra forma, calor.

2.º — *esforços mecânicos*, que podemos dividir em *estáticos*, havidos tão somente devido aos pesos das grandes espessuras de rochas, e *dinâmicos*, originados nos processos de dobramento, isto é, de *dias-trofismo*.

3.º — *adições de substâncias* não presentes nas rochas, trazidas mediante a presença de gases ou de soluções. Ao invés de *adição* poder-se-á ter *eliminação* ou *trocás*. A esses fenômenos dá-se o nome de *metassomose*.

Agentes de metamorfismo ...	{	Calor	{	Estáticos
		Esforços		Dinâmicos
		Metassomose		

Em suma, os fenômenos metamórficos resultam de agentes de maior ou menor intensidade, em que mesmo um e dois podem faltar.

Há grande variedade nos fenômenos metamórficos. Não só variam os agentes que os causam como suas modalidades e intensidade.

Nos processos que geram as eruptivas, que não podem ser considerados estritamente como de metamorfismo, vigoram as condições as mais extremas.

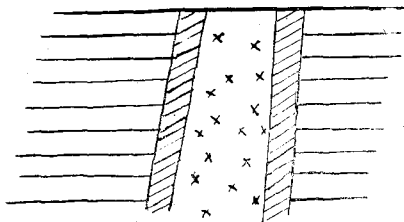
Entre estas e as da superfície temos toda uma gama.

As condições de formação das metamórficas a princípio severas, se vão suavizando, até que finalmente chegam a ficar próximas das do meio ambiente, onde se realizam os fenômenos de intemperismo.

Varia a extensão dos fenômenos metamórficos. Podem sofrer o metamorfismo secções limitadas de rochas, *metamorfismo local*.

O exemplo clássico é a eruptiva que corta sedimentos, o metamorfismo de *contacto*. A temperatura se eleva em certa espessura de rochas adjacentes. Se a eruptiva é acompanhada de fluidos, esses fluidos disseminam-se pela rocha, atravessando-a até certa distância. Cria-se a *auréola do metamorfismo*.

As condições físicas (temperatura e esforços) podem atuar de maneira mais extensa. Os fenômenos restritos generalizam-se. Resulta o *metamorfismo regional*.



Possível classificar o metamorfismo conforme o agente a que se deve o fenómeno. Se apenas a elevação de temperatura, temos o *metamorfismo térmico*. Se agem somente esforços, o *dina-metamorfismo*.

Os fenómenos de *metassomose* dependem de condições de temperatura e pressão que permitam a circulação de fases fluídas.

No metamorfismo regional atuam a temperatura, esforços e fenómenos de metassomose.

Considerados os fenómenos mais generalizados, responsáveis pela transformação de maiores tratos de rochas, possível uma classificação baseada na intensidade dos fenómenos.

Para determinar a intensidade dos fenómenos metamórficos, estudam-se os minerais formados.

A formação de alguns minerais se realiza em condições que variam dentro de limites muito largos. Outros só se formam em condições determinadas.

Os últimos minerais presentes nas rochas transformadas indicam as condições em que se realizou o processo metamórfico. Poderíamos dizer que são termômetros geológicos.

Como exemplo, uma família vulgar de minerais, as *micas*. Incluem:

Micas { Sericitas
Muscovitas propriamente ditas
Biotitas (micas pretas)

As *biotitas* só se formam em condições as mais severas, próximas senão iguais das que constituíram as eruptivas. O granito tem como elemento a biotita.

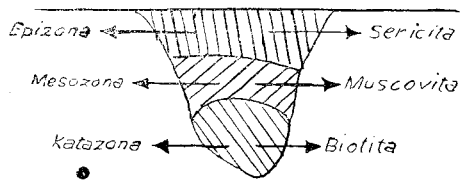
As *muscovitas* cristalizam já em condições menos severas, como mostra seu conteúdo em água.

As *sericitas*, de alto teor em água, são formadas em condições brandas, quase superficiais.

Conforme a intensidade, distinguem-se as zonas de ação: a zona mais profunda, a *catazona*, a média, *mesozona*, e a superior, a *epizona*.

A graduação das rochas no caso de rochas formadas essencialmente de micas, micaxistos, seria:

- 1 — biotita xisto
- 2 — mica xisto
- 3 — sericita xisto



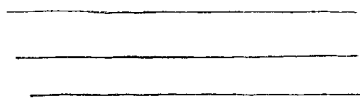
Os processos da epizona realizam-se em condições pouco diferentes das vigentes na superfície da Terra.

No caso das rochas *para-metamórficas* observa-se sequência de rochas que se gradua da rocha sedimentar até as metamórficas mais profundas.

A rocha depositada sofre, em condições ainda do ambiente externo da Terra, processo de consolidação, denominado *diagenético*, que se segue logo ao depósito. O processo diagenético precede o processo metamórfico.

Exemplo da transformação de um sedimento tem-se no caso das *argilas*.

A argila inconsistente é depositada. Mesmo que a espessura não seja muito grande, começa a se dispor em leitos, em virtude de seu peso.

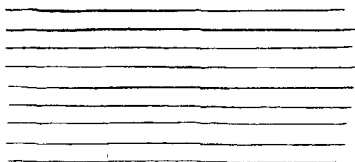


Por uma ação diagenética, os leitos se tornam mais finos e se aperfeiçoam. Resulta o *folhelho*.

Se os folhelhos são levados gradualmente à profundidade e submetidos a esforços mecânicos e a temperatura elevada tem lugar o primeiro estágio do processo metamórfico, que laminará os folhelhos, ao mesmo tempo que os leitos se inclinam e se deformam. Os leitos se vão tornar ainda mais finos. A rocha, constituída de argila comprimida, é a *ardósia*.

Já se evidencia o começo do metamorfismo.

Depois do calor e a pressão desidratam os silicatos de alumínio. Se a rocha recebe uma contribuição de álcalis, que se adicionam ao silicato de alumínio, cristalizam microscópicamente micas. A rocha é o *filito*.



Em condições mais severas, os cristais de mica se individualizam melhor. Se as condições são as da epizona, a mica será a sericita. Resultam os *sericitaxistos*.

Continuando em condições mais severas, teremos *muscovita*. Formam-se os *muscovitaxistos*.

Finalmente no caso da catazona, metamorfismo severo, cristalizam o *feldspato* e a *biotita*. A rocha será um *gnaisse*.

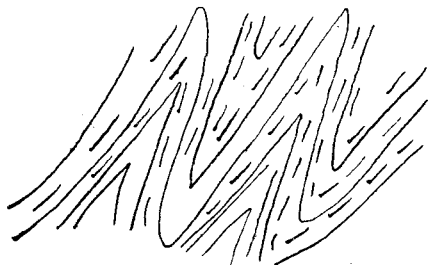
Naturalmente consideramos caso simples, sem a complexidade que se pode apresentar nos processos metamórficos.

Resumindo:

Depósito — Argila
Diagênese — Folhelho

Epizona — { *Ardósia*
 Filito
 Sericitaxisto

Mesozona — *Muscovitaxisto*.
Catazona — *Biotitaxisto* e *gnaisse*.



Os processos de metamorfismo modificam nas rochas, a estrutura, a textura e os elementos.

O exemplo anterior mostra a modificação da estrutura. Rochas eruptivas, como o granito, se laminam, tomam estrutura xistosa, para se tornarem *ortogneisse*.

A laminação depende da intensidade e da orientação dos esforços. Uma massa sólida submetida a esforços de pequena intensidade não tem sua estrutura modificada. Aumentando esses esforços, a massa deforma-se, e se forem orientados, criam disposição em lâminas, a estrutura dos xistos.

Se aumentam os esforços, diminui a viscosidade, aumenta a fluidez, as pressões são transmitidas igualmente em todas direções, rochas não mais se laminam. Assim acontece com as metamórficas geradas em condições severas.

Na maioria dos casos, porém, as rochas metamórficas têm a estrutura xistosa.

Os fenômenos metamórficos regionais processados nos geossinclinais, são acompanhados de diastrofismos. Os leitos mostram-se quase sempre dobrados, em estruturas mais ou menos complexas.

Em geral a orientação dos esforços diastróficos faz com que os leitos de xistosidade de uma rocha para-metamórfica, coincidam com os leitos de estratificação dos depósitos originários. Contudo, esse fato não é obrigatório.

Os minerais do metamorfismo diferem tanto dos elementos das eruptivas como dos elementos das sedimentares formados na superfície da Terra.

São formados em condições físicas intermediárias. Entretanto nas rochas metamórficas há elementos comuns às sedimentares e às eruptivas.

Os minerais metamórficos oferecem freqüentemente vestígios intensos de elementos responsáveis pela fluidez dos agentes de metassomose, fluor, cloro, boro, fósforo e álcalis.

Citemos por exemplo, a turmalina com a presença do fluor, do boro, a apatita com fósforo, cloro ou fluor, etc. .

Os silicatos de alumínio, se há contribuição de álcalis geram micas. No caso contrário, cristalizam silicatos básicos como a andaluzita, silimanito e o distênio, espécies polimorfas.

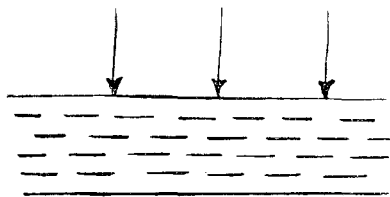
A textura das metamórficas oferece aspectos que diferem bastante das observações nas eruptivas. Origina as eruptivas a consolidação de um magma fluido, em geral operada sucessivamente. A formação dos elementos das metamórficas é simultânea.

A textura cristalina em que os cristais vão crescendo gradualmente e por igual, peculiar às rochas metamórficas, é chamada textura *cristaloblástica*.

Regem a formação dos minerais de metamorfismo algumas leis fisico-químicas.

A lei de Riecke indica o desenvolvimento maior das faces dos cristais perpendicularmente à direção dos esforços.

Quando o material se forma de outros, sob a ação de pressões, a tendência é formar sempre um mineral de maior peso específico. Deriva esse preceito da lei de Le Chatelier. Por exemplo, o *calcito*, carbonato de cálcio, em presença de *geobertita*, carbonato de magnésio.



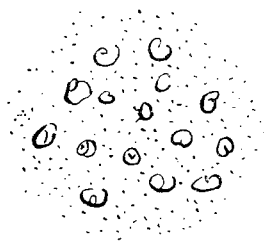
Se a rocha sofre pressões no processo, forma-se *dolomita*, $\text{CaMg}(\text{CO}_3)_2$, com eliminação de CaCO_3 . O peso específico da dolomita é maior.

Os processos de metamorfismo podem atuar sobre rochas que já sofreram um premetamorfismo. Recebem a designação de *polimeta-mórficas*.

Classificam-se as rochas metamórficas em diversas famílias.

A mais importante é a grande família dos *xistos aluminosos* ou dos *xistos*.

Não quer isso dizer que em outras não se incluam rochas de estruturas xistosas. Assim os clorita-xistos, apesar de serem xistos, não se incluem na família dos xistos aluminosos.



As rochas essencialmente formadas de quartzo, parameta-mórficas, têm o nome genérico de *quartzitos*. Originariamente, existiam grânulos de quartzo rolados, ligados ou não por um cimento argiloso. Com o metamorfismo, circularam soluções e vapores com fluor. Os grânulos recrystalizaram. A mica deriva de transformação de argila do cimento. A mica pouco abundante, os cristais de quartzo entrosados, a classificação específica é *quartzitos*.

A mica em grande proporção temos *itacolumitos*.

Os calcários devido à alta temperatura poderiam ter seus carbonatos dissociados.

A elevada pressão pode impedi-lo. Outras vezes pelo favor da presença da sílica, os calcários perdem os seus carbonatos, resultando rochas silicatadas diversas.

* * *

Vimos de um lado, o *diastrofismo*, de outro, os *fenômenos metamórficos*, e de outro, as *eruptivas*. Estão estes fenômenos de certa maneira ligados, mas essa conexão não é tão rigorosa como poderíamos pensar .

Dependem de maneira mais ou menos direta de fases orogênicas.

Condiciona a ligação entre as três ordens de fenômenos, a intensidade dos fenômenos orogenéticos.

Na zona extrema, mais profunda do geossinclinal, verifica-se a concomitância das três classes de fatos. Mais acima predomina uma ou outra das classes de fatos.

As vezes apenas o diastrofismo. Em outros casos tão somente rochas eruptivas. O metamorfismo pode ter caráter local.

Os magmas estão ligados às deformações da crosta da Terra, originam-se profundamente. É possível que contenham só materiais de origem muito mais profunda, mas deve-se admitir que possam receber material de origem externa.

A região da crosta da Terra, profunda, em que se geram os magmas é chamada *magmofera*.

Seria menos admissível supô-la contínua, mas localizada em zonas mais plásticas, principalmente os geossinclinais.

A atividade ígnea, isto é, a emersão dos magmas, se realiza não somente nos geossinclinais propriamente ditos, mas também pelo favor dos diastrofismos póstumos sobre áreas continentais.

Em maiores profundidades, na maioria dos casos, ocorrem as rochas ácidas, ao passo que nas manifestações mais superficiais dominam as básicas.

* * *

Faremos agora ligeira apreciação sobre a *paleogeografia*.

Considerada a noção capital de *facies* no estudo das rochas sedimentares, faz-se possível julgar das condições em que se processou o depósito.

As rochas têm sua idade. Informam-nos sobre as condições que prevaleciam no local onde se depositaram em certa época.

Por esses documentos, podemos determinar a configuração das áreas continentais, áreas marinhas, na época geológica correspondente à idade das rochas consideradas. Resultam os mapas *paleogeográficos*.

A delimitação não pode atingir a segurança desejada. Rochas foram eliminadas pela erosão, não se pode precisar toda a área sobre a qual se efetuou o depósito.

No caso do meio marinho, na sedimentação marinha, os sedimentos mostram a linha litorânea.

A flora e a fauna estudadas acuradamente fornecem melhores informações. Cada fauna tem o seu *habitat*. As relações entre faunas surgidas em diferentes regiões sugerem migrações, explicáveis pelas correntes marinhas, ao passo que, distinções obrigam admitir separações entre os mares da época.

* * *

Julgam uns a Geologia conjunto de teorias afastadas da realidade. Outros consideram-na como aglomerado de observações.

Certas teorias não decorrem unicamente dos fenômenos observados, por exemplo as que explicam a realização dos fenômenos dos geossinclinais e da formação dos magmas. Em oposição, há os fatos de observação direta: dizer que em Santos ocorrem gnaisses e granito.

Além disso, porém, há conceitos que, sem serem de observação direta, deles decorrem indispensavelmente. Tomemos um exemplo: se uma rocha contém restos de animais similares aos existentes hoje em meio marinho, forçoso dizer que esta rocha foi formada em meio marinho.

A Geologia não consiste em um acervo de fatos, nem somente em teorias. Não seria uma ciência se não associasse conceitos das duas naturezas.

Infelizmente, as teorias geológicas não estão tôdas tão adiantadas, tão completas, para serem *in totum* conseqüências obrigatórias das observações.

* * *

No estudo da geologia de São Paulo, vamos estudar a seqüência das rochas que a constituem, vamos classificar as formações, dizer dos processos que a geraram, estudar as condições de formação.

Começaremos por encarar a geologia do Brasil, discernindo seus dois grandes aspectos: um embasamento de rochas metamórficas e um capeamento de rochas mais ou menos horizontais.

* * *

Já temos mencionado alguns pontos da constituição geológica do Brasil. Distinguímos duas categorias de formações.

As inferiores formam o *embasamento*, rochas perturbadas, tôdas mais ou menos metamórficas.

Recobrimo-as, formações sedimentares, rochas dispostas horizontalmente ou com inclinações pequenas. Formam o *capeamento*.

Os fenômenos orogênicos em nosso país se realizaram em épocas bastante recuadas.

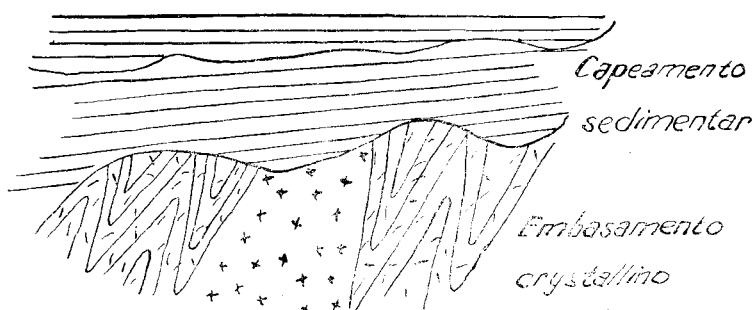
Não houve depois fases diastróficas.

A América do Sul andina contrasta com êsse panorama geológico. Aí se localiza geossinclinal ativo em diversas épocas distribuídas por longo tempo geológico, e que ainda agora manifesta sinais de sua atividade.

A idade das camadas do embasamento não ultrapassa o período devoniano.

A partir dêste período prevalece nos fenômenos geológicos brasileiros, a calma. Não se formaram geossinclinais e conseqüentemente não se processaram fases orogênicas. Não sofreram as camadas perturbações profundas, fracas inclinações apenas. As rochas não mostram metamorfismo.

Só depois de longa fase erosiva, separadas por grande discordância cronológica e angular, depositaram-se sobre o embasamento as camadas pouco inclinadas do capeamento, fenômenos que se distribuem por épocas diversas, tôdas post-devonianas.



Estructura geologica generalisada do Brasil

Problema difícil e complexo o estudo das rochas que formam o embasamento.

Há distinguir, de um lado rochas profundamente metamórficas, que não contêm fósseis, submetidas a dobramentos intensos, e de outro, rochas que mostram metamorfismo menos intenso, com restos de vida, posto que escassos.

A formação menos metamórfica, de idade posterior às rochas cristalinas é a série *Bambuí*.

As rochas profundamente metamórficas em conjunto podem ser chamadas *complexo cristalino*.

O complexo cristalino formou-se em vasto geossiclinal, dos que prevaleceram nos primeiros tempos geológicos, nos quais dominaram fenômenos de digestão.

As estruturas formadas constituíram a massa continental chamada *Pré-Brasília*.

Nesse primeiro núcleo se cavaram novos geossinclinais onde se depositou a série *Bambuí*, que gerou estruturas mais suaves que as primeiras. Novas fases orogênicas tiveram lugar.

Anexaram-se essas estruturas à *Pré-Brasília*.

O conjunto constituiu a terra que recebe o nome de *Brasília*.

As estruturas da série *Bambuí* têm a denominação de *Brasilídes*.

Portanto, à *Pré-Brasília* anexaram-se estruturas da série *Bambuí*, *Brasilídes*. Formou-se *Brasília*.

A idade da série *Bambuí* não pode ser fixada com precisão.

Entretanto, tudo leva crê-la paleozóica inferior, possivelmente siluriana ou mesmo gotlandiana.

Os fenômenos orogênicos nos geossinclinais da série *Bambuí*, que criaram *Brasilídes*, tiveram lugar antes do período devoniano ou mesmo no início desse período.

Sobre esse conjunto de rochas em várias fases, se depositaram sedimentos.

Criaram-se nessas fases de sedimentação as diferentes formações do capeamento.

Não há em São Paulo indícios de existência de geossinclinais da série *Bambuí*.

Formam o embasamento tão somente rochas profundamente metamórficas de textura francamente cristalina associadas em estruturas muito complexas.

Constituirá a primeira parte do estudo da geologia de São Paulo, resolver o embasamento em diferentes formações.

A sedimentação sobre o embasamento cristalino foi maiormente terrígena. Os fenômenos epirogênicos, deslocamentos verticais lentos da massa continental, só raramente causaram variações de altitude que permitissem a invasão do mar. Nos raros casos como em que o mar penetrou sobre o continente, só permaneceu durante curto intervalo. São incipientes as fases marinhas.

Destaca-se fenômeno de importância transcendente: em certa época, essa massa continental foi submetida à glaciação.

Como se Constituiu no Brasil a Rêde das Cidades *

Bulletin de la Société de Géographie
de Lille — Ano 59 — Tomo 82 —
N.º 9 — Dezembro de 1938 — Lille.

PIERRE DEFFONTAINES
Professor da Faculdade Católica de Lille

— II —

O isolamento, criador de cidades

Assim no Brasil, a circulação, com suas formas variadas, foi a causa da origem de aglomerações; é um fato clássico este da associação da cidade e da estrada. Em compensação, é uma constatação curiosa e muito mais especificamente brasileira, a frequência das cidades nascidas do isolamento. A maioria dos habitantes vive sobre o seu domínio, muito separados uns dos outros, em economia quase fechada; a sua própria solidão os incita a organizar lugares de reunião.

Não foi tanto por necessidade econômica que se constituíram muitas das cidades do interior; os vendedores ou *mascates* assegurariam os aprovisionamentos a domicílio, as fazendas tinham também, geralmente, um armazém, uma venda, onde eram vendidos os artigos mais necessários, pois que as capacidades aquisitivas são mínimas. Não se tratava mais de concentrar as colheitas para vendê-las fora; os principais produtos de exportação, café, cacau, algodão, não passam pela cidade, eles vão diretamente ao porto de embarque. A necessidade de um mercado local se fez sentir pouco.

Não se escolhia para tais aglomerações um lugar favorável ao comércio ou à circulação mas um lugar agradável, com bela perspectiva como esse sítio que mereceu o nome de Belo Horizonte, na capital de Minas.

A cidade nasceu antes de uma necessidade de vida social, necessidade de se tornar à sociedade, de romper a monotonia da solidão do sertão; o sertanejo vem à cidade como o nômade do deserto vem ao oásis. A aglomeração aparece como uma reação contra o isolamento.

A cidade nascente é essencialmente uma igreja e uma praça. A igreja serve de lugar de atração a toda a população, muito ligada a uma religião de cerimônia e de forma; ela é também o centro de estado civil para os nascimentos, casamentos, enterros. Às vezes a cidade não tem vida senão nos dias de missa, nos domingos, durante as festas e sobretudo durante a novena do santo padroeiro da aglomeração; durante a semana, a cidade fica vazia, quase todas as casas estão fechadas, os habitantes retornaram para as suas fazendas; denominam-se tais aglomerações *vilas do domingo*. Em São Tomé das Letras, no sul de Minas, o burgo fica completamente fechado durante a semana.¹¹

A igreja domina assim a vida de uma tal aglomeração, ela ocupa um ponto no fundo da perspectiva da praça, o segundo elemento dessas cidades de isolamento que por sua vez está também na dependência estreita da igreja. A praça serve de ponto de parada, onde as pessoas se divertem olhando, não ficando mais solitárias; *fazer praça* é o principal emprêgo do tempo dos habitantes, é a única ocasião que se tem de se pôr a roupa de domingo segundo o costume do lugar; as casas que cercam a praça procuram ser luxuosas,

* N. R. — A tradução para o vernáculo foi feita pelo professor Orlando Valverde, Secretário-Assistente do Conselho Nacional de Geografia.

¹¹ Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, T. XXXV, 1932, pág. 67.

NOTA — A primeira parte deste trabalho foi publicada no n.º 14 deste Boletim.

elas fazem parte da parada, não são casas mas *palacetes*, foram construídas pelos principais fazendeiros das cercanias, por que é um luxo ter-se fachada para a praça. O mais rapidamente possível enfeita-se esta praça de parada, traçam-se nela jardins, aléias, põe-se luz elétrica e é a ambição de toda cidade nova ter uma *praça bem ajardinada e bem iluminada*. A praça tem uma tal importância que muitas vezes essas aglomerações são chamadas de *praças* e não de *vilas*. A maioria dos habitantes da região, para gozar as vantagens desta vida urbana de parada, tem além da sua casa de fazenda, *uma casa do domingo na praça*.

Os patrimônios religiosos

O modo de criação desses burgos mostra bem a proeminência da função religiosa que serviu de ponto de concentração inicial. Em geral é um fazendeiro ou uma reunião de fazendeiros vizinhos que faz doação do território; ele o constitui em *patrimônio*, patrimônio oferecido à igreja ou antes a um santo, ao qual será dedicado o novo burgo e do qual ele levará o nome. O ato é redigido em nome do santo, o bispo assina no seu lugar e sítio.

A fundação de um patrimônio urbano é um ato piedoso, ele entroniza a vida religiosa numa região; além disso, o doador especificava muitas vezes que se diriam missas para o repouso da sua alma em recompensa ao seu ato. Isto era freqüente sobretudo nas fundações por testamento.

Mas essa fundação tem também um alcance social. O doador quer criar uma cidade, o ato prevê o plano da futura povoação, as dimensões e a localização da grande praça, a distribuição dos *lotes* ou *datas* a construir, reservando aí para si próprio e os seus algumas porções.

Os proprietários vizinhos, desejosos de aproveitar das vantagens deste agrupamento, obtêm lotes por locação, por arrendamento muito longo ou por perpetuidade mediante o pagamento de um *fôro*. Os benefícios realizados são destinados à construção da capela, à manutenção de um padre, *cura* ou *vigário*, ao estabelecimento de um cemitério, à organização das festas (festas religiosas) e também ao embelezamento da cidade, ou antes, da praça. Uma pequena sociedade se constituiu para a administração deste bem da igreja, à testa do qual se encontra o padre, assistido por um conselho, *mesa* ou *irmandade*.

Eis por exemplo a fundação de Barra Mansa, hoje um burgo muito importante sobre o Paraíba (Estado do Rio de Janeiro). Foi em 1820 que o coronel Custódio Ferreira Leite, barão de Aiuruoca, grande fazendeiro, decidiu fundar um patrimônio num lugar onde já estavam estabelecidas algumas cabanas de boiadeiros. A doação foi feita a São Sebastião que passou a proprietário e padroeiro; 10 000 braças quadradas foram dadas para a aglomeração em torno da capela, elevada pelo próprio fazendeiro. A 12 de novembro de 1825 a doação foi ratificada por escritura e assinada pelo bispo; os terrenos foram loteados para fazer casas. Em seguida outros terrenos foram doados por alguns fazendeiros da vizinhança da igreja matriz. Os lotes se construíram rapidamente e a 3 de outubro de 1832 um decreto eleva a povoação do curato de São Sebastião da Barra Mansa, a vila, sob o nome de Vila de São Sebastião da Barra Mansa; ela se tornou município alguns anos mais tarde, e foi elevada ao grau de cidade em 1857.

Eis aqui um outro exemplo um pouco diferente: o patrimônio de São Carlos no Estado de São Paulo. Em 1856, proprietários escreveram ao bispo diocesano:

“Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor, Nós habitantes da freguesia de Araraquara, temos dificuldade em receber os sacramentos da igreja por causa da distância que nos separa da matriz; desejamos também erigir uma capela sob a invocação de São Carlos a fim de ter mais perto dos habitantes os santos sacramentos, para esse fim já foi feita a doação de um patrimônio como se constata pelo título anexo; os mesmos pedem uma licença para benzer este lugar e rogam ao bispo dignar-se designar o lugar onde deve ser criada a capela”.

(Documento dos arquivos de São Carlos).

O bispo escolheu um canto da *sesmaria* de Monjolinho mas o proprietário se opôs dizendo que a proximidade da capela ia distrair a atenção dos escravos.

Escolheu-se ao sul um lugar vizinho na sesmaria de Pinhal.

Mais tarde, o fazendeiro de Monjolinho morreu e a sua viúva doou terras à capela contra promessas de preces pelo seu marido, o que permitiu o desenvolvimento da cidade para o norte.

Os progressos do patrimônio foram rápidos. Em 1857 tornou-se freguesia e obteve um cura morador; em 1865 foi elevado à categoria de vila; em 1866 passou ao grau de município; hoje é uma cidade.

Aquidauana, no sul de Mato Grosso, representa um outro tipo. Em consequência de dissensões políticas na antiga cidade de Miranda, vários fazendeiros decidem fundar uma nova *praça* de reunião. Em 1895, em volta da família Alves Correia eles se congregaram em uma dezena, compram uma terra perto do rio Aquidauana, empenham-se em construir aí uma residência e levantam uma pequena capela; progressivamente, outros fazendeiros se juntam e eles e a população atinge 1 000 almas; depois ela ficou estagnada em consequência da fundação de um outro patrimônio vizinho, Campo Grande, que teve um sucesso muito mais rápido e suplantou todos os outros grupamentos anteriores.

Eis aqui um último exemplo, resultado também de um acôrdo entre vários proprietários, a fundação de Pirai, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1821, seis proprietários de sesmarias se reuniram para criar um território urbano em torno de uma igreja que lhe serviria de centro; o cura de Pirai vinha de tempos em tempos para as festas e cumpria as formalidades de estado civil. Instituiu-se uma confraria da igreja para gerir o território. Em volta da praça ergueram-se belos palacetes de fazendeiros que vinham aí passar os domingos; os velhos proprietários muitas vezes vinham acabar sua vida na casa do patrimônio, deixando os mais jovens na casa da fazenda. No lugar construíram duas prisões, uma para os escravos, outra para os demais delinquentes. Hoje, esse patrimônio está em plena decadência, está longe da estrada de ferro e os palacetes estão desabitados.

Este curioso processo de fundação de cidades era empregado desde muito tempo no Brasil, onde se vê funcionar já no século XVII. O primeiro exemplo é talvez o de Santos, fundado por Brás Cubas em 1545 em torno de uma capela e de um hospital de Todos os Santos. A doação do patrimônio foi feita ao hospital, encarregado de lotear as *datas* em torno da capela; o sucesso do loteamento permitiu ao próprio Brás Cubas lotear a parte circunvizinha, de sua propriedade pessoal.

A fundação de Jundiá, no norte de São Paulo, em 1615, por Rafael de Oliveira, se fez do mesmo modo; ele construiu uma capela e deu-lhe um vasto patrimônio. Sorocaba, no oeste de São Paulo, tem a mesma origem; assim também Montes Claros, Botucatu, São Manuel, fundados no princípio do século XIX. Foi sem dúvida esse processo do patrimônio que deu ao Brasil a maioria das suas cidades, pelo menos na parte central do país: Estado de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo.¹²

Essas fundações de cidades, atos piedosos, atos sociais, tornaram-se muitas vezes também atos lucrativos. Quando o patrimônio se desenvolvia, adquiria uma função comercial, além do seu papel de parada. Em volta dos palacetes dos fazendeiros, os lotes eram comprados por pequenos negociantes que abriam armazéns e vendas; operários se fixavam igualmente, assegurados por uma clientela pelo menos nos dias de festa. Por necessidade, os comerciantes se entendiam com o padre para provocar festas; em Piabanha, no Araguaia, são os mascates que chamam os missionários dominicanos e que organizam as festas; então, todos os fazendeiros das vizinhanças descem ao patrimônio, onde se celebram os casamentos, fazem-se os batizados e ao mesmo tempo efetuam-se as compras necessárias. Piabanha só tem reuniões três vezes por ano; durante o resto do ano a aglomeração fica quase abandonada.

¹² Ver o livro de Eugênio Egas, *Os municípios de São Paulo*.

Muitas vezes todo o território dado à igreja é loteado e o patrimônio é completo, a povoação desborda então além dos limites. Podem ser vendidos lotes por altos preços pelo fazendeiro doador sobre sua terra própria. O patrimônio tinha sido primeiramente para ele um atrativo social, depois uma facilidade de aprovisionamento, tornando-se enfim um meio de valorização.

O padre que era chamado para administrar o patrimônio não era sempre unicamente um homem de igreja, ele participava dos benefícios e era muitas vezes um excelente negócio ser cura fundador de cidades; certos padres italianos eram mesmo especializados na criação dos patrimônios. Muitas vezes eles não residiam, mas vinham somente às festas, podiam assim servir vários patrimônios. Às vezes o proprietário se entendia com o vigário para tirar melhor proveito do negócio; houve mesmo às vezes falsos padres.

Os patrimônios leigos

Desde há uns 30 anos, o fazendeiro muitas vezes dispensa a interferência da igreja, o patrimônio se torna leigo. Ele próprio lotela, vende por sua conta e se encarrega das despesas da construção, traça ruas, canalizações de água ou então cria um conselho de cidade entre os primeiros compradores aos quais entrega a preço muito baixo o patrimônio, e que se encarregam de lotear e arranjar. Nesses casos o fazendeiro se torna *povoador*, isto é, criador de povoamento ou ainda *plantador de cidades* e não é mais a igreja que assume o patronato das fundações urbanas.

A nova nomenclatura das cidades novas se ressentia dessa laicização. Outrora ela levava sempre o nome religioso: Madre de Deus, Piedade, Coração de Jesus, Maria da Cruz... ou um nome de santo; hoje, ela leva um nome leigo do fundador, Paulópolis, criada por Paulo Vicente de Azevedo; Orlandia, fundada pelo coronel Orlando; Pradópolis, patrimônio estabelecido sobre o território da fazenda de Martinho Prado; nomes de personagens políticas: Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Porto Epitácio, Coronel Procópio ou datas históricas: há cidades que se chamam Quinze de Novembro, ou ainda nomes de grandes cidades antigas servindo de reclame à nova aglomeração: Pompéia, Londrina, Nova-Dantzig, Nova-Granada, Assis ou também nome de produção; Cafelândia, Citrolândia...

Mais recentemente ainda, as grandes companhias de colonização que se constituíram em diferentes lugares do Brasil (inglêsas, japonêsas, alemãs, polonesas) previram muitas vezes além dos loteamentos de explorações rurais, loteamentos urbanos, patrimônios.

A Companhia Norte do Paraná, que dispõe de um imenso território, prevê uma cidade em cada 20 quilômetros. Ela já fundou: Londrina, na entrada do seu território que foi o patrimônio de partida e contém os escritórios da companhia, o que lhe dá já um número de 5 000 habitantes depois de 6 anos de existência; Nova Dantzig, estabelecida 20 quilômetros mais a oeste é povoada sobretudo por emigrantes alemães expulsos do seu país pelo regime hitlerista; Rolândia, ainda apenas desenhada, 20 quilômetros mais adiante e está prevista para o ano próximo a abertura do patrimônio de Cabeceira, cuja lugar está sendo levantado.

A companhia de colonização japonesa estabelecida ao sul de Jataí, no Paraná, constituiu também um patrimônio com lotes urbanos, Açailândia, quase inteiramente povoada por japoneses. Uma outra companhia japonesa que coloniza a região litorânea do Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo, acaba de fundar igualmente um patrimônio em Registro, que já conta 1 500 habitantes.

Composição do patrimônio -

Tôdas essas cidades-patrimônios, desde as mais antigas às mais recentes, se parecem e dão ao Brasil uma vestimenta urbana desesperadamente monótona.

Elas foram concebidas previamente, segundo um plano quase sempre em geométricos tabuleiros de xadrez, como tôdas as cidades novas da América-Latina, tanto espanholas quanto portuguesas. Raros são os patrimônios que procuram libertar-se da quadricula habitual. Algumas fundações recentes apelaram

para arquitetos urbanistas e apresentam planos em estrêla, em losango ou mais complicados ainda. O sistema das ruas, cortando-se em ângulos retos, apresentava a vantagem de dar lotes, todos iguais, fáceis de calcular. Cada retângulo entre ruas forma uma quadra ou quarteirão, no qual são traçados os lotes ou *datas*; as suas dimensões variam segundo os patrimônios, mas se encontram freqüentemente lotes de 100 x 80 metros para que a casa possa ficar cercada por um jardim, com um quintal. Isso explica a dimensão e o alongamento destas aglomerações; até nas cidades os brasileiros amaram o isolamento. Só se obtém um lote com a condição de construir a casa num prazo bastante curto (6 meses a 1 ano). Para manter a função de parada que é uma das características do patrimônio, prescrevem-se certas regras de construção, sobretudo com respeito às casas que cercam a praça, interdição de obra com troncos de palmeiras (*ranchos*) ou mesmo em madeira; os lotes que cercam a praça eram outrora reservados aos grandes proprietários de terras das vizinhanças para construírem aí palacetes; interdição de depositar estérco, de ter tetos cujos telhados escoem suas águas para a rua. A fim de aumentar a atração da nova cidade, procura-se obter para ela certos estabelecimentos interessantes; procura-se ter um doutor, uma escola, um tabelião. Muitas vezes dá-se um lote gratuito aos comerciantes úteis: farmacêutico, fabricante de gelo e de sorvete, mecânico-garagista; concedem-se também vantagens ao hoteleiro que poderá abrigar os novos colonos; nos patrimônios de zona pioneira, a primeira casa construída é em geral o hotel; Rolândia, fundada em 1934 pela Companhia Norte do Paraná, contava em outubro daquele ano como único edifício um hotel que se elevava no meio dos troncos calcinados das árvores da floresta; fios de ferro marcavam através desta paisagem de desolação o traço das ruas e dos lotes.

Construiu-se também muito depressa uma prisão, isto marcava a diferença com o sertão, onde reinava o direito do mais forte; com o patrimônio entrava-se na legalidade.

Muitas vezes a prisão é um dos mais belos edifícios da cidade, porque ela representa uma das marcas essenciais da civilização.¹²

Foram previstas regras para permitir um desenvolvimento harmonioso da aglomeração; em São Martinho, para impedir aos especuladores de comprarem tudo e de dominarem a cidade, só se dá um lote urbano àqueles que comprarem um lote rural. Os patrimônios da Companhia Norte do Paraná têm seus territórios divididos em três zonas: primeiro uma zona urbana com loteamento urbano composto de oitenta e seis quadras, cada uma comportando vinte lotes de quinze metros por trinta e oito; segundo, uma zona reservada cercando a precedente e deixada coberta de mata prevendo um aumento da cidade; terceiro, uma zona suburbana, para as chácaras, pequenas propriedades com hortas, ligadas à cidade; adiante começa a zona de colonização propriamente dita, com vastos lotes rurais. No centro, no alto da cidade perto da igreja, um canto de floresta primitiva foi reservado, que é destinado a servir mais tarde de parque.

Além dêste canto florestado, que além disso é excepcional nos patrimônios, a cidade não conservou nem nas suas praças, nem nas suas ruas, nem em nenhum lote árvores da antiga floresta; ela está completamente sem sombra. As árvores da floresta virgem não podem viver isoladas, elas não se mantêm bem sólidamente pelas suas raízes e seriam uma causa de perigo. Isso explica porque todas estas novas aglomerações, as mais das vezes conquistadas à floresta e que às vezes conservam ainda os restos dos troncos das árvores gigantes que as precederam, estão expostas aos ardores do sol sem nenhuma proteção.

¹² Em Ouro Preto, em Mariana, etc. a prisão é uma das construções mais artísticas, mais luxuosas da cidade, não por humanitarismo em relação aos presidiários, mas para testemunhar que ali reina o direito, isto é que se está numa zona civilizada.

A cidade nascente procura multiplicar os seus atrativos, constituir o *chamariz* da população.¹⁴ Procura-se ter um banco, um jornal, um cinema. Entre as diferentes cidades novas de uma região existe uma emulação publicitária que toma o lugar de patriotismo local. Dois patrimônios vizinhos: Cafelândia e Penápolis (oeste de São Paulo) disputaram a sede de um novo bispado; eram como verdadeiros lances de leilão, quem construiria o mais belo palácio episcopal, a maior catedral, o mais alto campanário; Cafelândia finalmente venceu em consequência de uma doação importante de um fazendeiro, fundador do patrimônio, o antigo colono italiano Zucchi, empenhado no sucesso da sua nova cidade. Aposta-se também quem possuirá primeiro luz elétrica, quem construirá a primeira casa com sobrado ou o primeiro arranhacéu.¹⁵

Os patrimônios estão em geral instalados em um sítio agradável gozando de uma bela vista e de um clima salubre, para atrair a população; às vezes eles utilizaram um princípio de povoamento pré-existente. Por exemplo, alguns sucederam a um pouso ao longo de uma estrada: Pirai, fundada pelo barão de Reis; os outros aproveitaram a vizinhança de uma estação e fizeram corpo com a aglomeração ferroviária. A passagem de uma estrada de ferro numa fazenda é uma das causas principais que determinarão ao fazendeiro fundar um patrimônio e a estação será um dos chamarizes de população mais poderosos. Marília é o tipo dessas aglomerações que deveram seu brusco sucesso à chegada da via férrea, é um patrimônio "boca do sertão", como existem muitos.

É o caso também de Paulópolis, fundada com antecedência sobre o traçado da estrada de ferro além de Marília, mas o patrimônio só foi declarado "aberto" depois da chegada da estrada e somente então se começaram a conceder lotes; o atrativo da estação provocou um verdadeiro "boom" e a maioria dos lotes foram vendidos desde o primeiro ano da "abertura".¹⁶

As novas rodovias têm também os seus patrimônios; a estrada de Piedade a Juquiá, no Estado de São Paulo, que está em via de conclusão, tem três aglomerações previstas no seu traçado; da mesma forma nas estradas que penetram no sertão ao norte de Colatina, no Espírito Santo, patrimônios inteiramente novos acabam de se fundar: patrimônio Lajinha, que não possui ainda senão umas 30 casas de madeira, um armazém, e está sendo construída uma capela; assim também um pouco mais longe, o patrimônio Santa Luzia, que acaba de ser dotado de uma escola, no término da estrada carroçável.

Outras vezes, o patrimônio foi fundado em torno de descobertas mineiras: Montes Claros foi criada por volta de 1800 no centro das escavações de diamante, estando hoje ocupados todos os lotes; o patrimônio vizinho de Grão Mogol leva simplesmente o nome do maior diamante do mundo para atrair os garimpeiros.

Comparação com as bastidas

Não se pode impedir, estudando esta eclosão de cidades novas no Brasil, de fazer certas comparações com o movimento das *bastidas* e *villeneuves* da Idade Média européia. Evidentemente há grandes diferenças, as bastidas tiveram muitas vezes um fim militar e de pacificação que os patrimônios jamais conheceram.

¹⁴ Entre os curiosos atrativos que fazem valer certas cidades, são dignos de nota os tiros ao arco para as colônias suíças da região de Campinas. A unidade de população é aqui a sociedade dos atradores, como acontece em Colônia Helvécia. Vários patrimônios de Mato Grosso têm como principal modalidade atrativa uma pista de corridas de cavalo. Assim no patrimônio de Aroeira perto de Campo Grande (Mato Grosso), o povo se reúne na praça nos dias de *carreira*, do mesmo modo que em Entre Rios, na mesma região. São pequenos patrimônios que têm somente algumas dezenas de casas, mas as suas corridas são famosas.

Diversos patrimônios atraíam também pela sua casa de jogo e casas de diversões. Muitos dos homens do sertão vivem celibatários, vaqueiros, seringueiros... Eles iam aos patrimônios procurar mulheres.

¹⁵ As grandes datas da nova cidade de Campo Grande, em Mato Grosso, são: em 1879, a fundação da capela de Santo Antônio por José Antônio Pereira, vindo de Uberaba; em 1899, a criação do município; em 1913, o aparecimento do primeiro jornal; em maio de 1914, a chegada da estrada de ferro; em 1918, a distribuição da eletricidade e a elevação do aglomerado à categoria de cidade. Tinha 1 200 habitantes em 1909, 5 000 em 1919, hoje tem perto de 20 000.

¹⁶ A fazenda que a cerca e na qual foi reservado o território urbano só foi "aberta", ela própria, 3 anos antes por Paulo Vicente de Azevedo e as construções do fazendeiro ainda não foram feitas.

Mas, além disso, quantas semelhanças no seu próprio desenvolvimento histórico; as *villeneuve*s da Idade Média passaram por duas fases como os patrimônios, uma propriamente religiosa em que a cidade era fundada sob a patronagem eclesiástica, *sauvetés* e *villes d'éveque*, outra mais leiga, *bastidas* propriamente ditas criadas pelos poderes civis, senhores ou reis.¹⁷ Muitas vezes era preciso que várias pessoas se entendessem para fundar a cidade, e se assistiam a *parécages* entre senhores. Os patrimônios nasciam muitas vezes também sob os limites de várias grandes fazendas, que se uniam para fundar a aglomeração.

Marília é o resultado da junção de dois patrimônios contíguos, o de José Pereira da Silva ao sul, que levou primeiro o nome de Alto Cafézal, e o de Bento Sampaio Vidal ao sul, mais importante, e que acabou por impor o seu nome de Marília.

Evolução atual do patrimônio

Entre os patrimônios, houve uns que se tornaram grandes aglomerações, como Sorocaba ou Marília; outros tiveram uma prosperidade efêmera; impulsionados bruscamente demais, levados por um reclame exagerado, eles ultrapassaram a capacidade da região circundante e sofreram um declínio para encontrar em seguida o seu equilíbrio; é o caso de Londrina, no norte do Paraná; Salto Grande tornou-se rapidamente município, depois comarca, infelizmente a malária grassou fortemente e a decadência começou; a cidade não tem 15 anos e já ruas inteiras estão cercadas de casas em ruínas. O patrimônio de Lavrinhas, em Goiás, fundado no século XVIII em volta de uma mina de ouro, era previsto como bastante vasto, pois que a doação à igreja era de 200 alqueires (cerca de 500 hectares); hoje, ele é somente habitado por uma centena de negros, antigos escravos, muito abastardados e notadamente atingidos quase todos pela papeira, é uma aglomeração em via de extinção.

Outros patrimônios nunca nasceram e só existiram em plano; isto também se encontra no movimento das bastidas; a carta marca somente o traçado fictício da cidade em plena floresta; como nome, ela indica ou a palavra *patrimônio* ou o nome que já tinha sido previsto.

Hoje, além disso, assiste-se a uma decadência de muitos pequenos centros urbanos em virtude das comunicações mais rápidas por estradas de ferro, por automóvel e por avião. Para gozar de uma vida social, não é mais preciso fundar cidades de domingo crivadas de palacetes de fazendeiros, mais vale ir à grande cidade, mais afastada, porém fácil de atingir e na qual a vida de sociedade é muito mais ativa; em São Paulo, Campinas, Sorocaba, Belo Horizonte, os palacetes se multiplicaram, enquanto que as antigas praças das pequenas cidades se cercaram de casas fechadas e abandonadas, como acontece em Araras, em Amparo, em Atibaia, em Itu...

Os grandes fazendeiros que tinham sido os criadores de muitas cidadezinhas, parecem desinteressar-se delas. Ademais, eles tomaram muitas vezes o partido do isolamento, da dispersão, eles não são quase favoráveis ao agrupamento; já eles tinham combatido as reduções. As suas colônias de empregados agrícolas são pequenas aglomerações das quais eles são donos, onde eles mantêm a venda, que vende com lucro os artigos correntes; são eles sobretudo que preferem a grande cidade longínqua ao patrimônio vizinho, porque eles têm mais facilidade de deslocamento. Ao contrário, a gente pobre prefere as pequenas cidades, onde pode se aprovisionar sem passar pela venda do fazendeiro, onde encontra outros horizontes de trabalho quando querem deixar a fazenda; a cidadezinha é para eles um elemento de libertação; os colonos preferem sempre empregar-se em propriedades situadas não longe das aglomerações e esses domínios encontram assim mais facilmente mão de obra.

A crise atual dos latifúndios, o seu fracionamento em pequenos lotes ou sítios, a organização das novas zonas de derrubada em domínios relativamente pequenos, são favoráveis às cidades.

¹⁷ Pierre Deffontaines. — *Les Hommes et leurs Travaux dans la Moyenne Garonne*.

Já por volta de 1920 constatou-se que a cidade de Campinas tinha crescido depois da crise provocada nos grandes cafêzais pela praga da broca; muitos fazendeiros tiveram que lotear; seguiu-se um regime de pequena policultura: vinha, laranja, algodão, e a cidade tirou proveito deste aumento da densidade rural e da diversificação da produção. Mais antigamente, a libertação dos escravos, arruinando muitas antigas fazendas, sobretudo os proprietários de engenho, tinha feito refluir para as cidades muitos negros que construíram seus bairros miseráveis, as favelas, onde eles vivem com ofícios mais ou menos parasitários.

As modificações no regime da terra tiveram uma repercussão direta sobre o efeito urbano do Brasil.¹⁸

O aspecto do patrimônio parece com o da bastida, plano geométrico, praça central quadrada, organização das atrações de povoamento e do reclamo. As bastidas levavam muitas vezes nomes de grandes cidades, como diversos patrimônios. A mesma multiplicação um pouco desordenada das fundações urbanas com grande número de insucessos e malogros, mas alguns verdadeiros êxitos.

Instabilidade e crescimento da rede urbana

Fica-se chocado com a instabilidade de toda essa multidão de pequenas aglomerações do Brasil. As cidades não têm a fixidez das nossas velhas cidades européias; muitas são cidades em eclipse, e o número de cidades mortas é inteiramente anormal para um país novo, no qual a forma de cidade não tem três séculos de existência. A maioria das cidades mineiras está hoje em plena letargia, os pequenos portos da costa, muitas cidades de estrada ou cidades de rio estão também golpeadas mortalmente. Nos portos de Ubatuba e Angra dos Reis, muitas ruas são bordadas de bonitas fachadas de pedra em estilo colonial, mas se percebe, pelas janelas escancaradas, o interior construído de terra completamente desabado. Julgar-se-ia estar em algum velho país em via de despovoamento, como a Gasconha, e se custa a crer que se está no Brasil, num dos principais países pioneiros cuja crescimento de população é em média de 1 milhão de habitantes. Ao lado do Brasil que se povoa há um grande Brasil que se despova. A instabilidade da população, que tínhamos assinalado no povoamento rural,¹⁹ existe também no povoamento urbano.

O Brasil deve a maioria das suas cidades a atos de vontade humana.

Cidades são criadas e povoadas com uma facilidade que surpreende e são mudadas de lugar por um simples decreto, mesmo que se trate de capitais. Minas Gerais tinha sua capital em Ouro Preto, a antiga cidade mineira; em 1900, decidiu-se estabelecer uma nova capital numa região menos montanhosa, mais central e de mais fácil acesso; escolheu-se um grande planalto elevado sobre o qual se traçou um curioso plano urbano em losango; batizou-se a nova capital com o nome de Belo Horizonte e hoje a cidade que tem pouco mais de 30 anos se aproxima dos 150 000 habitantes. Um fato do mesmo gênero acaba de passar-se no Estado de Goiás (1936); a antiga capital, Goiás, velha cidade montuosa, pouco salubre, foi destronada em proveito de uma aglomeração inteiramente nova, Goiânia.²⁰ Cogitou-se mesmo de transferir a Capital Federal, Rio de Janeiro, para pleno centro do Brasil, e se delimitou nas fronteiras de Goiás um território federal. Felizmente, ficou-se na fase dos decretos sem se passar aos atos.

Esta instabilidade é particularmente chocante na nomenclatura. As mudanças de nome de cidade são extremamente freqüentes, quase a regra, e isto não é para facilitar o conhecimento geográfico do país.

¹⁸ A decadência da pequena propriedade teve muitas vezes como corolário uma diminuição da atividade das pequenas cidades. A constituição das grandes empresas açucareiras em lugar das fazendas de engenho provocou a baixa de várias pequenas cidades do Nordeste em proveito de cidades operárias construídas em torno das novas usinas de açúcar, como acontece em volta da grande usina Catende.

¹⁹ Pierre Deffontaines. — *Les formes du peuplement rural au Brésil*. A.G.F.

²⁰ A capital do Território do Acre, Cruzeiro do Sul, foi fundada em 1904.

Algumas aglomerações levaram nomes pouco brilhantes e desejou-se um outro nome: Leopoldina se chamava outrora Feijão Cru, Cataguases era Meia Pataca;²¹ Boa Vista, no Rio Grande, se intitulava Pardieiro Grande, e de fato em 1910, só havia uma cabana; hoje contam-se aí 10 000 habitantes. Uma pequena aglomeração da Amazônia se chama Remate de Males, compreende-se que ela possa reclamar a mudança do seu nome.

Vários nomes se tornaram leigos. Espírito Santo tornou-se Divinópolis, São Sebastião do Paraíso simplificou-se para Paraisópolis, Santa Rita de Cássia para Cássia.

Procurou-se muitas vezes fazer reviver antigos nomes indígenas. Piracicaba se chamou primeiro Constituição. Sobretudo deram-se nomes de personagens importantes: Muqui tornou-se João Fessoa, Rodeio passou a Paulo de Frontin, Palmira se chama hoje Santos Dumont e Queluz, Lafaiete...

Os nomes, tanto quanto os lugares, não são fixos. As cidades não estão verdadeiramente enraizadas, o meio natural ainda não teve tempo de aprovar essas fundações muitas vezes arbitrárias.

O Brasil não atingiu um estágio em que a divisão do trabalho tenha feito progressivamente descobrir as aptidões regionais variadas comportando interdependências e portanto, do potencial urbano, as divisões naturais ainda não nasceram, uma monótona economia fechada continua espelhada muito generalizadamente, a noção de "região", isto é, de paisagem que o homem confeccionou progressivamente pelas especializações de regime e de horizonte de trabalho, está ainda confusa. Não há verdadeiros "nomes de região", isto é, nomes de paisagem.²²

Também, o Brasil ainda não tem senão muito poucas dessas cidades marginais tão estáveis que balizam nas nossas regiões da Europa os limites das regiões. Faltam ao Brasil esses dois grandes elemento de solidez e de unidade de uma nação: as "regiões" com a sua produção original e complementar e as cidades marginais servindo de elemento de função e de trocas entre suas "regiões" diferenciadas.

A rede urbana que se criou aparece menos como guiada pela natureza do que abandonada à fantasia dos homens, plantadores de cidades. Ela não é absolutamente constituída por alguns raros pontos de urbanização comandados pelo meio, mas ao contrário por um surgimento de cidades novas mais ou menos efêmero e aleatório. A sua própria instabilidade foi a causa da sua multiplicidade.

As cidades são numerosas no Brasil, talvez demais, e entretanto outras gerações urbanas continuam a se formar, tais como essas cidades de saúde que se multiplicam nas montanhas ou em volta das fontes termais para combater os calores tórridos do verão no litoral: Petrópolis, Teresópolis, no Estado do Rio; Campos de Jordão, no Estado de São Paulo; Poços de Caldas, Cambuquira, Caxambu, São Lourenço, no Estado de Minas. Breve nascerão sem dúvida cidades industriais. Já em torno de algumas grandes usinas aparecem aglomerações; notamos as cidades operárias das usinas açucareiras Ester ou Catende. Outras usinas se fundam nas zonas de montanhas onde se encontram as quedas d'água: Cascatinha, Paracambi, Mendes, na Serra do Mar.²³

²¹ A pataca é uma moeda que vale 10 réis.

²² Ainda não existem no Brasil senão duas zonas antigamente complementares: o sertão e o litoral; uma dedicada à criação extensiva, a outra às plantações; e vimos que trocas reuniam essas duas partes, porém elas não são "regiões" no sentido em que entendemos essa palavra na Europa. O sertão se estende por imensas regiões muito disparatadas; ele deve o seu caráter e a sua vocação ao seu afastamento, à sua dificuldade de acesso, ademais ele recua incessantemente cada vez mais longe para o interior.

Entretanto, Campinas, Sorocaba, Mogi Mirim, no Estado de São Paulo, estão fixadas no limite da zona cristalina e da zona sedimentar. Mas estas duas zonas ainda não conquistaram os nomes de regiões, o que prova que a percepção da sua diferença ainda não foi verdadeiramente sentida e utilizada; não há trocas entre as duas zonas. Belo Horizonte está também no limite de duas zonas: ao sul e a leste, as serras e a zona mineira, ao norte e ao oeste, a zona tabular dos planaltos e das fazendas de criação; mas estas duas regiões ainda não descobriram o seu caráter complementar e Belo Horizonte não é uma cidade marginal concentrando as relações entre regiões complementares.

²³ Pierre Deffontaines. — La vie montagnarde au Brésil, *Geographical Review*. T. XXVII, n.º 3, July 1937, New York, págs. 394-413.

Entretanto ainda há algumas regiões no Brasil que não foram atingidas pelas diferentes vagas de urbanização. O interior de Mato Grosso ficou em grande parte no regime da grande fazenda de gado totalmente isolada, sem nenhuma cidade na vizinhança; só o dono vai fazer uma ou duas grandes viagens por ano à cidade longínqua, de onde traz provisões gerais que vende depois aos seus empregados e às pessoas das redondezas, muitas vezes por preços muito elevados; aqui como alhures, a cidade será uma libertação para as pessoas pobres.

No ocidente do Paraná e de Santa Catarina, território ainda em via de colonização por imigrantes europeus, nenhuma cidade foi fundada, motivo por que a própria colonização está em jôgo; tôda aglomeração é para uma região rural um centro de consumo e permite sair de uma economia absolutamente fechada que impede todo o progresso.

Mas essas regiões sem urbanismo são excepcionais no Brasil.

Este país da dispersão rural mais absoluta fêz nascer uma rede urbana já cerrada, como se a dispersão tivesse também necessidade de organismo urbano. Tôdas as ocasiões são boas para que surjam cidades: evangelização, minas, circulação, grandes trabalhos, o próprio isolamento e talvez êsse principalmente. A semente urbana flutuava em estado latente e procurava o menor terreno favorável para desabrochar e tentar a sua sorte; muitas vezes ela produziu árvores gigantescas e cheias de seiva como Rio de Janeiro, com quase 2 000 000 de habitantes, e São Paulo, com mais de 1 000 000. Em resumo, crescimento e instabilidade das cidades, tal parece ser a característica de uma rede urbana na infância, pelo menos é o que parece depreender-se do exemplo do Brasil.

Resenha e Opiniões

O grande censo brasileiro de 1940

É oportuno noticiar-se que estão virtualmente concluídos os trabalhos do grande recenseamento da República, efetuado a 1.º de setembro de 1940, em plena vigência do Estado Novo, instituído três anos antes, em 10 de novembro de 1937.

Esses trabalhos de nosso censo geral, bem como os resultados do mesmo, têm sido acompanhados aqueles e esperados estes, com atencioso interesse, por instituições culturais de todos os países, assim como por inúmeros técnicos, estatísticos, economistas e outros.

Do ponto de vista de nossa política estatística, continuamos adotando a dos censos decenais, referidos à hora zero de primeiro de setembro dos anos de milésimo zero, como deveria ter sido sempre o nosso sistema desde a Independência, se não, fôsse desatendido, quanto ao milésimo em um dos censos e, em geral quanto ao espaçamento destes, conforme evidencia a simples enumeração da série de datas dos cinco grandes recenseamentos: 1872 — 1890 — 1900 — 1920 — 1940.

O censo brasileiro de 1940 é o mais recente dos censos mundiais de sua espécie, tendo por imediatos antecessores: o das Índias Neerlandesas, com particularidades muito semelhantes às do nosso; depois o dos Estados Unidos e por fim o do México, os quais foram também baseados na divisão em sete censos: demográfico, agrícola, comercial, industrial, serviços, transporte e comunicação, e social. A estes foram acrescentados inquéritos complementares sob cinco indagações: matérias primas; climatologia e epidemiologia; retrospecto econômico e cultural; prospecção técnico-econômica e social dos municípios; e custo da vida.

Comparado aos censos estrangeiros contemporâneos, ressalta o nosso, como aquele em que menor número de pessoas foram empregadas e o que menos despesa acarretou, sem prejuízo do ótimo desempenho conseguido, o que recomenda à gratidão dos brasileiros não só a direção do serviço como

também os técnicos dos diversos ministérios que prestaram e vêm ainda prestando a mais proficiente colaboração.

A direção desse tão especializado serviço reflete, uma vez mais, a cultura e eficiência administrativa do grande cientista brasileiro professor José Carneiro Filipe.

O trabalho planejado pela Comissão Censitária Nacional, executado, sob a orientação desse delegado do Governo pelos técnicos a que nos referimos, e seus auxiliares, lega às administrações vindouras, em modelos cuidadosamente estudados, avultado material, bem como experiências que serão aproveitáveis, como ensinamentos práticos, àqueles que houverem de cuidar de futuros recenseamentos, gerais ou mesmo parciais.

Iniciado e, até certo ponto, realizado antes do estado de guerra, com este não foi prejudicado, quanto às operações de coleta, mas teve de sofrer limitações óbvias, inevitáveis, quanto à divulgação de resultados proveitosos aos inimigos do Brasil e da civilização.

* * *

Decorre dos próprios títulos dos censos e dos inquéritos que os dados geográficos, de que, então, dispúnhamos — tábuas itinerárias, vias terrestres, marítimas, fluviais e aéreas, — serviram a quantos tiveram de percorrer, na vastidão do nosso território, de localidade em localidade, de pouso em pouso, à cata de respostas aos questionários, ou em inspeção da marcha dos trabalhos de recenseamento, — por vezes em zonas dificilmente penetráveis, por mal, ou pouco exploradas.

Inversamente, o que os esforçados e diligentes censitários colheram, ora a propósito de ainda não bem esclarecidos limites entre Estados ou Municípios; ora em dúvidas sobre rios e serras, delimitação urbana e suburbana de núcleos demográficos; ora em duplicatas, senão multiplicatas, de topônimos; e tantas outras observações sobre clima, estações secas e chuvosas

etc., virá certamente constituir subsídio precioso aos serviços geográficos, em suas várias aplicações de ordem prática.

Justo é, portanto, que o Conselho Nacional de Geografia se congratule com o de Estatística, pela satisfatória conclusão da primeira de suas grandes e utilíssimas tarefas decenais. E nesse justificado sentimento congratulatório, não é demais assinalar a figura prestigiosa do Exmo. Sr. embaixador J. C. de Macedo Soares, que, na presidência do I. B. G. E., tem sido, inegavelmente, o grande propulsor de todos os sucessos nos trabalhos dos vários órgãos do Instituto.

* * *

Por força das próprias instituições legais então vigentes, os recenseamentos anteriores não puderam, nem poderiam, ter o mesmo valor, a mesma expressão social do de 1940.

Expliquemos com um aspecto somente: o dos inquéritos às atividades comerciais. O Código de 1850 limitava o conhecimento da contabilidade apenas ao uso e segurança do comerciante. Hoje, o alto interesse público autoriza a indagação do quantitativo e do qualitativo das mercadorias, em fase distribuidora; o exame de procedências, preços, lucros, destinos, etc. E quaisquer omissões que possam ainda ter ocorrido, servirão para indicar ao Governo, ao legislador, os corretivos necessários a serem codificados, no justo resguardo do interesse geral, frente às possíveis tendências abusivas individuais.

No censo demográfico, aquele que, geralmente, mais curiosidade desperta, a operação de 1940 reúne, sobre a composição da sociedade brasileira, informes interessantíssimos, inéditos no mundo inteiro, os quais estão sendo interpretados pelo eminente professor universitário de estatística, Sr. Giorgio Mortara que, na qualidade de consultor técnico, vem acompanhando todas as fases do recenseamento, elaborado, este, por técnicos brasileiros que, no conceito daquele ilustre catedrático, são verdadeiras capacidades, que excederam todas as suas expectativas iniciais.

Outro aspecto valioso é o levantamento dos variadíssimos grupos de ocupações e de meios de subsistência.

Mas não desejamos, nem podemos, nesta rápida notícia, descer a mais

pormenores, que, certamente, hão de, em breve, ser comentados por quem possa fazê-lo com mais autoridade.

Apenas, como fecho, recordaremos, fazendo-as nossas, aquelas previsoras palavras divinatórias que a *Revista Brasileira de Estatística* inseriu, em seu primeiro número (janeiro-março de 1940, pág. 122), como legenda lapidar:

Os censos brasileiros vão criar uma nova consciência nacional, porque seus resultados nos convencerão de que o Brasil, pela sua grandeza continental e pelos seus recursos, pela sua crescente população e pelo trabalho honrado de seus filhos, está destinado a ser a mais alta expressão da civilização contemporânea.

M. M. F. S.

Sambaquis

O *Boletim* da Comissão Executiva da Pesca, em seu n.º 191, ano XXIII, referente ao mês de maio último publicou o seguinte estudo, firmado pelo Sr. Antônio João Ribeiro, técnico em caça e pesca da D.C.P.:

Denominam-se sambaquis os amontoados de moluscos, sejam ostras, samanguias, tariobas, mexilhões, ou berbigões, sururus, etc. que se acham dispostos em montes ou faixas estreitas ou largas de comprimento variável e de tamanho também variável.

Encontram-se, em geral, nos sambaquis ossos humanos, ossos de cetáceos, de aves e de outros animais. E, às vezes, também objetos e utensílios das civilizações ameríndias (urnas funerárias, etc.).

Justamente por isso, o problema dos sambaquis interessa não só à Geologia como também à Paleontologia e à Arqueologia.

O problema da origem dos sambaquis está, ainda hoje, sujeito a divergências e controvérsias.

Há duas teorias explicativas que disputam a supremacia.

De um lado, formam os autores que dão aos sambaquis uma origem artificial.

De outro, estão os que sustentam ter o sambaqui uma origem natural.

No primeiro grupo, encontram-se os autores que atribuem às populações primitivas, ameríndias, a construção

dessas ostras, que eram verdadeiros cemitérios para os seus semelhantes. E' a opinião dos arqueólogos em geral.

No outro grupo, divisam-se os geólogos que explicam a formação dos sambaquis pela ação de elementos naturais: a ação do mar, das correntes marítimas e dos ventos reinantes na região. Fundamentam-se no fato dos sambaquis serem localizados em lugares que revelam vestígios do mar que, ali reinara em outro tempo.

Esse debate, pela sua importância para a História e Pré-história do homem americano e para a Geologia precisa ser encarado objetivamente pela ciência.

Ambas teorias atendem a realidade e o mister principal é discriminar os sambaquis de origem artificial dos sambaquis de formação natural.

Essa discriminação só poderá ser dada pelo exame *in-loco* de cada sambaqui.

O exame direto em cada ostra revelará em que categoria deve figurar.

E' este um trabalho que deve ser empreendido, a fim de que tenhamos uma classificação objetiva dos nossos sambaquis.

E' de notar que os principais "sambaquis" brasileiros se acham localizados na região sul do Brasil.

Podemos apontar os principais, que merecem a atenção dos pesquisadores:

a) — no Distrito Federal: o de Guaratiba, Sepetiba e o da ilha do Fundão (este ainda submerso);

b) — no Estado do Rio de Janeiro: o da ilha da Madeira;

c) — no Estado de São Paulo: o do Ribeira de Iguape;

d) — no Estado do Paraná: o de Ponta Grossa, que oferece muita importância porque é o único sambaqui localizado fora da faixa litorânea do Brasil;

e) — no Estado de Santa Catarina: o de Carniça e o de Cabeçadas, sendo que este último é o maior e o mais importante do nosso país.

A constituição deste curioso sambaqui, denominado de Cabeçadas, é a seguinte:

a) — na maior parte, é formado de carapaças de *ostrea* e *vénus*;

b) — ossos humanos fossilizados;

c) — ossos de cetáceos fossilizados;

d) — vértebras e espinhas de peixes fossilizados;

e) — fragmentos de rochas diabásicas, algumas apresentando vestígios de trabalhos humanos;

f) — fragmentos de carvão, encrustados nas conchas ou nas espinhas e nos ossos.

Não há dúvida que um exame exaustivo de todos esses sambaquis dará a chave do problema. Somente, então, poderemos saber quais os de origem artificial, quais os de origem natural.

E' certo, que tal exame não é fácil e, em alguns casos, talvez, não possa trazer os esclarecimentos desejados.

O campo, porém, deve ser pesquisado.

Ao terminar esta breve nota, devemos lembrar que, no Brasil, os sambaquis têm denominações diversas que variam com as regiões.

No Paraná e Santa Catarina são chamados "casqueiras" ou "berbiqueiras".

Em São Paulo denominam-se "casqueiros" ou "ostreiros".

No norte do país em vez de sambaquis usam o batismo sernambis.

E' um problema que, por sua múltipla significação, merece ser plenamente esclarecido. E, nesse estudo, o arqueologista e o geologista devem cooperar conjuntamente, com os seus conhecimentos especializados, sem os quais não será possível uma pesquisa definitiva.

NOTA: O "sambaqui" de Cabeçadas situado na estação do mesmo nome da Estrada de Ferro Dona Cristina com um volume aproximado de 53 000 metros cúbicos, está sendo explorado pela referida estrada de ferro para servir de lastro em sua via férrea e duas "caieiras" particulares.

Inquéritos rurais

As modernas técnicas de estudo social e cultural baseadas no rigor científico da pesquisa estão criando entre nós o gosto pelo trabalho do campo; provocam o contacto direto com as causas e efeitos no processo de formação da sociedade brasileira e resultam em valiosas contribuições à bibliografia sociológica brasileira.

Cumpra insistir nessa orientação e estimular as iniciativas. Seria injusto deixar de ressaltar os bons exemplos de São Paulo, entre os quais nos ocorrem o Departamento Municipal de Cultura e a Escola Livre de Sociologia; contribuições inestimáveis são também as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principalmente através de sua maior campanha, o recenseamento geral de 1940; outra contribuição interessante é a do Serviço de Economia Rural, por intermédio de sua Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais, que promove amplo inquérito nos 1 574 municípios brasileiros.

Entre os trabalhos paulistas é interessante ressaltar o "Estudo sobre a agricultura dos sitiantes" inserto na *Revista do Arquivo Municipal*, da autoria dos engenheiros agrônomos Rui Miler Paiva e Mário Homem de Melo.

Como *sítio* consideram os autores toda propriedade agrícola cuja dono se encarrega pessoalmente de fazer os trabalhos atinentes à agricultura, com auxílio, ou não, de mais gente, além de sua família.

A escolha do município de Campinas obedeceu a critério lógico: apresenta regiões distintas onde os sitiantes são obrigados a manter culturas, criações e práticas diferentes; a sua agricultura está estratificada; assim, as observações nêle colhidas valem para todas as antigas zonas agrícolas do Estado; é o município de mais alta densidade demográfica, contando 81,51 habitantes por quilômetro quadrado contra 29,28 para todo São Paulo; foi dos maiores produtores de café do Estado (com 1 500 000 arrôbas em 1886) e figura atualmente abaixo de quase cem municípios cafeicultores, com safra inferior a 37 000 sacas.

As conclusões do estudo referem-se ao caráter desoladoramente rudimentar da agricultura praticada pelos sitiantes. Assim é que em 90 sítios foram encontrados 148 arados, 72 cultivadores Planet, 118 carpideiras, 45 pulverizadores. Em relação à adubação, 76% dos sítios empregam estêrco. Enfim, "terras mal preparadas, culturas mal feitas e falhas; produtos colhidos de qualidade inferior e cheios de doença; pomares com mudas de pé franco e vargens inaproveitadas; criação de qualidade inferior solta em volta da casa; ambiente, enfim, cheio de miséria e vazio de esperança".

Observações curiosas as sobre o papel da pequena propriedade na diversificação da nossa produção agrícola. Os sitiantes não plantam economicamente, como os fazendeiros; querem apenas obter auto-suficiência e são assim fatores de equilíbrio nas zonas de monocultura. Há alguns dados sugestivos sobre a atenção dispensada pelos sitiantes paulistas aos produtos de alimentação: plantam milho 95,5%; criam galinhas 94,4%; cultivam arroz 91,9%; feijão, 91,1%; gado, 89,5%; banana, 86,7%; porcos, 83,3%; mandioca, 77,6%; laranja, 58,8%, etc.

Outra observação interessante é sobre a consorciação de culturas que os técnicos consideram nociva e que torna impossível o emprêgo de máquinas agrícolas. Os autores do estudo, com a autoridade de agrônomos, rebatem a tese e reconhecem que em determinadas ocasiões o agricultor é forçado a essa prática, como por exemplo na cultura de café, quando há sobra de espaço; torna-se então conveniente plantar algodão, milho ou feijão entre as ruas a fim de melhor aproveitar a terra; outro exemplo se constata na cultura do arroz que nasce com muita falha e não permite replanta; o agricultor é obrigado a encher o espaço com feijão.

A consorciação é aconselhável no caso de sitiantes que não dispõem de maquinaria e que são obrigados a limitar a área de cultura pela área que conseguem capinar. Ora, no caso de plantações em conjunto, o sitiante consegue, com o mesmo trabalho de capina, duas colheitas, o que representa maior lucro e maior rendimento de trabalho, ainda mesmo com a queda que a colheita sofre pela competição que uma cultura faz à outra.

Sobre a consorciação cultural são interessantes as observações do Prof. Preston James sobre as culturas no Arizona, que se encontram distribuídas em "três zonas verticais", a última delas corresponde à "terra fria" numa altitude de 6 000 a 10 000 pés; é exatamente nas "terras temperadas" numa altitude de 2 000 a 6 000 pés, que predomina a cultura do café associada à da cana, banana, arroz, milho, mandioca ou feijão.

O estudo sobre a agricultura dos sitiantes termina com um apreciável conjunto de sugestões para um programa capaz de tornar mais eficiente

a assistência do governo aos pequenos agricultores, inclusive pela simplificação do processo de crédito e recurso ao regime cooperativista.

Valdemar Lopes (Do *Boletim da Associação Comercial de São Paulo*).

Centenário de Ratzel

Melancólico o destino dos sábios. Nascidos, quase sempre, na obscuridade e na pobreza, percorrem uma trajetória acidentada, cheia de sinuosidades — sem alterar, porém, na coerência férrea dos seus atos e atitudes, suas lutas e ideais.

Foi assim a existência de Friedrich Ratzel. Segundo um resumo bibliográfico organizado pelo Sr. F. A. Raja Gabaglia, ele nasceu em Karlsruhe, a 30 de agosto de 1844, e foi primeiramente farmacêutico; frequentou mais tarde as universidades de Heidelberg, Iena e Berlim, especializando-se em Zoologia e Geologia.

Cedo, porém, com essa inquietude que caracteriza os grandes espíritos, enveredaria por outro caminho — o estudo da Geografia — para o qual teve as atenções voltadas após a sua longa viagem pela Europa Meridional, Estados Unidos, Cuba e México. Nestas viagens, aliás, ele iniciava, sem o perceber, uma tradição nova, nos estudos geográficos contemporâneos: a da observação, travando contacto com paisagens desconhecidas, gentes e costumes estranhos.

A Geografia Física no seu realismo e na sua frieza não atraía o mestre, a ponto de monopolizar as suas atenções. Jornalista, interessado na política do seu país, orientaria suas cogitações para os estudos sociais, criando a Antropogeografia.

Sua ascensão à cátedra de Geografia da Universidade de Leipzig, assinalou uma conquista de crucial importância em sua vida. Pode-se acrescentar que foi também um fato de significação enorme para o progresso universal dos estudos geográficos.

Desempenha um papel preponderante no Comité Central para o estudo da Geografia da Alemanha. Uma das notáveis inovações provocadas por esse comité, foi atribuir um valor novo às pesquisas locais. Ratzel fundou e dirigiu a célebre Biblioteca de Manuais Geográficos, editada em Stuttgart.

Publicado o primeiro volume da Antropogeografia, ficaram conhecidas suas idéias novas, revolucionárias no

bom sentido. Ratzel enxergava os homens como realidades, ocupando a superfície terrestre e desta sendo um revestimento digno de maior estudo e observação; reparou que os grupos humanos e as sociedades se desenvolvem sempre nos limites de um certo quadro natural, tendo sempre um lugar preciso do Globo e a necessidade, para alimentar-se, subsistir e crescer, dum certo espaço.

A humanidade está em permanente fermentação, à procura dêsse máximo de riqueza no menor espaço possível. Daí a intensificação da cultura, a racionalização dos meios de exploração do solo tornando viável a concentração de populações, com todos os problemas decorrentes dêsses fatos. Preocupou-o sobremodo o problema da habitação. Trouxe à Etnografia e à Geografia Humana, a contribuição da cartografia. Ficou célebre entre outros dos seus ensinamentos, o princípio de que "o método geográfico consiste em determinar a extensão dos fenômenos sobre a superfície da Terra".

Prodigiosa a atividade de Ratzel. Deixou uma bibliografia extensíssima. Suas obras perfazem 24 volumes, além de algumas dezenas de memórias e artigos!

Não ficou, entretanto, limitado às atividades superiores. Temperamento de lutador, desceu ao plano das ações diretas, fomentando estudos, criando escolas, fundando associações, discutindo, trabalhando. Entre outras coisas que realizou, conta-se uma pequena geografia para moças e um outro livro, também didático, versando sobre corografia da Alemanha. Conta-se também que as suas preleções orais chegaram a atrair auditórios de 300 ouvintes.

Suas obras — a herança imorredoura que ele deixou à cultura universal — são as seguintes: *Anthropogeographie* (1882 - 1891); *Voelkerkunde* (1885 - 1888); *Politische Geographie* (1897) *Die Erde und das Leben* (1901-1902); *Das Meer als Quelle der Volksgrosse* (1903) e finalmente uma reunião de artigos subordinada ao título de *Kleine Schriften*.

A pedra fundamental de Ratzel foi o estudo dos *oekumenos* — as áreas habitadas do planeta. O grande geógrafo atribuía um papel importantíssimo ao espaço — como elemento condicionador da expansão dos povos.

Essa teoria que viveu os seus primeiros dias no berço côr de rosa da ciência pura, haveria de encontrar, mais tarde, o mais trágico dos destinos. Seus belicosos compatriotas emprestariam a êsse princípio um caráter político, fabricando com êle a teoria do "espaço vital".

Assim, aquêle que tanto trabalhara pelo seu povo, aquêle que chegou a derramar o próprio sangue pela sua pátria, durante a Guerra de 70, êsse homem vem a ser — por um desses caprichos da sorte — o responsável pela catástrofe do seu país.

Esqueçamos, porém, o presente — a loucura dos homens, a hipertrofia das verdades que o mestre genial descobriu. E rendamos uma homenagem à memória dêsse homem que abriu caminhos novos e deslumbrantes, no bosque silencioso e espesso da ignorância humana, no que diz respeito à terra e à vida.

As plantas da borracha na Rússia

Entre 1931 e 1934, 30 expedições foram organizadas na União Soviética para procurar plantas que contenham borracha. Mais de 1 000 espécies foram examinadas. Delas 609 continham borracha ou substâncias das quais esta pudesse ser obtida. Apenas algumas delas foram consideradas convenientes para o cultivo, inclusive guayule (*Parthenium argentatum*), encommia (*Encommia ulmoides*), algumas plantas pertencentes aos gêneros *Scorzonera* (*tau-saghyz*) e *Taraxacum* (*kok-saghyz* e *krym-saghyz*), *Apocynum venetum* (*kendir*) e *Asclepias cornuti* (*vátochnik*).

Tornou-se evidente que a mais importante dessas plantas é kok-saghyz que é hoje a única planta usada extensivamente na indústria da borracha. Tau-saghyz é considerada a segunda pelas suas possibilidades. Krym-saghyz produz borracha de muito boa qualidade, mas o seu cultivo não se mostrou tão bem sucedido como inicialmente se fazia esperar. No estado nativo kok-saghyz contém cerca de 20%, tau-saghyz 40% e Krym-saghyz cerca de 6% de borracha nas suas raízes. As outras plantas acima mencionadas contém cerca de 5% de borracha nas suas folhas. No primeiro ano do seu cultivo as raízes de kok-saghyz contém cerca de 4% de borracha, mas no segundo ano êste teor sobe a 9 até 12%.

Kok-saghyz (*Taraxacum kok-saghyz*) é uma planta herbácea perepe que foi encontrada nativa em altitudes entre 2 000 e 2 300 metros sobre os planaltos Tian-Shan em Kazakhstan. É uma planta muito polimórfica, fato êsse que explica a sua grande adaptabilidade a solos e climas diferentes. Ela foi cultivada com sucesso em escala experimental em tôdas as latitudes até Arcângel. Quando cultivada, frutifica no fim do primeiro ano e então já pode ser utilizada para a obtenção da borracha, a qual se localiza nas raízes em forma de longos filamentos.

Afim de obter borracha das raízes de kok-saghyz, é suficiente reduzi-las a pó fino, o qual é macerado em água. A borracha é então separada por gravidade. A qualidade da borracha assim conseguida é entretanto inferior à obtida da *Hevea* (seringueira), mas é bastante satisfatória.

Tau-saghyz (*Scorzonera tau-saghyz*) é um pequeno arbusto de aparência achatada e folhas estreitas e retilíneas. Esta planta foi encontrada em estado nativo sobre as montanhas Kara-Tau (Kazakhstan) numa altitude variando entre 1 000 e 1 800 metros. O clima nessa região é excessivamente rigoroso, variando a temperatura durante o ano entre — 35°C. e + 40°C. A área em que é possível cultivá-la parece ser limitada ao território de Kazakhstan. Tau-saghyz é de cultivo e aclimação mais difíceis, além de ser mais suscetível às moléstias do que kok-saghyz.

Krym-saghyz (*Taraxacum megaliarhizon*), é uma planta herbácea perene conhecida pelo nome de "mastikan"; contém borracha de muito boa qualidade, superior à da *Hevea*, mas o conteúdo em borracha é apenas cerca de 6% em estado nativo e 0,7 a 0,8% quando cultivada. Além disso a planta é algo delicada. Os métodos do seu cultivo estão ainda na fase de experimentação.

Kendir (*Apocynum venetum*) é uma planta perene encontrada em estado nativo sobre aluviões arenosas de rios do Cáucaso Setentrional, Ásia Central e Transcaucásia. Esta planta não mostrou exigir condições especiais e restritas de solo e clima, como era esperado, mas exige cuidados especiais durante os primeiros dois anos (irrigação, eliminação cuidadosa do mato, proteção contra o frio). Ela

pode ser cultivada durante cerca de 10 anos sem interrupção. Duas vezes ao ano se procede à colheita de ramos, já a partir do terceiro ano de vida. Uma colheita normal é de duas a duas e meia toneladas por corte, ou quatro a cinco toneladas por hectare anualmente. A borracha está localizada nas folhas, as quais contêm-na de 0,5 a 8,5%. As partes lenhosas das hastes podem ser utilizadas como material de construção e de isolamento, e também na indústria química, para a obtenção de furfural.

Vatóchnic (*Asclepias cornuti*) foi importada dos Estados Unidos para ser cultivada na Ucrânia. Já foram iniciadas pesquisas com o propósito de utilizá-la na produção de mel, papel e borracha. Esta se localiza principalmente nos tecidos das folhas e na proporção de 2 a 10%. Em virtude da alta porcentagem de resina, a borracha que se obtém é de qualidade medíocre.

Guayule (*Parthenium argentatum*) pode ser cultivada em regiões áridas e semi-áridas sub-tropicais. É um sub-arbusto perene de família das Compositas. A maior parte da borracha se localiza na casca das hastes e das raízes, e pode alcançar 9 a 10% em relação à massa total da planta.

A gutapercha está, sendo presentemente extraída de (*Euonymus verrucosus*), que se encontra crescendo naturalmente. Recentemente têm sido feitos esforços para cultivar *Encombia ulmoides* Oliv., cujo conteúdo em gutapercha é da ordem de 3% nas folhas, 4 a 6% nas hastes e 10 a 12% nas raízes. Ainda não foram estabelecidos métodos satisfatórios de extração de gutapercha das raízes, de modo que até hoje só se usam industrialmente as folhas. Novos campos estão sendo plantados usando-se pequenas partes de ramos com raízes, sendo feita a primeira colheita no fim de quatro ou cinco anos.

Encombia é nativa de clima subtropical úmido. Afim de crescer em regiões temperadas, exige um solo profundo, bem trabalhado, isento de geadas e protegido dos ventos. A maior dificuldade para seu cultivo nos climas temperados da Rússia foi proporcionar ao solo constante e suficiente umidade.

Tropical Agriculture, vol. XX, pág. 43, fevereiro de 1943, traduzido por José Setzer).

Monografias municipais

A propósito da instituição, pelo Conselho Nacional de Geografia, do Concurso de Monografias Municipais a *Fôlha de Minas* em sua edição de 25 de maio último, publicou o seguinte comentário, na coluna "Terra Mineira":

Quando em 1825 Silva Lisboa foi incumbido pelo Imperador de escrever a *História dos Principais Sucessos Políticos do Brasil*, determinava uma portaria imperial que as câmaras municipais auxiliassem o trabalho apresentando informes autênticos retirados dos seus arquivos.

Desde 1782, aliás, por uma carta régia de D. Maria I, ficou estabelecido que em todas as câmaras municipais o vereador segundo redigisse uma memória na qual se contassem todos os fatos mais notáveis ocorridos durante o ano.

Foram ambas excelentes medidas, que infelizmente não tiveram a continuidade desejada, e por isso fracassou em grande parte o cometimento de Silva Lisboa.

De Minas Gerais, só as câmaras de Campanha, São João del Rei, Sabará e Paracatu atenderam ao apêlo, faltando inexplicavelmente as de Mariana, Ouro Preto, Pitangui, Diamantina e Sêro, de indeclinável importância para o trabalho de Silva Lisboa.

Campanha e São João del Rei, segundo informa Alfredo Valadão, levaram tão a sério a portaria imperial, que constituíram comissões especiais para tratar do assunto, o que lhes possibilitou apresentar memórias de indiscutível valor, como se pode ver do volume I-1896 da *Revista do Arquivo Público Mineiro*.

A Câmara de Campanha deliberou para isso "que se repartisse a lição de todos os Livros do Arquivo da Câmara e mais papéis que se pudessem obter das pessoas particulares, pelos três vogais; entregando-se os papéis avulsos ao primeiro vogal, os livros de registro ao segundo, e os acórdãos ao terceiro, para que, examinando cada um a parte daquele documento, ou memória, que lhe parecer convir para a ilustração para a História dos principais sucessos do Brasil; e juntando-se em sessão os trabalhos de todos, entrem em discussão os pontos oferecidos, gozando da primazia na exposição dos mesmos o primeiro vogal: prosseguindo o segundo e depois o ter-

ceiro, a quem se dará a palavra para começar o ato de discussão, transcrevendo-se na ata o resultado da pluralidade, quando se tornar afirmativo, para então se extraírem cópias autênticas, ou para se extrair aquelas memórias que pareçam extensas, guardada sempre a ordem cronológica para se facilitar o trabalho do historiador". Além disso, deliberou que se oficiasse ao clero em geral e mais pessoas instruídas do Termo, para que dessem as informações necessárias à perfeita execução da tarefa.

Como se vê, o método é excelente, o que explica a importância da contribuição de Campanha.

Montes Claros, atendendo a uma portaria de 23 de abril de 1840, emanada do governo da Província, determinava pelo presidente da Câmara que se reunissem os dados geográficos e históricos do município destinados ao mesmo fim.

E' pena que ainda não se tenha realizado a idéia de Silva Lisboa, apesar de notáveis contribuições que ultimamente têm aparecido a público.

A medida tomada pelo Instituto de Geografia e Estatística entretanto, incentivando e premiando a confecção dessas monografias de fundamental importância para a história política, social e econômica do Brasil, retoma de certo modo a idéia de D. Maria I e do seu neto Imperador do Brasil, e os frutos dessa iniciativa já se fazem sentir pelo número de trabalhos já aparecidos em virtude de tão oportuna deliberação.

Equador

Descrição do país

A República do Equador está situada na costa ocidental da América do Sul. O seu território compreende as províncias que constituem a antiga Presidência de Quito, e bem assim o arquipélago de Colón (conhecido também sob o nome de ilhas Galapagos) que se acha situado no Pacífico a uma distância de 950 quilômetros da costa. O seu nome provém do fato d'este país ser atravessado pela linha equatorial, circunstância esta que fez supor a muita gente que o clima do Equador é excessivamente quente, quando a verdade é que esse país goza de clima temperado e até frio. É isso consequência das altíssi-

mas montanhas cobertas de neve que existem no Equador e da proximidade da corrente marítima de Humboldt.

A cordilheira dos Andes bifurca-se no Equador. As suas duas cadeias longitudinais, paralelas entre si e a costa, entrelaçam-se de distância a distância por meio de nós, dando lugar a um sistema de planaltos e de vales. De um e outro lado desprendem-se ramais cuja altura diminui até se perderem na planície. Das cumieadas andinas descem para o lado do oriente muitos rios navegáveis que vão formar o grande rio conhecido em seu curso superior sob o nome de Marañon e em seu curso médio e inferior como Solimões e Amazonas. O panorama vulcânico do Equador causa a admiração tanto do homem de ciência, como do simples turista. O mais ativo vulcão do país é o Sangay. Célebres na mitologia e na história são os vulcões Chimborazo (denominado o Rei dos Andes por atingir mais de 6 000 metros de altitude), o Cotopaxi, e o Pichincha.

A flora equatoriana é variadíssima. Na parte seca do litoral abundam as madeiras preciosas, na região úmida da costa e nas florestas tropicais e sub-tropicais a principal riqueza é o cacau, seguindo-se-lhe em importância a tágua ou marfim vegetal, as frutas tais como a banana, os limões, as mangas e abacaxis; o arroz, a cana do açúcar, o café, o fumo, o algodão, e outros produtos diversos.

Existem no Equador numerosos minerais exploráveis, embora ainda haja muitos que não estão sendo explorados, e bem assim grandes riquezas que não são aproveitadas por falta de boas vias de comunicações. O petróleo existe em consideráveis quantidades nas províncias litorâneas em uma boa extensão da região oriental.

Entre os produtos de exportação figuram em primeiro lugar o cacau, e depois a tágua (universalmente empregada na manufatura de botões), o café, couros, frutas e os chapéus de *jipijapa* (nome dado às tiras de fôlha de botonax, com que se fazem os chapéus conhecidos em todo o mundo como chapéus de Panamá). Nos últimos tempos tem sido notável o incremento verificado nas indústrias manufatureiras. São de especial valor as fábricas e oficinas em que se produzem casimiras, tecidos de linho, tapetes, chapéus e outros artigos.

População e cidades

A população do país é calculada em dois milhões de habitantes, sendo as províncias interandinas de Pichincha, Chimborazo e Azuay as mais populosas. A capital, *Quito*, tem cem mil habitantes e está situada a 2 856 metros acima do nível do mar nas faldas do Pichincha. Esta cidade goza de uma primavera eterna, razão pela qual os antigos a chamavam "la siempre verde". O lugar que ocupa na história das belas artes aplicadas, é extraordinário, como atestam os seus monumentos arquitetônicos consagrados ao culto, as pinturas das escolas quíntense, espanhola e italiana, as esculturas policromas, os retábulos, ferros forjados, tapêtes, rendas e códices com iluminuras. O próprio arquiteto do Escorial foi quem traçou as plantas do átrio, fachada e côro de San Francisco. Nessa igreja e em muitas casas senhoriais domina a tradição clássica ao passo que em *La Compañia* e em outros templos se nota a influência aborígene.

Guayaquil, é o pôrto principal do Equador. Situado na margem direita do rio Guaya, e a uns 60 quilômetros do mar, é uma cidade tropical que, graças à ação conjugada das autoridades equatorianas e missões científicas estrangeiras, conseguiu se livrar da febre amarela, oferecendo atualmente tôdas as garantias da salubridade. *Cuenca* é o lar tradicional das artes plásticas e centro da indústria chapeleira; *Riobamba*, com a sua pitoresca feira às sextas-feiras, é célebre pelos seus objetos de couro gravado em relêvo, tapêtes, e miniaturas em tágua; *Ambato*, é o berço do ilustre escritor Juan Montalvo; *Otalvo*, a curta distância da laguna de San Pablo, em cujas águas se reflete o majestoso Imbabura, é uma cidade digna de ser visitada pelas suas belezas naturais.

Vias de comunicação

O total de vias férreas equatorianas atualmente em serviço atinge a 1 000 quilômetros, dos quais 464 quilômetros correspondem à estrada de ferro de Guayaquil a Quito. A princi-

pal rodovia dêste país é a que parte de Quito em direção ao sul, atravessando várias províncias. No litoral há vários rios e afluentes dêstes, que são regularmente navegados por pequenos vapôres; na região oriental do país faz-se o uso de canoas para a navegação fluvial. Há várias linhas de vapôres tanto nacionais, como estrangeiras que tocam em Guayaquil, La Libertad e outros portos do Equador. Os serviços aéreos mantêm o país em comunicação rápida com o exterior.

Resenha histórica

Os *imbaburas*, *quitus*, *cañaris* e outros povos indígenas que habitavam o solo equatoriano foram subjugados pelos incas do Peru durante o século XV. A cidade de Quito adquiriu grande importância, chegando a ser a segunda capital daquele vasto império chamado Tahuantinsuyo, palavra quíchua que significa "às quatro partes do mundo". O império foi logo dividido em duas partes: o Reino de Quito, sob o governo de Atauvalpa, o de Cuzco, sob a chefia de Huáscar. Não tardou, todavia, a estalar a guerra civil entre êles, saindo vencedor o príncipe quíntense, o qual se declarou chefe único de ambos os reinos. Porém, logo a seguir à sua vitória, os espanhóis capitaneados por Francisco Pizarro invadiram os seus domínios. Capturado e executado Atauvalpa, Pizarro ordenou que Sebastião de Banalcázar se dirigisse para o norte afim de continuar a conquista da região. Transcorrido um ano, os conquistadores construíram a Vila de San Francisco de Quito sobre os escombros da cidade indígena abandonada (1534). Em meados do século já se haviam fundado outras povoações e a colonização era um fato. Em 1563, Filipe II criou uma Real Audiência em Quito, incorporada ao Vice-Reinado do Peru. Em 1779, ao ser criado definitivamente o Vice-Reinado de Nueva Granada, Quito foi separado do Peru e incorporado ao novo Vice-Reinado.

Ao passo que o país progredia materialmente e que Quito se convertia em um verdadeiro museu e empório de arte, os *criollos* começaram a ter consciência da sua situação, chegando

em várias ocasiões a rebelar-se violentamente contra os impostos injustos. Por outro lado, começaram também a infiltrar-se as idéias de liberdade e independência. Em 1791, fundada a Sociedade Patriótica por um esclarecido filho do país, Eugénio Espejo, apelidado *el Sábio*, um dos maiores precursores da independência americana, o qual, devido às suas atividades como propagandista, foi preso e veio a morrer em um calabouço (1795). O sacrifício de Espejo não foi, todavia, em vão. A 10 de agosto de 1809, a cidade onde agira e morrera o primeiro jornalista, o primeiro bibliotecário e o primeiro republicano do país, a cidade de Quito, lançou o primeiro grito de independência da América espanhola. Passaram-se vários anos de reação espanhola e de vários reveses para os insurgentes; porém a 9 de outubro de 1820 Guayaquil proclamou a sua independência de Espanha, formando um exército para libertar a região serrana. Com o auxílio do venezuelano José Antônio de Sucre, que chefiando 1 500 homens havia sido enviado pelo libertador Simón Bolívar, chefe supremo dos patriotas do antigo Vice-Reinado de Nova Granada, foi obtida a vitória de Pichincha (1822), ficando a Presidência de Quito em condições de se constituir em República independente. Cinco dias depois, Sucre conseguia que os habitantes de Quito declarassem o país parte integrante da Grã Colômbia (república proposta por Bolívar, inimigo de "nacionalidades minúsculas"), compreendendo os três grandes departamentos da Venezuela, Cundinamarca ou Nova Granada (hoje Colômbia) e Quito (hoje Equador). A desmembração da Grã Colômbia, iniciada com a secessão da Venezuela, completou-se a 13 de maio de 1830 com a decisão tomada em Quito de separar-se e constituir um estado livre e autônomo.

Decretada a Constituição, foi nomeado presidente o general Juan José Flores. No período de formação da república o mandatário que se destaca é Vicente Rocafruerte. Em 1861 subiu ao poder Gabriel Garcia Moreno, e durante o seu governo combateu-se a demagogia e fomentaram-se as obras e a educação, consolidando-se assim a república. Em 1895 entra o Equador em uma nova fase de sua vida política,

com o triunfo do liberalismo e a ascensão ao poder do general Elói Alfaro, durante cuja presidência se promulgou uma nova constituição, em que são garantidas todas as liberdades fundamentais do homem. Alfaro levou a cabo reformas econômicas, proporcionou novos campos de atividade à mulher, implantou o laicismo no ensino público, modernizou povoações, protegeu o índio, efetuou a separação da Igreja do Estado, e estreitou as relações com os países estrangeiros. A sua obra máxima como propulsor do progresso é a estrada de ferro transandina de Guayaquil a Quito, que percorre uma extensão de 464 quilômetros desde o nível do mar até alturas superiores a 3 500 metros, transpondo, por arrojada obra de engenharia, a escarpada montanha *Nariz del Diablo*.

Constituição e governo

De acôrdo com a Constituição atual, o Equador é uma república unitária em que as funções do Estado se distribuem pelos três Poderes tradicionais: Legislativo, Executivo e Judiciário. O primeiro reside no Congresso, que se compõe de duas Câmaras; a de Senadores e a de Deputados. Há 16 senadores representando as províncias, um para a tutela e defesa da raça indígena e 15 mais, chamados senadores *funcionales*, representando agrupações tais como as universidades, o professorado secundário, o jornalismo, o comércio, a indústria, a milícia, os operários, os trabalhadores rurais, etc. Os 16 primeiros são nomeados por conselhos provinciais os demais pelas agrupações que representam. Os deputados são eleitos diretamente pelo povo. Convém notar que a mulher goza de direitos civis iguais aos do homem, incluindo o do sufrágio.

O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, eleito por votação direta; o térmo do seu cargo é de quatro anos, não podendo ser reeleito. O presidente nomeia os ministros de Estado, que a lei fixa no número de seis. Há além disso um Conselho de Estado cujas atribuições são velar pela observância da Constituição e das leis, declarar a nulidade dos decretos promulgados pelo Executivo em contravenção da Constituição, etc..

O Poder Judiciário é exercido pela Corte Suprema e outros tribunais. Em cada capital de província funciona um Conselho Provincial encarregado, entre outras cousas, de eleger o senador. A administração dos interesses locais está confiada a municipalidades autônomas. Segundo a lei de divisão territorial há 17 províncias: 5 litorâneas, 10 inter-andinas e 2 orientais, representadas estas últimas por um senador comum a ambas.

Educação

Do *kindergarten* à universidade a instrução é leiga e gratuita; até aos doze anos de idade é obrigatória. Há

umas 2 100 escolas primárias, que são freqüentadas por cerca de 150 000 crianças. Para a educação secundária 17 colégios nacionais e 5 particulares, que concedem o título de bacharel depois de seis anos de estudo. Afim de espalhar os benefícios da instrução existem cursos de extensão secundária adaptados às necessidades mais urgentes das diferentes províncias. A instrução especial conta com estabelecimentos tais como os quatro institutos normais, as escolas de artes e ofícios, os dois conservatórios de música, as escolas agrícolas, etc. O ensino superior é ministrado nas universidades de Quito, Guayaquil, Cuenca e em uma faculdade universitária em Loja.

Religião em Antropogeografia

EVERARDO BACKHEUSER
Antigo professor da Escola Politécnica
e Consultor-Técnico do Conselho
Nacional de Geografia

— II —

Cismas cristãos e a geografia

Múltiplas são as causas que cindem os partidários de uma religião desde que cresça o número de seus adeptos. Em regra se origina a divergência na interpretação de um preceito até então seguido e que alguns desejam modificar.

Uma vez produzida a cisão, avolumam-se, porém, com o tempo, as causas de divergência. Nessa segunda fase do processo cismático, a geografia entra em boa porção. A situação climática, ou a do relêvo do solo, ou do afastamento da linha periférica, ou mesmo a posição política propriamente dita, influem, de fato, de modo inequívoco.

Queremos neste artigo abordar tão somente cismas cristãos de maior influência no mundo civilizado, e apenas em dois desses cismas nos deteremos: o que separou a Igreja romana e grega, e o que, mais tarde, bipartiu a primeira pela revolta de Lutero, Calvino e outros. Sem dúvida, esses dois importantes cismas não foram provocados por motivos geográficos; mas esses motivos determinaram sua consolidação e importância futura.

Não apenas com o cristianismo isso aconteceu. Os budistas têm tido várias cisões, e delas a mais marcante é aquela que os separou em dois grupos chamados *Pequeno Veículo* e *Grande Veículo*. Foi uma cisão de índole doutrinária. O segundo grupo fortaleceu-se com a adesão de gentes do Norte. E com isso o budismo passou a ter uma divisão geográfica: budistas do Norte (*Grande Veículo*), e budistas do Sul (*Pequeno Veículo*). O mesmo aconteceu ao islamismo. O grupo camita, divergente, localizado na Pérsia, onde domina.

Os cismas cristãos têm para nós ocidentais muito maior importância. E vale, portanto, a pena determo-nos um pouco em seu exame.

Vindo da Ásia-Menor como cisão fulgurante no mosaísmo, o cristianismo não se limitou à catequese dos monoteístas hebreus. O fundador da nova religião não era um *iluminado* como Buda, ou um *patriarca nacional* como Moisés, ou um *profeta* como mais tarde seria Maomé, ou um *sábio político* como Confúcio. Era o próprio Deus descido à Terra, que pregou durante três curtos anos e modificou após esse rápido estágio a face da Terra. Não poderiam, portanto, os cristãos, seus adeptos, admiti-Lo como um simples Deus nacional, defendendo o seu povo. Seu povo seria a humanidade.

A nova religião teria, pois de ser pregada ao *gentio*. E o foi. E o foi de maneira anteriormente inacreditável, pela mansidão e brandura. Os cristãos não usariam armas, como mais tarde o fizeram os árabes, para conquistar *fiéis*. Valer-se-iam de meios ultrapacíficos: a persuasão, a humildade, os modos suaves, o exemplo. Os novos apóstolos eram modestíssimos pescadores de um lago perdido entre areias secas e quentes, e o mais ilustre deles é

simples fabricante de tapetes. Esse grupinho de pobres homens, ilustrados, porém, por uma luz superior, viajou para todos os quadrantes em torno de Jesuralem, sem se preocupar com este, senão com o outro mundo. Sua divisa era que alguma coisa se devia a César, mas a maior porção a Deus.

E como na época o mundo ilustre, os luminares das ciências, das letras, das artes, os chefes militares, os grandes políticos residiam em Roma, para Roma se dirigiram os de maior responsabilidade, principalmente aquele Simão Pedro, a quem por Jesus havia sido dado o encargo de governar a Igreja, "contra a qual não prevaleceriam as portas do inferno". Roma, capital do todo-poderoso Império, ficou sendo também a sede do Bispo de mais autoridade da nova Igreja. E assim continuou.

A nova Igreja, embora de fundamentos essencialmente judaicos, recebeu, todavia, no seu culto, nas suas práticas, no seu modo de ação, a influência da paisagem física e cultural do mundo greco-romano. Já não era uma religião de pastores e agricultores. A dos hebreus, sem dúvida, o fôra. Tudo no sua tradição lembra esse caráter geográfico. O início do ano civil dos judeus é o fim do ano agrícola. A festa *Succoth* comemora o acampamento no deserto e a terminação dos trabalhos agrícolas na Palestina. Outra festa, *Pessah*, a Páscoa, é o início da maturação das searas. *Xabuoth*, aniversário da Lei do Sinai, é a data da colheita definitiva dos cereais.¹ Reminiscências pastoris e da indústria da pesca (a ovelha desgarrada, o Bom Pastor, pescadores de almas) encontram-se abundantes nas parábolas do próprio Jesus que, falando a gente de pequena visão cultural, precisaria descer a imagens a que estivessem habituados os seus ouvintes.

Ganhando o Mar Egeu e a Península Itálica, o cristianismo recebe, como dissemos, influxo decisivo do ambiente político social greco-romano. As ocorrências religiosas tomam nomes ou gregos ou romanos (Bispo, presbítero, paróquia, capela, igreja, basílica), refletindo o influxo que recebe ora de uma ora de outra língua, e, portanto, do respectivo ambiente social. As próprias manifestações do culto evoluem para modelos que cada vez mais se afastam dos moldes judaicos.

Não cabe em um trabalho de geografia humana, como este, referência às causas políticas e sociais (decadência dos bons costumes, prazeres sensuais, revolta das legiões, derrotas das armas, etc.) que provocaram o desmoronamento do Império Romano. O desenvolvimento processava-se independentemente do cristianismo; mas este, no monturo de decomposição moral, semeava e via florir a candura de seus princípios. E pôde assim tornar-se mais tarde o portador da cultura científico-artística de Grécia e Roma, depois do esmagamento total do poder político-militar dos Césares.

Mas esse mesmo desmoronamento político do grande Império provocaria a primeira grande cisão do mundo cristão.

Cisma grego-ortodoxo

Quando a capital do Império Romano se transportou das margens do Tibre para Bizâncio, que se iria chamar Constantinopla, apresentou-se ao cristianismo, que das catacumbas subira aos palácios, um sério problema: o Bispo de Roma, na qualidade de Bispo principal, de Papa, deveria permanecer onde estava ou acompanhar o poder civil? Grave e pesada questão.

Uns entendiam que a residência papal não fôra estabelecida em Roma por motivos políticos, mas sim espirituais. A autoridade primacial do Bispo de Roma decorria da investidura dada por Jesus a Simão. Fazendo-o chefe da Igreja nascente, conferia-lhe a autoridade que transmitiria a seus sucessores. O Primado de Pedro não era geográfico, ou político; era social, era espiritual. Os sucessores de Pedro seriam em linha direta os Bispos de Roma (mais tarde chamados *Papas*), desde que daquela localidade não saíssem por imposições estranhas. De seu próprio alvedrio, ali estavam; ali deviam ficar. Outros opinavam de maneira diversa. São Pedro fôra para Roma porque Roma era a capital do Império, a cidade mais importante, cuja conquista te-

¹ Apud Davi Peres, *O Judaísmo*.

ria de ser decisiva para o cristianismo. Ora, uma vez que se deslocava essa capital, a cidade mais importante do Império já não seria a velha Roma. O centro político estaria em outras mãos. O Bispo da capital devia acompanhar a capital. O sucessor de São Pedro seria, portanto, a autoridade eclesiástica que se fixasse em Constantinopla, ou onde estivesse a capital do mundo (porque então o mundo era o Império).

A cisão greco-romana surgiu desse dissídio de interpretação, em um fenômeno que poderíamos chamar político-eclesiástico.

Feita a cisão, o novo reagrupamento de adeptos obedeceu, porém, a causas geográficas. Os do Ocidente mantiveram-se fiéis a Roma; os do Oriente, salvo algumas poucas igrejas ou bispados, orientaram-se por Constantinopla. As igrejas ou bispados russo, búlgaro, sérvio, são arrastados no cisma sem nêla a bem dizer terem tomado parte. O tempo mostraria que os ocidentais estavam com a razão. Depois de Constantinopla houve outras mudanças e a igreja grega, com desvantagens para o seu prestígio, teve de mariposar de sede em sede, até acabar em Moscovo, mas com sedes autocéfalas em várias cidades (atualmente em Constantinopla, Alexandria, Antióquia, Jerusalém, e Moscovo, além de outras nos Bálcãs, Polónia, América do Norte e Japão).

Ambas as igrejas mantiveram-se fiéis à tradição até então única, e se consideraram uma, *apostólica*, e a outra *ortodoxa*. Ambas pretenderam a universalidade: a do Ocidente ficou sendo a *católica*, a do Oriente a *ecumênica* (católico e ecumênico são sinônimos de "universal"). E assim, uma, a ocidental, tomou o nome de "católica apostólica romana", e a oriental a de "grega ortodoxa ecumênica".

Estabelecida, porém, a cisão, a geografia acentuou as divergências. Em essência as crenças de ambas as igrejas são quase perfeitamente iguais: divindade de Jesus, mistério da Santíssima Trindade, culto à Virgem Maria e aos santos (aos *íconos*, como dizem os ortodoxos), obediência à Autoridade Eclesiástica, Sacramentos iguais, inclusive Confissão, Comunhão e Extrema Unção. Mas o "espírito" oriental, diferente do "espírito" ocidental, ambos fruto das respectivas paisagens geográficas, iria marcar de modo nítido cada uma delas. Enquanto Roma "se barbariza" cada vez mais, Constantinopla, a seu turno também cada vez mais se orientaliza. O cisma é consolidado pela diferença de línguas: o grego no Oriente, o latim no Ocidente. Há uma diferença crescente de mentalidades. "Para os ortodoxos a vida cristã será uma transfiguração, uma deificação, uma realização do eterno no tempo, do espiritual no sensível; será uma iluminação transformadora da natureza. Para o Ocidente, a vida cristã é menos uma realização do mundo divino em sua similitude sensível do que a marcha do homem em direção a Deus; trata-se menos de deificação que de "beatitude"; a Graça é considerada como um princípio novo de ações que serão eficazes, para ganhar a Deus (ações meritórias). No Oriente o mundo presente é uma "epifania do mundo espiritual". (Palavra de Congar, *Chrétiens Desunis*, p. 253.) Quer dizer, os orientais são platonianos; os ocidentais são apalonianos ou antiplatonianos.

Sobre o *fundamento geográfico* desse cisma ouçamos não um geógrafo, mas ainda o citado Congar, Padre católico, analista arguto do cisma.²

"O homem russo não pode ser compreendido senão pela terra russa, isto é, por uma terra ilimitada, monótona, de horizontes infinitos que deu a seu povo o sentido de infinito e da liberdade espiritual, terra por vezes pobre e dura e convidando os homens a se voltar para dentro. Nada orienta o homem para a constituição de um mundo complexo mas harmonioso, como nas cidades gregas; mas um convite permanente para o sonho ilimitado e a procura de uma realidade última para além deste mundo. Aludir ao misticismo russo é um lugar-comum. O povo russo é além disso levado aos extremos. Seu pensamento é espontaneamente religioso e místico; não se prende ao valor imediato das coisas, mas a seu sentido último. Enquanto no Ocidente se encontra freqüentemente o indiferente à religião, no Ocidente encontra-se

² Congar, *Les Chrétiens Desunis*, pág. 258.

uma resposta extremada à questão do *sentido das coisas, ou tudo ou nada*, ateísmo ou misticismo. Não os preocupa a administração da igreja (deixada ao poder civil) e julgam por isso a Igreja Romana mais ou menos nestes termos: Para a Igreja Romana, na qual se acha de algum modo realizada uma assimilação do Direito romano pelo cristianismo, a organização eclesiástica possui valor decisivo. A Igreja consiste na unidade do poder eclesiástico nas mãos de um representante *único*; em uma palavra, essa unidade é realizada pelo Papa de Roma e pela lealdade (*loyalisme*) de toda a Igreja, de todo o universo para com o Papa; do ponto de vista romano, a unidade da Igreja é a unidade administrativa, concentrada nas mãos do Papa. É uma monarquia espiritual, e de tipo centralizador."

Poderíamos, com vantagem, continuar a transcrição. Mas seria longo, apesar de muito instrutivo. Remetemos o leitor interessado à obra citada. (§ 6.º, p. 256.)

Esta referência à Rússia parece-nos necessária, porque foi na Rússia que se firmaram os ortodoxos depois da queda de importância de Constantinopla. Moscovo é a terceira Roma. Em torno da planície moscovita é que o culto ortodoxo tomou feição, que, como diz Congar, reflete o misticismo russo. Aliás esse misticismo russo é permanentemente (*geograficamente* se poderia dizer) de fisionomia sempre fanática. Até no ateísmo, como o demonstraram agora com o advento dos soviets. A possibilidade desse fanatismo ateísta já estava todavia previsto por eminente escritor russo, Dostoiewsky, quando escreveu no *Idiota* (IV parte, § 7) as seguintes linhas de larga visão profética:

"Desde que os nossos atingem a margem, desde que crêem aí ter chegado, experimentam tal alegria, que vão imediatamente aos últimos extremos. De onde vem isso? Se um de nós se converte ao catolicismo, não deixa de logo se fazer jesuíta, nem mesmo de se filiar aos elementos mais subterrâneos dessa seita. Se se torna ateu, quer imediatamente que a crença em Deus seja extirpada à força, a sabre. Por que isto? É que ele achou a pátria que não tinha visto aqui (na Rússia) e fica com isso todo contente... O que faz os russos ateus e os russos jesuitas é um sofrimento moral, uma sede espiritual, a necessidade dolorosa de algo elevado, de uma terra firme, o mal do país no qual deixaram de crer, porque jamais o conheceram! É muito fácil a um russo tornar-se ateu, mais fácil que a qualquer outro habitante do Globo. E os nossos não se tornam simplesmente ateus; crêem no ateísmo, como em uma nova religião..."

As duas Igrejas, separadas inicialmente por um motivo político, acentuam, como se vê, a brecha de separação por causas aparentemente filosóficas (maior ou menor percentagem de misticismo), mas de fato por uma diferença de substrato geográfico, entendendo-se porém, esse substrato geográfico tanto no sentido da geografia física quanto da geografia política.

Efetivamente. Os Estados Ocidentais são organicamente, substancialmente, muito diversos dos do Oriente. Ainda que influenciados pelo cristianismo, formaram-se independentemente dele, isto é, já existiam em germe antes dele. Na Rússia, não. A conquista da Rússia aos bárbaros, hunos e outros, é obra do proselitismo cristão. Ela nasceu cristã, e em grande parte surgiu já ortodoxa. Mas, com isso, a mentalidade cristã permaneceu aí essencialmente russa, mística. No Ocidente, ao contrário, a Igreja conservou-se fora e acima dos dirigentes e, por vezes, em divergência com eles. A Igreja sempre quis manter intacta sua autoridade espiritual; daí esse aspecto administrativo, burocrático, que tão mal impressiona os místicos russos. Essa impressão de surpresa respeito à Igreja Romana arranca a Thetverikoff (em *Irenikon*, 1937) esta mágoa: "Que nos perdoem, se nos enganamos, mas parece-nos que o caráter intrínseco do catolicismo romano é antes de tudo uma estrita obediência aos ensinamentos e à autoridade religiosa."

É, em parte, verdade. Mas essa obediência é a força e a beleza da Igreja Católica. O poder temporal subordina-se sempre ao espírito, toda vez que o

ascendente do catolicismo prepondera nas esferas governamentais. Os príncipes medievais ouviam o conselho e acatavam as decisões do Papa, o grande Árbitro, mesmo em assuntos temporais. As Majestades católicas de Espanha e Portugal bateram às portas da Santa Sé, para que esta fixasse pelo meridiano de Tordesilhas as conquistas por eles feitas e por fazer.

Como se vê, as diferenças entre as Igrejas católica e ortodoxa são diferenças "de mentalidade", diferenças que se avolumam para caracterizar e aprofundar o cisma. Quando das Cruzadas, o dissídio já era tão forte que, para os cristãos do Ocidente, gregos e muçulmanos foram equiparados, foram tidos por herejes do mesmo grau.

Ora, essa diferença de mentalidade acorrenta a Igreja grega, apesar de pretender ecumenicidade, aos nacionalismos, e desprende a Igreja Católica desses nacionalismos. Há o Patriarca russo, o búlgaro, o sérvio, etc.; mas há só um Papa para toda a catolicidade. A Igreja ortodoxa pelo seu *caráter nacional* terá por isso mesmo um cristianismo mais vizinho de Israel; o catolicismo aspira e consegue o universalismo, o ecumenismo, acima dos governos, acima das nações.

O sentido nacionalista, tanto quanto o místico, da Igreja Ortodoxa faz com que no Oriente o Estado se encarregue de tudo quanto diz respeito à vida social da Igreja, suas complicações administrativas, suas obrigações jurisdicionais. Isso é verdade especialmente para a Igreja Russa, da época dos Czares. A vitória do bolchevismo ateou perturbou, portanto, toda a organização material da Igreja com prejuízo para o culto e para os próprios sentimentos do povo. Desamparado religiosamente pelo Estado, o povo russo foi amparado pelo ateísmo. Tudo isso quer dizer, no modo de pensar de Congar, que a comunidade russa tem sentido biológico, não social; e, poderíamos dizer nós, as determinantes geográficas se fizeram sentir acolá assaz fortemente pela maior igualdade da paisagem física.

Cisma protestante

A grande cisão grego-ortodoxa seguiu-se, para a cristandade, largo período em que os dissídios, embora pipocando aqui e ali, eram facilmente abafados, com crescente aumento de prestígio e de força da Igreja Católica e da autoridade papal. Nesse lapso de tempo de grande espiritualidade fulgem a poesia de Dante, a ciência dos alquímicos que abrem a porta a Lavoisier, a modéstia dos arquitetos das catedrais góticas, a bondade caridosa de São Francisco de Assis e a rija intelectualidade do Aquinate.

Só em começos do século XVI surge a revolta de Lutero, de travo amargo, contra as tradições seculares da Igreja, contra a autoridade de Roma, contra a disciplina austera, e — mais — contra os próprios Sacramentos, dos quais se respeitou apenas o do Batismo, desprezando todos os outros inclusive a Eucaristia, pois as palavras do Senhor ao instituí-la, na Ceia, foram dadas como "simbólicas". Negava o monge rebelde que o pão consagrado encerrasse a *presença real*; apenas *representá-la-ia*.

O movimento luterano não constituiu, porém, na história, um simples protesto como o de João Hus. Sua repercussão foi grande e evidentemente desproporcionada ao valor e mesmo à ação proselitista dos rebeldes. E por quê? Porque a eclosão do luteranismo tem raízes na configuração da geografia política da época.

Lembremo-nos que ao tempo da Reforma (assim ficou sendo apelidado o protesto de Lutero e outros monges), aí pela passagem do século XV ao século XVI, o mapa da região onde veio a imperar o protestantismo, ou seja, a Europa Central, apresenta-se dividida em três sortes de Estados:

1) Boa quantidade de principados, ducados, condados, pequenos em espaço, fracos em poder, governados por senhores feudais e ainda não conglomerados em um Reino forte e poderoso como mais tarde viria a ser a Prússia. Viviam esses Estados na dependência do Papa, que nem sempre acorçoava seus propósitos. Tendo para ele apenas a língua, mais ou menos entendida por todos, mau grado a superabundância de dialetos e *Mundarten*, apresentavam relativa continuidade geográfica; mas entre si desavinhavam-se, disputavam-se, guerreavam-se a cada momento, com ou sem propósito.

2) Intrometida dentro dêsses pequenos Estados independentes, outra boa porção de espaço era ocupada, a norte da Alemanha, por Estados que os alemães denominam *geistige Staaten*, ou seja, Estados religiosos, Bispados e Arcebispados, com governos sob a direta influência de Roma. Não tinham entre si continuidade geográfica, mas teriam maior unidade de comando que os acima citados. Serviam de fundo monotônico ao mosaico feudal, que aquêles pequenos Estados desenhavam.

3) Emoldurando os dois grupos de pequenos Estados das alíneas anteriores uma cercadura de outros Estados, maiores em espaço vital e em poder político, isto é, os poderosos grãos-ducados da Austria, Sabóia e Brabante, e os reinos da Polônia, Boêmia, Baviera e França, os dois primeiros dispondo de áreas muito mais vastas que as atuais repúblicas da Polônia e da Checoslováquia.

Foi perante êsse quadro político que Lutero se apresentou de armas na mão contra aquilo que êle e depois todos os protestantes vieram a chamar o *papismo*. A acolhida que teve nas côrtes foi diversa. Negaram-lhe adesão e auxílio os governantes das grandes potências da época e, evidentemente, os dos chamados *geistige Staaten*. Os Príncipes, assim denominando em globo as diversas sortes de governantes dos pequenos Estados, sem força política, deram-lhe, porém, franco apoio. Os povos, êsses acompanharam mais ou menos os respectivos governos.

Para os pequenos Estados a revolta de Lutero era excelente instrumento contra o poder do Papa que, por vêzes, lhes tolhia os movimentos. "Os Príncipes — diz Congar — favoreceram a Reforma onde seus Estados eram fracos demais, muito subdivididos, muito pouco protegidos para resistir eficazmente ao poder eclesiástico, ao acaparamento dos grandes domínios pelos Prelados e às exigências do fisco pontifical." "Foi — acrescenta o mesmo autor — foi o caso da Alemanha e seria o da Inglaterra. A França, já dispondo de um reino forte e fortalecido por uma concordata, não teve motivos para aceitar a Reforma. Aliás os Príncipes verão na Reforma um meio de assegurar-se um predomínio absoluto e libertar-se da tutela de Roma". Podemos acrescentar à França, citada pelo ilustre dominicano, os outros Estados circundantes, isto é, Austria, Boêmia, Polônia, Hungria, nos quais análogas razões apareceram para não ter dado prestígio aos reformadores, e que permaneceram católicos.

Atentai para um mapa da Alemanha da época da Reforma de Lutero e seguireis no *puzzle* das suas linhas de mosaico a diferenciação das zonas, onde até hoje nesse país se traça a contorcida faixa de separação entre protestantes e católicos. O mesclado religioso de certas zonas é obra de ações ulteriores de proselitismo. Lutero, para os alemães do Norte, não é evidentemente um simples reformador religioso, mas aquêlê homem que deu o primeiro passo para a obra que Bismarck mais tarde ergueria e Hitler procuraria consolidar: a unidade alemã. Aquele tempo, os prussianos e tôda a miriade de pequenos Estados passaram a ter, além da língua, um poderoso liame espiritual (a igualdade de religião) para fortalecerem o espírito nacional latente, mas enfraquecido pelas lutas feudais. E' bom recordar que a Reforma apareceu, tanto na Alemanha, como, depois, na Inglaterra, numa época de efervescências nacionalistas.

Na Suíça a marcha da Reforma calvinista está também estreitamente ligada à oposição aos duques de Sabóia e aos insucessos ou sucessos de acordos políticos entre as cidades. Vê-se, assim, que nesse país o instrumento principal do consórcio protestante não é a língua, mas a luta política. O calvinismo, que pouco sucesso alcança na França, infiltra-se por êsses motivos geográficos entre os cidadãos de língua francesa da Suíça.

A dilatação luterana na direção do norte da Europa, isto é, para os países escandinavos, se processa ainda por motivos antropogeográficos. Primeiro, ganha a Dinamarca, *por contacto*. Então, como agora, a Dinamarca se mantinha na órbita de influência do setentrião germânico. Nos demais países escandinavos, em que tudo então era recebido através da Dinamarca, também foi por êsse caminho recolhida a Reforma. E foi, outrossim, um movimento da Nobreza contra os Reis apoiados pelo Clero. Não houve, a bem dizer, motivos espirituais. Os camponeses escandinavos, ingênuos e crédulos, pensavam até que a Reforma emanava do Papa para todos os países.

O exame da carta religiosa atual da Bélgica e Holanda sugere logo uma causa geográfica (sul, católico; norte, protestante) que se confirma com o confronto de cartas históricas da época da Reforma. Os limites do reino de Brabante não são de somenos na confrontação atual dos dois credos cristãos, o católico e o dissidente.

O movimento protestante inglês é, como sabido, ulterior. Teve também causa política conhecida de todos, qual o de rebeldia de um soberano que se queria divorciar, contra o Papa que vetara seus desejos. Mas o fortalecimento do protestantismo inglês é, sem dúvida, de índole geográfica. Apóia-se no sentimento nacional, melhor diríamos, no orgulho nacional, insuflado pela *situação* de isolamento da Ilha. As incursões anteriores do calvinismo (presbiterianismo) não conseguem o súbito êxito que alcança o anglicanismo, em sua feição de religião *nacional*, preso ao caráter inglês no que tem de mais geográfico, isto é, o desejo de segregação do resto da Europa, sobre a qual sempre aspirou domínio, mas com a qual jamais se quis confundir.

O protestantismo, em qualquer dos seus três ramos fundamentais — luteranismo, calvinismo, anglicanismo — iniciados sem dúvida por causas não geográficas, recebem, logo depois, como mostra êsse nosso rápido esquema, a indelével marca dessa influência, às vezes da geografia física, sempre da antropogeografia.

Quando pela conquista, melhor diríamos, pelo domínio da América do Norte, aí os ingleses tomaram pé, para lá levaram suas religiões: o catolicismo irlandês, o presbiterianismo da Escócia, o anglicanismo da Metrópole. Ali na futura "livre América", multiplicam-se prolificamente as seitas do "livre exame".

Fôra de prever que êste princípio do livre exame dos textos bíblicos, erigido em conceito basilar da rebeldia (e eles se rebelaram exatamente porque não desejavam a autoridade unitária do Papa), gerasse a subdivisão dos adeptos, logo que êstes fôsem um pouco numerosos. Cada pequena nuga de interpretação ocasionava e continuará a ocasionar uma seita dissidente, uma *denominação*, como o dizem os protestantes.

Essa proliferação de "denominações" processou-se, ao que parece, independente de causas geográficas. Escaparia, portanto, sua análise ao quadro dêste trabalho. E nem aludiríamos a isso, se não estivessem recebendo elas um certo reflexo geográfico com a *distribuição localizada* que vão tendo no mundo.

Longe iríamos se desejássemos transportar para estas páginas números seguros ou delimitações precisas do campo de atividade de cada uma delas, tantas são e de matizes tão pouco perceptíveis para quem não pretende entrar em debates religiosos.

As "denominações" protestantes na América Latina

Há, porém, um caso que por seu caráter nímiamente geográfico merece ser abordado aqui: o da distribuição das seitas protestantes na América Latina.

Como dito, a proliferação das seitas protestantes por *cissiparidade*, em virtude de nugas e antagonismos, foi desde o início da Reforma sempre muito grande. E particularmente nos Estados Unidos. Convencida da superioridade da própria interpretação, cada igreja, cada "sociedade", cada "denominação" protestante considera-se a única portadora da Verdade. Mas, porque lhes falte a universalidade e unidade de comando da Igreja Romana, procuram amparar-se em organizações nacionais (por ex., o Sínodo de Berlim para os luteranos), ou se subordinam, como os anglicanos, à direta autoridade do seu próprio Rei. Seguramente seitas de orientação luterana e anglicana exercerão maior atividade em regiões que estejam sob o direto contróle ou esfera de influência da Alemanha e Inglaterra; mas nada impede que, ao menos por motivos de "penetração pacífica", procurem intrometer-se em outros pontos.

As seitas norte-americanas, subvencionadas por abundantes estipêndios de riquíssimas sociedades dos Estados Unidos, embora se procurem entender a tóda a superfície da Terra, concentram preponderantemente seus esforços na direção, em que a política da Casa Branca sintoniza em primeiro lugar seus

escopos de influência: a América Latina. Pode isso ser mera coincidência, mas o fato é que os protestantes ianques laboram mais intensamente apenas o campo latino-americano.

Para melhor compreender a ação do protestantismo na América Latina, recordemos que a evolução das "missões" protestantes pode dividir-se em três fases bastante bem definidas²: 1) ausência de qualquer sorte de missões protestantes (até o século XVIII); 2) início e desenvolvimento das mesmas (século XIX); e 3) profunda modificação na sua estruturação (século XX).

A primeira fase corresponde ao período dos grandes descobrimentos, exatamente aquêle em que os Missionários católicos, embrenhando-se pelas selvas, empregavam ingentes esforços para fazer vir a Deus os pagãos indígenas das terras trazidas à civilização. A êsse tempo um protestante, Teodoro Beze, dizia que "a evangelização do mundo devia ser deixada às víboras recém-vomitadas do inferno e que hipócritamente se cobrem com o nome de Jesus" (isto é, os jesuitas). Outros protestantes afirmavam categoricamente — e era esta a doutrina corrente — que a "evangelização era encargo por Deus confiado *exclusivamente* aos doze Apóstolos."

A segunda fase (século XIX) coincide (talvez por acaso!) com o período histórico da expansão da Inglaterra sobre os mares e terras longínquas, expansão em regra precedida de preparação prévia de índole "penetração pacífica", na qual a *vox populi* da época atribuía importante função ao missionário. Refletindo essa *vox populi*, os caricaturistas do século XIX simbolizavam maldosamente o missionário protestante carregando em uma das mãos a Bíblia, na outra uma garrafa de *whisky*, e a tiracolo um bacamarte. Nessa fase da evolução protestante, diz Crivelli, "os infiéis e pecadores já não são a *massa perdida* que devia ser abandonada à sua sorte; tratar de convertê-los já não era levantar-se contra as leis da justiça divina; os infiéis passaram a ser irmãos que deviam compartilhar das bênçãos do Pai Comum de todos; a evangelização do mundo já não era coisa reservada somente aos Apóstolos".

A terceira fase de propagação do protestantismo (século XX) é a do pleno florescimento das missões protestantes inglesas e norte-americanas. Mas já agora metódicamente organizadas, pois as tentativas do século anterior haviam sido assaz descoordenadas. De fato, a princípio, no fervor de evangelizar, até então por elas desconhecido, tôdas as seitas protestantes atiraram-se ao trabalho. E sucedeu que, levando para as novas terras os dissídios e briguinhas de interpretação, as cisões acolá se acentuavam com desprestígio do protestantismo em geral, já em face das populações católicas, educadas na unidade da fé, já em fase do indígena, que, não chegando a se aperceber de tôdas as nuances de interpretação, acabava desprezando tôda sorte de missionários. Era absolutamente necessário pôr alguma ordem nessa desordem e confusão. Realizaram-se congressos e conferências. Se não conseguiram uniformizar os pontos de fé e as interpretações, sempre e cada vez mais multiplicadas, chegaram a estabelecer uma *frente única* contra a Igreja Católica e proceder a uma divisão de territórios, quer dizer, a fixar várias "esferas de influência" das seitas protestantes. Os anglo-saxões procediam no terreno da fé como as potências estavam agindo no terreno econômico e de política internacional.

As missões protestantes na América Latina sofreram o reflexo dessa política geral do protestantismo.

As Sociedades Bíblicas, tanto inglesas quanto norte-americanas, só nos primeiros setenta anos do século XIX iniciam a propaganda missionária na América Latina. No Brasil, pelo menos, onde chegam pela primeira vez em 1856, começam a ser chamados pelo povo "os biblias". Mas são poucos os missionários que se aventuram para essas bandas e poucos aqui permaneceram durante os vinte anos subseqüentes (1870-1890). A partir dêsse ano, que coincide (por acaso?) com a proclamação da República no Brasil e com a separação da Igreja e do Estado, "seitas e sociedades protestantes (diz Crivelli) se precipitam em tropel sobre a América Latina", e não só para o nosso como para todos os países de origem ibérica.

² Acompanhamos neste parágrafo o método de exposição contido no *Directorio protestante de la América Latina*, de Camilo Crivelli.

Com o incremento de missionários nessa parte do nosso continente, apresentaram-se para os protestantes problemas novos. O Congresso de Edimburgo (1910) havia considerado como ilegítimas as missões fundadas em países católicos, declaração que em absoluto não agradou (pudera!) aos delegados norte-americanos. E por isso resolveram convocar localmente outro congresso que tratasse exclusivamente da América Latina, do que resultou a eleição do *Committee of Cooperation in Latin America* (CCLA) que devia coordenar o trabalho das seitas. Esse congresso (Cincinnati, 1914) tinha também o encargo de examinar o caso particular do México confrontante dos Estados Unidos e então de particular interesse (hoje o são todas as repúblicas do continente!) para as atividades religiosas (!) dos norte-americanos.

É, porém no Congresso das seitas protestantes no Panamá (1916) que virão a ser fixadas as diretrizes de uma ação coordenada sobre a América Latina. Estabelecem preliminarmente uma divisão territorial: "As juntas missionárias devem-se entender primeiro entre si para ocupar missões novas e melhor redistribuir as antigas." Resolução importante é a que prefixa a campanha entre as classes educadas. Os protestantes, ao que parece, tratam de voltar de preferências seus esforços para as classes líderes antes que para as populares, e ainda menos para os índios. Esses pagãos continuariam a ser trazidos a Cristo pela mão do Missionário católico na árdua luta da selva. Os protestantes deviam "procurar, por meio de estudantes bem preparados e escolhidos *ad hoc* por juntas missionárias em contacto com as agências missionárias, que o conhecimento do Evangelho chegue aos estudantes dos colégios e universidades latino-americanas", em uma palavra, tratava-se menos de cristianizar e alfabetizar, que de desviar os cristãos alfabetizados e cultos para o raio de ação norte-americana. O Congresso de Montevideu (1925) confirma no setor "Educação" esse objetivo, pois recomendou "que cada escola formule cuidadosamente e adote, tão depressa quanto possível, um sistema com o objetivo de formar líderes nacionais."

Todo o esforço dos norte-americanos visa por outro lado a unificação administrativa das várias seitas da América Latina, trabalhando em comum e de modo que a olhos estranhos sejam escondidas as faltas de concordância de doutrina. Surgem então denominações genéricas — Igreja Evangélica, Hospital Evangélico — isto é, uma única designação, um único nome para todos os pontos do mesmo país, embora essas igrejas, hospitais e escolas fôssem orientados aqui por uma, já ali por outra e acolá ainda por terceira seita protestante. O nome, esse, era um só, de modo que as dissidências ficariam ignoradas. Aos olhos do grande público a harmonia parece ser completa; mas os que penetram no labirinto protestante desde cedo vêem que a fraternidade é só de fachada.

E' feita então a distribuição de cada país. No livro de Crivelli já citado encontram-se minuciosamente indicadas (ps. 103 e segs.) tais distribuições. Para o Brasil o Congresso de Montevideu toma conhecimento de vários convênios: os presbiterianos do Norte se haviam retirado do Rio Grande do Sul para dedicar-se aos Estados compreendidos entre Paraná e Bahia; os metodistas e presbiterianos do Sul tinham chegado a acôrdo a respeito das missões no Estado de Minas Gerais; o mesmo haviam feito os presbiterianos do Sul, os do Norte e a CMA (*Cristian and Missionary Alliance*) nos Estados de Paraná e Santa Catarina, os Congregacionalistas e a EUSA (*Evangelical Union of South America*) no Estado de Pernambuco, e as duas Sociedades Bíblicas inglesa e norte-americana, para distribuírem entre si o território do Brasil.

O movimento protestante na América Latina tem por vêzes aparência completamente arreligiosa, ora esportiva (*Associação Cristã de Moços*), ora social (*Rotary Club*), ora humanitária (*Hospital Evangélico*), ora cultural (escolas secundárias e superiores) e por isso mesmo ganha fisionomia irreconhecível a olhos incautos.

Mau grado todo esse esforço, a marcha do protestantismo na América Latina não parece ter obtido até agora êxitos compensadores; quer dizer, ainda não conseguiram desamarrar as cordas da figura pela qual os propagandistas do protestantismo a apresentavam: um homem acorrentado por cadeias que indicavam ser o clericalismo, a corrupção política, a superstição, a ignorância e a pobreza.

A curta resenha constante deste parágrafo basta para evidenciar a olhos desprevenidos a importância, na política internacional pan-americana, da disseminação do protestantismo em nosso continente, e particularmente no Brasil.

. Religião e unidade nacional

Tal como outras forças políticas, a Religião pode ter, dentro do Estado, ação centrípeta, coesiva, ou ação centrífuga, dispersiva.

De modo geral, é lícito dizer que toda vez que a religião coopera para criar ou fortalecer o sentimento nacional, está atuando no sentido da unidade ou seja, centripetamente; mas toda vez que dissídios sejam originados dentro da Nação, por causas religiosas, dissídios que acentuados às vezes levam os povos a guerras civis, então a resultante político-geográfica será negativa, isto é, centrífuga, em relação à unidade nacional.

Grande número de religiões e credos particularizados têm já de si caráter nacional. Isso aconteceu (como mostramos em linhas anteriores) às crenças primitivas e às religiões da antigüidade. Havia deuses nacionais, que no momento das guerras vinham pelear com os seus exércitos, já para protegê-los, sob manto sobrenatural, já para esmagar, ainda de modo sobrenatural, o adversário. A guerra entre os homens repercutia nos céus, e era também uma guerra de divindades. Os exemplos citados em parágrafo anterior confirmam esse modo de ver. Claro é que em todos esses casos a religião atuaria centripetamente, porque ela mesma já era lídima manifestação do espírito nacional. Seria acaso a mais lídima dessas manifestações, superior ao próprio amor ao território, ao "torrão natal", porque era esse torrão natal transportado para além do plano terreno. Ninguém, dentro da pátria, poderia venerar ou sequer estimar outros deuses, porque esses outros deuses eram de outra pátria; estimá-los constituiria já por isso obra antipatriótica.

Que tal acontecesse antes do cristianismo ou em religiões sem a primordial característica deste — que é o de Deus único para todos os homens, para toda a humanidade — compreende-se. O que se não percebe bem é que haja seitas cristãs com feitiço de religião nacional; no entretanto, isso acontece. O anglicanismo é religião "inglesa", tendo para chefe da igreja o Soberano respectivo. Para aderir a tal religião, há de forçosamente o novo adepto se inscrever primeiro como súdito da *Commonwealth*. De certo modo o mesmo acontece às várias igrejas, em que se acabaram dividindo os ortodoxos orientais. Neste caso não há obediência obrigatória aos respectivos Soberanos, russo, búlgaro, etc., mas a estes cabendo a direção material das igrejas, suas decisões só podem obrigar os filhos de cada país.

Não nos cabe investigar se, no ponto de vista da sã filosofia cristã, está certo ou errado tal modo de proceder. Cabe apenas, consignando o fato, verificar que ele tem sem dúvida benéfica influência antropogeográfica, de caráter coesivo para a unidade nacional. E não só coesivo, como fortemente coesivo, porque é de certo modo conservar as relações nacionais além do horizonte terreno, conservar as fronteiras da pátria, quer dizer, fortalecer sobremodo o sentimento dos cidadãos sobre o valor dessas fronteiras.

Situação contrária se dá, porém, quando dentro de uma mesma pátria duas ou mais religiões se disputam supremacia. Os partidários de uma e de outra não raro chegam a se odiar, ou pelo menos a se menosprezar. Isso equivale a dizer que a pátria fica dividida em dois ou mais campos, e o fica de modo mais grave que perante as dissensões de ideologias sociais ou de política partidária. Nessas o dissídio, embora por vezes violento, é em regra de curta duração, de alguns meses ou anos; ao passo que aquelas, as divergências religiosas, perduram quase indefinidamente e se estendem pelos séculos a dentro. Dentro da Alemanha as discordâncias religiosas, nascidas no século XVI, ainda se mantêm vivas. Diminuíram as perseguições, a *Kulturkampf* perdeu sua feição agressiva, houve sem dúvida nos fins do século XIX e começos do século XX extraordinária boa vontade de parte a parte para esbater, ou pelo menos evitar mal-entendidos; mas, não obstante todo esse esforço, ainda persistem até a presente data reservas entre católicos e protestantes. Tais reservas não têm impedido que lado

a lado hajam combatido pela pátria comum nos graves e dolorosos momentos que têm atravessado; mas ninguém poderia garantir uma união tão perfeita, se as guerras internacionais houvessem refletido discórdias religiosas, como talvez de futuro aconteça.

Em outros países, os Estados Unidos, por exemplo, o problema religioso se tem sempre conservado de certo modo neutral. O norte-americano, cioso de sua liberdade individual, ainda que mantendo ódios raciais ao negro, ao amarelo, considera ponto de honra para cada um respeitar a opinião religiosa dos outros. Salvo os casos dos mórmons — seita com princípios sociais antagônicos aos da Constituição Federal — nunca houve propriamente perseguições por motivos de crenças. Católicos, protestantes e judeus coexistem lado a lado e até às vezes auxiliando uns as igrejas dos outros. A diversidade de religião não é, pois, nos Estados Unidos motivo de enfraquecimento do espírito nacional.

O mesmo não se pode dizer do Império Britânico. A história inglesa, a partir de Henrique VIII, girou durante muito tempo em torno de dissensões religiosas que ocasionaram guerras civis. E até hoje, a Inglaterra tem sobre seu flanco um pedaço do Império, a Irlanda, que não deixa de sangrar. Qualquer observador, mesmo superficial, indica que a divergência religiosa é uma das causas (não a única, mas dentro do grupo das mais importantes) da irredutibilidade da Irlanda em se sujeitar ao domínio inglês. A Irlanda vive dentro da Comunidade Britânica, mas tal como a Índia e a Birmânia, acorrentada, soltando sem cessar gritos lancinantes.

Essa meia dúzia de exemplos, tirados do mundo cristão (e nos outros, as coisas se passam quase do mesmo modo) bastante para caracterizar o modo pelo qual a religião pode agir centrípeta ou centrifugamente dentro dos Estados.

A religião, quando única e sincera, auxilia a coesão. Isso é fato claríssimo. Mas seria ingenuidade pensar que ela possa sempre impedir, agindo sôzinha, que forças centrifugas de outra natureza, principalmente geográficas, impeçam a cissiparidade ou o desmembramento dos Estados; e, ainda menos, que duas nações da mesma religião deixem de se guerrear entre si. Casos há em que nem mesmo a unidade da língua, que é modernamente elo político fortíssimo, pode embaraçar a derrocada dos Estados.

A Península Ibérica e a América Latina são exemplo digno da menção. Apesar do grande fervor de ambos pela mesma fé cristã e católica, Espanha e Portugal não só se guerreararam entre si durante muitos séculos, e violentamente, como mais tarde sofreram desagregações territoriais. De fato, quando as Colônias sentiram necessidade de se separar das Metrópoles, nem religião nem língua detiveram a marcha fatal. O Brasil fêz-se independente, conservando a língua e a religião de Portugal. Na América Espanhola a separação da Metrópole se agravou com o aparecimento não de uma mas de diversas nações novas, tôdas com o mesmo idioma e com a mesma fé católica. Os motivos geográficos pesaram mais.

Tudo isso não quer dizer, porém, que a nossa tese inicial esteja desfeita ou abalada. Continuamos a afirmar que a diversidade de religiões enfraquece os liames coesivos, embora nem sempre a unidade de religião possa impedir dilaceramentos territoriais. A diversidade de religião é força centrífuga tanto mais forte, quanto estiver enraizada na alma popular certa e determinada crença, e outra apareça pretendendo derrubá-la.

Imaginemos o caso brasileiro. A grande maioria da população é católica e sinceramente deseja assim se manter. Tôda intromissão religiosa estranha será perniciososa para a unidade da pátria, porque dificilmente a impetuosidade tropical e latina consentiria sem atritos sérios a coexistência de vários credos, como nos Estados Unidos. Rixas estalariam desde que os recém-vindos protestantes conseguissem conversões numerosas e sinceras. Atritos estalariam, inevitáveis.

Se a unidade de religião (católica) bem como a unidade de língua, de leis e de costumes, não foram suficientes para impedir a separação da América Latina das Metrópoles, e até a subdivisão em várias repúblicas, no entanto têm tido em nosso continente a força bastante para impedir, ou pelo menos para dificultar, a penetração pacífica dos imperialismos estrangeiros, quer japonês,

quer norte-americano. Quanto ao imperialismo alemão, a resistência desperta da no nacionalismo brasileiro é de outra causa — da língua principalmente —, porque, quanto à religião, os alemães aqui chegados provêm das duas origens: há católicos e há protestantes. Todos sabemos que os germânicos transplantaram para o sul do nosso país as lutas religiosas da mãe-pátria. Em São Leopoldo, em Blumenau e em todos os demais núcleos coloniais do Rio Grande e Santa Catarina, encontram-se lado a lado, e subterrâneamente se combatendo, elementos prestigiosos das duas religiões. A par da Igreja Católica, a *Casa de Orações* evangélica; em face de um seminário jesuíta ou franciscano, outro governado pelo sínodo luterano e preparando pastôres. De modo que ao luso-brasileiro a imigração não impressiona por ser a católica. A patente e indiscutível animosidade contra os alemães é de origem basilarmente idiomática, por isso que falam língua que quase aqui ninguém entende.

A imigração japonesa torna-se entre nós inassimilável não só por motivos raciais e lingüísticos, como também pelos de origem religiosa. Entre nipônicos e brasileiros tudo é diferente, ou antes, tudo é antagônico.

A grande repulsão, porém, que até bem pouco o Brasil e os latino-americanos manifestavam contra os ianques, era principalmente religiosa, porque viam nêles (e com razão) o lastro financeiro que abastecia as “denominações” e “igrejas disseminadas pelo interior do Brasil, introduzidas como pontas de lança contra a crédula ingenuidade de nosso povo sinceramente católico. Já em parágrafo anterior analisamos o modo pelo qual fôra planejada e estava sendo executada a penetração protestante norte-americana, de fundo imperialista, em nossa terra. A reação foi enorme. Os católicos movimentaram-se e barreiras surgiram contra esse tipo de penetração pacífica que os Estados Unidos estipendiavam. Sagazmente percebendo a errada tática, resolveram mudar a maneira de orientar sua intromissão na América Latina. Todo o esforço é hoje, por parte dêles, o fazer com que os E. U. A. pareçam o reino bem-aventurado do catolicismo, apesar do catolicismo aí ser de reduzida minoria. Essa reviravolta estratégica mostra quão forte é a componente religiosa dentro das nações latino-americanas, para fortalecê-las contra insidiosas investidas, o que tudo evidencia a força coesiva e centripeta da Religião.

Tertúlias geográficas semanais

QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA TERTÚLIA, REALIZADA A 21 DE MARÇO DE 1944

EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE — A ORGANIZAÇÃO E O ITINERÁRIO — A VIAGEM RIO - BELO HORIZONTE — A BAIXADA E A SERRA DO MAR — O VALE DO PARAÍBA, A MANTIQUEIRA E A PENEPLANÍCIE — PROBLEMAS GEOMORFOLÓGICOS DESSAS DIFERENTES ZONAS

A sessão foi presidida pelo Prof. Lúcio de Castro Soares. Nessa tertúlia teria início a apresentação dos relatórios da excursão ao vale do rio Doce, realizada por elementos da Faculdade Nacional de Filosofia e do Conselho Nacional de Geografia, tertúlia que constaria de duas partes:

a) — o Prof. Ruellan, chefe da excursão e orientador científico das reuniões culturais do C. N. G. apresentaria a organização e o itinerário da excursão.

b) — a Prof.^a Fanny Koiffman apresentaria o relatório da primeira etapa da viagem, ou seja, o trecho Rio de Janeiro-Belo Horizonte.

Fazendo uso da palavra, o Prof. Ruellan disse que seriam apresentados pela primeira vez os resultados da excursão realizada de 12 de agosto a 1.^o de setembro. Tendo tido como ponto de partida o Rio de Janeiro, foram nessas três semanas percorridas as regiões do alto rio Doce e afluentes, do baixo rio Doce e Vitória.

Foi realizada a excursão graças a um entendimento entre o C. N. G. e a F. N. F. e nela tomaram parte não principiantes e sim candidatos ao doutorado, gente afeita ao trabalho científico, pelo menos de gabinete. Muitos já estão habituados ao trabalho de campo, porque há três anos que o Prof. Ruellan vem se esforçando em percorrer as redondezas da capital e com o grupo dos mais experimentados foi mesmo até Goiânia.

O trabalho de campo começou a ser feito pela F. N. F. e também pelo C. N. G., onde estão particularmente interessados os elementos da secção dirigida pelo Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães. O trabalho de campo tem progredido ultimamente pela participação dos excursionistas na observação científica. A excursão puramente didática é conveniente apenas para os principiantes, pois apenas inicia na ciência e não na pesquisa.

Os participantes de uma excursão são reunidos em pequenos grupos, cada um recebe uma função. Assim foi na excursão à bacia terciária de Resende, ao maciço de Itatiaia e a Cabo Frio, excursões estas que, ligadas às realizadas no Distrito Federal, constituem introdução ao trabalho no interior do Brasil.

A excursão ao rio Doce foi idealizada pelo diretor da F. N. F. o Prof. San Tiago Dantas, cuja atenção foi atraída pela nova fase de exploração do minério em Minas Gerais. A região de Itabira e de Presidente Vargas cresceu extraordinariamente de importância. A sua realização é, entretanto, em grande parte devida à boa vontade e à cooperação do C. N. G. Tendo sido obtida a verba, a realização da excursão estava garantida; restava completar o treinamento do pessoal, afim de que, num tempo relativamente curto, os participantes fôssem capazes de realizar um trabalho produtivo, não apenas do tipo escolar e sim, com característica mais elevada de estudo regional.

A organização da excursão foi adaptada à extensão do percurso e à escassez de tempo. Foram organizadas equipes de trabalho para que todos pudessem tomar parte efetiva em determinado setor. A direção de cada equipe coube a um professor, tendo sido a colaboração dos mesmos de valor inestimável.

1 — Equipe de geomorfologia — dirigida pelo técnico do Conselho, Miguel Alves de Lima; tem por função: fazer observações sobre a forma do terreno,

geologia, estrutura, topografia (as medições feitas devem ser ligadas a pontos conhecidos como coordenadas ou simplesmente lugares característicos da paisagem).

2 — Equipe de climatologia — dirigida pelo Prof. Junqueira Schmidt, que iniciou um grupo cheio de boa vontade, mas sem grande experiência nesses estudos. Esta equipe tem as seguintes funções: verificar os dados dos observatórios locais, estudo, embora rápido, dos tipos de tempo conhecidos pelos camponeses; relações entre clima, vegetação e agricultura, colheita de plantas para determinação das associações vegetais e, finalmente, observações diretas sobre clima, vegetação e hidrografia.

3 — Equipe de geografia humana — dirigida pelo Prof. José Verissimo da Costa Pereira, grande animador das excursões. Sua equipe estuda os gêneros de vida, o *habitat* urbano e rural, o tipo de povoamento, a economia local, etc. O trabalho é árduo, considerável e reveste-se de múltiplos aspectos.

A excursão contou ainda com o auxílio de duas secretárias devotadas, Regina Pinheiro Guimarães Espindola e Fanny Koiffman que, na qualidade de secretárias administrativa e científica, respectivamente, muito ajudaram e coordenaram os trabalhos das três equipes.

De volta ao Rio, começou a ser feito o relatório. O trabalho se prolongou por cinco meses. Estando agora terminado, ele será apresentado na tertúlia, afim de sofrer a apreciação de todos e para que a ele possam ser feitas sugestões e críticas. Esse relatório será publicado, mas antes disso, será discutido em tertúlia.

Os trabalhos foram iniciados com a viagem Rio de Janeiro - Belo Horizonte. Foi em parte uma excursão em estrada de ferro, mas não menos penosa ou trabalhosa do que qualquer outra, pois exige uma concentração muito maior, embora o campo de visão seja relativamente pequeno. Numa excursão a pé foi atravessada a serra do Curral del Rei. Outras excursões foram feitas nos arredores de Belo Horizonte visando, em grande parte, o estudo do contacto entre a região arqueana e o calcáreo. De Belo Horizonte partiu-se para a região da siderurgia e da mineração de ferro, onde foram cuidadosamente estudadas as cidades de Sabará, Monlevade e Itabira. Na região de Monlevade e de Itabira foram feitas várias excursões complementares: ao pico do Andrada, às proximidades do pico do Seara e a São Domingos do Prata, tendo como ponto de partida Monlevade; ao Cauê, à velha forja do Girau, ao pico da Conceição e à região da Betânia, partindo de Itabira.

Da região mineira partiu-se para Governador Valadares, e daí para Vitória. Aí foram feitas novas excursões às redondezas da cidade e à lagoa de Jupuranã. De Vitória voltou-se diretamente para o Rio, pela Leopoldina Railway.

Pelo programa da excursão conclui-se que não se tratou de um simples passeio; o trabalho foi intenso considerado sempre como motivo predominante e para esse fim fez-se uso de todos os meios de transporte. A atividade se prolongava pelo dia inteiro, aproveitando-se o mais possível a luz solar.

A excursão contou ainda, nos seus primeiros dias, com o concurso dos Profs. Lagden Cavalcante e José Antunes que se dedicavam ao estudo das doenças contagiosas das regiões percorridas. Obrigados, entretanto, a uma série de estudos no médio rio Doce, prosseguiram sôzinhos.

No relatório não serão apresentados todos os problemas já resolvidos; tratando-se de um trabalho de campo, não contam os excursionistas com um aparelhamento bibliográfico. Apresentarão, em princípio, apenas, o que foi observado diretamente durante a excursão.

Falou, em seguida, a Prof.^a Fanny Koiffman sobre o trecho Rio de Janeiro-Belo Horizonte. O relatório apresentado, conforme declarou, não representa propriamente o fundo do trabalho de campo, é apenas o resultado das observações que puderam ser feitas da janela de um trem em marcha veloz. Durante um largo trecho de viagem o tempo não foi favorável; a visibilidade era quase nula. Entretanto, a paisagem apenas entrevista pode ser enquadrada em toda uma zona e, daí, a sua importância.

A sua comunicação foi a seguinte:

De uma maneira geral, podemos dizer que observamos diversas paisagens, correspondendo o aspecto físico com o humano.

Podemos destacar, primeiramente, o trecho Rio-Belém: a paisagem é já bem conhecida e diremos, apenas, o que foi visto de passagem.

A zona dos subúrbios do Rio marca a 1.^a etapa. A saída da cidade e altitudes tomadas nas estações que se sucedem, demonstram uma subida suave; de fato, já se encontram pequenas colinas de cume freqüentemente aplainado, mas que não correspondem ao nível das típicas "meias-laranjas".

A medida que se aproxima de Belém, o relêvo toma o aspecto de "mar de morros", de nível mais alto, constituindo as "meias-laranjas", cujo contorno convexo se destaca em meio da Baixada. Estas são cobertas, geralmente, por uma espessa camada de decomposição, o que é devido ao clima; esta camada, podendo atingir até 40 metros fornece solo profundo, aproveitado para os extensos laranjais, que se observam durante todo o trajeto e de que é centro Nova Iguaçu.

Distingue-se, igualmente, a pequena lavoura em torno de casas de aspecto confortável, enquanto culturas rudimentares cercam as miseráveis "casas de sopo".

Os vales são de fundo largo, com depósitos aluvionais e turfa.

Chegamos então a um limite em que é possível caracterizar esta região: ao sul, o escarpamento dos maciços litorâneos, formando o 1.^o degrau do planalto brasileiro, cuja altitude parece maior por destacar-se no meio da planície quaternária, ao nível do mar; a faixa dos níveis das "meias-laranjas", entre a Baixada e o abrupto da serra do Mar, mais ou menos ao norte.

Dentro destes limites, a ocupação humana, irradiando-se da capital, passa pela zona suburbana e alcança o *habitat* rural muito disperso, caracterizado pelo regime da pequena propriedade.

Belém marca, portanto, a 1.^a concentração de maior importância antes da subida da serra que, entretanto, é aí bem baixa e apenas representada por um dos contrafortes que, de vez em quando, forma relêvo na baixada: é a serra do Tingüá. Daí partem ramificações em bitola estreita, que galgam a montanha pelo vale do Santana.

Após este 1.^o obstáculo, o relêvo se torna mais forte e a dificuldade em vencê-lo é marcada pelo traçado da linha férrea, obrigada a largas curvas e ao recurso de pontes e túneis. Através de cortes, notamos que o gnaiss é muito dobrado.

A medida que penetramos para o interior, o tempo encoberto e chuvoso se foi aclarando progressivamente.

Passa-se, então, para outra zona montanhosa da serra do Mar, onde dominam o gnaiss e o granito.

A ferrovia aproveita os locais em que o relêvo da serra forma espécies de soleiras, facilitando a passagem e é nestas zonas que se encontram maiores concentrações como Barra do Pirai.

Entretanto, sob o ponto de vista da ocupação humana, ainda é uma região ligada diretamente ao abastecimento da capital, da mesma forma que as zonas anteriores, mas de relêvo diferente. Evidentemente, a altitude favorece mais, talvez, o cultivo de legumes, frutas e hortaliças, que de fato se observam estendendo-se nas encostas da serra.

Barra do Pirai e Entre Rios são típicas cidades de encruzilhada e constituem, juntamente com outras de menor importância, uma faixa de ligação entre a serra do Mar e o vale do rio Paraíba, cujos afluentes dela emanam, correndo em vales maduros, entre morros arredondados.

Ainda a região da serra é aproveitada por numerosas pequenas estações de veraneio, de que é exemplo Barão de Vassouras, onde existem rochas calcáreas, permitindo a extração da cal.

Já em Humberto Antunes pode-se dizer que se atingiu a bacia do Paraíba e a paisagem se modifica completamente. Estende-se uma planície aluvional, marginada por colinas de altitude semelhante e de perfil geralmente convexo; trata-se, novamente, do nível das “meias-laranjas”.

Entretanto, um outro nível foi observado, pouco acima do rio, formando terraços rochosos. Além disso, no leito maior do rio observam-se, às vezes, terraços aluvionais que talvez escapem às inundações, pois, geralmente, possuem habitações, muitas das quais, no entanto, pelo aspecto precário, parecem ser de natureza transitória.

Na região entre Barra do Pirai e Entre Rios, as vertentes da serra do Mar e da Mantiqueira não são geralmente muito visíveis do trem que segue o vale, relativamente estreito, entre as encostas bem abruptas das “meias-laranjas”. Isto dá a impressão de escavamento relativamente recente do rio Paraíba que apresenta, no seu leito, numerosos *rápidos* quando corre em sentido oblíquo ou perpendicular aos afloramentos; outras vezes, segue a mesma direção destes.

O rio está mal adaptado à estrutura. Outros fatores ainda concorrem para demonstrar esse escavamento recente, tais como os pequenos vales bem encaixados que ainda não o atingem facilmente. Igualmente a vossoroca representa o vigor da erosão recente, tendo encontrado terreno fácil, graças aos deflorestamentos para as culturas cafeeiras.

Por isso mesmo tem havido já reação do homem para reflorestar esta zona, cujo povoamento é bem marcado. O aproveitamento da antiga zona cafeeira se faz atualmente pelas plantações e sobretudo pela criação, favorecida agora, também, pela vegetação menos exuberante que na serra do Mar, graças ao clima, mais seco e, assim, sucedem-se as fazendas.

A própria constituição geológica favorece alguma exploração. Assim, apesar dos gnaisses serem muito maciços (correspondendo ao protognaisse de Lamego), há intensa decomposição das rochas nas “meias-laranjas”, cuja argila é utilizada pelas olarias, bem como o é o calcáreo arqueano para a obtenção da cal.

Destacam-se ainda na ocupação humana as velhas cidades de Paraíba do Sul e Entre Rios. É a partir daí que se começa a galgar a Mantiqueira, através do vale do Paraíba. O leito deste rio é cortado por cascatas e corredeiras, assinalando o aparecimento de porções de rochas duras.

Progressivamente seu vale vai apresentando meandros encaixados com uma margem convexa, caracterizada por 2 terraços, um dos quais é ocupado às vezes, por habitações, como é o caso de Serraria.

O rio Paraíba apresenta um problema do ponto de vista geomorfológico, que é sua travessia pelas rochas duras já assinaladas: pode tratar-se tanto de níveis de base locais, graças à alternância de rochas mais duras e mais tenras, como de níveis que correspondam a níveis gerais de erosão.

Nesse trecho a Mantiqueira é bem mais baixa, por ser mais dissecada pelos rios, a partir do rio Preto; seu rebordo não é tão nítido. Exatamente esta ocorrência faz com que seja mais fácil a passagem para o planalto, passagem esta marcada, à entrada, por Entre Rios.

Perto da confluência do rio Preto com o Paraíba aparece um imponente paredão de gnaisse, com grande escarpamento — a Pedra do Paraíba — que representa já o rebordo da Mantiqueira e a “ponta de lança”, a maior avançada do planalto de Minas. É marcada por uma superfície de erosão, provavelmente a paleogênica.

Portanto, por uma ascensão por níveis de erosão *emboités*, cuja progressão para montante é, momentaneamente, impedida por intrusões de rochas duras a que correspondem cascatas e rápidos é que finalmente, se atinge um relêvo de largas planícies, cercadas irregularmente por colinas de relêvo suave (destacando-se das “meias-laranjas”, visivelmente, pelas encostas côncavas).

As planícies são formadas por entulhamento fluvial e a altitude semelhante das colinas que as domina faz pensar num nível de erosão. Estas espécies de anfiteatros, constituem ótimo sítio para a localização de algumas cidades, entre as quais se destaca Juiz de Fora, a cerca de 670 metros de altitude.

A situação desta cidade industrial é bastante favorecida pelo relevo suave; da mesma feição encontra-se, para montante. Ewbank da Câmara.

A ocupação humana do arqueano, a partir de então, apresenta um caráter rural, com grande dispersão do *habitat*. As fazendas geralmente estão no fundo dos vales, sendo a água aproveitada para os moinhos de fubá. A pequena cultura (para abastecimento local) aparece ligada a sinais de queimadas e também a grupos pequenos de bovinos, que se disseminam pela paisagem.

Trata-se, portanto, quer do ponto de vista geomorfológico, como ântropo-geográfico, de uma *zona de transição* de uma superfície de erosão arqueana, já bastante desgastada por uma outra mais alta — a paleogênica — onde já se entra em contacto com a série de Minas.

Já em Sérgio de Macedo, a estrada de ferro atinge 818 metros. A própria cor do solo denota a proximidade do algonquiano; graças aos novos trabalhos da Central do Brasil puderam ser observados micaxistos de cor vermelho-violácea e uma camada de decomposição amarelo-ocre. A ocupação é marcada por um *habitat* linear que segue o fundo do vale até Palmira (hoje Santos Dumont).

É somente após Rocha Dias que se vê aparecer o algonquiano e que se tem uma vista de conjunto sobre a peneplanície reduzida, na maioria das vezes, a cristas apalachianas e dissecada em vários ciclos.

Após a travessia da Mantiqueira o céu se apresentou quase sem nuvens. Quando se atinge o alto do peneplano surgem alguns pinheiros que traduzem evidentemente o clima, cujo efeito sobre a vegetação ainda se faz sentir nas gramíneas (ligadas à umidade do solo). Samambaias também aparecem, indicando geralmente terra pobre, onde após tantas derrubadas e queimadas só restam verdadeiras *landes*.

É a zona onde a criação ocupa lugar predominante, acompanhada quase sempre de roças de milho.

Em João Aires a superfície da peneplanície, que pertence ao domínio do rio das Mortes (bacia do rio Grande) é particularmente bem desenvolvida.

Atinge em Sítio a altitude de 1 040 metros e a 1 135 metros está Barbacena, cujo antigo nome, Borda do Campo, bem exprime sua situação, no limite da zona dos Campos e da zona da Mata; este limite é provavelmente marcado pelo aparcimento do algonquiano que influiria no tipo de vegetação.

Barbacena é uma cidade típica de peneplanície na sua parte antiga, que chega a 1 200 metros de altitude. O relevo é monótono, as formas suaves e os vales possuem fundo largo. A parte industrializada tende a descer para o fundo dos vales, marcando, assim, nitidamente os dois aspectos da cidade. O clima de altitude permite a cultura de frutas e legumes europeus; Barbacena possui, mesmo, uma escola de horticultura muito moderna.

Atingiu-se, assim, a peneplanície paleogênica, cuja altitude varia relativamente pouco, como se pode observar pelas altitudes tomadas, depois de Barbacena: Ressaquinha — 1 104 metros; Carandai — 1 037 metros e, assim, o planalto se abaixa suavemente, atingindo em Congonhas do Campo, cerca de 900 metros.

Na região atravessada vimos, primeiro, um trecho do planalto brasileiro que se abaixa suavemente para noroeste, graças à drenagem para o Paraná e o São Francisco. Encontramos somente a superfície de erosão paleogênica, região de peneplanícies, cujo centro é Barbacena.

A Mantiqueira é a escarpa que limita o planalto; este rebordo é marcado por uma forte dissecção dos rios afluentes do Paraíba e são os vales destes rios que permitem as comunicações entre o planalto e o Paraíba. O Paraíba é aproveitado para a estrada de ferro Rio de Janeiro-Juiz de Fora como via de acesso. O rejuvenescimento que constitui a parte dissecada de bloco falhado justificaria a hipótese da fossa do Paraíba ter tido como origem um sistema de falhas.

Do mesmo modo que vimos na escarpa da Mantiqueira, a vertente meridional da serra do Mar é abrupta e recortada por cursos torrenciais e, assim como a Mantiqueira, é limitada ao sul por uma falha ou quando muito por uma flexura.

Na baixada que se estende ante o rebordo da serra do Mar encontramos o nível das “meias-laranjas” e lombadas, entre as quais se verifica a sedimentação quaternária.

Resta ainda falar do problema dos maciços litorâneos que repetem, graças à sua dissimetria, o que vimos nas serras da Mantiqueira e do Mar. Podem ser talvez separados delas por falhas e a baixada resulte de uma invasão marinha.

Atravessamos a superfície de erosão do paleógeno, região peneplanizada onde se encontra Barbacena, a ocupação humana se caracteriza por atividade industrial recente, relativamente, visando o aproveitamento dos vales.

Apresenta-se, a seguir, o problema do escarpamento da Mantiqueira, cujos rios demonstram rejuvenescimento por serem atravessados por cascatas e rápidos; entretanto, podem ser níveis de base locais ou correspondendo a níveis de erosão gerais, sendo que, no Paraíba, encontramos o neógeno e o paleógeno. O abaixamento favorece as comunicações — Juiz de Fora. A seguir, o problema do vale do Paraíba e seus diversos níveis: “meias-laranjas”, terraços rochosos e aluvionais, encarpamento suave da serra do Mar.

A comunicação foi acompanhada pela projeção de fotografias das paisagens mais características.

Os debates foram iniciados pelo Prof. Veríssimo da Costa Pereira que fez várias observações: Em primeiro lugar disse que Juiz de Fora é uma importante cidade industrial devendo ser considerada como um verdadeiro centro e insistiu sobre a importância da garganta de João Aires. Quanto às casas referidas pela Prof.^a Fanny, vistas depois de Rocha Dias, são positivamente casas temporárias, logo, a sua dispersão linear não tem caráter geográfico.

Examinando a comunicação do ponto de vista da climatologia, o Prof. Schmidt disse que contaram com um dia interessante. Puderam observar que a serra do Mar constitui um primeiro degrau para a condensação da umidade. A parte baixa estava chuvosa mas, depois do túnel de Paulo de Frontin, formava-se uma camada de condensação que já se encontrava a uma certa altitude. O limite de sua influência varia com o volume da massa de ar que penetra pela costa. Pelas observações do interior para o litoral, tinha-se a impressão de que havia perturbações na costa, o que se pôde confirmar posteriormente.

O Prof. Lúcio de Castro Soares observou que havia sido usado o termo de “mar de morros”, no lugar de “mar de ilhas”. Também a serra de Tinguá não se encontra na Baixada; faz parte da serra do Mar. O Prof. Veríssimo da Costa Pereira esclareceu que, recentemente, a estação de Barão de Vassouras mais do que a cidade de Vassouras tem progredido como estação de veraneio. Continuou o Prof. Veríssimo dizendo que o relatório apresentado era um relatório pessoal, ao que o Prof. Ruellan respondeu que o fundo da comunicação é o relatório geral, embora também haja algo de pessoal.

O Prof. Ruellan acentuou a importância da apresentação dos relatórios à tertúlia, o que permitia que as impropriedades de termos fôsem notadas e evitadas. Nos relatórios parciais, tivera ocasião de notar várias lacunas que desse modo poderiam ser assinaladas e discutidas, como por exemplo o que concerne ao *habitat* no vale do Paraíba. Sublinhou, igualmente, o desdobramento de Barbacena: a cidade velha instalada no alto, enquanto que a moderna cidade industrial se desenvolve no vale, onde encontra água e onde passa a via férrea.

O Prof. Veríssimo acrescentou ainda que, embora a comunicação tivesse sido um trabalho de síntese bem expresso, havia sido omitida a garganta de João Aires que é de grande importância porque dá passagem à estrada de ferro.

Finalmente, o Prof. Schmidt sugeriu que fôsse encontrado um termo para traduzir — *emboité*; foram propostos: encaixado, engavetado ou embutido.

Em seguida foi encerrada a reunião.

QUINQUAGÉSIMA OITAVA TERTÚLIA, REALIZADA A 28 DE MARÇO DE 1944

INTRODUÇÃO ÀS ATIVIDADES CARTOGRÁFICAS NOS ESTADOS UNIDOS — FILME EXIBIDO PELO SR. ANDRÉ SIMONPIETRI, SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE CARTOGRAFIA DA COMISSÃO PAN-AMERICANA DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

O Eng. Leite de Castro iniciou os trabalhos da tertúlia dirigindo algumas palavras ao Sr. André Simonpietri que apresentaria, em seguida, um filme sobre as atividades cartográficas nos Estados Unidos.

O Sr. Simonpietri, que é secretário da Comissão de Cartografia da Comissão Pan-Americana de Geografia e História, acha-se no Rio de Janeiro tratando da organização da Segunda Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, a realizar-se em agosto do corrente ano, no Rio de Janeiro. Vindo ao Brasil, trouxe um documentário interessante a respeito das atividades geográficas nos países que fazem parte da Comissão. Acrescentou o Eng. Leite de Castro que seria desnecessário apresentar André Simonpietri, técnico de alta classe, em quem se depositava a esperança de uma atuação fecunda. O intercâmbio científico-cultural que vem sendo estabelecido entre os países americanos, tem a mais alta significação.

Em seguida, o Sr. Simonpietri apresentou o filme que iria ser projetado e que se intitula "Introdução às atividades cartográficas nos Estados Unidos". O filme além de mostrar o que se faz em cartografia nos Estados Unidos, tem também a finalidade de mostrar como é eficaz a cinematografia na instrução do pessoal técnico. A Comissão de Cartografia está atualmente empenhada em fazer novos filmes técnicos sobre aplicação dos métodos geodésicos, levantamentos hidrográficos e também sobre a aplicação da fotogrametria.

Finda a projeção, que se prolongou por mais de uma hora, o Eng. Leite de Castro, em nome do Conselho Nacional de Geografia, agradeceu ao Sr. André Simonpietri a oportunidade que concedera aos presentes de assistirem a uma película interessante que documentava a atividade cartográfica dos Estados Unidos. Através dela foi possível verificar que nos Estados Unidos os trabalhos geográficos merecem especial atenção e são feitos com intensidade. A importância que é dada à geografia é, sem dúvida, um índice de alta cultura, além do que, ela constitui uma atividade muito proveitosa para todos os negócios públicos.

O Eng. Leite de Castro agradecendo, em nome do Conselho, a todos os que compareceram à tertúlia e aos que a ela enviaram representantes, encerrou a sessão.



QUINQUAGÉSIMA NONA TERTÚLIA, REALIZADA A 4 DE ABRIL DE 1944

COMUNICAÇÃO DO SR. JAIME COSTESÃO SOBRE A ORIENTAÇÃO QUE DARÁ AO CURSO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA E FRONTEIRAS DO BRASIL PROMOVIDO PELO ITAMARATI — COMO NASCEU E O QUE É A HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA. SEU CARÁTER DE AUXILIAR DA POLÍTICA

A sessão foi aberta pelo Eng. Leite de Castro, que comunicou a palestra do dia, pelo Sr. Jaime Cortesão. Começou o eminente historiador comunicando que daria um cunho essencialmente espontâneo e familiar à tertúlia. Faria um esboço geral da orientação que adotará para o Curso de História da Cartografia e Fronteiras do Brasil, abrangendo esta última parte a geografia das fronteiras brasileiras e sua situação atual.

Já importantes estudos foram realizados, verdadeiros monumentos, como os de Joaquim Nabuco, barão do Rio Branco, e especialistas da história da cartografia, mas somente sobre São Paulo (de Taunay) e outras províncias ou estados. Na realidade, não houve ainda tentativas de concatenação destas obras.

Salientou o Sr. Cortesão que aceitara a regência deste curso pela satisfação de servir ao Brasil, onde já se encontra há três anos e meio, estudando os aspectos da sua cartografia histórica.

Para definir as linhas gerais da história da cartografia brasileira, achou necessário um inventário de tudo quanto existe sobre cartografia antiga, espe-

cialmente no Rio de Janeiro. Contou que acabava mesmo de vir de um arquivo contendo obras de grande valor, ainda inéditas, e que pretende realizar o inventário das obras do Rio. Recentemente o ministro Osvaldo Aranha fez grandes aquisições que vieram enriquecer ainda mais o importante acervo do Itamarati.

Afirmou que não há falta de material, a dificuldade principal reside na seleção das cartas mais típicas e expressivas.

Disse o Sr. Jaime Cortesão que, primeiramente, procuraria definir o caráter da história da cartografia, expondo os métodos de ensino, ou melhor, da aprendizagem; e ainda que para se conhecer esta matéria em geral e particularmente do Brasil, era necessário ir-se às origens da ciência.

Foi iniciador desta ciência o visconde de Santarém; por esta época, também, o francês Jomard começou a trabalhar, conforme atesta seu atlas. Mas a verdadeira obra de sintetização da cartografia na Antiguidade e Idade Média foi o trabalho do visconde de Santarém.

A idéia da história da cartografia aplicada como ciência, nasceu de rivalidades de soberania entre França e Portugal pela Costa da Guiné, por volta de 1840. Aventou-se que os portugueses tinham prioridade naquela costa e o visconde de Santarém foi convidado a fazer uma memória para provar este fato. Neste sentido, realizou atlas e cartas para documentar e demonstrou, de fato, a prioridade portuguesa no estabelecimento da ordem e governo nestes territórios.

Anteriormente ao visconde, o conferencista assinalou a grande importância do primeiro mapa-mundi de Mercator (fundamental para a História do Brasil) e o de Sebastião Cabot. Também um sábio francês, a pedido da Espanha, publicou uma obra sobre história, geografia e estatística da ilha de Cuba apoiada, também, em rivalidades de soberania.

Foi, porém, o visconde de Santarém quem teve a idéia de criar uma ciência à parte com seus métodos e instrumentos próprios. Em Paris, encontrou ótimas coleções de cartografia portuguesa antiga e aí reuniu a maior parte dos elementos para seu trabalho.

Frisou o tertuliano a origem desta ciência, nascida dos problemas de soberania política, como auxiliar da própria política.

Surgiu pela mesma época no Brasil, tendo também aparecido em outros países, pelas mesmas razões.

Iniciou-se aqui com o barão da Ponte Ribeiro, como concluiu graças às suas *Memórias* de 1836, quando também se assinalaram as atividades do visconde de Santarém. Em 1841 criou-se no Ministério do Exterior a Secção da América. Também por questões políticas, portanto, nasceu a cartografia no Brasil. Não se pode fazer sobre a obra do barão da Ponte Ribeiro um juízo tão claro, quanto sobre a obra do visconde de Santarém; está quase toda ela inédita e existe no Itamarati, embora não ao acesso do público. Dentre as 180 *Memórias*, dois terços são dedicados ao problema dos limites e foi ele o primeiro a tentar uma compilação dos mapas antigos do Brasil criando, assim, a mapoteca do Itamarati.

Mais uma vez, acentuou o Sr. Jaime Cortesão, que a história da cartografia, em geral, nasceu de conflitos pelo esclarecimento de soberanias; é, pois, uma ciência essencialmente política. Tendo nascido no Itamarati, aí continuará.

Demonstrou, também, como sempre esteve ligada ao governo: as primeiras obras do visconde de Santarém foram a pedido do seu governo; o barão da Ponte Ribeiro igualmente, e mesmo atualmente muitos estudiosos da cartografia estão imiscuídos em questões políticas. Citou como exemplos ainda: Adler, grande cartógrafo russo, esteve exilado pelo governo soviético e assim morreu. Armando Cortesão, cartógrafo português, exilado em Londres. O próprio visconde de Santarém esteve exilado em Paris; no entanto, recebeu um título do governo português e por ele foi subvencionado.

Não é a história da cartografia uma velharia, como poderia parecer à primeira vista, mas é essencialmente uma ciência com sentido e autoridade pragmática. Mas para um curso prático é necessário, também, um curso teórico, pois trata-se de uma ciência eminentemente política, principalmente no Brasil, onde tem interesse fundamental.

A história política, econômica e social do Brasil confunde-se com o descobrimento em 1500 e o progressivo alargamento de seu território. Nos limites com a Venezuela, ainda se realizam expedições de reconhecimento, em busca das cabeceiras do Orenoco. É este um dos aspectos que tornam importante a cartografia para o Brasil. Não há nenhum país para quem o estudo dos problemas geográficos, em geral, tenha tanta importância.

Continuando, disse o Sr. Jaime Cortesão que o curso devia ter duas direções: uma concomitante com a história do descobrimento do Brasil e outra com a do mundo todo. Há cartas em que aparece o Brasil e que pedem esclarecimentos nas explorações realizadas por toda parte. A carta de Mercator apresenta maior correção que outras portuguesas, espanholas, francesas e italianas, principalmente no que se refere à inclinação da costa em relação à longitude. Também a rede hidrográfica do Brasil aparece desenhada em sua forma geral, com grande perfeição. Tudo isto leva a concluir não se tratar de mera obra do acaso, mas produto de valiosas informações. Por isso, torna-se indispensável observar o conhecimento das outras partes do mundo. Ainda neste mapa de Mercator aparece já a Austrália com uma configuração bem traçada e a insularidade da Nova Zelândia, até então não assim considerada. Aliás, o mesmo se encontra em algumas cartas japonesas. Ora, essas informações Mercator as obteve graças ao governador Gabriel de Rebêlo; por isto, concluiu-se que o mesmo se dera em relação ao Brasil, e isto é de fundamental importância para sua história.

Ainda mais uma vez acentuou o Sr. Cortesão que teria sempre presente, durante o curso, o caráter de ser a história da cartografia uma auxiliar da política e ligada, pois, à geografia política. Mas, aí, fez uma clara distinção entre a geografia política da escola alemã e a da escola francesa; ressaltou que não se referia à primeira, geografia de reivindicação, mas à última, verdadeira ciência da organização política dos territórios.

A formação do território, ligará a fundação das metrópoles e fronteiras e, assim, mostrou a conexão com o Itamarati e, por outro lado, com problemas de soberania que originam conflitos com outros povos.

Finalizando, o Sr. Jaime Cortesão falou na falta de competência perfeita para este curso, pois embora trabalhe há 25 anos na história da cartografia, há deficiências ligadas à falta de inventários das obras.

Novamente toma a palavra o Eng.^o Leite de Castro, que abre os debates em torno da tertúlia, como de hábito; aproveita, também, para comunicar que o curso terá início no dia 12 do corrente, quarta-feira, às 16 horas, estando abertas as inscrições no Itamarati.

A seguir falou o Prof. Francis Ruellan, que elogiou a palestra, como exposição-modelo para os estudiosos das ciências históricas e geográficas. Chamou a atenção para o interesse que apresenta a história da cartografia para a compreensão da geografia científica, com dois pontos interessantes a considerar: a história da localização em longitude e latitude pelos geodestas e topógrafos dos pontos notáveis do terreno e o que serve para interpretação direta da geologia, geomorfologia, vegetação e fauna e de geografia humana. Frisou, igualmente, que só se pode compreender a cartografia observando o conhecimento dos antigos, pois assim se saberá desde quando foi a paisagem observada e estudada como atualmente. A cartografia traz documentos essenciais para a História do Brasil, desde o descobrimento; ainda hoje nos aproveitamos dos trabalhos dos viajantes do fim do século XVIII e do início do XIX, que constituem importante documentação cartográfica. Concluiu o Prof. Ruellan concitando seus alunos à frequência deste curso, essencial para os estudos geográficos.

Terminando a sessão do dia, o Eng.^o Leite de Castro exprimiu o alto regozijo do Conselho Nacional de Geografia pela tertúlia, em duas modalidades: uma geral, por ser o C. N. G. o órgão nacional destinado ao melhor conhecimento do território pátrio, razão porque a iniciativa do Ministério do Exterior aí encontraria ressonância viva, e outra específica, decorrente do significado de ter sido a modesta sede do C. N. G. a primeira tribuna de manifestação do grande curso a ser iniciado no Itamarati.

A seguir, encerrou a sessão.

SEXAGÉSIMA TERTÚLIA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1944,

A SERRA DO CURAL DEL REI E NOVA LIMA — RECONHECIMENTO NA BASE DA SERRA: REGIME TORRENCIAL — A CIDADE DE BELO HORIZONTE E SEU DESENVOLVIMENTO PARA O SUL — OS TRÊS NÍVEIS DIFERENTES: A PENIPLANÍCIE, O ALTO DA CRISTA E UM INTERMEDIÁRIO — DISSEMETRIA DO PERFIL DA SERRA — A ENCOSTA SUL MENOS ÍNGREME: OS SOLOS, A VEGETAÇÃO — DEBATES SOBRE A ORIGEM DA SERRA E DOS DIVERSOS NÍVEIS OBSERVADOS

Abriu a sessão o Eng.^o Leite de Castro que anunciou a palestra do dia pelo Sr. Miguel Alves de Lima, sobre a excursão, a pé, de Belo Horizonte a Nova Lima.

Explicou o tertuliano ser a sua comunicação a segunda série da excursão realizada ao vale do rio Doce, sendo fundada nos relatórios parciais reunidos num relatório geral, baseados somente na observação e não em maiores estudos.

Logo de início projetou a carta da fôlha de Minas, e aí indicou o trajeto percorrido e as estações de observação.

Foi o seguinte o texto da exposição:

Deixamos Belo Horizonte às 6 1/2 da manhã do dia 14 de agosto, terceiro da nossa viagem e primeiro de trabalho no campo. Do bairro da Serra, a SSE da cidade, iniciamos nosso reconhecimento a pé, sempre grupados por equipes. De uma espécie de patamar onde os aneróides registravam 906 metros de altitude, pudemos ver, sem obstáculos, as primeiras elevações que margeiam a cidade e contrastam na sua forma angulosa com o abrupto da linha principal da serra do Curral del Rei, que mais se aproxima da zona urbana a SSE e se estende na direção SN, prolongando-se com os nomes de serra da Motuca, Piedade, Rola Moça, etc. A Serra ainda se prolonga para ENE, emitindo, também para NNE um espigão importante, com ramificações, por onde, mais tarde, alcançamos nosso mais elevado ponto de observação. Saindo um pouco da estrada, recolhemos amostras dos itabiritos, de canga, de minério de manganês e dos xistos argilosos que aí ocorrem.

Além dos fragmentos resultantes da desagregação das rochas e transportados por gravidade ou pelas enxurradas, ocorrem, mais próximos da Serra, grandes blocos isolados de itabirito sem vestígios de rolamento, o que nos fez acreditar fossem restos do ataque da erosão no local.

Do ponto em que nos encontrávamos, na direção ENW, divisávamos um corte de estrada mostrando uma rocha mais clara. Alcançamos esse ponto atravessando a baixa encosta, através de pequenos leitos de seixos mal rolados de pequena profundidade e outros vestígios da erosão devida, ao que parece, a um regime de torrentes. Ligamos a explicação do fenômeno ao grande escarpamento da serra para o norte bem como a pouca permeabilidade do terreno, o que facilita sobremodo a drenagem na zona sul da cidade. Em nenhum ponto dessa parte do percurso nos foi dado observar qualquer estagnação; essa fácil drenagem parece generalizar-se até o baixo curso do ribeirão do Arrudas onde há transbordamentos na época das chuvas. Parece-nos que, nesse trecho, o curso d'água tem uma parte do vale que permanece seca durante um certo período do ano, quando a calha, então, é suficiente para o escoamento; dadas as desproporcionais precipitações de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, em confronto com as de maio, junho, julho e agosto, e, já mencionada pouca permeabilidade do terreno, as águas saem da calha para o vale de inundação sempre que é ultrapassado um certo limite de precipitação.

É possível aliar-se a essas razões uma outra de ordem estrutural, se observarmos que o Arrudas, a partir da estação de Furquim, passa a apresentar uma série de encachoeiramentos, os quais, infelizmente, não foram por nós examinados de perto. Rochas duras atravessando o leito poderiam produzir um efeito de represamento que persistiria ainda com o aumento de volume d'água do curso.

Não há dúvida, porém, quanto à importância da parte reservada à concentração das chuvas na interpretação desse fenômeno, bem como no ativo trabalho

de erosão nas encostas da serra, cujos testemunhos foram por nós observados mais tarde. Dados documentários foram recolhidos posteriormente; verificamos em médias mensais num período de vinte anos os seguintes valores em milímetros:

novembro	— 239,6	maio	— 22,5
dezembro	— 295,0	junho	— 11,3
janeiro	— 313,1	e	julho — 8,7
fevereiro	— 237,6	agosto	— 21,9

Após um estacionamento para essas observações sobre o regime torrencial, permeabilidade e drenagem, prosseguimos até o corte da chamada “estrada nova”. A rocha que aí aparece é um xisto argiloso, bem estratificado, muito tenro, orientado para S 58.^o W, no qual medimos inclinações de 68, 72 graus para SE. O xisto é recoberto de uma camada humosa que é separada da rocha por um leito de seixos mal rolados de quartzo; essas camadas, onde as pudemos observar, se dispõem mais ou menos horizontalmente com suaves ondulações.

A primeira camada, a de solo vegetal, deve ter cerca de trinta centímetros e a de seixos de quartzo vinte centímetros, aproximadamente. As medidas feitas quanto à direção e inclinação nos esquistos se aproximam de maneira extremamente interessante das que pudemos tomar mais tarde, já na primeira linha de elevações, ainda sobre esquistos argilosos e, depois, no próprio corpo da serra do Curral, no itabirito. Aparecem nos xistos veios de quartzo de cerca de quinze centímetros de espessura que se ramificam ascendentemente. Na estrada, alguns alinhamentos desses veios aparecem atravessando-a e falham em quarenta centímetros, aproximadamente, repetindo-se esse desnivelamento nas diversas ocorrências. Essas pequenas falhas posteriores às intrusões devem ser resultantes de esforços locais; não se pode, contudo, desprezar a hipótese de que elas constituam vestígios de ações mais afastadas e de maior importância.

Caminhamos um pouco em direção à cidade procurando, sem sucesso, reconhecer no terreno contacto que imaginamos se dê já dentro do corpo principal da mesma.

Após esse reconhecimento, começamos a subida para a serra do Curral. Passa-se por vales as elevações de um primeiro nível de erosão por um solo vermelho arroxado, o qual resulta das ações de diversos agentes sobre o itabirito que se desagrega, desce pelas encostas e se deposita na base. O solo lembra a terra roxa diabásica pela sua cor, mas, a similaridade não passa daí; sua pouca fertilidade é tão notória quanto a do solo resultante da decomposição dos xistos vizinhos, o que faz faixa da terra imprópria para a lavoura que ainda é tentada em muito pequena escala.

Atravessamos esses terrenos, galgamos a primeira linha de elevações para atingir um observatório que julgamos estar a 1 150 metros de altitude. De um modo geral, Belo Horizonte aparece no fundo do vale do ribeirão do Arrudas, no anfiteatro formado pelas serras que a envolvem pelo sul, oeste e norte, tendo como eixos principais, nessa ordem, a serra do Curral, o chapadão que dela vai até a serra da Contagem e essa última. Essas defesas contra os ventos frios de sudeste e os ventos do vale do São Francisco, abrem-se para este, baixo vale do ribeirão do Arrudas, de onde entram os de ocorrência predominante no município.

Nossa visibilidade estava perturbada até então por cerrado nevoeiro que se acomodava por todo o fundo do vale e que só no momento em que chegamos a esse ponto começava a subir. A instabilidade das massas de ar na região não favorece a formação do orvalho, que requer ambiente muito mais calmo.

A cidade ocupa uma larga parte do vale e se desenvolve em ambas as margens do ribeirão, predominantemente, porém, na margem direita, onde se localiza quase toda a zona urbana. Do antigo largo da Matriz, núcleo originário dos tempos de arraial, a cidade cresceu segundo um planejamento cuidado e, hoje,

seu limite na zona sudeste, mais próximo do ponto em que estávamos, vai até a ocupação do morro do Pasto ou do Querosene por um pequeno grupo, o qual sobe a encosta oeste. Pequenos caminhos põem em contacto com as vias de acesso ao centro da cidade, que ficam mais próximas por essa face do morro; a importante estrada para Nova Lima e, principalmente, os caminhos para o alto da serra de onde eles trazem a lenha, a preciosa canela que lhes merece a penosa caminhada que nós ficamos conhecendo. É muito grande a importância desse fator em todas as localizações dos pequenos grupos humanos de limitados recursos econômicos, especialmente aí, onde os trechos da encosta em que existe a mata são justamente protegidos contra a invasão dos lenhadores na defesa dos mananciais que abastecem a cidade, como os córregos da Serra, Bom Sucesso e outros. Essas matas são as únicas nessa vertente da serra do Curral.

As habitações na parte baixa disputam a margem do córrego da Serra e na encosta guardam um certo alinhamento na sua disposição. Em ambos os casos, voltam as suas fachadas para a estrada. A boa disposição que guardam entre si as poucas terras em que tentam uma difícil cultura, revelam uma certa orientação e adiantamento com o que, por certo, tentam vencer a ingratidão do solo. Nesse trecho do percurso as "vossorocas" profundas nos confirmam decisivamente o regime torrencial já suficientemente caracterizado por outros fenômenos. São elas numerosas e tão profundas que acreditamos estar o futuro aproveitamento dessas encostas, dada a sua posição privilegiada do ponto de vista do clima, dependente de obras de defesa contra a erosão.

Desse ponto já se podia observar claramente os bens caracterizados níveis: um marcado pelos esporões de 900 a 1 000 metros, considerados como elementos da superfície de erosão reconhecida em toda a região de Belo Horizonte. Um segundo alinhamento paralelo à crista principal da serra parece representar um segundo nível e está separado de um terceiro, a crista da serra, por uma grande depressão subsequente que resulta de um trabalho de desgaste, cujos vestígios são essas porções de vales torrenciais obsequentes. Esse segundo alinhamento é atravessado por uma série de gargantas esculpidas pelos córregos obsequentes do tipo córrego da Serra, como esse, tributários do Arrudas. O trabalho dos agentes de erosão tem sido efetivamente muito intenso expondo a estrutura onde haja rochas duras; nos trechos em que esse trabalho foi de modo a vencer o revestimento superior de itabirito, chega a rochas mais tenras onde começa a esboçar pequenos *combes*, como nos foi possível observar entre a primeira e a segunda linha de elevações.

Mais para o alto, a imponente crista denteada apresenta-se como terceiro nível. No "front" de ataque da vertente sul pode-se observar ativa desagregação das rochas componentes e a formação do óxido rubro na superfície atacada torna mais vistoso o conjunto. Percebe-se facilmente a camada superficial e recente de canga que, posteriormente, verificamos capear com uma espessura de cerca de quatro metros, pela exposição da estrutura subjacente ao longo de toda a serra. A erosão vence a camada superior mais dura a partir da cumiada, que sofre maior ataque; alcança rocha mais mole entre duas camadas de rocha dura e trabalha subsequentemente com intensidade, como já se pôde anteriormente observar, dadas as condições em que seus agentes operam na região. O exame do relevo nos traz a impressão de que o observado na passagem do segundo nível para o terceiro, isto é, a ocorrência de uma depressão, se repetirá com o prosseguimento do processo que ora se observa, fazendo com que a serra, através dos anos se desloque para o sul, paralelamente à linha de cotas máximas.

Prosseguimos em demanda do espigão que dá acesso ao Pico e foi a partir daí que começamos a notar um empobrecimento rápido e progressivo das espécies vegetais, entre as quais resiste uma de pequeno porte e flores amarelas que mais tarde conseguimos identificar como uma "Velosiácea", a "Barbacenia flava". A subida da serra vai-se tornando mais difícil; o minério em desagregação superficial torna penosos os nossos passos pelo seu fácil deslizamento. Num dos espigões próximos, para leste, notamos trabalhos de mineração de alguma importância, servidos por uma estrada de rodagem que termina no ponto em que está sendo feita a extração do minério. Longe, porém, está esse aproveitamento das verdadeiras possibilidades dessas grandes jazidas onde se pode obter um minério de alto teor de ferro, sem levarmos em linha de conta outros recursos

como o manganês, o caulim e o calcáreo que representam um grande potencial econômico. O minério não é tão bom quanto o de Itabira, principalmente dado o seu maior teor em fósforo e, segundo as análises que conseguimos recolher, teremos comparativamente:

	Fe	Mn	Si 02	P	S	H2 0
Belo Horizonte	69,92 %	0,08 %	1,21 %	0,03 %	0,03 %	0,10 %
Itabira	69,45 %	traços	0,24 %	0,002 %	0,00 %	0,45 %

A composição do minério é um pouco variável ao longo da serra, segundo as análises de amostras de trechos distintos que conseguimos obter. Para que se tenha uma idéia da quantidade de minério que existe no corpo principal da serra basta, que se leve em conta que o volume estimado para a serra do Taquaril, que do Pico de Belo Horizonte segue para NE, é de 1 039 000 toneladas, num cálculo pessimista e esta pode ser encarada como um desdobramento ou espigão da serra do Curral. O caulim é bastante aproveitado e a exploração do calcáreo já tem sido tentada em maior escala em algumas das principais ocorrências, notadamente no lugar denominado Acaba-Mundo onde ele aparece com estratificação facilmente perceptível, em cor avermelhada ou branca e se dispõe entre os xistos e itabiritos na base da serra. Sua direção é de 40° a 50° SO e inclinação de 35° a 4° em mergulho para o sul; a quantidade de talco que ele encerra, no entanto, tem prejudicado o seu aproveitamento industrial como mármore.

O manganês ocorre em lentes no itabirito. Além das amostras de pirolusita encontradas, muito pouco pudemos dele perceber no local; sabemos, contudo, que vem sendo explorado satisfatoriamente no município de Nova Lima, onde se assinalam os maiores depósitos nessa zona.

Como pudemos inferir das observações relatadas, não serão necessários outros argumentos para encarecer a expressão econômica da serra.

Conseguimos alcançar o Pico de Belo Horizonte pouco depois das 15 horas e aí descansamos, após um esforço contínuo de oito horas.

Dai se tem uma excelente visão panorâmica. Pode-se ver, em baixo, ao norte, Belo Horizonte; ao longe, a nordeste, Sabará e a sudeste, Nova Lima.

O Pico, a 1 390 metros, domina as elevações vizinhas e só para sudoeste é que o horizonte limpo é um pouco coberto para mostrar os mais próximos *hog-backs* da própria serra do Curral e os das que se alongam formando a extensa crista algonquiana naquela direção. O relêvo desse período geológico emerge da peneplanície arqueana dissecada que o contorna formando um contraste bem acentuado, o qual só é superado pela diferença de declividade e de associações vegetais que prevalecem nas vertentes sul e norte. O intenso trabalho de erosão não desfaz as linhas duras dessas formações cuja origem se deve a um desnivelamento provocado por falha, segundo uma das teorias pelas quais se tenta explicá-las. A superfície de erosão da bacia do São Francisco se teria projetado através do vale do rio das Velhas a montante e o desgaste teria vindo as rochas mais tenras, deixando os estratos mais resistentes. Por outra teoria, esse acidente se teria originado da atividade desigual da erosão sobre camadas de diferente dureza, dobradas, achatadas e encaixadas em cunha nas rochas arqueanas pelos movimentos huronianos. A canga, como já tivemos ocasião de observar, recobre a parte superior dessas serras. O fato de não se haver depositado sem lacunas estratigráficas, a série de Minas tem prejudicado os esforços dos mais renomados especialistas brasileiros e estrangeiros no seu estudo. A serra do Curral del Rei não foge a esse princípio geral. As rochas que a constituem correspondem ao andar médio da série. Na encosta sul, fendas de largura e profundidades variáveis mostram uma certa movimentação que pode ser devida a resultantes de esforços provocados pela modificação de equilíbrio pelo debastamento segundo a estrutura na vertente oposta.

A descida, menos íngreme para o sul, no trecho mais alto é feita sobre a canga em que aparecem líquens, orquídeas e perigosas cactáceas de espinhos longos e pontudos. A vegetação, de um modo geral, cresce de porte à proporção que se desce e sua existência, mais fácil desse lado, deve resultar da exposição

dessa face da serra a ventos mais úmidos, ainda que se leve em conta que os ventos de SE passem por dois degraus — a serra do Mar e da Mantiqueira — antes de atingir a região de Nova Lima. Imaginamos, por outro lado, que apesar de submetido todo o conjunto a um só regime, havendo, pois, menor influência quanto à umidade dos ventos, a diferente ação d'água na vertente sul, pelo seu escoamento um pouco mais lento, deu margem à formação de solo a partir de níveis mais elevados. Assim sendo, o porte da vegetação estaria mais condicionado à espessura das camadas de solo. Pode-se mesmo admitir, malgrado a pouca permeabilidade, que haja uma pequena parcela de infiltração, comandada pela inclinação das camadas. Nossas observações, que nesse momento da excursão já estavam sendo muito prejudicadas pela grande pressa com que procurávamos alcançar Nova Lima, ficaram-no definitivamente. Descíamos fora das picadas e muito nos esforçávamos para atravessar a mata da base da serra antes da noite bem como para atingir os mananciais que servem aquela cidade, pois, nossa provisões de água se haviam esgotado no Pico. Conseguimos água, mas, não pudemos evitar a travessia da mata à noite.

O primeiro grupo chegou às 19 ½ horas e os outros dois — nós nos havíamos dividido em três grupos — às 19,50 e 20 horas, respectivamente.

Voltamos a Belo Horizonte pela estrada de rodagem comprimidos numa pequena jardineira e ainda nos foi possível constatar, quando cruzávamos a serra de sul para norte, e descida para NE de um vento de certa intensidade que nos lembrou um efeito semelhante ao "Foehn", em reduzidas proporções. Acreditamos, também que êsse fenômeno pudesse ocorrer pela canalização do vento normal de sudeste, com temperatura já baixa, que só então começasse a soprar. Vencida a barreira oposta pelos alinhamentos da serra por suas passagens mais baixas o vento desceria, então, a encosta.

Sem nada mais haveremos notado, concluímos a excursão às 22,30 horas com nossa chegada a Belo Horizonte.

No decorrer da exposição foram projetados diversos desenhos, destacando-se o gráfico de ocorrência de chuvas e croquis da antiga Belo Horizonte e da diferença de declive na própria serra do Curral del Rei influindo no porte da vegetação (maior à proporção que se desce, o que é devido à possível infiltração da água seguindo a estrutura), além de inúmeras fotografias representando vários aspectos da serra: o paredão, os níveis de erosão, vistas da cidade tiradas do alto, sinais da erosão através das vossorocas os *hog-backs* (já do Pico), podendo-se observar a camada de canga e as diferenças de vegetação, os esporões que aparecem em todo o norte da Serra e, ao longe, a penepalanície arqueana.

Terminada a exposição e, tendo se ausentado o Eng. Leite de Castro, abriu os debates o Prof. Lúcio de Castro Soares.

Falou, então, o Prof. Musso que perguntou ao Sr. Miguel Lima se a fotografia apresentava *cuestas* dos *hog-backs*, ao que o último respondeu negativamente; indagou também se havia forte drenagem e se a vertente oposta apresentava o mesmo *facies* e o Sr. Lima confirmou a primeira pergunta, dizendo que provavelmente o trabalho da erosão foi facilitado pelo escarpamento e pelo solo pouco permeável; quanto à vertente oposta era diversa, favorecendo a deposição e, portanto, a formação de solos.

A seguir, tomou a palavra o Prof. Ruellan que considerou, em 1.º lugar uma observação geral da excursão: o problema do contacto entre o arqueano e o algonquiano, que constituiu uma preocupação constante, pois não foi visto claramente, mas em passagens progressivas, sendo as inclinações tomadas sempre as mesmas.

Daí surge uma questão delicada que é a de saber se não se repete aí o caso dos granitos da série de São Roque em São Paulo, que, conforme Morais Rêgo e seus sucessores, não pertencem ao arqueano; isto é, se não é possível que o granito de Belo Horizonte esteja ligado a um metamorfismo do algonquiano. Nesse caso, o problema ligar-se-á às diferenças de dureza das rochas dobradas e não a falhas.

Na Estrada Nova, pôde-se bem observar a passagem progressiva: a rocha mais clara parecia arqueana, mas na verdade, tratavam-se de xistos sericitosos e argilosos pouco metamorfizados, do algonquiano, formando transição para os micaxistos e gnaisses.

Em segundo lugar, o Prof. Ruellan chamou a atenção para o papel de grande importância da canga. Está sobre uma camada de itabirito, desbastado pela erosão e segue, assim, a estrutura.

Criticou um croquis projetado, da autoria do Sr. Alfredo Domingues, em que aparecem inclinações de menos de 30°, o que faz pensar em *cuestas*, quando na realidade se tratam de *hog-backs*, com inclinações de 68°, 75°, etc.

Aparteu o Sr. Miguel Lima que a principal preocupação fôra mostrar as diferenças de grandeza da vegetação.

Traçou, então o Prof. Ruellan um croquis sumário em que representou a penepplanície ao S, com pesadas ondulações e o aparecimento brusco dos *hog-backs*; e do outro lado, os níveis de erosão. Ao longo do rio das Velhas encontram-se níveis que correspondem ao de Belo Horizonte, a cerca de 900 a 1 000 metros de altura. Mais acima, níveis de 1 200 a 1 250 metros.

O problema se impõe quanto aos *hog-backs* deste nível: se correspondem às pesadas formas de garupa do S (serras da Mutuca, Barreiras, Moeda). De fato, repetem o nível dos *hog-backs* que estão a 1 350 e 1 400 metros. Neste caso pode tratar-se de uma superfície de erosão antiga que teria sido dissecada por novo nível a 1 200-1 250 metros e este ainda pelo de 900-1 000 metros, que penetra ao S da serra do Curral graças à porta ou calha do rio das Velhas até Sabará; seu afundamento foi progressivo, como demonstram os níveis encaixados.

A estrutura da serra do Curral del Rei aparece, então, com simplicidade: trata-se de uma série de cristas monoclinaes, correspondendo as faixas de rocha dura aos *hog-backs*, ou seja escarpamentos que se repetem até o arqueano, com forte inclinação.

Nos Juras francês e suíço têm o nome de *crêts*, indicando a linha de cristas que corta os dobramentos anticlinaes. Apresentou então uma pequena carta da Suíça, reproduzindo o relêvo jurássico, doada nesse mesmo dia ao Conselho para o museu pelo Cel. Adir Guimarães. O mesmo tipo se repete no algonquiano de Minas, estando a diferença na idade da dobra.

A seguir, falou sobre a origem do resíduo de canga: será local ou transportada?

Dois elementos foram observados: um não rolado, formando uma canga de *brecchia* e outro constituindo um conglomerado.

É provável que quando se formou a superfície de 1 350-1 400 metros a erosão tenha produzido elementos rolados, como se evidenciou pelos itabiritos encontrados. Isto se relaciona com a observação de Leonardos, que atribuiu a crosta superficial ao terciário; pode-se assim, com este dado calcular a idade da superfície.

Concluiu o Prof. Ruellan, ressaltando a importância destes problemas.

A sessão foi encerrada pelo Prof. Lúcio de Castro Soares.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Coordenação da Mobilização Econômica

A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU ATINGE A MARGEM DO RIO DAS MORTES — Os jornais do dia 23 de maio último, notificaram haver o ministro João Alberto atingido a região situada entre a cachoeira da Fumaça e as margens do rio das Mortes para observar a marcha da Expedição Roncador-Xingu. Depois de inspecionar o novo posto avançado atingido pela referida Expedição dirigida pelo coronel Flaviano Vanique, o ministro João Alberto dirigiu ao Sr. Presidente da República o seguinte telegrama: "Presidente Getúlio Vargas: Palácio do Catete — Rio — Acabo de aterrar em avião da F.A.B., no campo do rio das Mortes, Acampamento coronel Vanique, que marca a primeira etapa da penetração da Expedição Roncador-Xingu 200 quilômetros a dentro de terra completamente desconhecida vencidos pelos valerosos expedicionários, o que representa imenso território incorporado definitivamente à nossa pátria. As regiões atingidas, muito salubres, com transporte fluvial pelos rios das Mortes e Araguaia, garantem o êxito da colonização. A pecuária é muito favorável em virtude de extensos campos para criação existente na região. O acampamento situado nas barrancas do rio das Mortes é servido por esplêndido campo de aviação e uma estrada de rodagem em construção partindo da base do rio das Garças. O estado físico e moral dos expedicionários é ótimo. Interpreto o sentimento destes valerosos brasileiros saudando V. Excia. o encorajador da marcha para o Oeste que reafirma a vitalidade da raça e a confiança no futuro do Brasil".

Também ao ministro da Aeronáutica o coordenador endereçou o seguinte rádio: "Comunicado prezado amigo que em avião pilotado pelo capitão Basílio, acabo de aterrar no campo do rio das Mortes, Acampamento coronel Vanique, serviço prestado pela F.A.B. nesta gloriosa tarefa que representa uma importante contribuição histórica para os anais do descobrimento do Brasil moderno".

★

Departamento Administrativo do Serviço Público

PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS DA ATUALIDADE — No auditório do Departamento de Educação dos Serviços Hollerith realizou-se no dia 31 de maio findo, mais uma conferência da série promovida pela Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo sido orador o Sr. João Lira Madeira, que abordou o tema: *Problemas demográficos da atualidade*.

Debateram, após, os termos da conferência os Srs. Osvaldo Gomes da Costa Miranda, diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho e Prof. Giorgio Mortara, técnico da Comissão Censitária Nacional.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Conselho Nacional de Geografia

TRIANGULAÇÃO GEODÉSICA DE 1.ª ORDEM — Na cidade de Goiânia realizou-se a 18 do mês de maio findo, a instalação dos trabalhos de triangulação geodésica de primeira ordem, tarefa técnica essa necessária à campanha da atualização da Carta do Brasil ao milionésimo em que está empenhado o Conselho Nacional de Geografia. Naquela data foi lançado o marco zero, destarte cerca de 12 quilômetros da capital de Goiás.

O interventor Pedro Ludovico, acompanhando a maioria de seus auxiliares de governo, compareceu pessoalmente à reunião, à qual estiveram presentes também, além de diversos técnicos do Departamento de Geografia e Cadastro, todos os engenheiros que compõem a comissão encarregada dos trabalhos: professor Alirio de Matos, chefe; o professor Benedito Quintino dos Santos, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; José de Oliveira Duarte, Antônio Fernandes Lobato, Copérnico Pinto Coelho, José Félix de Sousa e Xenofonte Renault de Lima — do Departamento de Geografia de Minas; Gilvandro Simas Pereira, Dalmi A. Álvares Rodrigues de Sousa e Osvaldo Pinheiro Duarte — do Conselho Nacional de Geografia.

Após haverem sido inaugurados os trabalhos, o Dr. Zoroastro Artiaga, membro do Conselho Administrativo homenageou, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, os engenheiros da comissão, encarecendo o valor e alta importância patriótica da tarefa ali iniciada. Falou, a seguir, o Dr. Eurico Viana, Diretor de Polícia e Trânsito, em nome do interventor Pedro Ludovico, que saudou os presentes e disse, também da significação da obra. Discursou, depois, o Dr. Benedito Quintino dos Santos, que agradeceu a colaboração emprestada à comissão pelas autoridades de Goiás e terminou sua oração conferindo ao Sr. Colemar Natal e Silva, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, o diploma de sócio-correspondente do congêneres de Minas. O homenageado respondeu, confessando-se honrado com aquele gesto. Por fim, o professor Alirio de Matos, se fez ouvir para fazer referência à pessoa do engenheiro Gilvandro Simas Pereira, que se encontrava presente, e que dirigiu os trabalhos do levantamento geográfico dos limites entre Minas, Goiás e Bahia.

Após essa parte solene, os técnicos a serviço do Conselho Nacional de Geografia fizeram uma brilhante exposição do caráter e da utilidade do empreendimento, dizendo que os pilares ora cravados no interior do Brasil poderão servir de ponto de referência para o estabelecimento de todos os cálculos para as cartas geográficas da América do Sul.

RELATO DO GENERAL RONDON SOBRE A "SEMANA DO INDÍO" — Na sessão realizada pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios em princípio de maio, o Sr. general Cândido

Rondon, presidente do Conselho a propósito da "Semana do Índio" fez a seguinte comunicação:

"Meus nobres colegas — Ao nos reunirmos pela primeira vez, após o encerramento da "Semana do Índio", tenho a mais viva satisfação de congratular-me com os meus caros colegas pelo êxito das comemorações conseqüentes à solenidade da celebração do Dia Americano do Índio.

Apraz-me igualmente cientificar ao Conselho que a incumbência confiada à nossa distinta colega D. Heloisa Alberto Tôrres, foi desempenhada com eficiência e brilho notáveis.

A exposição fotográfica dos tipos de índios das diferentes tribos, ainda existentes nos sertões brasileiros, bem como dos artefatos e produtos da sua indústria de guerra e de paz, foi apresentada no salão do 9.º andar da A.B.I. com esmerado senso artístico.

Mereceu do público louvores espontâneos.

O programa das palestras a serem irradiadas pelo rádio do D.I.P., na Hora do Brasil, foi executado na Rádio do Ministério da Educação. Quando o apresentamos ao D.I.P. já estava completamente assentada a programação da semana do aniversário do chefe da Nação, com todos os intervalos da Hora do Brasil integralmente preenchidos.

Em compensação tivemos a satisfação de ver executado de modo satisfatório o plano dos filmes cinematográficos no salão das conferências da A.B.I.

Por estas significativas razões manifestei-me gratíssimo, em nome do Conselho, ao Departamento de Imprensa e Propaganda e à Associação Brasileira de Imprensa.

Devo evidenciar a colaboração da Prefeitura e do D.I.P., que de boa vontade concorreram para o destaque das respectivas solenidades. O Sr. prefeito, Dr. Henrique Dodsworth, mandou ornamentar com as bandeiras americanas, no dia 19 de abril, a estátua de Guatemoc.

O capitão Amílcar de Meneses, diretor do D.I.P., ofereceu uma coroa de flores naturais ao C.N.P.I. para ser depositada no sopé do monumento naquele memorável dia em que o continente evoca e exalta a memória dos indômitos defensores na terra ameríndia.

Além dessas manifestações de entusiástica colaboração, mandou aquele diretor por solicitação do C.N.P.I., ornamentar com flores a sala das suas sessões e do diretor do S.P.I.

Devo igualmente dizer aos dignos colegas do quanto tocou-me a manifestação unânime de todos os jornais desta capital em comunhão conosco nas solenidades em que empregamos toda a vibração do nosso amor.

Intimamente, tais manifestações nos sensibilizaram e nos fizeram refletir que o sentimento de nacionalidade domina a orientação social e política do povo brasileiro.

O nosso primeiro ensaio repercutirá no espírito público, a me convengo que firmará prática comemorativa, de salutar reação cívica.

Como é certo que "nada é indiferente perante o sentimento", me permito predizer que esta primeira celebração no Brasil do Dia Americano do Índio, produzirá nos corações bem formados emoções capazes de reações benévolas.

Seja como fôr, porém, cumprimos um dever que repetiremos de coração alevantado, crentes de que "o homem se agita e a humanidade o guia". E que "não há prazeres que possam exceder os da dedicação".

Sejamos firmes na defesa e cumprimento do ideal de José Bonifácio, que o triunfo não tardará".

EXCURSAO DE ESTUDOS AO VALE DO RIO CACHOEIRA — Regressou de suas excursões ao vale do rio Cachoeira, no Distrito Federal, a equipe de geógrafos e professores organizada pelo Conselho Nacional de Geografia, para elaborar um estudo de microgeografia daquela região, conforme foi noticiado em número anterior deste *Boletim*.

Na série de excursões que acabam de concluir, foram feitos estudos geológicos, geomorfológicos, pedológicos, climatológicos, biogeográficos e antropogeográficos.

Uma vez terminados os trabalhos de gabinete que se seguirão à última série de excursões, os geógrafos voltarão ao campo para completar e aferir as pesquisas feitas até então.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE PRODUÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS — Pela Comissão Brasileiro-Americana de Produção de gêneros alimentícios está sendo ultimado um mapa pictográfico dos trabalhos atinentes à mesma Comissão.

Trata-se de um trabalho que reúne todas as atividades que a Comissão vem desenvolvendo no esforço de guerra do Brasil, por onde se vê que houve realmente um intenso fomento da produção de gêneros alimentícios aparecendo ainda referências sobre os trabalhos de cooperação no vale do rio Doce, nas faixas dos Estados de Minas e Espírito Santo.

O mapa assinala, nos diversos Estados, o Curso de Nutrição que a C.S.A. promoveu em colaboração com o S.A.P.S., o qual beneficiou duas moças de cada unidade federativa com bolsas de estudos, tendo terminado com aproveitamento 38 bolsistas da C.B.A., das quais 13 estão continuando os seus estudos para assumirem as cátedras da Escola de Nutrição de Fortaleza, que está sendo instalada em colaboração com o S.A.P.S.

Outra informação interessante é a que se refere às Escolas de Treinamento para Operários Rurais que estão sendo instaladas em 10 Estados da área do acôrdo, em moldes norte-americanos.

Pelo mesmo mapa verifica-se que a C.B.A., desenvolvendo o plano que lhe traçou o ministério da Agricultura, deu novo impulso às atividades ligadas à avicultura, instalando cerca de 40 aviários, com capacidade para mais de 60 mil aves.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS NO PROGRAMA DE GEOGRAFIA — De acôrdo com as últimas modificações introduzidas no programa do ensino primário, publicamos, a parte relativa ao ensino de Geografia na 4.ª série:

I — Objetivos do Ensino — a) Levar à criança a melhor conhecer e amar o Brasil, através do estudo dos seus aspectos físicos e econômicos e das suas riquezas naturais; b) ministrar ao aluno noções sobre os continentes, os oceanos, as zonas e os climas do globo terrestre; c) mostrar à criança a influência dos fatores do meio físico sobre as condições do trabalho humano. II — Sumário da matéria — a) o Distrito Federal — Relações entre o Distrito Federal, os Estados e Territórios. Função do Distrito Federal como capital política e administrativa do país, e como grande centro comercial. O trabalho no Distrito Federal. Atividades agrícolas, comerciais e industriais. Mercado de trabalho. Profissões de maior futuro.

Valor e dignidade do trabalho técnico-profissional. As escolas técnicas e sua importância.

b) O Brasil. Regiões do Brasil: Região Norte — Nordeste — Leste — Sul Centro — Centro-Oeste. Principais acidentes físicos, clima e produções de cada região. Capitais e cidades principais; formação característica de algumas delas, centros agrícolas, industriais e comerciais. Vias de comunicação: terrestres, fluviais, marítimas e aéreas; comércio interior e exterior; importação e exportação. Povo e língua brasileira: costumes característicos de habitação, vestuário, alimentação, festas e tradições. c) A Terra — Divisão do globo terrestre em mares e terras; os continentes e os grandes oceanos, — roteiro dos descobridores da América e do Brasil; — localização, nos respectivos continentes, dos países que mantêm relações comerciais com o Brasil. A Terra — forma e movimentos; linhas e círculos; zonas, climas. Lua, satélite da Terra; fases da lua; constelações mais visíveis. O Cruzeiro do Sul. III — Sugestões práticas — Nesta série o aluno deve saber observar os fenômenos geográficos que se verificam em torno de si e, por isso, deverá ser levado a procurar adquirir, com autonomia, conhecimentos referentes às regiões mais distanciadas, valendo-se de material supletivo, como, por exemplo, fotografias que apresente o mesmo fato apreciado em aspectos diferentes; gravuras sugestivas e nítidas; leituras descritivas, em linguagem viva, que despertem a imaginação; mapas, globos e, se possível, projeções cinematográficas que, na impossibilidade da observação direta, levem a criança a formar idéias, mais exatas, a respeito das coisas, dos fatos, das pessoas e da vida em outros pontos do globo terrestre. Comparações que façam ressaltar as analogias e os contrastes; paralelos feitos entre as questões em estudo que auxiliem a esclarecer e definir conceitos gerais. Todo o ensino de Geografia deve ser acompanhado, pelo estudante, no mapa. Aos mestres e alunos e mais proveitoso o tempo aplicado, durante as lições, na pesquisa referente aos acidentes e fatos estudados, em atlas, quadros, boletins, do que em desenhar mapas, com grande dispêndio de energia, criando, concomitantemente, nos alunos hábeis, o horror à matéria e dando oportunidade a que se apresentem, como próprios, modelos alheios ou decalcados. A observação frequente do mapa do Brasil é indispensável para a compreensão da unidade territorial, da disposição geral das cadeias de montanhas determinando a distribuição das redes hidrográficas e suas vertentes; para compreender as razões da fertilidade da região amazônica, e as das planícies bem irrigadas; para conhecer, com segurança, a situação dos Estados e Territórios que constituem o Brasil. Como na 3.ª série, são proveitosos os exercícios de localização de cidades, portos, sedes de serviços públicos federais e municipais, pontos de ramificação das estradas de ferro e de rodagem, roteiros de navegação marítima, fluvial e aérea. A observação da irradiação solar, de maior e menor duração segundo os dias e as estações, a comparação da temperatura de um lugar tomada pela manhã, entre 7 e 9 horas e à tarde, entre 13 e 15 horas, podem facilitar ao aluno a compreensão das causas da diferença de temperatura das zonas tropicais, polares e temperadas. É difícil para as crianças a noção das linhas e círculos imaginários do globo terrestre. Um meio que, em falta de aparelhos adequados, poderá conduzir os alunos à compreensão, é o traçado a giz.

★

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DO VALE AMAZÔNICO — No gabinete do Sr. Artur Sousa Costa, ministro da Fazenda, realizou-se no dia 4 de maio findo, a posse do novo superintendente do Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico, Sr. Jorge Andrade.

A cerimônia contou com a presença do Sr. ministro Sousa Costa, interventor Álvaro Maia, do Estado do Amazonas e demais altas autoridades civis e militares.

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

Escola Técnica do Exército

A FUNÇÃO GEO-POLÍTICA DO ENGENHEIRO MILITAR — A Escola Técnica do Exército deu início no dia 30 de maio último a uma série de palestras e conferências, em que se farão ouvir técnicos e professores sobre os vários ramos do conhecimento humano. Assim, convidados pelo comando do referido estabelecimento de ensino militar, o Prof. Everardo Backheuser discorreu sobre o tema *A Função Geo-Política do Engenheiro Militar*.

Ao iniciar a sessão o Cel. Fulgência dos Reis fez a apresentação do conferencista que em seguida discorreu sobre o assunto.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco

PLANO GERAL DAS COMEMORAÇÕES — A Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco elaborou extenso plano para comemorar o primeiro centenário do nascimento do barão do Rio Branco, cuja data será celebrada a 20 de abril do ano próximo, dirigindo às instituições culturais do país e a estudiosos uma circular redigida nos seguintes termos:

CONSIDERAÇÕES

Para levar a bom termo todas as iniciativas que se enumeram no Plano Geral, componente do programa de comemorações do centenário do nascimento do barão do Rio Branco, cuja data se celebra a 20 de abril do ano próximo vindouro, é indispensável a cooperação de determinadas corporações, entidades e pessoas, que, por meio de contribuições escritas, ofereçam trabalhos, referências, sugestões ou informações.

2. — Aos doutos — entidades culturais ou pessoas — que tenham estudos especiais ou se hajam dedicado à grande figura que vai ser solenemente lembrada, solicita-se, porém, com particular empenho, as informações ou contribuições que possam oferecer à Comissão Preparatória das Comemorações a respeito da "Coleção Rio Branco", cujo plano figura em anexo.

3. — Poderá o plano em apêço ser ampliado, na hipótese de convir a inclusão de outras peças de indiscutível autenticidade e valor. E como essa coleção, segundo se pretende será precedida de uma notícia geral sobre os escritos do Barão, de inegável utilidade seria abarcar o máximo de texto e de referências a tal texto, para selecionar, de todo, o que se apresente como mais expressivo e digno de ser editado.

PLANO GERAL

1) — COLEÇÃO RIO BRANCO

Publicação de obras selecionadas do barão do Rio Branco em uma coleção que terá o seu nome. Os primeiros volumes serão lançados na data das comemorações, prosseguindo-se na publicação de toda a série no curso do mesmo ano do centenário.

2. — Nessa coleção constarão suas *Memoórias* sobre fronteiras, excluindo-se, entretanto, os anexos e os atlas, porque a natureza da obra de que se cogita não comporta a inclusão daquele documentário, destinado, como foi, à elucidação dos árbitros chamados a decidir as várias questões suscitadas sobre os limites do Brasil.

3. — Procurar-se-á, simultaneamente, editar um álbum com fotografias do barão do Rio Branco e outras figuras, fixando momentos de sua vida e de sua obra, para o que se recorrerá ao copioso material existente na Mapoteca do Itamarati. — Vêde índice anexo, da coleção projetada).

2) — INSTITUTO RIO BRANCO

4. — O Arquivo Histórico, a Biblioteca e as Mapotecas do Itamarati constituem, hoje, um acervo de documentação de inapreciável valor, o qual tende a aumentar incessantemente, mercê de uma administração empenhada em imprimir-lhe uma evolução racional e proporcionar aos cultos do país os meios de aproveitá-lo.

5. — Não podem os moços ser esquecidos nesse plano, daí se originando a idéia de criar um instituto em que se organizem cursos e lecionem matérias diretas ou indiretamente relacionadas com a política exterior, a vida internacional, a diplomacia, os assuntos consulares e outros de interesse real dentro da mesma esfera de cogitações.

6. — Um decreto, norteador pelo pensamento assim sumariamente exposto, poderá assinalar, em linhas gerais, essa aspiração do Governo Federal na data das comemorações.

3) — EXPOSIÇÃO

7. — O Ministério das Relações Exteriores organizará uma exposição de originaes, estampas, fotografias, livros, documentos em geral e objetos relativos ou pertencentes ao Barão, a qual permanecerá aberta ao público durante um determinado período de tempo, sendo esse certame inaugurado na data da comemoração.

4) — PUBLICAÇÃO DE UMA BIOGRAFIA

8. — Para fins de divulgação e com o objetivo educacional será publicada uma biografia resumida do Barão com a história de sua vida e obra. Editada em folheto, terá um cunho popular, será redigida em linguagem acessível e distribuída às escolas, quartéis, etc.

5) — CONCURSO DE MAQUETAS PARA UM MONUMENTO AOS DEMARCADORES

9. — Cogitando o Itamarati de, em tempo oportuno, promover a ereção de um monumento aos demarcadores, em que se assinala e glorifique esses heróis do balizamento territorial do país, será possivelmente organizado um concurso de maquetas, a tempo de figurar entre os números das comemorações projetadas, já que o nome do Barão está privilegiadamente ligado a tão nobre obra.

NOTA: — Oportunamente, se se considerar conveniente, outras iniciativas poderão ser incluídas no presente plano.

COLEÇÃO RIO BRANCO

Relação provisória das obras do barão do Rio Branco:

1 — Biografia de Luís Barroso Pereira — (*Revista Popular*, tomo XII, ano IV, págs. 206-212).

2) — Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Sêro Largo (*Revista do Instituto Histórico*, volume 31, segunda parte, páginas 62-135 — 1868).

3) — Biografia de José Maria da Silva Pa-ranhos, visconde do Rio Branco (*Revista Americana*, dezembro de 1916 a julho de 1918).

4) — *Le Brésil a l'Exposition Internationale de St. Petersbourg*. — 1944.

5) — Vários capítulos da obra de Levasseur *Le Brésil*, (*Extrait de la Grande Encyclopédie*) — 1889.

6) — *Esquisse de l'histoire du Brésil* (Cap. V de *Le Brésil em 1889*, de Santa Ana Nery).

7 — *Efemérides brasileiras* — 1891.

8) — Apontamentos para a história militar do Brasil (incompleto) — (*Revista Americana*, outubro-novembro de 1916).

9) — *Questões de limites entre o Brasil e a República Argentina*.

10) — *Exposição ao Arbitro* — 1894.

11) — *Mémoire sur la question de limites entre les États-Unis du Brésil e la Guyane Britannique*.

12) — *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*.

13) — *Premier mémoire du Brésil* — 1899.

14) — *Second mémoire du Brésil* — 1899.

15) — *Limites — Brasil-Bolívia*.

16) — *Exposição de motivos sobre o Tratado de Petrópolis*.

17) — *Limites — Brasil-Colômbia*.

18) — *Exposição sobre os Acordos de 24 de abril de 1907*.

19) — *Limites — Brasil-Uruguai*.

20) — *Exposição sobre o Tratado de 30 de outubro de 1900*.

21) — *Limites — Brasil-Peru*.

22) — *Exposição sobre o Tratado de 8 de setembro de 1909*.

23) — *Anotações a História das lutas com os holandeses no Brasil*, por F. A. Varnhagen.

24) — *Anotações a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai*, por L. Schneider.

25) — *Anotações a Os holandeses no Brasil*, por P. M. Netscher.

26) — *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*.

27) — *Discursos e Artigos*.



MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO — No dia 12 de maio último, no Ministério do Trabalho, esteve reunido, sob a presidência do Sr. Marcondes Filho, titular daquela pasta, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.

Entre os assuntos debatidos pelo Conselho figurou o que se refere ao povoamento e à colonização. O conselheiro João Pinheiro Filho apresentou uma indicação ao Conselho para proceder o estudo e exame para a sua breve transformação em lei das diretrizes e política

que o Brasil deve adotar em dois magnos assuntos a saber: povoamento e emigração, cooperação industrial no campo internacional. Acentuou o conselheiro João Pinheiro Filho na sua indicação que entre os problemas que continuam desafiando a inteligência dos brasileiros e que agora, segundo lhe parece, se situam nitidamente dentro das atribuições do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, dois se lhe afiguram de capital importância, tanto para o presente como para o futuro do Brasil.

1.º — A Política de Colonização e Povoamento do Brasil; 2.º — A Política de estímulo e amparo ao capital, à técnica e à mão de obra estrangeira, que queiram colaborar conosco no desenvolvimento de nossas imensas riquezas naturais, e na melhoria e ampliação de nosso parque industrial.

Disse que tem arraigadas e antigas convicções sobre estes dois magnos problemas de nossa terra, em torno dos quais já externou em diferentes ocasiões, em colaborações pela imprensa, em livros e na tribuna do Parlamento Nacional, como delegado das classes patronais da Indústria do seu Estado.

"A imensa catástrofe que há quase cinco anos se desencadeia sobre a humanidade — acentuou — arrastou-nos em seu turbilhão, apesar da imensidade despovoada e tranqüila de nossos oito milhões de quilômetros quadrados e dos milhares de milhas de oceano que pareciam nos segregar dos embates da conquista e da ambição. Este imenso cataclisma está fazendo grandes e graves advertências ao Mundo: mostrando que a humanidade de após-guerra não admitirá isolacionismos econômicos e políticos, que um melhor *standard* de vida terá que ser concedido a milhões de seres humanos, que as grandes riquezas naturais da Terra não mais constituirão privilégios de algumas nações afortunadas que não saibam ou não queiram usufruí-las a bem de toda a humanidade, e que não é justa a coexistência de terras ricas e despovoadas e de territórios esgotados e super-povoados".

Assim, pediu ao presidente, que consultasse aos membros do Conselho sobre a oportunidade da nomeação de duas comissões que tomem a seu cargo, com o auxílio e cooperação dos órgãos técnicos daquele Ministério e de outros Departamentos do Governo Federal, se preciso, o estudo e exame, para sua breve transformação em lei, das diretrizes e política que o Brasil deve adotar nestes dois magnos assuntos: povoamento e colonização, e cooperação industrial no campo internacional.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento dos Correios e Telégrafos

1.º CENTENÁRIO DA INSTALAÇÃO DO TELÉGRAFO ELÉTRICO NAS AMÉRICAS — O Clube dos Telegrafistas do Brasil, sob o patrocínio do Departamento de Correios e Telégrafos e do D.I.P., realizou a 23 de maio último no

Palácio Tiradentes, brilhantes comemorações por motivo do 1.º centenário da instalação do telégrafo elétrico nas Américas.

A solenidade que foi presidida pelo ministro Mendonça Lima, contou com a presença do major Landri Sales, representante dos embaixadores dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina, de Portugal e demais altas autoridades.

O Sr. Humberto Dantas, fez uso da palavra, em nome do diretor geral dos Correios e Telégrafos. Seguiram-se com a palavra os Srs. Demóstenes Braga, Charles Lyon Chandler, Charles Kincaide e Focion Serpa. Encerrando a solenidade o ministro Mendonça Lima proferiu, de improviso, algumas palavras de exaltação à figura genial de Morse, pedindo então um minuto de silêncio em sua memória.

Há cem anos, no dia 24 de maio Samuel Finley Breese Morse utilizava pela primeira vez a sua invenção, que iria, sem dúvida, revolucionar as comunicações entre os povos do universo.

Morse nasceu em Charleston, Massachusetts, e foi educado em Yale. Interessou-se principalmente pela eletricidade mas depois resolveu se dedicar à arte transformando-se, na Europa, em excelente pintor de retratos, sendo o primeiro a introduzir o "daguerreotipo" nos Estados Unidos. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Academia Nacional de Desenho de Nova Iorque, tendo sido também professor de literatura da Universidade da mesma cidade.

Mas nem a arte nem a literatura o satisfizeram e por essa razão voltou a se interessar pela eletricidade, com a qual gastou a maior parte de seu tempo e do dinheiro que conseguiu por empréstimo, nas experiências que finalmente lhe dariam uma fama imperecível.

E assim, no dia 24 de maio de 1844, por uma linha provisória instalada entre Washington e Baltimore, demonstrou a eficiência da nova invenção em que trabalhara vários anos, transmitindo no seu código de pontos e traços a primeira mensagem que dizia "What Hath God Wrought!" (O que Deus nos preparou). E desde esse dia histórico em Washington, milhões de palavras foram transmitidas pelo telégrafo aos mais distantes pontos da terra, dando boas e más notícias. Mas, mesmo depois de tantos anos, sentimos ainda uma forte emoção diante do valor daquela curta e dramática mensagem que inaugurou a nova era das comunicações.

A 2 de abril de 1872, trinta e oito anos, portanto, após a demonstração de Morse, na linha Washington-Baltimore, o instrumento que ele criara transmitia de Nova Iorque para o mundo uma curta mensagem: "Faleceu hoje nesta cidade Samuel Morse, o inventor do telégrafo".

★

Instituições particulares

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

Departamento Cultural

ESTUDO DAS REGIÕES ECONÔMICAS DO BRASIL — AULAS LIVRES SOBRE OS VALES DO SÃO FRANCISCO, DO CARIRI, DO TOCANTINS, DO SERIDÓ, DO PARNAÍBA E DO RIO DOCE, NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL — Continua aumentando o número de cursos da futura Universidade de Mauá, cometimento que está sendo realizado sem nenhum auxílio oficial e com a cooperação exclusiva de industriais e comerciantes da capital da República.

A propósito dos cursos que estão sendo organizados, o Sr. José Augusto, presidente do Departamento Cultural daquela nova e vivaz instituição fez a seguinte declaração à imprensa:

O Sr. João Daudt de Oliveira pôs a sua inteligência e o seu prestígio a serviço de um grande ideal: o de refazer a mentalidade econômica do Brasil, através de uma vasta obra cultural. Para isso ideou a Universidade Mauá, em que instituirá tantos cursos quantos sejam necessários à preparação dos moços que pretendem se dedicar às atividades mercantis desde as mais modestas tarefas até as funções culminantes das empresas. Já estão criados e funcionando três desses cursos, os de Secretariado, Administração e Propaganda, entregues a professores da maior idoneidade pedagógica, verdadeiros técnicos de ensino, sob a orientação geral e competente do Prof. Djalma Cavalcante. Ao lado desses cursos, previstos na legislação federal, há em funcionamento dois outros: o de Arquivo, que, por gentileza do Sr. Valentim Bouças, passou da sua modelar organização para a da Associação Comercial; e os mantidos pelo Instituto de Resseguros do Brasil, que também foram transferidos para a Universidade de Mauá, pelo Sr. João Carlos Vital. No mês corrente terá início o curso livre e gratuito de Economia Nacional, ministrado em 22 lições, assim distribuídas:

1. A terra e o homem; fatores da economia nacional, Afonso Arinos; 2. A imigração, Artur Neiva; 3. A agricultura, A. Tórres Filho; 4. A pecuária, Otávio Domingues; 5. A indústria, Roberto Simonsen; 6. Os transportes, José Luis Batista; 7. O comércio, João Daudt de Oliveira; 8. Os portos, Frederico Burlamaqui; 9. Os bancos, Mário Ramos; 10. O café, Bento Sampaio Vidal; 11. O algodão, Garibaldi Dantas; 12. O sal, José Augusto; 13. O açúcar, Barbosa Lima Sobrinho; 14. O cacau, Vanderlei de Pinho; 15. O mate, Carlos Gomes de Oliveira; 16. A borracha, Valentim Bouças; 17. O combustível, Pires do Rio; 18. Os óleos vegetais, Joaquim Bertino; 19. O ferro, Edmundo Macedo Soares; 20. Os minerais, Glycon de Paiva; 21. As forças hidráulicas, Alves de Sousa; 22. A Associação Comercial e o seu papel na economia nacional, Heitor Beltrão.

Prosseguiu o Sr. José Augusto, que também exerce, atualmente, o cargo de presidente da Associação Brasileira de Educação:

— Em junho, terá começo, por igual, um curso sobre educação e economia, a cargo do Prof. Carneiro Leão, ex-secretário da Educação de Pernambuco e do Distrito Federal, curso para o qual vai convidar, entre outros, os Prof. Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Jorge Figueira Machado, Raúl de Bitencourt, Celso Kelly e outras autoridades iguais em pedagogia, em nosso país. A seguir, teremos o curso

de geo-economia, superintendido pelo Eng. Cristovam Leite de Castro, no qual serão estudadas as várias regiões econômicas do Brasil, como o vale do São Francisco, o do Cariri, o do Seridó, o do Tocantins, o do Parnaíba, o do rio Doce e todos os outros em que se reparte o nosso país.

Teremos também, um outro sobre o regime alimentar do Brasil, sob os cuidados do Sr. Dante Costa. Estes são os cursos já previstos, mas, faremos outro, de modo a que não haja um problema de economia nacional que não seja estudado. Será esta a colaboração da Associação Comercial no preparo e formação da nova mentalidade econômica, imprescindível à obra de construção de um Brasil novo, que antevemos rico, próspero e feliz.

São pelo menos estes os propósitos do Sr. Daudt de Oliveira, a quem não posso recusar a minha colaboração, de vez que o encontro a serviço de um ideal altíssimo, qual o de engrandecer a pátria educando as suas gerações novas.

★

FACULDADES CATÓLICAS

QUINQUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DE MAGISTÉRIO DO PROF. BACKHEUSER — Comemorado no dia 23 de maio último o quinquagésimo aniversário de magistério do Prof. Everardo Backheuser, as Faculdades Católicas, Escola Nacional de Engenharia, Conselho Nacional de Geografia, Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Ursula, Associação dos Professores Católicos, Instituto Católico e Colégio Jacobina, levaram a efeito no auditório da Associação Brasileira de Imprensa uma sessão solene, durante a qual fizeram-se ouvir os professores engenheiros Maurício Joppert da Silva, Fábio de Macedo Soares Guimarães e Pe. Helder Câmara. Esses oradores falaram sobre a personalidade do Prof. Backheuser focalizando-o como geólogo, como engenheiro, como geógrafo e educador.

Encerrando a solenidade falpu o Prof. Backheuser agradecendo a homenagem.

★

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

MARCHA DA EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU — Notícias chegadas da barra do rio das Garças, divulgadas em fins de maio, informam que a expedição Roncador-Xingu avançou cerca de 200 quilômetros através de terras completamente desconhecidas, assinalando o fim da primeira etapa da sua marcha de penetração pelos sertões do oeste brasileiro. A região percorrida é muito rica e coadjuvada por meios de transportes fluviais pelos rios das Mortes e Araguaia, além de ser excelente para a pecuária, em virtude da imensa extensão de planícies verdes. A expedição acampou nas margens do rio das Mortes, enquanto os engenheiros rodoviários da Fundação Brasil Central tomavam providências para ser construída, no menor espaço de tempo possível, uma estrada ligando a base do rio das Garças às cabeceiras do rio das Mortes. Essa rodovia seria o escoadouro natural das inúmeras riquezas daquele vale até às estações ferroviárias.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA MORTE DE MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA — Realizou-se no dia 19 de maio findo a sessão comemorativa do 1.º centenário da morte de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que exerceu o cargo de primeiro ministro da Fazenda do Brasil, ocorrido a 23 de fevereiro d'este ano.

Antes do Sr. Artur de Sousa Costa, orador oficial da solenidade, falou o Sr. Pedro Calmon, orador oficial do Instituto. O Sr. Sousa Costa fez substancial conferência na qual analisou a vida e a obra de Martim Francisco.



LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

“O PRINCÍPIO DA CONFEDERAÇÃO DO BRASIL-PORTUGAL, ANGOLA E MOÇAMBIQUE — Entre os vários festejos que assinalaram este ano o transcurso da data do aniversário do descobrimento do Brasil, o Liceu Literário Português realizou uma sessão solene, na qual o Prof. Sílvio Júlio pronunciou uma brilhante conferência, subordinada ao tema: *O princípio da Confederação do Brasil-Portugal, Angola e Moçambique*.



TOURING CLUB DO BRASIL

AS EXPERIÊNCIAS AERONÁUTICAS DE AUGUSTO SEVERO REMEMORADAS NO 42.º ANIVERSÁRIO DA SUA MORTE — A Comissão de Turismo Aéreo do Touring Clube do Brasil divulgou no dia 12 de maio último, data que assinalou o 42.º aniversário da morte de Augusto Severo, o seguinte comunicado sobre esse preclaro brasileiro que foi um dos precursores da navegação aérea.

Augusto Severo, cuja memória estamos comemorando este ano com excepcional importância, não foi simplesmente um dentre os muitos precursores que procuram resolver o problema da navegação aérea. Foi um dos vínculos da cadeia de realizadores que, iniciada em Leonardo da Vinci, teve a sua coroação definitiva no gênio de Santos Dumont.

Se a história do voo humano não é privilégio exclusivo do Brasil — pois outros países nela tomaram parte mais ou menos saliente — foram brasileiros os quatro robustos pilares em que repousa toda a estrutura da aeronáutica moderna: Bartolomeu de Gusmão, descobrindo o aerostato; Julio César Ribeiro de Sousa, completando a obra de Gusmão e adotando o contorno fusiforme dos dirigíveis; Augusto Severo descobrindo o semi-rígido, e finalmente Santos Dumont, resolvendo a dirigibilidade e descobrindo a aviação.

Augusto Severo, cujo sacrifício merece o respeito e o devotamento da posteridade, é uma figura cuja vida e cuja obra têm sido algo descuradas na Pátria que ele tanto extremecceu. E no entanto, nenhuma fase mais propícia para honrar a sua memória do que esta carnificina que torna mais belos, pelo contraste, os ideais humanitários do inventor do “Pax”.

O genial aeronauta norte-riograndense, não foi um mero improvisador. Na época em que os êxitos do conde de Zeppelin parecia atribuir aos rígidos o sucesso absoluto no terreno da dirigibilidade, Augusto Severo não só previu as deficiências dos dirigíveis rígidos e condenou os “Zeppelins”, por sua incapacidade de grandes velocidades e de voo a grande altitudes, como idealizou e fez construir um tipo absolu-

tamente original de dirigíveis que, no seu entender, combinaria as vantagens da dirigibilidade com as da aviação, em cuja praticabilidade imediata ele aliás não acreditava.

A navegação aérea começou a preocupar a Augusto Severo desde os seus tenros anos. Foi, porém, em 1881 que ele iniciou os seus estudos relacionados com a aeronáutica, primeiro com o mais pesado que o ar, que logo abandonou, pelas dificuldades técnicas que se opunham na época à solução do problema aviatório.

Em 1892, encomendava em Paris o seu primeiro dirigível, o “Bartolomeu de Gusmão” para o qual mandara construir um hangar no Realengo. Este aparelho chegou ao Rio em fevereiro de 1893, sendo experimentado no ano seguinte, quando uma rajada de vento destruiu a ossatura do dirigível.

Em 1901, quando Santos Dumont agitou Paris e o mundo, circundando a Torre Eiffel em dirigível, Augusto Severo, que então representava o Rio Grande do Norte, na Câmara dos Deputados, fez votar um prêmio de 125 000 francos ao grande mineiro, e meses depois embarcava para a França, afim de apressar a construção de seu segundo dirigível, o “Pax”, que devia anteceder de pouco tempo um terceiro, o “Jesus”, que seria a obra prima de seu gênio, com capacidade para o transporte de cerca de 100 passageiros.

Não caberia aqui a descrição técnica das características do “Pax”. Será suficiente dizer que o dirigível era algo de inteiramente original, inclusive o mecanismo de direção que, ao invés dos lemes comuns, era constituído de hélices ou motores análogos aos que hoje são usados nos helicópteros “Sikorsky” e “Focke”. Severo elaborara um sistema de vigas em treliça, de perfil e secção trapezoidais, que proporcionavam aos seus dirigíveis uma rigidez absoluta, aliada a uma leveza notável. Basta considerar que, possuindo 30 metros de comprimento e 12,40 metros de diâmetro, na secção mais ampla, o “Pax” pesava apenas 2 400 quilos.

O aeronauta norte-riograndense não acreditava nas possibilidades práticas de um dirigível que fôsse obrigado, por seu peso, a traçar nas densas camadas da atmosfera vizinhas do solo. Os seus dirigíveis seriam, como ele gostava de os denominar “naves de alto ar”. Desejava ele aproveitar a depressão e, por conseguinte, a menor resistência aerodinâmica das altas camadas da atmosfera (e quíça da estratosfera) para conseguir em seus dirigíveis velocidades que nenhum outro tipo poderia alcançar. Daí, a sua preocupação de construir estruturas que, sem perder nada de robustez, apresentassem uma leveza mínima.

Outras características importantes dos dirigíveis de Augusto Severo, eram a existência de duas hélices de diâmetros e funções diferentes, montadas no eixo de resistência do dirigível, uma, a menor, colocada na proa e a maior montada na popa do envólucro. A hélice de vante destinava-se a abrir caminho na massa fluida e ao mesmo tempo criar em torno do envólucro uma depressão que o protegia das correntes aéreas ambientes; a hélice de ré é que impulsionava o sistema. Os dois motores eram montados na barquinha ou gondola e acionavam todas as hélices por meio de sistemas adequados de transmissão.

Todos os estudos do grande aeronauta brasileiro baseavam-se no emprego de motores elétricos que, embora mais pesados que os motores de explosão, tinham a vantagem de ser menos perigosos quando postos a uma grande massa de hidrogênio. Na construção do “Pax”, porém, Severo foi induzido a empregar motores “Büchett” de 16 a 24 cavalos de força, respectivamente, o primeiro na proa da barquinha e o segundo na popa.

A premência de tempo e uma pressa que lhe foi fatal fizeram com que Severo realizasse a sua primeira ascensão depois de várias modificações no plano primitivo de seu dirigível. Depois da experiência de 11 de fevereiro de 1902, o inventor esvaziou o envólucro, para que fosse anexoado um fuso na parte superior do mesmo, afim de conseguir maior capacidade ascensional. Esta modificação ficou pronta a 1 de maio. No dia 4 o envólucro foi novamente enchido, sob a vigilância e controle de Severo, fazendo-se a primeira experiência de motores no mesmo dia. A 7 de maio nova experiência, com resultados plenamente satisfatórios.

O tempo, nesse princípio de maio de 1902, não era muito propício. Todavia, como melhorasse no dia 11, o inventor resolveu efetuar a primeira ascensão no dia seguinte.

O comandante dos dirigíveis de Augusto Severo devia ser o seu amigo e auxiliar, Sr. Alvaro Reis. Mas, por motivos facilmente compreensíveis, o inventor quis, ele próprio, realizar a primeira ascensão, ficando o Sr. Reis de comandar daí por diante.

No dia 12 de maio, às 4.30 horas da manhã, Severo chegava ao parque para superintender os últimos preparativos. Pouco depois chegavam a Sra. Severo e os filhos. O inventor combinou com os seus auxiliares todos os detalhes da operação e às 5.20 horas foi dado o grito de — "Larga!".

Os testemunhos dos assistentes não são acordes no que ocorreu depois daquela hora. O "Pax" realizava evoluções circulares sobre o ponto de partida. Por duas vezes Severo e Saché lançaram lastro.

O dirigível aliviado, ascendeu a cerca de 400 metros. Os observadores que seguíam as

manobras de binóculo em punho, viram Augusto Severo andar várias vezes de um ponto para outro da barquinha, notando que a cada movimento do aeronauta correspondia uma notável inclinação do dirigível.

Finalmente, 13 a 14 minutos depois da partida, observou-se fogo na popa da gôndola. Seguiu-se uma grande detonação de fumaça esbranquiçada a desprender-se da parte inferior do envólucro. O que restava do "Pax" precipitou-se como um bólido sobre a avenida do Maine, nas proximidades do número 84. Severo jazia morto sobre a calçada do lado par, estendido de costas, recoberto por um farrapo do "Pax", como uma bandeira gloriosa que cobrisse um guerreiro tombado em pleno combate. Saché jazia pouco adiante. O exame cadavérico revelou que Severo morreu de pé, no pósto de comando do "Pax", com fraturas generalizadas nos pés, pernas e bacia, além de outras menores.

Assim terminou trágicamente uma jornada cujos prenúncios eram os mais auspiciosos. Com a morte de Augusto Severo a sua concepção registrou um ponto final. A idéia, porém, continua viva e talvez não esteja longe o dia em que a dirigibilidade receba um novo impulso graças a um estudo mais aprofundado e a aplicação no terreno da aerostática do princípio que o grande brasileiro defendeu com o sacrifício de sua própria vida.

Homenageando a memória de Augusto Severo, o Brasil cumpre um dever de gratidão a um de seus filhos mais eminentes, que soube projetar no cenário internacional o nome de uma Pátria predestinada pela Providência para servir de berço aos maiores precursores da maior dentre todas as descobertas modernas.

★

Certames

V CONGRESSO RODOVIÁRIO PAN-AMERICANO

ESTUDOS DOS PROBLEMAS RELATIVOS À RODOVIA PAN-AMERICANA — O V Congresso Rodoviário Pan-Americano que deveria realizar-se em Lima, de 15 a 25 de julho do corrente ano, foi transferido *sine-die*.

O certame tem como objetivo fundamental o estudo dos problemas relativos à Rodovia Pan-Americana. Sua agenda inclui vários assuntos, como questões técnicas, trânsito, legislação, administração, propaganda e problemas internacionais e de após-guerra. A construção de depósitos subterrâneos de combustíveis ao longo da Estrada Pan-Americana também será estudada. O Congresso considerará a necessidade de alterar a pavimentação da estrada, a fim de facilitar o tráfego de material pesado e militar.

O Ministério das Relações Exteriores do Peru convidou os governos das Repúblicas americanas, bem como o Canadá para enviar representantes ao referido Congresso. E essa a primeira vez que o Canadá é convidado a participar de um Congresso Pan-Americano.

A Estrada Pan-Americana, na América Latina, faz parte de um sistema rodoviário americano, que terá 15 494 milhas, e se estenderá do Alasca a Buenos Aires e Rio de Janeiro. A seção da Estrada Pan-Americana entre a fronteira setentrional do México e a Zona do Canal de Panamá é conhecida como Estrada

Inter-Americana. A estrada que atravessa o Canadá e o Alasca é conhecida como Estrada Alcan.

Das 13 400 milhas com que conta atualmente a Estrada Pan-Americana, menos de mil milhas permanecem intransitáveis durante o inverno.

O governo mexicano está apressando os trabalhos de construção de sua parte da estrada de rodagem internacional. No norte da Costa Rica, o governo americano empregou 2 500 000 dólares para a construção da parte que atravessa essa região. No entanto, é preciso ainda concluir o trecho do norte e do sul de Costa Rica e do norte do Panamá.

Com a construção dos trechos recentemente terminados na Colômbia e no Equador, será possível, com tempo favorável, ir do Turbo, na Colômbia, a Buenos Aires e Rio de Janeiro — quer via La Paz, na Bolívia ou Santiago, no Chile.

O sistema rodoviário Pan-Americano, que já tem proporcionado grandes benefícios à colônia local, poderá trazer benefícios ainda maiores depois da guerra, quando os automóveis, caminhões e ônibus, puderem dispor de gasolina, e pneumáticos na medida de suas necessidades. Então será incrementado o movimento de turistas.

O projeto de uma moderna rodovia ligando as Américas foi apresentado pela primeira vez à consideração oficial na Quinta Conferência Internacional das Repúblicas Americanas, em Santiago do Chile, em 1923.

★

Unidades Federadas

BAHIA

Departamento dos Serviços Industriais

SOB SUA SUBORDINAÇÃO OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE — Pelo Decreto-lei n.º 222, de 30 de maio último, o Sr. Interventor Federal no Estado deu organização ao Departamento dos Serviços Industriais, ficando-lhe subordinados entre outros órgãos a Estrada de Ferro Nazaré, Navegação Baiana e Viação Baiana do São Francisco.



Instituto Geográfico e Histórico

SALAS DE GEOGRAFIA E TÉCNICA DE CARTOGRAFIA — Como parte das comemorações cinquentenárias do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que se iniciaram a 3 de maio último, o Eng. Oscar Carrascosa, assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia, organizou na sede daquele conceituado sodalício uma sala de Geografia e outra de Técnica de Cartografia.

Nesta última, estão exibidos, entre outras coisas, muitos e interessantes mapas daquele Estado, plantas da capital representando várias épocas, e também mapas de outras Unidades da Federação. Nela será mantido permanentemente um cartógrafo que acompanhará a evolução dos serviços geográficos do Estado, prestando as informações que ali forem solicitadas.

Na sala de Geografia encontra-se um pequeno museu, fichários de dicionários geográficos, etc.

Entre os objetos expostos no museu, figuram dois “relógios de sol”, usados pelos bandeirantes no interior da Bahia e que datam de 1653.

Há ainda em funcionamento uma espécie de biblioteca especializada onde os interessados encontram tudo o que diz respeito à geografia e à história baianas.

Os fichários estão organizados de maneira que o Instituto Geográfico e Histórico poderá informar sobre todas as obras do gênero, existentes não só ali como nas diversas bibliotecas da cidade.

Ambas as salas ficarão sempre abertas, à disposição do público.

COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DA SUA FUNDAÇÃO — Comemorando o cinquentenário da sua fundação, a 3 de maio último, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, levou a efeito várias solenidades de acordo com o seguinte programa:

Dia 3, às 20,30 horas, início das comemorações com uma sessão solene no salão “Bernardino de Sousa”, sendo orador o Sr. Francisco Magalhães Neto; inauguração da “Sala de Geografia”, sendo orador o engenheiro Oscar Carrascosa; abertura da “Exposição de Geografia”.

Dia 4, às 15 horas, reunião da Comissão da Memória Histórica, na sala “Rui Barbosa”; às 16 horas, inauguração da exposição de trabalhos e autógrafos dos fundadores do Instituto, discursando nessa ocasião o Sr. Mário Torrões.

Dia 5, às 15 horas, reunião da Comissão de Geodésia, na sala “Rui Barbosa”; às 17 horas, inauguração da “Galeria dos Historiadores Baianos”, sendo orador o padre Manuel de Aquino Barbosa.

Dia 6, às 15 horas, reunião da Comissão de Biografia dos Fundadores do Instituto, na sala “Rui Barbosa”; às 20 horas, sessão solene na sala “Bernardino de Sousa”; inauguração do busto de D. Romualdo Antônio de Seixas, sendo orador monsenhor Aplo Pereira.

Dia 7, das 9 às 12 e das 14 às 18 horas, a “Casa da Bahia” ficou franqueada especialmente à visita de escolares.

Dia 8, às 15 horas, reunião das Comissões de Efemérides Geográficas e de Biografias de Geógrafos Baianos, na sala “Rui Barbosa”.

Dia 9, às 15 horas, reunião das Comissões de Bibliografia Geográfica e História.

Dia 10, às 10 horas, reunião de outras Comissões.

Dia 11, às 15 horas, reunião das Comissões de Cartografia e de Exposição.

Dia 12, às 15 horas, reunião das Comissões de Catálogo, Índice da *Revista*, Catálogo Social, Divulgação e Conferências.

Dia 13, às 15 horas, reunião da Comissão Central; às 20,30, encerramento das comemorações com uma sessão solene na sala “Bernardino de Sousa”, falando o Sr. Luís Pinto de Carvalho, sendo ainda inaugurados o busto do Sr. Tranquilino Leovigildo Torrões e a lápide comemorativa do cinquentenário e homenageado o ministro Bernardino José de Sousa.

No dia 9 constou ainda do programa a inauguração do busto de J. J. Seabra, no salão nobre do Instituto.



MINAS GERAIS

Diretório Regional de Geografia

52.ª REUNIÃO — DIA DO ESTATÍSTICO — Às 15 horas do dia 29 de maio de 1944, no salão nobre da Biblioteca Pública, de Belo Horizonte, realizou-se a 52.ª reunião do Diretório Regional de Geografia em conjunto com a Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos e Junta Regional de Estatística, tendo participado inúmeros membros e sócios das três entidades, cuja presença foi lançada em livro próprio. O Sr. Hildebrando Clark abre a sessão e passa a dizer do fim de sua convocação, lembrando que são sumamente gratas as efemérides que se comemoravam, convidando o Sr. Valdemar Lobato para presidente, secretariando a reunião o Sr. Manuel Benedito Leme Dias. Foi dada a palavra aos oradores oficiais da solenidade, falando o Sr. Valdemar Tavares Pais que discorreu com brilhantismo sobre a importância das pesquisas geográficas, pondo em relevo o patriotismo dos atuais órgãos orientadores do estudo da Geografia e da Estatística. Falou, em seguida, o Sr. Arlindo Chaves que também discorreu sobre o que representam para um país civilizado os importantes trabalhos geográficos e estatísticos, estabelecendo interessantes comparações e acabando por destacar a atuação dos dirigentes do país que vêm dando impulso e sábia orientação aos trabalhos e pesquisas indispensáveis à boa administração pública. O Sr. Joaquim Ribeiro Costa falando em nome da Sociedade Mineira de Geógrafos e Estatísticos, de que é vice-presidente em exercício, aludiu ao primeiro aniversário de sua fundação, ressaltando o significado da efeméride, eis que a novel associação vem de estabelecer interessante convívio entre os obreiros das duas atividades irmãs. Todos

os oradores foram muito aplaudidos. O Sr. presidente congratula-se com os presentes pelo transcurso do "Dia do Estatístico" e do 8.º aniversário de instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do 1.º aniversário de fundação da SOMGE e levanta a sessão.



Academia de Ciências

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DAS CIDADES — SÉCAS DO NORDESTE — Na 1.ª reunião quinzenal realizada em maio último pela Academia de ciências o Prof. Aníbal Matos leu o seu trabalho "Mineiros formadores de Tomasina, no Paraná", trabalho longo e documentado, que despertou grande interesse e representa uma página nova na história da colonização de cidades feita por famílias mineiras. Trata-se da transferência do major Tomas Pereira de Silva, em 1865, de Itajubá, Minas, com toda a sua família, para as margens do rio Cinzas, no Paraná, onde fundou o núcleo que mais tarde foi a cidade de Tomasina.

Em seguida, o Dr. Arnaldo Cathoud apresentou o seu erudito trabalho sobre um crânio lagossantense, descoberto em uma das cavernas de Pedro Leopoldo, estabelecendo comparações curiosas entre as medidas cranométricas da mandíbula de Mauer e a do referido crânio de Lagoa Santa, que atestam a antiguidade dos restos humanos fósseis encontrados em nossas jazidas pré-históricas.

Sobre a data nacional da emancipação dos escravos, falou o Dr. Melo Alvarenga, que, em brilhante improviso, focalizou a excelsa figura da Princesa Isabel, a Redentora, lembrando o que foi no Brasil a campanha abolicionista.

A seguir, realizou-se uma reunião privativa dos sócios para discussão da reforma dos estatutos, tendo ficado deliberado discutir-se um dos parágrafos relativo à admissão de sócios efetivos, que entrará em 2.ª discussão na próxima quinta feira, caso haja número legal para esse fim. Nessa reunião, o Prof. Aníbal Matos lerá na primeira parte da sessão, que será pública, o seu comentário a um trabalho do Dr. Dirceu Braga sobre as Sécas do Nordeste e criação de uma colônia agrícola no Estado do Piauí.



SÃO PAULO

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

5.ª SESSÃO ORDINÁRIA — A PERSONALIDADE DO PADRE BELCHIOR DE PONTES — Realizou-se no dia 5 do corrente a 5.ª sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo com a presença dos sócios Srs. Tito Lívio Ferreira, Carlos Alberto Nunes, Lopes de Leão, Amador Bueno Machado Florence, Tenório de Brito, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Carlos da Silveira, Armando de Arruda Pereira, Alvaro Soares Brandão, Aureliano Leite, Ernesto de Sousa Campos, Juan F. Recalde, Bento Bueno, José Carlos de Macedo Soares, Dácio Pires Correia, Fausto de Almeida Prado Pentecoste e J. R. de Sá Carvalho. Justificaram ausência os Srs. José Tórres de Oliveira, N. Duarte Silva, Artur Pequeroi de Aguiar Whitaker, Afonso de Taunay, Arrisson de Sousa Ferraz, J. B. de Campos Aguirra, Pedro Dias de Campos, Teodoro Braga, Afonso José de Carvalho, Rivadávia Dias de Barros, Geraldo Rúffolo, Enzo Silveira e Igor Dolgorukij.

Na ausência do presidente perpétuo, Sr. José Tórres de Oliveira, e dos 1.º e 2.º vice-presidentes, Srs. N. Duarte Silva e A. P. de Aguiar Whitaker, assumiu a presidência da

sessão o Sr. Tito Lívio Ferreira, 1.º secretário, tendo passado o 2.º secretário, Sr. Carlos Alberto Nunes, a ocupar o seu lugar. Para exercer as funções de 2.º secretário *ad hoc*, foi convidado o suplente Sr. Aureliano Leite. O Sr. presidente convida para tomarem assento à mesa os Srs. Francisco Iglésias, diretor do Serviço de Agricultura da Secretaria da Agricultura; embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Bento Bueno, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Alvaro Soares Brandão vice-cônsul de Portugal; e Mons. José Maria Monteiro, vigário capitular de São Paulo.

Por proposta do Sr. Tenório de Brito, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior, visto já ter sido a mesma publicada na imprensa local.

Iniciando os trabalhos, o Sr. presidente comunica que se acham enfermos, já tendo sido visitados por sócios do Instituto, os Srs. Cel. Pedro Dias de Campos, João Batista de Campos Aguirra, desembargador Afonso José de Carvalho, Rivadávia Dias de Barros, Teodoro Braga, Geraldo Rúffolo e José Pedro Leite Cordeiro. A seguir, comunica o Sr. presidente que vai inverter a ordem dos trabalhos, em atenção aos presentes, dando a palavra ao Sr. Tenório de Brito orador inscrito que discorreu sobre a personalidade do padre Belchior de Pontes, cujo tricentenário de nascimento se comemora no corrente ano. A fixação da data de 1644 para a do seu nascimento parece justificada pelo fato de sabermos a data exata do seu batizado, em dezembro daquele ano. Quanto ao local do nascimento, depois de mencionar várias opiniões decide-se o conferencista pela fazenda denominada Pirajucara, distante duas léguas de São Paulo. O futuro missionário teve por progenitores Pedro Nunes de Pontes e Inês Domingues. Crítica, em seguida, o conferencista, a versão romaneada de Júlio Ribeiro, que tanto contribuiu para deformar a figura do grande catequista, para se deter nos méritos da biografia escrita pelo padre Manuel da Fonseca, o qual tendo chegado a São Paulo vinte anos depois da morte do padre Belchior de Pontes, pôde colher de fonte direta de contemporâneos os dados em que fundamentou a sua biografia. O fato de haver sido esse escrito confiscado pelo marquês de Pombal, inimigo dos jesuítas, muito contribuiu para que a figura do padre Belchior de Pontes ficasse quase apagada na consciência dos paulistas, até que, por iniciativa do Sr. Afonso de Taunay fosse novamente publicado em nossos dias. Somente agora estamos em condições de fazer justiça a essa figura extraordinária, que por meio século exerceu atividade benéfica, só comparável à de Anchieta, no setor nacional e religioso. Atestam a eficiência da atuação desse evangelizador paulista as igrejas e capelinhas por ele construídas, e ainda existentes, de Embu, Carapicuíba e Itaquequecetuba. Depois de considerações gerais sobre o valor da obra realizada pelo padre Belchior de Pontes, o conferencista termina fazendo votos para que outros estudiosos se ocupem com a sua figura, que avulta no cenário da nossa história como uma das de maior benemerência.

O Sr. Presidente tece comentários a respeito do valor do trabalho lido e comunica que o mesmo será publicado na *Revista* do Instituto. A seguir, determinou o Sr. Presidente que o primeiro secretário lesse a segunda parte do trabalho do Sr. Marcelo de Toledo Pisa e Almeida, recentemente falecido, por já ter sido lida a primeira parte, em sessão anterior, pelo próprio autor: *População, sua formação e seu crescimento*. Foi feita a leitura determinada, a começar do ponto em que o autor trata da abolição da escravidão no Brasil e do incre-

mento da imigração estrangeira, até ao presente, tendo sido omitida, por brevidade, a leitura de alguns quadros estatísticos e documentos do gênero, em que o autor fundamenta as suas conclusões.

Pede, a seguir, a palavra o Sr. Amador Florence para propor que seja incluído na ata um voto de pesar pelo falecimento dos sócios Dr. Omar Simões Magro, Dr. Marcelo de Toledo Piza e Almeida e do comendador Tiburtino Mondim Pestana.

Depois de intervalo de cinco minutos, foram reiniciados os trabalhos, com a presença exclusivamente de sócios. Dada a palavra ao Sr. Aureliano Leite, pede o orador seja inserido em ata um voto de congratulações por motivo da recente nomeação do Sr. Álvaro Soares Brandão para o cargo de vice-cônsul de Portugal. O Sr. Soares Brandão agradece a homenagem.

Foram votadas, em seguida, novas propostas para sócios, tendo sido eleitos, correspondente, o Sr. Davi Antônio da Silva Carneiro e efetivo, o Sr. Cícero Arsênio de Sousa Marques.

Fala a seguir, o Sr. Macedo Soares, para comunicar, que na próxima reunião do Instituto, pela comissão designada, será apresentado o programa das homenagens que deverão ser prestadas ao Dr. Afonso de E. Taunay.

Pede a palavra o Sr. Dácio Pires Correia e comunica que o Sr. Juan Francisco Recalde se inscrevia para falar na próxima reunião, a fim de discorrer sobre o tema: *A criação e a destruição da terra na religião dos primitivos guaranis, com dados de Minguendaju Unkel*.

Como não houvesse mais nenhum assunto a ser tratado, o Senhor presidente encerrou a sessão.

☆

Instituto de Organização Racional do Trabalho

O PROBLEMA BRASILEIRO DE TRANSPORTES NO APÓS GUERRA — No dia 17 de maio último, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal, a décima terceira reunião da Jornada "O Brasil no pós-guerra", durante a qual o engenheiro Álvaro de Sousa Lima proferiu interessante palestra sobre *O problema brasileiro de transporte no pós-guerra*. Os trabalhos foram abertos pelo Prof. Moacir E. Álvaro, presidente do IDORT, que convidou o Sr. Gonçalves Barbosa, secretário da Viação, para presidir a reunião.

Iniciando a sua palestra, disse o orador que o sistema de transportes de um país tem que servir às necessidades do seu comércio exterior e às do seu mercado interno. E a sua eficiência depende das condições técnicas das vias de comunicação, do seu aparelhamento e do acerto da sua exploração comercial.

Fêz ver que, para bem atender às condições rigorosas que o pós-guerra nos vai impor no cenário internacional para que possamos conservar mercados ora conquistados e para remediar males e sanar deficiências e faltas que as atuais circunstâncias fizeram ressaltar em nosso mercado interno, o nosso sistema de transporte está a exigir profunda remodelação e considerável ampliação.

Frísou que, quanto às necessidades de nossa exportação, os traçados das nossas vias de comunicação, ferroviárias principalmente, em geral, satisfazem, pois que foram em sua maioria construídas visando os portos ou para eles se dirigindo e condições técnicas mais favoráveis no sentido da exportação. Há mesmo para isso conveniência na revisão de alguns traçados, mas a necessidade premente é a do material rodante e do material de tração.

Acentuou depois que, relativamente às importações, que sempre foram mais reduzidas, as condições técnicas são geralmente piores e os trechos que merecem revisão são bem mais numerosos. Para satisfazer ao mercado interno, fomentá-lo e desenvolvê-lo, o que é condição essencial à segurança da nossa prosperidade econômica e de nosso progresso futuro, temos grande necessidade de ampliar as nossas vias de comunicação e de rever os traçados das existentes.

Proseguiu afirmando que, com o nosso desenvolvimento industrial, a nossa rede de comunicações tem que atender não apenas ao encaminhamento para os portos dos produtos agrícolas do nosso interior, tarefa antes quase que exclusivamente a ela atribuída, mas a carrear para todo o interior do país os produtos da nossa indústria, para eles desenvolvendo cada vez mais um mercado interno.

Para isso — disse — temos não só que melhorar as condições técnicas de quase todos os nossos traçados ferroviários, mas aumentar a sua rede e construir um vasto sistema de estradas de rodagem. Nas condições atuais, as estradas de rodagem, por seu custo muito inferior ao das estradas de ferro, deverão ter mesmo a preferência, constituindo estradas pioneiras de penetração, num sistema independente do sistema ferroviário futuro. Desenvolvidas as novas regiões e insuficiente o transporte rodoviário, será então prolongada a rede ferroviária.

Nesse sentido a execução do plano rodoviário nacional, há pouco tempo aprovado pelo governo, constituirá um grande passo. Conjugado ao desenvolvimento de algumas linhas férreas, permitirá acabar com a situação do arquipélago econômico em que temos vivido e que a guerra tanto veio agravar. As condições geográficas do nosso país exigem, porém, o emprego de todos os meios de transporte.

Finalizando acentuou que, ao lado das redes ferroviárias e rodoviárias, temos que cuidar da navegação em vários de nossos rios, da navegação aérea comercial e da navegação marítima de cabotagem e de longo curso. O desenvolvimento da nossa navegação marítima, principalmente, deverá ser imediatamente abordado, estudando-se o quanto antes a aquisição de navios da grande frota americana cuja quantidade será muito grande no pós-guerra.

O BRASIL NO APÓS-GUERRA — A INVESTIGAÇÃO ESTATÍSTICA — Em prosseguimento à série de conferências que o IDORT vem realizando sobre "O Brasil de Após-Guerra", o Sr. Ivan Prokrowski, no dia 23 de maio findo fez, no auditório da Biblioteca Nacional de São Paulo, uma palestra onde focalizou o tema: *A investigação estatística proporciona vastas possibilidades*.

O conferencista que é diretor do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, esclareceu inicialmente que pode ser encarado com estranheza o fato dum estatístico assumir a responsabilidade de discorrer sobre pesquisas econômicas, acreditando, entretanto, que a sua exposição justificará essa temeridade. Refere-se, depois, a Aristóteles, relativamente ao que escreveu sobre os meios de conhecer as coisas em sua *Metafísica* e rememora Descartes, que estabeleceu a dúvida sistemática como base do método racional para alcançar o conhecimento das realidades e formular com exatidão os seus quatro grandes princípios. Acentua que a fermentação dos ânimos desviou até os maiores pensadores dos preceitos de Descartes, ora exagerando a dúvida, ora especulando com os raciocínios dedutivo e abstrato, sem dissecar os

objetos de estudo e verificar a exatidão dos dados, antes de garantir a veracidade do conjunto.

Na segunda metade do século passado — esclareceu o Sr. Prokrowski — Claude Bernard, formulando a metodologia geral de investigações científicas, concretizou as idéias do método cartesiano. No método geral de investigação científica, ele distingue duas variantes: o método experimental, para os fenômenos em que o experimentador pode à sua vontade alterar as circunstâncias do experimento, e o método estatístico, em que "o observador é obrigado a aplicar os procedimentos de investigação, simples ou complexos, para o estudo de fenômenos que ele não pode alterar e que os recolhe tais como a natureza os oferece".

Mostra, a seguir, o conferencista, que só a aplicação do método estatístico proporciona caráter científico às pesquisas, isentando-as de impressões subjetivas do observador, acrescentando que a observação dos preceitos cartesianos proporciona ao trabalho estatístico a segurança, a objetividade e a clareza, que só o método pode imprimir à ação humana. O estatístico desdobra as observações, verifica as relações existentes e pode acompanhá-las com interpretações rigorosamente técnicas, residindo aí a base da metodologia das pesquisas, inclusive as estatísticas.

O Sr. Ivan Prokrowski declara, depois, que a contagem de população para mobilização militar ou para efeitos fiscais pode ser considerada como o início das pesquisas estatísticas e que tal investigação proporciona vastas possibilidades. Demonstra, em seguida, que o desenvolvimento da técnica de levantamentos e de análise dos elementos colhidos, pode ajudar bastante um pesquisador economista. Alude à criação nos Estados Unidos de "observatórios econômicos", visando a exploração comercial, criticando tais observatórios.

Esclareceu mais que a técnica da observação aperfeiçoou-se muito e que a utilização de elementos formados sem propósitos estatísticos está sendo empregada em larga escala. O fisco prestou valiosos serviços nesse sentido, pois quase todo o movimento material de merca-

dorias pode ser acompanhado por intermédio do registro de arrecadações fiscais. O tráfego ferroviário constitui fonte inesgotável de observações as mais variadas, especialmente com referência aos produtos agrícolas. No entanto os levantamentos diretos continuam a ser a base mais firme de todo estudo estatístico, pois quase todo o movimento material de mercadoria pode ser acompanhado por intermédio do registro de arrecadações fiscais.

Depois de estudar o assunto largamente pelo seu lado técnico, acentua o conferencista que a estatística oferece meios técnicos apropriados para colaborar com os economistas na realização de pesquisas, esclarecendo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possui um vasto repertório de dados, que possibilitam profundo estudo de reservas nacionais, além de recolher preciosos dados sobre a situação da indústria e do comércio, registra o movimento de salários e questões correlatas.

— Para penetrar em todos os recantos deste enorme território — diz o conferencista — projetou o Instituto a formação de vasta rede de estatísticas municipais. Este projeto permitirá realmente auscultar as mínimas palpações da vida, desde a Capital Federal até o mais afastado rincão sertanejo. Fazemos votos que mais esta utilíssima iniciativa do Instituto seja posta em prática quanto antes.

Antes de finalizar, quero me referir à idéia geral desta série de conferências promovidas pelo IDORT. Quais as pesquisas estatísticas que devem ser destacadas agora, no campo da economia nacional, na previsão do período de após-guerra. Já se fala sobre o perigo de extrapolações. Quero, portanto, fugir de quaisquer previsões. Não sabemos em que setor haverá possibilidades de novas expansões, onde haverá necessidade de certas contrações. Por conseguinte, o problema imediato do pesquisador estatístico econômico nacional é reunir o mais completo material sobre reservas nacionais e as eventuais alterações e deslocamentos que possam ser feitos nos ritmos de sua exploração. Executada esta tarefa, poderemos calmamente aguardar o futuro — finalizou o conferencista.

★

Municípios

CONCEIÇÃO DA APARECIDA — (Minas Gerais)

INSTALAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL — Foi solenemente inaugurada no dia 14 de maio findo, a instalação da Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida, município recentemente criado na última reforma quinquenal da divisão administrativa decretada pelo Sr. Benedito Valadares, interventor federal no Estado de Minas Gerais.

O Sr. João Barbosa Sobrinho, prefeito municipal de Conceição da Aparecida, dirigiu, a

propósito da solenidade, o seguinte telegrama ao chefe do governo mineiro.

"Com grande satisfação levo ao conhecimento de V. Excia. a instalação da Prefeitura Municipal no dia 14 deste, realizando-se a solenidade por entre grandes demonstrações de entusiasmo e contentamento da população. O nome de V. Excia. foi lembrado com carinho e respeito, como artifice da criação deste município. Em nome de Conceição da Aparecida, apresento a V. Excia. nossos protestos de leal estima, profunda admiração e inteira solidariedade".

 **AOS EDITORES:** Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

LAURO XAVIER. *O Caróá* — História, cultura e distribuição geográfica — Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura. Rio — 1944.

Na exploração dos recursos naturais do solo pátrio está uma das fórmulas da nossa economia. Achamos que uma das preocupações brasileiras deve ser encontrar substitutivos indígenas para alimentos e produtos diversos, de consumo universal, estranhos ao nosso solo. O Brasil é muito rico. A teoria do “plantando dá...” está certa, porém limitadamente certa. Existem coisas que não dão mesmo. O que é necessário, portanto, é habituar as populações com produtos da terra. O poder aquisitivo dessas populações está condicionado ao seu nível econômico. A industrialização das regiões influi diretamente na melhoria desse nível. São problemas correlacionados, merecedores de providências simultâneas — para uma *solução em conjunto*. Só assim possibilitaremos aquela máxima de *circulação interna*, de que fala Alberto Tôrres, chave do equilíbrio e da prosperidade na vida pátria.

Vemos com bons olhos a industrialização dessa fibra do caróá, no Brasil. A conquista dos mercados que ela vem entendendo. Tudo isso consulta de perto aos nossos interesses. Mas o aproveitamento do caróá encontra-se ainda na sua fase primária. Muita coisa precisa ser estudada, no sentido de um rendimento melhor. Esse, mais ou menos, o propósito do autor desta monografia: “Tivemos o cuidado de reunir esses trabalhos visando a história do caróá”.

O Sr. Lauro Xavier vai longe, citando as referências a essa planta, existentes desde os primórdios da nos-

sa História. Divide-se o livro que tem 240 páginas, em três partes: I — Resenha bibliográfica; II — Etimologia; III — Cultura e distribuição geográfica. Estas, por sua vez, subdividem-se em dezenas de capítulos focalizando todos os aspectos do assunto. Acompanha o presente volume um índice alfabético dos autores, um das matérias e um das plantas textéis. Existe ainda um mapa, delimitando a zona produtora do caróá, no Nordeste. Trata-se, portanto, de um trabalho sério, excelente contribuição ao estudo deste tema que, um dia, talvez, seja o eixo econômico de uma vasta área geográfica, densamente habitada.

A. M.

★

LÍSIAS RODRIGUES — *Brasileiros Pioneiros do Ar* — Livraria José Olímpio Editora. — Rio — 1944.

O Sr. Lísias Rodrigues classifica-se entre os militares que empregam os seus lazes na ação construtiva de es-crever livros úteis. Livros necessários a essa campanha que vem consumindo suas melhores energias de brasileiro: a criação de uma mentalidade aeronáutica.

O Brasil é o país das distâncias, das extensões imensas. Não será extremista aquele que conceder prioridade, entre os problemas nacionais, ao dos transportes. Bem verdade que não será pela aviação que o problema ficará inteiramente solucionado. Bem limitadas até, as possibilidades do avião no transporte de carga pesada. Nada disso, porém, desautoriza o emprêgo do avião nos nossos céus — em escala crescente.

O avião aqui vem, mais ou menos, cumprir uma missão diversíssima daquela que vem cumprindo nos velhos continentes intoxicados de civilização. Alhures, êle é o veículo alado que transita entre os centros super-civilizados, sobrevoando zonas densamente povoadas, a doce geometria das lavouras, os aeródromos que se sucedem a cada 15 minutos, etc. Na América do Sul e particularmente no Brasil as coisas são outras. O pássaro metálico é o heróico aventureiro do azul. Em constantes núpcias com o horizonte. Elo entre as capitais litorâneas — é verdade — mas sobretudo o mensageiro da civilização, levando ao *hinterland* o recado do dinamismo e do progresso. Estranhas vibrações invadem o pesado silêncio sertanejo, ao luzir das hélices. É como se os nervos dessas populações — descendentes esquecidas dos bandeirantes de 1600 — tremessem pela primeira vez, após um sono de 300 anos !

O avião comercial, repitamos, não substitui o trem, o transporte fluvial, nem mesmo o carro de boi. Sua missão é outra. No seu bôjo vão centenas de quilos de correspondência; vão os jornais da capital; viajam os mensageiros das elites capitalistas, intelectuais, políticas. Êle estreita, portanto, os laços espirituais entre as diversas regiões — anulando a distância física, pelo milagre de um traço que caminha em cima do “plano tempo”, amarrando lugares outrora abandonados à margem dos roteiros impraticáveis. Esta, sua missão geográfica. A linha aérea sintoniza a alma das populações no ritmo único da Pátria. Aí reside sua missão cívica. Desenvolve ainda uma missão econômica. Leva os capitães-de-indústria às zonas ricas do interior, animando-os à inversão de capitais e à conseqüente propugnação do trabalho e da riqueza. Amanhã surgirá — em função das próprias necessidades — transporte terrestre para escoar a produção que fôr surgindo.

Uma frota aérea numerosa, porém, requer uma proteção eficiente de uma frota aérea militar. Também a vulnerabilidade do nosso território com o seu vastíssimo litoral e a longa faixa de fronteiras, exige que sejamos primordialmente precavidos no que diz respeito à defesa aérea. De resto, a aviação militar tem desempenhado entre nós uma missão de paz, através do Correio Aéreo Nacional, cuja his-

tória já constitui uma segunda epopeia bandeirante.

Uma aeronáutica militar cada vez mais poderosa no que diz respeito à organização e ao aparelhamento, con-diz fundamentalmente com os nossos interesses. Mas existem problemas entrosados. Necessário expandir a aviação civil, formando as reservas de pessoal, necessárias à aviação comercial e à aviação militar.

Tudo isto só será possível dentro do clima especial de uma *mentalidade aeronáutica*. Imprescindível, assim, a ação educativa.

“Daí a campanha acérrima que empreendemos para a criação no Brasil de uma mentalidade aeronáutica sólida e efetiva, capaz de materializar êsse ideal.

Por isso e só por isso, reunimos neste livro sem pretensões, a biografia e as grandiosas conquistas que nossos patrícios conseguiram no domínio do ar, onde êles puderam fincar os quatro pilares básicos dessa conquista”.

O autor revive com os brilhantes recursos da sua pena, as figuras de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Júlio César Ribeiro de Sousa, Alberto Santos Dumont e Augusto Severo de A. Maranhão .

Não será aqui o lugar oportuno para observações sobre a fidelidade documental destes estudos. Louvamos apenas o esforço idealístico empreendido. Que a semente frutifique. Que as asas metálicas adejem — sempre mais numerosas — sobre a paisagem, como versos livres no grande poema do espaço.

T. H. M.

★

OTTO SCHUBART — *A Pesca nos Estados de Pernambuco e Alagoas* — Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Rio — 1944.

Situa-se a pesca entre as atividades que oferecem enorme interesse geográfico, em um duplo sentido: social e econômico.

Social, porque fixa núcleos demográficos, elabora costumes, alimenta um folclore, etc. Econômico porque encerra uma modalidade de produção que pesa na balança comercial de um país e, bem orientada, pode mesmo normalizar a vida econômica nacional, como acontece entre alguns povos nórdicos da Europa.

Por aqui a pesca sempre foi praticada ao acaso. Rara uma ou outra tentativa de organização em moldes industriais. Herdamos aí — como na agricultura ou na caça — o analfabetismo técnico do aborígene. Herdamos e — o que é pior — vamos conservando essa herança. Muita jangada, muita poesia — mas pouca segurança e pouca eficiência.

Sobre o setor da pesca — como em todos os demais setores da atividade nacional — a ação do governo vem se fazendo sentir — educando e amparando materialmente. A presente publicação condensa nas suas 61 páginas, um proveitoso estudo baseado em observação acurada e longa bibliografia — fixando as linhas gerais do problema. Apresenta-se profundamente ilustrado.

A. M.

★

ARTUR FERREIRA REIS — *O Processo Histórico da Economia Amazonense* — (Contribuição da Associação Comercial do Amazonas ao Décimo Congresso Brasileiro de Geografia) — Imprensa Nacional — Rio — 1944.

“A civilização amazônica” — escreveu o Sr. Artur Ferreira Reis no prefácio deste trabalho — “decorreu e decorre da empresa dirigida sobre a floresta. Suas pintas mais vivas são ainda as pintas que as “drogas”, dos

sertanistas do período colonial, e a chamada produção espontânea da atualidade lhe proporcionam um impressionante condicionamento de vida. Ontem era o cacau, a salsa, o cravo, os gêneros aproveitados na farmacopeia e na condimentação européia. Hoje é a vez da balata, da castanha, do timbó, da essência de pau-rosa. Economia, sempre, de sentido primitivo, próprio das sociedades vivendo a infância dos estádios culturais.

Sumariando-a, no tocante à sua feição econômica, como já lhe sumarizamos no tocante à sua feição espiritual, mais uma vez trouxe-mos a nossa contribuição à inteligência das origens e da evolução amazônica, propósito que nos vem animando no decorrer da nossa atividade pensamental”.

Cremos que este trecho do prefácio define o sentido do trabalho. Trabalho, acrescente-se, com bom desenvolvimento, realizado, aliás, por um conhecedor autêntico dos problemas amazonenses.

O entusiasmo que, através do tempo, vem construindo a glória de outros autores, cedeu lugar nestas páginas ao exame frio dos fatos, a uma consideração serena dos fenômenos econômicos. Não existem aí, tiradas líricas. Exageros, imagens. Coexistem, sim, um autor, um tema e um propósito construtivo. Circunstância esta que recomenda um livro.

A. M.

Periódicos

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO — (Ano I — vol. II). — Biblioteca Pública Municipal de São Paulo — 1944.

Impuseram-se de há muito à admiração de todo o Brasil, as publicações oficiais do governo de São Paulo, particularmente aquelas editadas pelo Departamento de Cultura.

A tradicional vocação do paulista para realizar coisas definitivas, completas, reafirma-se admiravelmente nesta sementeira de bons textos, em cujas páginas desfilam os maiores nomes da intelectualidade de Piratinin-ga, em uma atividade criadora, no melhor sentido da expressão.

O *Boletim Bibliográfico* que pre-textou esta nota contém, neste número, os seguintes artigos:

O estado atual dos estudos antropológicos e sociológicos sobre a educação — Emilio Willems.

A consciência burguesa — Frederico Heller.

Apontamentos bibliográficos para o estudo dos índios Kaingang — Francisco Schaden.

Influência da biblioteca nos estudos de filologia — Silveira Bueno.

Reedições recentes dos autos do Brasil antigo — Washington Luís.

Bibliografia brasileira da educação física — Nicanor Miranda.

Um pequeno livro interessante: A Província do Rio Sapucaí — Ernane Silva Bruno.

Preenchendo uma função necessária, este boletim distanciou-se do feitiço burocrático das publicações congêneres. Que se torne conhecido dos bibliófilos de todo o Brasil — e traga uma sugestão útil aos departamentos similares de outros Estados da Federação.

★

CEOGRAFIA (n.º 1) — Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. — São Paulo — 1944.

Encontramos a cada passo exemplos do dinamismo esplêndido da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Silenciosa e empreendedora, a gente bandeirante só se faz notar quando travamos contacto com mais uma de suas realizações.

O presente, enquadrado aliás numa série de boletins editados naquela Faculdade, é uma iniciativa da cadeira de Geografia do Brasil, ocupada pelo Prof. Aroldo de Azevedo.

Com 69 páginas, é o seguinte o sumário:

I — Apresentação, Prof. Aroldo de Azevedo; II — Monografia de fazenda: a fazenda “Engenho d’Água”, em Guaratinguetá, lic. Maria Luísa Pires do Rio Pinho; III — Um recanto da Cantareira: Gopariva, lic. Maria Galdina Xavier; IV — Recôncavo da Bahia, Prof. Aroldo de Azevedo; V — Bibliografia: Brasil Meridional, Professora Regina Carneiro; VI — Notícias.

Seria desnecessário encarecer aqui a boa organização, a criteriosa seleção da matéria contida, a observância, enfim, dos requisitos capazes de fazer do referido boletim, uma publicação perfeita no seu gênero.

A cartografia brasileira nos livros estrangeiros

XI

[1919 a 1926]

1919 — *Map Showing the Location of the principal iron-ore deposits and gold mines of Minas Gerais* 1:1 075 000) 4 by 5 inches. p. 169. In. Benjamim L. Miller and Joseph T. Singewald, *The mineral deposits of South America*, New York, 1919.

Map Showing the principal manganese deposits of Brazil. (1:30 000 000) 4 by 2 $\frac{3}{4}$ inches. P. 177.

1919 a — *Planta da cidade de Belém, capital do Estado do Pará*. 1:25 000. 12 $\frac{1}{2}$ by 9 $\frac{3}{4}$ inches. In. Teodoro Braga, *Noções de corografia do Estado do Pará-Belém, Pará*, 1919.

Mapa do Estado do Pará, 1915 ... 1:4 358 900. 11 $\frac{1}{4}$ by 14 $\frac{1}{2}$ inches. In. op. cit.

1919 b — *Estado da Paraíba do Norte*. 1:2 000 000. 9 $\frac{1}{2}$ by 5 $\frac{1}{2}$ inches. José Coelho, *Escorço de corografia da Paraíba*. Paraíba do Norte, 1919.

1919 c — *Mapa del Perú, sus ane- xiones y sus ambiciones*. (1:5 850 000) 15 by 18 $\frac{3}{4}$ inches. Juan Ignacio Gálvez, *Conflictos internacionales, El Perú contra Colombia, Ecuador y Chile*, Santiago de Chile, 1919.

1919 d — *Carta de las vías de co- municación del Brasil, ferrovias, flu- viales y marítimas*. 1:6 500 000. 27 $\frac{1}{4}$ inches. Jorge B. Crespo, *Geografía económica del Brasil*, Buenos Aires, 1919.

1919 e — *Bosquejo geológico-estrut- ural de los estados brasileños meri- donales y del Uruguay*. 1:7 500 000. 10 by 14 inches. Karl Walther, *Lineas fundamentales de la estructura geoló- gica de la República*. O del Uruguay, Montevideo, 1919 — Lámina 16.

1919 f — *Versuch einer morpholo- gisch — tektonischen Kartenskizze. N. W. Amazonien*, entworfen von Peter V. Bauer. 1:7 500 000. 8 $\frac{1}{4}$ by 6 $\frac{1}{4}$ inches. Peter-Paul von Bauer. N. W. Amazonien, ein Beitrag zur Geo- graphie Aequatorial-Amerikas, Ber- lin. 1919.

1920 — *Map of Peru, its annexions and ambitions*. (1:5 850 000) 14 $\frac{3}{4}$ by 18 $\frac{3}{4}$ inches. Juan Ignacio Gálvez, *International conflict: Peru against Co- lombia, Ecuador and Chile*, 1920.

1920 a — *Route from Holmia in Bri- tish Guiana to Mt. Roroima, from a prismatic compass traverse* by C. Cle- menti, 1915-16. 1:600 000. 10 $\frac{1}{2}$ by 5 $\frac{1}{2}$ inches. Mrs. Cecil Clementi, *Through British Guiana to the summit of Roroí- ma*, London, 1920 p. 238.

1920 b — *Croquis da zona da bar- ragem e de seus arredores* (northeast- ern Brazil) 1:1 000 000. 6 $\frac{1}{2}$ by 9 $\frac{1}{4}$ inches. Luís Mariano de Barros Jú- nior. *O problema das secas do Nordes- te*. Rio de Janeiro, 1920, p. 18.

1921 — *Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, Li- nha de divisa entre os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro estabelecida pelo acôrdo assinado a 6 de outubro de 1921*, 1:300 000. 11 $\frac{1}{2}$ by 14 $\frac{3}{4}$ inches. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públi- cas do Estado de São Paulo, Relatório apresentado ao Dr. Washington Luís, presidente do Estado, pelo Dr. Heitor Teixeira Penteado, ano de 1921, São Paulo, p. 128.

1921 a — *Holländisch-Brasilien* (nach P. M. Netscher) 1:20 000 000. 4 $\frac{1}{4}$ by 4 $\frac{1}{4}$ inches. Inset: Recife de Pernambuco und seine Umgebung zur Zeit der holländischen Herrschaft. Hermann Wätjen, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien*, Gotha, 1921.

1922 — *Rio de Janeiro — Central Monumental*, 30 $\frac{3}{4}$ by 23 inches. In: *Guia sintético e prático das cidades do Rio de Janeiro e Niterói*, Rio de Janeiro, 1922.

Cidades de Rio de Janeiro e Niterói. 1:22 200. 31 $\frac{3}{4}$ by 23 inches. In op. cit.

1922 a — *Brasilien* (1) *Siedlungsgürtel und Bevölkerung*. (About 1: 40 000 000) 4 $\frac{1}{2}$ inches. 4 p. 16. In Brandt, *Kulturgeographie von Brasilien*, Stuttgart, 1922.

Verteilung des Anbaus. (About 1:40 000 000) 4 $\frac{1}{2}$ by 4 inches. p. 43. In op. cit.

Die Erzeugnisse der einheimischen Pflanzenwelt. (About 1:40 000 000) 4 $\frac{1}{2}$ by 4 inches, p. 51. In op. cit.

Erzeugnisse der Tierwelt. (About 1:40 000 000) 4 $\frac{1}{2}$ by 4 inches. p. 55.

Bodenschätze (About 1:40 000 000) 4 $\frac{1}{2}$ by 4 inches. p. 57 In op. cit.

Industrie (About 1:40 000 000) 4 $\frac{1}{2}$ by 4 inches. p. 61. In op. cit.

Der Handel (About 1:40 000 000) 4 $\frac{1}{2}$ by 4 inches. P. 63. In op. cit.

Gang der Besiedlung in den engen Kanälen zwischen dem unteren Amazonas und der Parabucht. (1:160 000) 1 $\frac{3}{4}$ by 4 $\frac{1}{2}$ inches. P. 69 In op. cit.

Bahia (About 1:250 000) 1 $\frac{3}{4}$ by 2 $\frac{1}{2}$ inches. P. 71. In op. cit.

Die Kolonie Ijuí. 4 $\frac{1}{2}$ by 3 $\frac{3}{4}$ inches. P. 73. In op. cit.

Rio de Janeiro. (About 1:130 000) 4 $\frac{1}{4}$ by 5 inches. P. 77. In op. cit.

Bahia im 17. Jahrhundert (nach einem Kupferstich). Plan de la ville de St. Salvador, capitale du Brésil. 10 $\frac{3}{4}$ by 5 inches. P. 112. In op. cit.

1923 — *Ceará, Rio Grande do Norte and Paraíba*. (1:2 200 000) 11 $\frac{1}{2}$ by 9 inches. P. 41. In Arno S. Pearce Cotton in North Brazil, International Federation of Master Cotton Spinner's and Manufacturer's Associations, Manchester, 1923.

State of Maranhão (1:10 000 000) 3 $\frac{1}{4}$ by 3 $\frac{1}{2}$ inches. P. 72. In op. cit.

Map of northern Brazil. (1:10 000 000) 9 $\frac{3}{4}$ by 6 $\frac{1}{4}$ inches. In op. cit.

1923 a — *State of São Paulo* (1:6 000 000) 6 by 4 inches. P. 68. Arno S. Pearce, *Brasilian Cotton*; Being a report of the journey of the International Cotton Mission through the cotton states of São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Internacional Federation of Master Cotton Spinner's and Manufacturer's Associations, Manchester, 1923.

State of Minas Gerais (1:12 600 000) 4 by 3 inches. P. 92. In op. cit.

State of Bahia. (1:10 000 000) 4 by 4 $\frac{3}{4}$ inches. P. 103. In op. cit.

State of Sergipe. (1:2 200 000) 4 by 5 inches. P. 117. In op. cit.

State of Alagoas. (1:4 200 000) 4 by 2 $\frac{1}{2}$ inches. P. 121. In op. cit.

State of Pernambuco. 4 $\frac{1}{4}$ by 2 $\frac{1}{4}$ inches. P. 125. In op. cit.

States of Paraíba and Rio Grande do Norte. 4 by 3 $\frac{3}{4}$ inches. P. 130. In op. cit.

Sketch map of the Seridó. 4 by 4 inches. P. 144. In op. cit.

Map of the eastern part of Brazil, relating to "Brazilian Cotton" (1:10 000 000) 8 by 11 $\frac{3}{4}$ inches. In op. cit.

1923 b — *Carta Geral do Brasil*. Esquema da triangulação no Rio Grande do Sul. 1:1 000 000. 28 by 30 $\frac{1}{4}$ inches. In Travaux de la Section de Geodésie de l'Union Géodésique et Geophysique Internationale, Tomo 1: Notice sur quelques travaux géodésiques exécutés par des officiers de l'Armée Brésilienne, Rio de Janeiro, 1922. 1922. Paris, 1923.

P. Triangulação da 1.^a ordem ao longo do 30.^o paralelo entre Porto Alegre e Cachoeira (Rio Grande do Sul) 1:600 000. 17 by 7 $\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

Vila Militar sheet of the topographical survey (Serviço Geográfico Militar) 1:10 000. 28 by 16 $\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

1923 c — *Esbôço da parte nordeste do Brasil mostrando as bacias hidrográficas e os lugares para açudes mencionados neste trabalho*. 1:300 000 13½ by 11 ¼ inches. Geraldo A. Warring, *Suprimento d'água no nordeste do Brasil*, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, publicação n.º 23, série I, D, Hidrologia, Geologia, 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1923, p. 6.

1923 d — *Mapa geológico da chapada do Araripe e adjacentes* pelo engenheiro geólogo Horatio L. Small, maio 1913. 1:1 650 000. 14 ¼ by 9 ¾ inches. p. 22 In Horatio L. Small *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Ceará e parte do Piauí* Inspetoria de Obras Contra as Secas, publicação n.º 25 — Série I, D, Geologia 2.ª Edição, Rio de Janeiro, 1923.

Esbôço de mapa geológico de parte do Ceará e Piauí por H. L. Small, 1913. 1:1 000 000. 9 ¾ by 6 ¼ inches. p. 38.

Mapa geológico do boqueirão Poço dos Patos, município de São Mateus — Ceará, H. L. Small 1912 (1:3 000). 10 by 6 ½ inches. p. 60. In op. cit.

Esbôço do mapa geológico dos Estados do Ceará e Piauí. Pelo engenheiro geólogo Horatio L. Small (1:100 000) 19 ¾ by 24 ¾ inches. P. 72. In op. cit.

1923 e — *Esbôço do mapa geológico dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte* por Ralph H. Soper. 1:1 000 000. 20 ½ by 19 ¼ inches. Ralph H. Soper, *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Rio Grande do Norte e Paraíba*, Inspetoria de Obras Contra as Secas, publicação n.º 26, série I, D. Geologia, 2.ª Edição, Rio de Janeiro. 1923. p. 60.

1923 f — *Carta geológica da região litorânea do Estado do Ceará* pelo engenheiro Horatio L. Small 1:1 000 000. 22 ½ by 15 ¾ inches. p. 26. In Horatio L. Small, *Geologia e Suprimento*

d'água subterrânea no Piauí e parte do Ceará, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, publicação n.º 32, série I.

Mapa geológico da parte norte e central do Estado do Piauí e adjacentes pelo engenheiro Horatio L. Small 1:1 000 000. 20 ¼ by 33½ inches. p. 140. In op. cit.

1923 g — *Mapa da fitofisionomia de Mato Grosso de acôrdo com os trabalhos e levantamentos feitos pela Comissão Rondon*, organizado por F. C. Hoehne, botânico da mesma, 1922. 1:3 750 000. 21 ¾ by 24 ¼ inches. F. C. Hoehne, *Fitofisionomia do Estado de Mato Grosso*, São Paulo, 1923 p. 104.

1924 — *Esbôço geológico do Brasil*, organizado por Alberto Betim Pais Leme, desenhado por R. Elisiário Barbosa (About 1:11 500 000) 17 ¼ by 16 ¼ inches. *Guia de Mineralogia, Geologia e Paleontologia* — Evolução da estrutura da terra e geologia do Brasil, vistas através das coleções do Museu Nacional, pelo Prof. Alberto Betim Pais Leme, Rio de Janeiro, 1924, p. 368.

1925 — *Physical map of Brazil*, p. 2. In Herman G. James, *Brazil after a century of independence*, New York, 1925.

Economic map of Brazil, p. 296. In op. cit.

Political map of Brazil, p. 434 Each map (1:35 000 000) 3 ¾ by 6 ¼ inches. In op. cit.

1926 — *A section of the Alto Paraná showing the railroad connecting the lower and upper waters of this river*. (1:2 400 000) 4¼ by 6 ½ inches. Union of the Amer. Republics In *yerba maté forests of South América* — Commodities of Commerce Series, n.º 4, Washington, 1926, p. 6.

Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

XV

[1907 a 1910]

1907 — DERBY, Orville Adalbert

The Sedimentary belt of the coast of Brazil — Jour Geol. Tomo XV, ps. 218 - 237, com 1 mapa — Chicago, 1907 — (Os sedimentos da costa do Brasil).

— DOUGLAS FOX e WHITLEY, H. MICHELL

“O Saneamento do Recife” — Relatório por.... Londres, Impresso no Waterlow and Sons Limited, 1907, in-4.º gr., 235, ps. 11 desenhos e 1 planta do Recife em esc. de 1 x 8 000. Relatório apresentado ao desembargador Segismundo Antônio Gonçalves, governador de Pernambuco, em 1 de março de 1907 — Escrito em português e inglês. Tiragem limitada a 100 exemplares.

— DUCKE, A.

Contribution à la connaissance des Scolides de l'Amerique du Sud — Revue de Entomologie, ps, 73-96 et ps. 5-9; 145-148 — Paris, 1907.

— DUCKE, A.

Zur Synonyme einiger Hymenoptera Amazoniens. Zeitschriften Hym. Dipter, 1907, ps, 137 - 141.

(Sôbre a sinonímia de alguns Hymenopteros amazônicos).

— DUCKE, A.

Nouveau genre de Sphégides. Annales de la Soc. Entomol. de France, 1907, ps. 28-29.

— DUCKE, A.

Voyage aux champs de l'Ariramba — La Géographie — Bull. de la Soc. de Géog. vol. XVI, ps. 19 - 26 — Paris, 1907.

— EBOLI, G.

Numismática Brasileira. São Paulo, 1907, in-4.º.

— GALLOIS, Eugène

Coup d'oeil sur l'Amérique du Sud. de la Soc. de Géog. et d'Études Coloniales, vol. 31, ps. 208-216 — Marseille, 1907.

— HELLMAYR, C. E.

On a collection of birds made by M. W. Hoffmann on the Rio Madeira, Brazil — Ibidem, vol. XV, Tring, 1907. (Sôbre uma outra coleção de aves feita por Mr. W. Hoffmann no rio Madeira).

— HELLMAYR, C. E.

On a collection of birds from Tefé, Rio Solimões, Brazil — Ibidem, vol. XIV, ps. 40-91 — Tring, 1907.

(Sôbre uma coleção de aves dos rios Tefé e Solimões).

— HELLMAYR, C. E.

Another contribution to the ornithology of the lower Amazonas. Ibidem, vol. XIV, ps. 1 - 39 — Tring, 1907.

(Outra contribuição para a ornitologia do baixo Amazonas).

— IHERING, (Hermann von)

A Antropologia do Estado de São Paulo — São Paulo, in-4.º, 1907 (Tradução).

— KAISER (E.)

Beiträge zur Kenntnis einiger palaeozoischer Faunen Süd - Amerikas — Zeitschrift der deutschen geologischen Gesellschaft, tomo XLIX, ps. 314-317 — Berlin, 1907.

(Contribuições para o conhecimento de algumas faunas palaeozóicas da América do Sul — Revista da Sociedade Geológica Alemã).

1908 — DETTMANN, Eduard

"Brasiliens Aufschwung in deutscher Beleuchtung. Mit 41 Illustrationen und einer Karte von Südamerika" — Berlin, Hermann Paetel; (Deutsches Buch — n — Kunstdruckerei, G. m. b. H. Zossen-Berlin S. W. 11) — 1908, in -8.º XI, 346, ps. 41 estampas e 1 mapa.

(O progresso do Brasil do ponto de vista alemão).

— EMMEL, Otto

Die Verteilung der Jahreszeiten im tropischen Südamerika. Mit 1 Karte und 2 Kurvenbogen — Darmstadt, Otto, 1908 — in -8.º, 106, ps. 1 mapa e 2 diagramas. (A divisão das estações do ano na América do Sul tropical. Com 1 carta e 2 arcos de curva).

— FERRERO, GINA LOMBROSO

Nell'América Meridionale — (Brasile-Uruguay-Argentina) Milano 1906, in-8.º.

— FRANCESCHINI, Antonio

L'Emigrazione Italiana nell'América del Sud — Roma 1908, in -8.º.

— GALLOIS, Eugène

Bulletin de la Société de Géographie, vol. 49, ps. 20-34 — Lille, 1908.

— GERVAIS, A.

La Republica degli Stati Uniti del Brasile — Milano, 1908, in-8.º.

— GOUNELLE, E.

Listes des Cerambycides de la région de Jataí, Etat de Goiás. Em: Annales de la Soc. Entomologique de France, vol. 77 — fasc. 4, ps. 587-588 — Paris, 1908.

— HAUTHAL, R.

Zur Geschichte der glazialen Erforschung Südamerikas. Petermann's Mitteilungen, tomo 54, ps. 116-121. Gotha, 1908. (A respeito da exploração glacial da América do Sul).

— HUOT, V.

Nouvelle frontière entre la Colombie et le Brésil — Em: La Géographie, vol. 17, ps. 481-483, Paris, 1908.

— IHERING, (Hermann von)

Archhelenis e Archinotis — São Paulo, in -4.º, 1908.

Ihering (Rudolph von).

Landeskunde der Republik Brasilien-Leipzig, G. I. Groeschen'sche Verlagshandlung, 1908 — in-8.º, peq. 167, ps. 12 gravs. e 1 mapa.

— JORDAN (D. S.) and BRANNER (J. C.)

The Cretaceous Fishes of Ceará, Brazil — Smithsonian Misc. Collection, n.º 1793, tomo LII, ps. 1-29 — Washington, 1908. (Os peixes cretáceos do Ceará).

1909 — DENIS, Pierre

Le Brésil au XX siècle — Paris, 1909, in-8.º

1910 — FORGE, R. G. H. de la

Au Pays de l'Avenir — Paris, 1910 — in-8.º gr.

— FRIEDERIC, Georg.

Die Amazonen Amerikas — Leipzig, 1910, in-8.º — (As amazonas da América).

— GOEJE, C. H. de

"Etudes Linguistiques Caraïbes" — Verhandelingen der Koninklijke Akademie van Wetenschappen te Amsterdam. N. R. Deel X, n.º 3. Amsterdam, 1910.

— GUÉNIN, Eugène

Premiers essais de colonisation — Les français au Brésil et en Floride (1530-1588) Paris — Eugène Bigot — 1910, in-8.º — 100 ps.

— JORDAN (David Starr)

Fossil Fishes from Riacho Doce, State of Alagoas, Brazil — S. 1. 1910 — in-8.º

(Peixes fósseis do Riacho Doce, no Estado de Alagoas).

— **WISSLER, Clark**

The American Indian. An introduction to the Antropology of the New York, Douglas, C. Mac Murtrie, 1917, In-8.º, XIII x 435 p., bibliographie (25p.) index, cartes, diagr., et phot., 3 doll. Voir XXe Bibl. 1910, n.º 257.

Analyse sous le titre: The Culture of the American Indian; its Regional Distribution and Origin, dans G. Rev. New - York X., 1920, ps. 262 - 266 - 2 fig.

cartes des deux Ameriques à
1:90 000 000 (D'après Wissler) "Food Areas of the New World" "Culture Area of American Indians".

Voir aussi, pour l'Amerique, les ns.:
57, 82, 84, 94, 107, 124, 146, 157, 172, 247, 276, 315, 329, 340, 346, 376, 406-F, 414, 419, 439-B, 445-A, 627-B, 687, 765, 1090, 1132, 1147, 1170, 1412.

B. G. Ass. Geog. Franç. 1920-1921
— p. 338.



Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis assinados no mês de maio de 1944

Decreto-lei n.º 6 456, de 2 de maio de 1944.
Encorpora ao Patrimônio Nacional o acervo de bens e direitos da firma Dahne Conceição & Cia., e entidades dela subsidiárias que têm a seu cargo a execução de obras e serviços de interesse público, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2-5-944.

Decreto-lei n.º 6 457, de 2 de maio de 1944.
Cria o Serviço de Lucros Extraordinários na Divisão de Imposto de Renda e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 4-5-944.

Decreto-lei n.º 6 458, de 2 de maio de 1944.
Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Luis Guimarães Vieira.

"Diário Oficial" de 4-5-944.

Decreto-lei n.º 6 459, de 2 de maio de 1944.
Dispõe sobre o descanso em feriados civis e religiosos de acôrdo com a tradição local e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 4-5-944.

Decreto-lei n.º 6 460, de 2 de maio de 1944 —
Regula a construção e a exploração das instalações portuárias rudimentares.

"Diário Oficial" de 4-5-944.

Nota — Os Decretos-leis de n.º 6 461 a n.º 6 465, ainda não foram publicados.

Decreto-lei n.º 6 466, de 3 de maio de 1944 —
Altera e inclui no Quadro Permanente a carreira de Inspetor de Alunos do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-5-944.

Decreto-lei n.º 6 467, de 3 de maio de 1944 —
Cria funções gratificadas no Quadro Permanente (Q.P.) do Ministério da Fazenda e abre crédito suplementar.

"Diário Oficial" de 5-5-944.

Decreto-lei n.º 6 468, de 3 de maio de 1944 —
Altera carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-5-944.

Decreto-lei n.º 6 469, de 3 de maio de 1944 —
Altera os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6-5-944.

Decreto-lei n.º 6 470, de 3 de maio de 1944 —
Abre o Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 19 896,00, para pagamento de vantagem (Pessoal) que indica.

"Diário Oficial" de 6-5-944.

Decreto-lei n.º 6 471, de 4 de maio de 1944 —
Abre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 180 000,00, para despesas de gratificação de representação a funcionários designados para prestar serviços em país estrangeiro.

"Diário Oficial" de 6-5-944.

Decreto-lei n.º 6 472, de 4 de maio de 1944 —
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar o Real Gabinete Português de Leitura de 50% (cinquenta por cento) do pagamento do imposto predial relativo ao móvel sito à rua Luis de Camões, n.º 30, na forma que menciona.

"Diário Oficial" de 6-5-944.

Decreto-lei n.º 6 473, de 5 de maio de 1944 —
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 6 900 000,00, para obras no porto de Recife.

"Diário Oficial" de 8-5-944.

Decreto-lei n.º 6 474, de 5 de maio de 1944 —
Altera o disposto no art. 3.º inciso e do Decreto-lei n.º 5 460, de 5 de maio de 1943.

"Diário Oficial" de 8-5-944.

Decreto-lei n.º 6 475, de 8 de maio de 1944 —
Retifica o Orçamento Geral da República no tocante à dotação que especifica.

"Diário Oficial" de 10-5-944.

Decreto-lei n.º 6 476, de 8 de maio de 1944 — Cria no Conselho de Segurança Nacional, como órgão suplementar a comissão de Planejamento Econômico, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-5-944.

Decreto-lei n.º 6 477, de 8 de maio de 1944 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 1 006,50, para pagamento de salário devido a Hermann Kleerekoper relativo ao período de 20-12-43 a 31-12-43.

"Diário Oficial" de 10-5-944.

Decreto-lei n.º 6 478, de 9 de maio de 1944 — Eleva o vencimento mensal do diretor da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

"Diário Oficial" 11-5-944.

Decreto-lei n.º 6 479, de 9 de maio de 1944. Cria carreiras no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e da outras providências.

"Diário Oficial" de 11-5-944.

Decreto-lei n.º 6 480, de 9 de maio de 1944. Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 41 661,30, para pagamento da vantagem (Pessoal) que indica.

"Diário Oficial" de 11-5-944.

Decreto-lei n.º 6 481, de 9 de maio de 1944. Aprova a convenção sobre a regulamentação do tráfego inter-americano de veículos, automóveis entre o Brasil e diversos países, firmado em Washington a 15 de dezembro de 1943.

"Diário Oficial" de 11-5-944.

Decreto-lei n.º 6 482, de 9 de maio de 1944. Cria o 1.º Regimento de Carros de Combate.

"Diário Oficial" de 11-5-944.

Decreto-lei n.º 6 483, de 9 de maio de 1944. Cria o 2.º Batalhão Móvel de Artilharia de Costa.

"Diário Oficial" de 11-5-944.

Decreto-lei n.º 6 484, de 9 de maio de 1944. Cria a 1.ª Companhia Independente de Infantaria, tipo especial.

"Diário Oficial" de 11-5-944.

Decreto-lei n.º 6 485, de 10 de maio de 1944. Altera a constituição da Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 12-5-944.

Decreto-lei n.º 6 486, de 11 de maio de 1944. Prorroga por mais doze meses a vigência do Decreto-lei n.º 5 626, de 28 de junho de 1943.

"Diário Oficial" de 13-5-944.

Decreto-lei n.º 6 487, de 11 de maio de 1944. Retifica o art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 304, de 2 de março de 1944.

"Diário Oficial" de 13-5-944.

Decreto-lei n.º 6 488, de 11 de maio de 1944. Transfere gratuitamente ao Estado da Paraíba, o domínio pleno de terreno interior, situado na cidade de João Pessoa, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-5-944.

Decreto-lei n.º 6 489, de 11 de maio de 1944. Altera sem aumento de despesa o atual Orçamento do Conselho Federal de Comércio Exterior.

"Diário Oficial" de 13-5-944.

Decreto-lei n.º 6 490, de 11 de maio de 1944. Exclui dos benefícios do abono familiar os servidores públicos beneficiados pelo regime do salário-família.

"Diário Oficial" de 13-5-944.

Decreto-lei n.º 6 491, de 11 de maio de 1944. Cria o cargo isolado de provimento em Comissão no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

"Diário Oficial" de 13-5-944.

Decreto-lei n.º 6 492, de 12 de maio de 1944. Cria a 10.ª Companhia de Transmissões.

"Diário Oficial" de 15-5-944.

Decreto-lei n.º 6 493, de 12 de maio de 1944. Transfere a sede do 1.º Batalhão de Caçadores.

"Diário Oficial" de 15-5-944.

Decreto-lei n.º 6 494, de 12 de maio de 1944. Transfere a sede do 1.º Grupo Móvel de Artilharia de Costa.

"Diário Oficial" de 15-5-944.

Decreto-lei n.º 6 495, de 12 de maio de 1944. Dá denominação a Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura.

"Diário Oficial" de 15-5-944.

Decreto-lei n.º 6 496, de 12 de maio de 1944. Autoriza a alienação do terreno e prédio que menciona, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13-5-944.

Decreto-lei n.º 6 497, de 13 de maio de 1944. Dispõe sobre os vencimentos e vantagens do pessoal da Força Expedicionária Brasileira.

"Diário Oficial" de 16-5-944.

Decreto-lei n.º 6 498, de 13 de maio de 1944. Cria a 2.ª Companhia Rodoviária Independente.

"Diário Oficial" de 16-5-944.

Decreto-lei n.º 6 499, de 13 de maio de 1944. Altera a carreira de Postalista-Auxiliar do Quadro III, Parte Suplementar do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16-5-944.

Decreto-lei n.º 6 500, de 15 de maio de 1944. Cria dois cargos isolados de Ajudante de Tesoureiro no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 18-5-944.

Decreto-lei n.º 6 501, de 15 de maio de 1944.
Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 3 770, de 28 de maio de 1941.

"Diário Oficial" de 17-5-944.

Decreto-lei n.º 6 502, de 16 de maio de 1944.
Reorganiza o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, fixa novo efetivo e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 18-5-944.

Decreto-lei n.º 6 503, de 16 de maio de 1944.
Dispõe sobre a substituição do procurador geral da Justiça Militar.

"Diário Oficial" de 18-5-944.

Decreto-lei n.º 6 504, de 17 de maio de 1944.
Dispõe sobre a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-5-944.

Decreto-lei n.º 6 505, de 17 de maio de 1944.
Dispõe sobre a concessão de diárias ao pessoal da Comissão Brasileira Americana de Produção de Gêneros Alimentícios.

"Diário Oficial" de 19-5-944.

Decreto-lei n.º 6 506, de 17 de maio de 1944.
Desapropria por utilidade pública, terrenos situados no Território Nacional do Iguaçu.

"Diário Oficial" de 19-5-944.

Decreto-lei n.º 6 507, de 17 de maio de 1944.
Suspende a execução do art. 6 do Decreto-lei n.º 2 667, de 3 de outubro de 1940, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-5-944.

Decreto-lei n.º 6 508, de 18 de maio de 1944.
Estende a limitação a que se refere o art. 25, § 6.º, do Decreto n.º 20 465, de 1.º de outubro de 1931, aos sucessivos aumentos de vencimentos.

"Diário Oficial" de 20-5-944.

Decreto-lei n.º 6 509, de 18 de maio de 1944.
Cria na Reserva de 1.ª classe do Exército, um Quadro Especial para os membros da Justiça Militar da Força Expedicionária Brasileira.

"Diário Oficial" de 20-5-944.

Decreto-lei n.º 6 510, de 18 de maio de 1944.
Cria cargos isolados, de provimento em comissão, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

"Diário Oficial" de 20-5-944.

Decreto-lei n.º 6 511, de 18 de maio de 1944.
Altera, sem aumento de despesas, carreiras do Quadro II (extinto) do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20-5-944.

Decreto-lei n.º 6 512, de 18 de maio de 1944.
Modifica o Decreto-lei n.º 6 155, de 30 de dezembro de 1943, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 20-5-944.

Decreto-lei n.º 6 513, de 19 de maio de 1944.
Altera o art. 1.º do Decreto-lei n.º 5 756, de 18 de agosto de 1943.

"Diário Oficial" de 22-5-944.

Decreto-lei n.º 6 514, de 19 de maio de 1944.
Extingue o Destacamento Misto de Sapadores e Pontoneiros.

"Diário Oficial" de 22-5-944.

Decreto-lei n.º 6 515, de 19 de maio de 1944.
Eleva a gratificação de função do Chefe da Seção de Fomento Agrícola no Distrito Federal, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 22-5-944.

Decreto-lei n.º 6 516, de 22 de maio de 1944.
Eleva o limite da emissão de "Obrigações de Guerra" autorizado pelo Decreto-lei n.º 4 789, de 5 de outubro de 1942.

"Diário Oficial" de 24-5-944.

Decreto-lei n.º 6 517, de 22 de maio de 1944.
Eleva a gratificação de função dos Secretários das Câmaras de Justiça do Trabalho e de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

"Diário Oficial" de 24-5-944.

Decreto-lei n.º 6 518, de 22 de maio de 1944.
Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24-5-944.

Decreto-lei n.º 6 519, de 23 de maio de 1944.
Dispõe sobre a administração do Território de Fernando de Noronha e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 25-5-944.

Decreto-lei n.º 6 520, de 23 de maio de 1944.
Cria cargos no Quadro da Justiça — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 25-5-944.

Decreto-lei n.º 6 521, de 23 de maio de 1944.
Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2 510,00 para pagamento de vantagem (Pessoal) que indica.

"Diário Oficial" de 25-5-944.

Decreto-lei n.º 6 522, de 24 de maio de 1944.
Institui o "Dia do Telegrafista"

"Diário Oficial" de 24-5-944

Decreto-lei n.º 6 523, de 24 de maio de 1944.
Cria função gratificada no Quadro III — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

"Diário Oficial" de 26-5-944.

Decreto-lei n.º 6 524, de 24 de maio de 1944.
Dá nova designação aos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 25-5-944.

Decreto-lei n.º 6 525, de 24 de maio de 1944.
Declara incorporada à Campanha Nacional Contra o Câncer a Liga Baiana Contra o Câncer.

"Diário Oficial" de 26-5-944.

Decreto-lei n.º 6 526, de 24 de maio de 1944.
Cria a função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-5-944.

Decreto-lei n.º 6 527, de 24 de maio de 1944.
Cria na Prefeitura do Distrito Federal a Escola Técnica de Assistência Social e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-5-944.

Decreto-lei n.º 6 528, de 25 de maio de 1944.
Estende aos civis admitidos na construção de obras militares, inclusive rodovias e ferrovias, as disposições dos Decretos-leis ns. 4 937, de 9 de novembro de 1942 e 5 412, de 16 de abril de 1943.

"Diário Oficial" de 27-5-944.

Decreto-lei n.º 6 529, de 25 de maio de 1944.
Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 227 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 27-5-944.

Decreto-lei n.º 6 530, de 25 de maio de 1944.
Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 575 161,60 para classificação e liquidação de despesas provenientes de visita de personalidades ilustres.

"Diário Oficial" de 27-5-944.

Decreto-lei n.º 6 531, de 25 de maio de 1944.
Autoriza a permuta de terreno de propriedade da União, por outro pertencente à Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.

Decreto-lei n.º 6 532, de 26 de maio de 1944 —
Dispõe sobre vencimentos e gratificações de função no Serviço Nacional de Recenseamento.

"Diário Oficial" de 29-5-944.

Decreto-lei n.º 6 533, de 26 de maio de 1944 —
Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de Cr\$ 2 000 000,000 à dotação que especifica.

"Diário Oficial" de 29-5-944.

Decreto-lei n.º 6 534, de 26 de maio de 1944 —
Retifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 4 833, de 15 de outubro de 1942.

"Diário Oficial" de 29-5-944.

Decreto-lei n.º 6 535, de 24 de maio de 1944 —
Cria o Serviço de Assistência Religiosa junto às forças em operações de guerra.

"Diário Oficial" de 29-5-944.

Decreto-lei n.º 6 536, de 26 de maio de 1944 —
Abre o Ministério de Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 903 939,30 para pagamento à The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd.

"Diário Oficial" de 29-5-944.

Decreto-lei n.º 6 537, de 29 de maio de 1944 —
Abre o Ministério da Educação e Saúde, o crédito de Cr\$ 792 000,00 (setecentos e noventa e dois mil cruzeiros) suplementar à verba que indica.

"Diário Oficial" de 31-5-944.

Decreto-lei n.º 6 538, de 29 de maio de 1944 —
Abre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito de Cr\$ 67 500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) suplementar à verba que indica.

"Diário Oficial" de 30-5-944.

Decreto-lei n.º 6 539, de 29 de maio de 1944 —
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar do pagamento do imposto predial os imóveis que menciona.

"Diário Oficial" de 31-5-944.

Decreto-lei n.º 6 540, de 29 de maio de 1944 —
Abre ao Ministro da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 43 000 000,00 para prosseguimento da construção da Rodovia Rio-Bahia.

"Diário Oficial" de 31-5-944.

Decreto-lei n.º 6 541, de 29 de maio de 1944 —
Altera o art. 5.º do Decreto-lei n.º 6 419, de 13 de abril de 1944.

"Diário Oficial" de 31-5-944.

Decreto-lei n.º 6 542, de 30 de maio de 1944 —
Inclui parágrafo no art. 2.º do Decreto-lei n.º 4 850, de 21 de outubro de 1942.

"Diário Oficial" de 1-6-944.

Decreto-lei n.º 6 543, de 30 de maio de 1944 —
Extingue a Comissão Construtora de Estradas de Ferro do Sul do País e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1-6-944.

Decreto-lei n.º 6 544, de 30 de maio de 1944 —
Altera a carreira do Médico-Legista do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

"Diário Oficial" de 1-6-944.

Decreto-lei n.º 6 545, de 30 de maio de 1944 —
Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6 564,50 para pagamento de vencimentos.

"Diário Oficial" de 1-6-944.

Decreto-lei n.º 6 546, de 31 de maio de 1944 —
Altera o art. 2.º do Decreto-lei n.º 5 219, de 22 de janeiro de 1943 e substitui as cláusulas que o acompanharam.

"Diário Oficial" de 2-6-944.

Retificações em 10-6-944. Retificações em 21-7-944.

Decreto-lei n.º 6 547, de 31 de maio de 1944 —
Dá nova redação ao enunciado na parcela do Cr\$ 4 500 000,00 do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 6 056, de 2 de dezembro de 1943, destinado à Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

"Diário Oficial" de 2-6-944.

Decreto-lei n.º 6 548, de 31 de maio de 1944 —
Altera os dispositivos da Lei de Promoções do Exército, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 2-6-944.

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Decreto-lei

Decreto-lei n.º 6 550, de 31 de maio de 1944

Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porá e do Iguacu.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — São fixados os seguintes limites para os Territórios Federais criados pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943:

a) Território Federal do Amapá — a noroeste e norte, a linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; a nordeste e leste, com o Oceano Atlântico (incluindo as ilhas litorâneas de Maracá, da Onça e outras); a sueste e sul, o talvegue do canal do Norte, (incluindo o arquipélago de Bailique — ilhas de Bailique, do Jaburu, do Brigue, Curuá, do Franco, dos Marinheiros e outras menores) — e uma linha no braço norte do rio Amazonas que acompanhe o alinhamento geral da margem continental (excluindo a maior parte das ilhas deste braço e incluindo apenas as muito próximas do continente, no alinhamento das terras marginais, com as ilhas Pedreira, Santana, dos Periquitos e outras menores) até a foz do rio Jari; a sudoeste e oeste, o rio Jari, da sua foz até a sua nascente principal na serra do Tumucumaque;

b) Território Federal do Rio Branco — a oeste, norte e leste, os limites com a República da Venezuela e a Guiana Inglesa; a sueste e sul, o rio Jamundá ou Nhamundá, da sua nascente principal na serra Uassari até o paralelo da nascente principal do rio Alalaú, seguindo por esse paralelo até alcançar a referida nascente; o rio Alalaú, até a sua foz no rio Jauaperi, descendo por este até a sua foz no rio Negro e por este rio acima até a foz do rio Jutari; a sudoeste, o rio Jutari, desde a sua foz até a sua nascente principal; o divisor de águas entre os rios Dementi e Xeruini, desde a nascente principal do Jutari até o divisor de águas entre o Dementi e o Catrimani; este divisor até encontrar o paralelo que passa pela nascente principal do rio Catrimani e seguindo por este paralelo até a serra Parima;

c) Território Federal do Guaporé — a noroeste, o divisor de águas Ituxi-Abuná e Ituxi-Madeira, até o ponto mais próximo da nascente do Paraná-Pixuna, descendo pelo dito Paraná-Pixuna até o paralelo da confluência do Igarapé Maici com o rio Madeira; a norte, nordeste, leste e sueste, pelo paralelo da confluência do Igarapé Maici com o rio Madeira até essa confluência, subindo esse Igarapé até a sua nascente, seguindo pelo divisor Gi-Paraná-Marmelos e Gi-Paraná-Roosevelt, até o paralelo da confluência do rio Capitão Cardoso com o rio Roosevelt; seguindo por esse paralelo até o

rio Capitão Cardoso e o seu formador rio Tenente Marques até a foz do Igarapé Pesqueira; dessa foz, por uma reta, até o salto Joaquim Rios no rio Iquê, subindo o rio Iquê até a foz do córrego Tolui-Itazá, pelo qual sobe até a sua nascente e daí, pelo divisor de águas, até a nascente principal do rio Caxibi, pelo qual desce até sua foz no rio Guaporé; ao sul, sudoeste e oeste, pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Caxibi com o rio Guaporé, até o limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limitrofe continua até encontrar o divisor de águas Ituxi-Abuná.

d) Território Federal de Ponta Porá — a oeste e nordeste, pelo rio Paraguai desde a foz do rio Apa até a foz do rio Miranda; a nordeste, leste e sueste, pelo rio Miranda, desde a sua foz no Paraguai até a foz do rio Aquidauana, subindo por este até a foz do ribeirão Agachi pelo qual segue até as nascentes; deste ponto, por uma linha reta até a principal cabeceira do ribeirão Taquaral, descendo por este até a sua desembocadura no rio Miranda; em seguida, por este acima até a barra do rio Nioaque pelo qual sobe até a foz do córrego Jacarézinho; por este córrego acima até sua nascente e daí, por uma linha reta, até a cabeceira do córrego Laranjeira; desce por este córrego até a sua foz no ribeirão Carandá; pelo qual desce até a foz do córrego Buriti; deste ponto por uma linha reta, até a confluência do córrego Espenlido no ribeirão Taquarugu, subindo por este até a foz do ribeirão Corumbá; por este acima, até a foz do rio Cangalha, pelo qual sobe até a sua nascente; daí alcança o divisor de águas do rio Brilhante e do ribeirão Buriti, também chamado do Américo; segue por este divisor até a nascente do rio Brilhante, pelo qual desce até a sua foz no rio Ivinheima abaixo e, pelo seu braço navegável mais importante, alcança o rio Paraná; descendo por este, segue até a fronteira com a República do Paraguai, na serra do Maracaju; ao sul e sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até a foz do rio Apa;

e) Território Federal do Iguacu — ao norte, nordeste, leste e sueste, o rio Ivaí desde a sua foz no Paraná até a confluência do rio Tapiracul, subindo por este até a foz do ribeirão Salitinho pelo qual sobe até as suas cabeceiras daí, por uma linha reta e seca, alcança as nascentes do rio d'Areia e descendo por este vai até a sua foz no rio Piquiri; deste ponto segue pelo rio Piquiri acima até a foz do rio Cobre, pelo qual sobe até a foz do rio de Cinco Voltas, por este acima até a desembocadura do arroio dos Quatis, pelo qual sobe até a sua nascente; daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira do rio Restinga Grande e por este abaixo até sua foz no rio Cantagalo pelo qual desce até o rio Cavernoso, descendo por este até sua foz no rio Iguacu; deste ponto, segue pelo rio Butiá, pelo qual sobe até as suas nascentes, de onde segue em linha reta até as

cabeceiras do lajeado Rancho Grande pelo qual desce até sua foz no rio Chopim; daí, pelo Chopim abaixo, até a foz do rio das Lontras e por este, águas acima, até a foz do ribeirão das Capivaras pelo qual sobe até sua nascente; desse ponto segue pelo espigão divisor das águas dos rios Iguaçu e Uruguai, passando pelo morro da Baliza, no rumo geral de leste, até encontrar as nascentes do lajeado Santa Rosa; desce por este lajeado até sua desembocadura no rio Xapecó, pelo qual sobe até a foz do lajeado Norte, e por este acima até sua nascente; daí continua por uma linha seca até encontrar a nascente do lajeado Tigre e por este abaixo até sua foz no rio Xapecózinho; descendo por este até a foz do lajeado do Paulo, pelo qual sobe até a sua nascente; daí, por uma linha reta, à cabeceira do lajeado Torto; desce por este até a confluência no rio Ressaca, pelo qual continua águas abaixo até sua foz no rio Irani, descendo por este até sua foz no rio Uruguai; ao sul, o rio Uruguai, da foz do rio Irani até a foz do Peperi-guaçu, nos limites com a República Argentina; a sudoeste, oeste e noroeste, a linha internacional com a República Argentina; a sudoeste, oeste e noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai, prosseguindo pelo talvegue do rio Paraná até a foz do rio Ivai.

Art. 2.º — Fica restabelecida a jurisdição dos Estados sobre as áreas dos territórios incluídas na delimitação estabelecida no art. 1.º do Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, e que não constam da delimitação ora fixada.

Parágrafo único — Os Estados alterarão o quadro territorial vigente, para o fim de excluir do mesmo as áreas retiradas à sua jurisdição, pelo presente decreto-lei, e bem assim a inclusão das que ora lhes foram restituídas.

Art. 3.º — Os Territórios a que alude o art. 1.º têm a seguinte divisão:

a) o Território do Amapá é dividido em três municípios, com as denominações de Amapá, Macapá e Mazagão, compreendendo o primeiro a área do município de igual nome, que pertencia ao Estado do Pará; o segundo, parte do município do mesmo nome, daquele Estado; e o terceiro, parte dos municípios de Mazagão e Almeirim, que pertenciam ao Estado já referido;

b) o Território do Rio Branco é dividido em dois municípios, com as denominações de Boa Vista e Catrimani, compreendendo o primeiro a área do município de igual nome que pertencia ao Estado do Amazonas e o segundo a parte do município de Moura, do mesmo Estado;

c) o Território do Guaporé é dividido em três municípios, com as denominações de Porto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim, compreendendo o primeiro a área do município de igual nome e parte do município de Hu-

maitá, ambos do Estado do Amazonas; o segundo, a área do município do Alto Madeira, do Estado de Mato Grosso; o terceiro, a área do município de igual nome e parte do de Mato Grosso, que pertenciam ao último Estado acima referido;

d) o Território de Ponta Porã é dividido em sete municípios, com as denominações de Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju; cada um dos quatro primeiros compreende a área do município de igual nome que pertencia ao Estado de Mato Grosso; o quinto, parte dos municípios de Miranda e de Corumbá, do mesmo Estado; o sexto e o sétimo, respectivamente, parte dos municípios de igual nome, ainda do mesmo Estado;

e) o Território do Iguaçu é dividido em cinco municípios, com as denominações de Foz do Iguaçu, Clevelândia, Iguaçu, Manguieirinha e Xapecó; o primeiro compreende a área do município de igual nome, que pertencia ao Estado do Paraná, e parte do distrito de Campo Mourão, do município de Guarapuava, do mesmo Estado; o segundo compreende a área do município de igual nome, que pertencia ao Estado já referido; o terceiro, o distrito de Laranjeiras e parte do distrito de Catanduvas, ambos do município de Guarapuava, já mencionado; o quarto, parte do município de Palmas, ainda do mesmo Estado; e o quinto, parte do município de Xapecó, que pertencia ao Estado de Santa Catarina.

Art. 4.º — A capital do Território do Amapá é a cidade de Macapá; a do Território do Rio Branco é a cidade de Boa Vista; a do Território de Guaporé é a cidade de Porto Velho; a do Território de Ponta Porã é a cidade de Maracaju; a do Território do Iguaçu é a cidade de igual nome (vila de Xagu, ex-Laranjeiras).

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor dia 1 de julho de 1944, mas suas disposições retroagirão ao dia 1 de janeiro de 1944 para efeitos fiscais.

Parágrafo único — Os tributos que a União, o Estado ou o município já tiverem recebido na data desta lei ficarão, porém definitivamente incorporados às respectivas receitas, valendo a quitação dada pela repartição arrecadadora até agora competente perante a que a substituir.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.

(D.O. — 3-5-944).

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

PARANÁ

Decreto n.º 1 992

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, ns. I e III do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e,

Considerando que o Museu Paranaense, não obstante a deficiência de suas atuais instalações, vem desempenhando, em parte, sua elevada função de instituição da ciência pura;

Considerando que pelas Secções de História Pátria e Etnografia, contribui eficientemente para a educação cívica de nosso povo, ao mesmo tempo que é um valioso organismo de defesa do nosso patrimônio histórico;

Considerando que os estudos de Zoologia e de Botânica constituem a base sobre a qual se assentam os conhecimentos de Biologia indispensáveis à formação de um patrimônio cultural e à preparação técnica do Estado nos domínios da agro-pecuária, alicerce fundamental da nossa expansão econômica;

Considerando igualmente a necessidade de incrementar os estudos geológicos e mineralógicos, para mais perfeita orientação da economia do Estado;

Considerando que o ensino de ciências naturais contribui para incutir no espírito do povo a consciência do seu próprio valor, quando lhe revela as grandezas naturais da sua Pátria;

Considerando patrimônio que já possui o Museu Paranaense e a suma importância para o Estado de centralizar nesse instituto os estu-

dos das ciências puras, separando-os dos estudos de suas aplicações;

Considerando finalmente, a alta significação que tem o Museu Paranaense como instituição complementar de ensino superior,

Decreta:

Art. 1.º — Fica designada uma comissão, constituída dos senhores desembargador Antônio Martins Franco, Drs. Artur Martins Franco, Carlos Steinfeld, José Loureiro Fernandes, Francisco de Assis Fonseca e padre Jesus Moura, diretores das Secções do Museu Paranaense, e dos engenheiros Osvaldo Lacerda e Frederico Brambila, respectivamente, diretor engenheiro-chefe do Departamento de Obras e Viação, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Estado, para estudar e elaborar o projeto de reorganização dos serviços e instalação eficiente e definitiva, mediante edificação adequada, do Museu do Estado.

Art. 2.º — Para a edificação de que trata o artigo anterior, fica destinada a quadra, de propriedade do Estado, situada entre as ruas Amintas de Barros, 15 de Novembro, Tibagi e praça Santos Andrade.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 14 de junho de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República. — *Manuel Ribas.* — *Cap. Fernando Flores.*

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Estatística

Junta Executiva Central

EMENDATÁRIO DAS RESOLUÇÕES
NS. 148 A 175

- Resolução n.º 148** — de 8 de janeiro de 1943.
Altera os quantitativos orçamentários fixados na Resolução n.º 136, desta Junta.
- Resolução n.º 149** — de 8 de janeiro de 1943.
Altera a distribuição orçamentária da Resolução n.º 135, desta Junta.
- Resolução n.º 150** — de 8 de janeiro de 1943.
Altera a distribuição do auxílio do Instituto aos órgãos do sistema no exercício de 1943.
- Resolução n.º 151** — de 15 de janeiro de 1943.
Modifica a relação dos produtos sujeitos ao levantamento dos estoques e dá outras providências.
- Resolução n.º 152** — de 15 de janeiro de 1943.
Dispõe sobre o provimento das vagas existentes nos quadros permanentes da Secretaria Geral.
- Resolução n.º 153** — de 5 de fevereiro de 1943.
Determina a adoção, a partir da Campanha Estatística de 1943, do Caderno D, destinado ao levantamento da produção agro-pecuária.
- Resolução n.º 154** — de 11 de junho de 1943.
Orça as despesas da Secretaria Geral do Instituto para o exercício de 1944.
- Resolução n.º 155** — de 11 de junho de 1943.
Orça as despesas do Instituto para o exercício de 1944.
- Resolução n.º 156** — de 9 de julho de 1943.
Dispõe sobre o exame das contas do Instituto no exercício de 1.º de julho de 1942 a 30 de junho de 1943.
- Resolução n.º 157** — de 9 de julho de 1943.
Concede um auxílio especial ao Departamento de Estatística da Bolsa de Mercadorias de São Paulo.
- Resolução n.º 158** — de 3 de agosto de 1943.
Suplementa sub-consignações do orçamento da Secretaria Geral do Instituto para o exercício de 1943.
- Resolução n.º 159** — de 3 de agosto de 1943.
Baixa instruções para a aplicação das penalidades previstas no Decreto-lei n.º 4 462, de 10 de julho de 1942.
- Resolução n.º 160** — de 31 de agosto de 1943.
Autoriza destaques e suplementações de verba, no orçamento da Secretaria Geral do Instituto para o exercício de 1943.
- Resolução n.º 161** — de 31 de agosto de 1943.
Cria na Secretaria Geral do Instituto, a título precário, o Setor de Estatística Militar.
- Resolução n.º 162** — de 24 de setembro de 1943.
Autoriza destaques e suplementações de verba no orçamento da Secretaria Geral do Instituto para o exercício de 1943.
- Resolução n.º 163** — de 24 de setembro de 1943.
Propõe providências quanto à aplicação de penalidades nas infrações ao Decreto-lei n.º 4 081, de 3 de fevereiro de 1942.
- Resolução n.º 164** — de 24 de setembro de 1943.
Dispõe sobre a comprovação de contas e dá outras providências.
- Resolução n.º 165** — de 24 de setembro de 1943.
Determina novas providências para o levantamento em 1943 da produção agro-pecuária.
- Resolução n.º 166** — de 1 de outubro de 1943.
Concede a filiação do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos, do Banco do Brasil, ao Instituto.
- Resolução n.º 167** — de 22 de outubro de 1943.
Dispõe sobre o quadro de extranumerários do Instituto.
- Resolução n.º 168** — de 26 de novembro de 1943.
Concede aumento de remuneração, vencimento e salário aos servidores do Instituto e dá outras providências.
- Resolução n.º 169** — de 26 de novembro de 1943.
Fixa, a título provisório, os setores de competência para a execução do registro industrial.
- Resolução n.º 170** — de 26 de novembro de 1943.
Dispõe sobre a reorganização do quadro do pessoal da Secretaria Geral.
- Resolução n.º 171** — de 31 de dezembro de 1943.
Dá nova redação ao art. 7.º da Resolução n.º 168.
- Resolução n.º 172** — de 7 de janeiro de 1944.
Ratifica a distribuição orçamentária proposta na Resolução n.º 155 desta Junta.
- Resolução n.º 173** — de 7 de janeiro de 1944.
Fixa os quantitativos orçamentários para 1944, retificando a distribuição proposta na Resolução 154 desta Junta.
- Resolução n.º 174** — de 7 de janeiro de 1944.
Dispõe sobre a distribuição do auxílio do Instituto aos órgãos do sistema no exercício de 1944.
- Resolução n.º 175** — de 28 de janeiro de 1944.
Concede um auxílio especial à Sociedade Brasileira de Estatística.

Conselho Nacional de Geografia Assembléia Geral

Íntegra das Resoluções n.ºs 104 a 113

Resolução n.º 104, de 26 de julho de 1941

Dispõe sobre medidas referentes à execução do Decreto-lei n.º 311 de 2 de março de 1938

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que, pelo art. 12 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias, impedindo assim que, na faixa das fronteiras onde as populações são esparsas, sejam criados novos municípios, o que é recomendável, sob o ponto de vista da segurança nacional, pela instalação de maior número de autoridades naquelas zonas limítrofes;

Considerando que, pelo art. 6.º da Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938, do Diretório Central, foi atribuída às Prefeituras Municipais a faculdade de delimitar os perímetros urbanos e suburbanos das respectivas cidades e vilas, obedientes a determinadas normas, cuja observância cumpre ser fiscalizada;

Resolve: -

Art. 1.º — Recomenda-se ao Diretório Central do Conselho para que, na revisão a fazer-se eventualmente nas normas da divisão territorial do país, instituídas pelo Decreto-lei n.º

311, de 2 de março de 1938, seja considerado o caso especial da faixa de fronteiras, onde cumpre ser facilitada a criação de novos municípios, para que nela se instale o maior número possível de autoridades e de núcleos, lembrando-se para isso a redução para vinte e cinco do número mínimo de casas na sede e a arrecadação mínima de cem contos de réis por ano.

Art. 2.º — Fica recomendado aos Diretórios Regionais para que verifiquem se a delimitação dos perímetros urbanos e suburbanos das cidades e vilas efetuadas pelas Prefeituras, obedeceu às normas prefixadas na Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938, do Diretório Central do Conselho, e, em caso negativo, os Diretórios providenciarão junto às autoridades competentes para que se façam as correções necessárias.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 105, de 26 de julho de 1941

Exprime congratulações, apelos e outros pronunciamentos relacionados com os problemas da Geografia nacional

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que, durante o biênio, desde a realização da 3.ª sessão da Assembléia, em 1939, ocorreram no país acontecimentos relacionados com a Geografia nacional, merecedores de registro;

Considerando que a Assembléia, como órgão superior do sistema de coordenação geográfica do país, acompanha com o mais vivo interesse os fatos da vida nacional que se relacionem com o progresso da Geografia brasileira;

Resolve:

Art. 1.º — Fica considerado como empreendimento máximo da Geografia brasileira, efetivado no biênio 1939-41, a realização da notável campanha dos mapas municipais, cujo êxito constitui legítima vitória nacional, como expressiva demonstração de brasilidade e de cultura.

Parágrafo único — O Conselho, por isso, manifesta vivas congratulações e calorosos aplausos:

a) ao chefe da Nação que, baixando o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, foi o instituidor da campanha dos mapas municipais;

b) aos Governos das Unidades Federadas que, de maneira tão decisiva, auxiliaram às Prefeituras no preparo dos seus mapas;

c) às Prefeituras brasileiras que, numa demonstração de patriótica compreensão, apresentaram todas sem exceção os diplomas cartográficos dos respectivos territórios.

d) aos funcionários e profissionais que tiveram a seu cargo a realização das tarefas técnicas, a que se devotaram com dedicação;

e) aos órgãos do Instituto, e em especial ao Diretório Central do Conselho, pela inestimável colaboração prestada não só na fixação das normas gerais reguladoras da campanha como também nos trabalhos executivos;

Art. 2.º — Congratula-se o Conselho com a cultura brasileira em geral, e com quantos no país se ocupam de Geografia, em especial, pelo surpreendente sucesso do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em setembro de 1940, em Florianópolis, com o qual se reiniciou brilhantemente, com concurso do Conselho, a série desses certames geográficos.

Parágrafo único — Ficam expressamente reiteradas as felicitações do Conselho:

a) à colenda Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que promoveu o certame de Florianópolis;

b) ao Governo do Estado de Santa Catarina que tão devotadamente preparou a realização do Congresso, em sua formosa capital;

c) à Presidência do Congresso que, de maneira feliz, conduziu os trabalhos;

d) à Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cujo patrocínio tanto influiu no êxito do certame.

Art. 3.º — Consigna o Conselho congratulações e aplausos aos Poderes Públicos do país, de cujos atos emanaram proveitosas medidas para a Geografia nacional; e em especial,

I — ao Governo Federal:

a) pela criação da Comissão de Estudos do verdadeiro local do descobrimento do Brasil, que esclarecerá o fato inicial da história territorial brasileira;

b) pela assinatura de acôrdo de demarcação de limites com os países americanos vizinhos;

c) pela assinatura de leis ratificando acordos de limites interestaduais, e pelo encaminhamento das medidas tendentes à solução desses limites, dentro do salutar regime fixado pela Constituição vigente;

d) pela criação do Ministério da Aeronáutica que vem dar maior impulso ao movimento de expansão da aviação no Brasil, para bem do seu progresso e da sua economia;

e) pela autonomia conferida à Estrada de Ferro Central do Brasil, em experiência que certamente dará os melhores resultados, beneficiando extensa região do país;

f) pela criação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, pelo qual se dará maior assistência à rede ferroviária brasileira;

g) pela assinatura do Decreto-lei n.º 2 326, de 20 de julho de 1940, que concedeu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a construção do Palácio do Silogeu;

h) pela expressiva participação do Brasil nos festejos comemorativos dos Centenários de Portugal;

II — Aos Governos Regionais:

a) do Território do Acre, pela regulamentação em lei, do seu Departamento de Geografia e Estatística (Decreto de 25 de maio de 1940);

b) do Estado do Pará, pela inclusão no Departamento Estadual de Estatística do serviço geográfico estadual, em condições iniciais (Decreto-lei n.º 3 440, de 28 de dezembro de 1939);

c) do Estado de Santa Catarina, pela criação do serviço geográfico estadual (Decreto-lei n.º 476, de 16 de setembro de 1940);

d) do Estado do Rio Grande do Sul, pela criação do serviço geográfico estadual (Decreto-lei n.º 60-B, de 31 de dezembro de 1940);

e) do Estado do Rio de Janeiro, pela criação da Comissão da Carta do Estado (Decreto-lei n.º 61, de 21 de dezembro de 1939) e pela constituição da Comissão de Estudos da Divisão Administrativa.

III — Aos Governos Municipais:

a) pela assinatura dos atos fixando os perímetros urbanos e suburbanos das cidades e vilas;

b) pela apresentação, juntamente com os mapas municipais, de coletâneas de fotografias de aspectos do município e de plantas esquemáticas das cidades e vilas;

c) pelo concurso prestado aos trabalhos do Recenseamento Geral de 1940.

Art. 4.º — Às instituições, oficiais e particulares, que efetivaram no biênio realizações proveitosas para o melhor conhecimento do território brasileiro, o Conselho consigna aplausos e agradecimentos, destacando os seguintes:

A — Às repartições federais

1) à Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura pela impressão do Mapa Geológico de Goiás e pelo envio de numerosa e valorosa caravana científica a Mato Grosso;

2) à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, pela iniciativa da triangulação do Parque Itatiaia;

3) ao Departamento Nacional de Portos e Navegação pela realização de estudos sobre os rios que desagüam na baía de Guanabara;

4) ao Museu Nacional, pelas excursões científicas que promoveu no país;

5) à Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas pela execução de apreciáveis levantamentos aerofotogramétricos;

6) à Diretoria de Navegação da Armada pelo levantamento hidrográfico da baía Cabralia;

7) ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura pelo inquérito procedido acerca do *habitat* rural no Brasil;

8) ao Ministério da Guerra, pela apresentação da notável Exposição Retrospectiva, no seu novo edifício monumental;

9) ao Ministério da Viação e Obras Públicas pela constituição da Comissão e Estudos dos rios Cachoeira, Paraíba e Paraíba do Sul.

B — Às repartições regionais

1) ao Instituto Agrônomo de Campinas, pela iniciativa do levantamento agro-geológico do Estado de São Paulo;

2) ao Instituto Geográfico e Geológico e à Procuradoria de Terras, ambos do Estado de São Paulo, pela iniciativa de realizar levantamentos aerofotogramétricos sistemáticos;

C — Às prefeituras municipais

1) de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul, pela edição do mapa do município;

2) de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, pela iniciativa do preparo da fotocarta do território municipal;

3) de Itapira, no Estado de São Paulo, pela realização da Exposição de Geografia do município.

D — Às instituições particulares

1) à Associação Brasileira de Educação pela realização do Curso de Férias para professores primários dos Estados, no corrente ano, com programa desenvolvido de geografia;

2) ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pela brilhante realização do III Congresso Sul Riograndense de Geografia e História;

3) ao Centro Carioca, pela realização do I Congresso Brasileiro de Urbanismo;

4) ao Touring Clube do Brasil, pela realização do II Congresso Nacional de Hidroclimatismo;

5) à Associação Brasileira de Engenheiros Ferroviários, pela realização do III Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária.

Art. 5.º — Ao Conselho Nacional de Estatística reconhecem-se como motivos especiais de congratulações, os seguintes:

a) o pronunciamento de Sua Santidade o Papa Pio XII, acérca da Resolução que dispõe sobre o amparo à família;

b) o pronunciamento do VIII Congresso Científico Americano sobre a organização estatística brasileira;

c) o aparecimento da *Revista Brasileira de Estatística*.

Art. 6.º — O Conselho Nacional de Geografia formula encarecido apêlo ao chefe da Nação para que seja recomendada presteza na solução das questões de divisas interestaduais, por parte dos órgãos competentes da administração federal, aos quais estejam afetos o estudo e a decisão dessas questões.

(A Secretaria esclarece que outros pronunciamentos se consignarão, depois da leitura minuciosa de todos os relatórios apresentados à Assembléa).

★

Resolução n.º 106, de 26 de julho de 1941

Cria a Comissão Técnica de Oceanografia e Limnologia do Conselho

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando a necessidade da organização e intensificação dos estudos oceanográficos e limnológicos do Brasil, de caráter científico;

Resolve:

Art. 1.º — Fica criada a Comissão Técnica de Oceanografia e Limnologia do Conselho Nacional de Geografia, que funcionará no Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, presidida pelo diretor do Serviço.

Art. 2.º — A Comissão terá por finalidade promover, sob regime cooperativo, a realização de estudos das águas marítimas e lacustres brasileiras.

Art. 3.º — O diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica entrará em entendi-

mento com as instituições oficiais e particulares interessadas nesses estudos, a fim de constituir a Comissão, cujos membros perceberão vantagens, que serão fixadas pelo Conselho, observadas as normas legais vigentes e as possibilidades orçamentárias.

Art. 4.º — A Comissão fica atribuída a planificação dos trabalhos, cabendo ao Conselho Nacional de Geografia promover todas as providências para executá-los, depois de aprovados pelo Diretório Central.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1941, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 107, de 2 de julho de 1942

Presta homenagem ao Governo do Estado de Goiás

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando o alto significado da realização da presente sessão da Assembléa em Goiânia, ao inaugurar-se oficialmente a nova capital do Estado de Goiás, vigoroso ponto de apoio para o acesso das novas bandeiras civilizadoras aos sertões do planalto central;

Considerando as inequívocas demonstrações de apreço do governo do Estado de Goiás ao Conselho Nacional de Geografia, não só no apoio integral e decisivo ao desdobramento regional das suas iniciativas e empreendimentos, como também no acolhimento generoso e cordial dispensado à comitiva do Conselho à 5.ª Sessão Ordinária da sua Assembléa Geral;

Resolve:

Art. 1.º — Fica ressaltada, com os mais vivos aplausos do Conselho Nacional de Geografia, a grande significação da inauguração oficial de Goiânia, como núcleo criado de concentração social, política e econômica, pelo que representa de eloquente exemplificação da possibilidade de solução do magno — se não o maior — problema nacional, o da ocupação do Brasil pelos brasileiros, tal como preconiza o ideário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2.º — Ao governo do Estado de Goiás consigna o Conselho seus melhores agradecimentos pelo concurso decisivo para o êxito das suas campanhas geográficas no Estado, a revelar uma elevada compreensão dos ideais e propósitos da instituição em favor do melhor conhecimento do território pátrio, assim como pela acolhida bem brasileira, cordial e cheia do encanto da sinceridade, dispensada aos membros da Assembléa Geral, ora reunida em sua capital.

Art. 3.º — Voto caloroso formula o Conselho para que frutifique o exemplo de Goiânia, para bem do Brasil, e que ao Estado seja dado beneficiar-se por longo tempo do patriotismo, clarividência e devotamento da sua atual administração.

Art. 4.º — Ao ilustre chefe do Governo do Estado de Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, serão presentes, com as respeitadas homenagens do Conselho, as manifestações ora aprovadas, em mensagem assinada pelos membros da 5.ª Sessão Ordinária da sua Assembléa Geral.

Goiânia, 2 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 108, de 3 de julho de 1942

Dispõe sobre as contas de Conselho relativas ao período julho de 1941 a junho de 1942

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando ser da sua competência fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros da instituição (Art. 20 do Regulamento);
Atendendo, porém, à circunstância especial da presente reunião a realizar-se em cidade, fora da sede do Instituto, portanto sem a possibilidade da consulta imediata aos documentos comprobatórios da aplicação dos referidos recursos;

Resolve:

Art. 1.º — São aprovadas as contas do Conselho relativas ao período de 1.º de julho de 1941 a 31 de dezembro de 1941, na forma constante do Relatório apresentado pelo Presidente do Instituto ao Presidente da República

no dia 29 de maio de ano corrente e relativo às atividades do I.B.G.E. durante 1941.

Art. 2.º — A Comissão de Finanças desta Assembléia deverá, depois de encerrados os trabalhos em Goiânia, examinar, no Rio de Janeiro os documentos referentes às contas do Conselho no período de 1.º de janeiro a 30 de junho de 1942 e encaminhar ao Diretório Central o respectivo parecer.

Art. 3.º — Ficam delegados ao Diretório Central poderes especiais para examinar o parecer da Comissão de Finanças e julgar as contas respectivas.

Goiânia, 3 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 109, de 3 de julho de 1942

Determina a publicação duma "corografia do Brasil", na Biblioteca Brasileira

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, na repartição central do Conselho, se acha sistematizadamente reunida abundante documentação geográfica do Brasil, através das suas numerosas e excelentes coleções de livros, mapas, fotografias e documentos;

Considerando o inestimável serviço que prestará aos geógrafos, professores e estudiosos da nossa terra o aparecimento de uma obra corográfica, repositório de dados e informações da geografia brasileira, a valer como uma obra de consulta pelo seu conteúdo fidedigno, abrangente e atualizado;

Considerando que, complementarmente ao preparo da Carta Geográfica do Brasil, o Conselho poderá realizar tal obra, publicando-a na "Biblioteca Geográfica Brasileira" que instituiu;

Resolve:

Art. 1.º — Fica determinado à repartição central do Conselho que, pela sua Secção de Estudos, elabore uma corografia do Brasil, que possibilite o conhecimento tanto quanto possível completo, sistemático e atualizado do território nacional.

Art. 2.º — A publicação se fará na "Biblioteca Geográfica Brasileira", cuja Comissão Executiva examinará, no devido tempo, o plano da obra e o seu texto, decidindo em definitivo sobre as questões atinentes à edição.

Art. 3.º — É considerado recomendável que na obra, além da parte nacional em que se

estudará o país em conjunto, nos seus aspectos corográficos, bem como as suas grandes unidades geográficas, conste uma parte estadual, compreendendo o estudo análogo, mais minucioso, de cada Unidade Política da Federação conduzido de forma a proporcionar uma perfeita harmonização das duas partes da obra, sem as desaconselháveis repetições e duplicidades de conceituação.

Art. 4.º — Quanto à parte estadual da obra, será promovida a colaboração dos órgãos regionais de geografia, que, preferentemente, se encarregarão do preparo cultural das contribuições respectivas, obedientes ao plano uniforme previamente fixado pela repartição central do Conselho, devendo ainda ser objeto de entendimentos com as administrações regionais as edições das corografias estaduais que o Conselho publicará.

Art. 5.º — É julgado também de grande interesse que a obra se esmere no método da apresentação da documentação geográfica, de tal modo que, pela observância dos preceitos metodológicos, científicos em geral e geográficos em particular, ela se constitua também de efeito educativo, além de proporcionar sistematicamente conhecimentos abundantes, precisos, atualizados.

Goiânia, 3 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 110, de 3 de julho de 1942***Baixa as instruções para a realização em 1943 do concurso anual de monografias de aspectos municipais***

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. no uso das suas atribuições;

Considerando que é anual o concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, instituído pelo Conselho (Resolução n.º 88, de 21 de julho de 1941);

Considerando o processamento do concurso relativo ao ano corrente;

Resolve:

Art. 1.º — Fica consignado vivo agradecimento a todos aqueles que, atendendo às solicitações dos Diretórios do Conselho Nacional de Geografia, prestigiaram o seu concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, de 1942, proporcionando facilidades e colaborações e sobretudo apresentando contribuições monográficas.

Art. 2.º — Para o concurso de 1943 os temas serão, como em 1942, também livres, deixando-se ao critério do concorrente apresentar estudo sobre qualquer assunto da geografia municipal, inteiramente à sua escolha.

Parágrafo único — Entretanto, fica estabelecida a cláusula preferencial para as questões orográficas, pela qual as monografias que estudarem o relevo municipal geral ou parcial-

mente, — seja considerando o modelado da sua superfície territorial, seja esclarecendo o perfil duma linha de estrada ou obra, seja documentando um ponto altimétrico — terão preferência na classificação, em igualdade de condições no julgamento.

Art. 3.º — Nas instruções que a Secretaria baixará para o lançamento do concurso de 1943, constarão normas para o estudo geográfico das questões orográficas.

Art. 4.º — Os prêmios para os concorrentes primeiro classificados no concurso de 1943, em número de trezentos e oitenta e três, serão os seguintes: um 1.º prêmio de 2.000\$; dois 2os. prêmios de 1.000\$; dez 3os. prêmios de 500\$; vinte 4os. prêmios de 200\$; cinquenta 5os. prêmios de 100\$; cem 6os. prêmios de recebimento de todas as publicações editadas pelo Conselho durante 1943; duzentos 7os. prêmios de recebimento dos números da *Revista Brasileira de Geografia* relativos a 1943.

Goiania, 3 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 111, de 3 de julho de 1942***Promove a realização de expedições científicas anuais***

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. no uso das suas atribuições;

Considerando que, a bem da geografia e da ciência brasileira, cumpre ser promovido o melhor conhecimento das extensas e pouco habitadas regiões do nosso imenso território interior;

Considerando que o acesso a essas regiões é em geral difícil e custoso, recomendando-se pois que o seu estudo seja feito por caravanas de cientistas e operadores que, a um tempo façam as observações e determinações astronômicas, topográficas, paisagísticas, geológicas, botânicas, zoológicas, antropológicas e outras;

Considerando que, em 1941 e 1942, o Conselho concorreu para as expedições organizadas pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura ao interior de Mato Grosso e à região da divisa Bahia-Goias, com excelentes resultados;

Considerando que as expedições em aprêço, por interessarem vivamente a numerosas instituições oficiais e particulares, podem ser promovidas, com grande proveito e apreciável vulto, sob o regime de cooperação;

Resolve:

Art. 1.º — Anualmente o Conselho promoverá a realização duma expedição científica a determinada região do país.

Art. 2.º — O Diretório Central fixará a região a ser estudada cada ano, ouvidas, por intermédio da Secretaria, as repartições federais especializadas e demais instituições interessadas.

Art. 3.º — Fixará também o Diretório Central o programa da expedição anual, baixando as instruções técnicas e administrativas que forem da alçada do Conselho.

Art. 4.º — Nessas instruções será cuidadosamente estabelecida a época do trabalho, para que a expedição, ajustada às condições climáticas mais favoráveis da região, tenha o melhor rendimento possível.

Art. 5.º — A Secretaria, com a devida antecedência, se entenderá com as repartições federais e estaduais cujas atividades objectivem o conhecimento geográfico, bem assim com instituições que possam pela geografia ter interesse, para que colaborem no êxito da expedição científica anualmente promovida pelo Conselho, sobretudo nela incorporando técnicos especialistas em assuntos geográficos ou científicos correlatos.

Art. 6.º — A Presidência do Instituto, por seu turno, entender-se-á com os governos das Unidades políticas da Federação em cujos territórios se enquadrarem as regiões a serem estudadas, não só para a inclusão de técnicos na expedição como também para que facilitem à sua marcha e a execução dos trabalhos científicos.

Art. 7.º — A expedição terá um chefe, ao qual todos os demais componentes ficarão subordinados, sob o ponto de vista disciplinar e administrativo.

Art. 8.º — De cada expedição se fará um relatório circunstanciado, no qual constem todos os trabalhos especializados executados, devidamente ilustrados com os desenhos, fotografias e mapas coletados ou coligidos.

Art. 9.º — O Conselho publicará com a possível presteza, o relatório de cada expedição, na sua "Biblioteca Geográfica Brasileira".

Art. 10 — Caberá à Presidência do Instituto encaminhar às autoridades competentes

as observações, informações e sugestões que das expedições decorrerem, e que exigirem dos poderes e administrações respectivas conhecimento ou providências.

Goiânia, 3 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.



Resolução n.º 112, de 3 de julho de 1942

Organiza o Curso de Informações, anexo às sessões da Assembléia

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando os excelentes resultados obtidos pelo Conselho Nacional de Estatística com a realização anual do seu superior "Curso de Informações", destinado aos membros da Assembléia Geral;

Considerando que as conferências organizadas por este Conselho para se efetuarem perante a presente Assembléia, como contribuição ao "batismo cultural" de Goiânia, despertaram o mais vivo interesse não só dos membros da Assembléia mas também do público em geral;

Considerando ser meritória toda contribuição em favor da cultura nacional;

Resolve:

Art. 1.º — Fica instituído o "Curso de Informações" deste Conselho, análogo ao do Conselho Nacional de Estatística, e constante da realização anual de conferências a serem proferidas perante os membros da Assembléia Geral.

Art. 2.º — Essas conferências abordarão assuntos geográficos de alta especificação e serão confiadas aos Consultores Técnicos do Conselho.

Art. 3.º — Excepcionalmente, quando ocorrer a impossibilidade do Consultor Técnico competente produzir conferência sobre determinado assunto julgado de interesse e oportu-

nidade ou quando coincidir a realização de Curso com a presença de alta figura da cultura geográfica estrangeira, poderá ser atribuída a especialista de nomeada, não pertencente ao Corpo de Consultores Técnicos do Conselho, a incumbência de conferenciar no "Curso de Informações".

Art. 4.º — O Diretório Central fixará anualmente, com a devida antecedência, o programa dessas conferências, cabendo à Secretaria efetuar os entendimentos necessários.

Art. 5.º — Os conferencistas terão direito à ajuda de custo atribuída aos membros da Assembléia Geral, encarregando-se ainda o Conselho das despesas de estada e passagens para aqueles residentes em localidades que não aquela onde se realizar o Curso.

Art. 6.º — O Conselho publicará as conferências do "Curso de Informações".

Art. 7.º — Fica recomendado que as conferências dos dois Cursos de Informações do Instituto se realizem em reuniões conjuntas, entendendo-se para isso as duas Secretarias dos seus Conselhos integrantes.

Goiânia, 3 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.



Resolução n.º 113, de 3 de julho de 1942

Presta homenagem aos brasileiros devotados à geografia nacional, falecidos durante o exercício de 1941 - 1942

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando serem merecedores do apêgo do Conselho todos aqueles dignos brasileiros que em vida se devotaram à causa da geografia nacional, nos seus estudos e trabalhos;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia presta respeitosa reverência à memória de quantos compatriotas que, desaparecidos durante o exercício de julho de 1941 - julho de 1942, ofereceram em vida, através dos seus

trabalhos profissionais, estudos e pesquisas, contribuições em favor do melhor conhecimento do território pátrio — aqueles que anônimos se foram, a saudação sincera e reconhecida do Conselho; aos que deixaram seus nomes inscritos em feitos geográficos, aplausos e agradecimentos.

Art. 2.º — Homenagens rende o Conselho à memória dos seguintes brasileiros, na ordem cronológica do seu falecimento: de Aloísio Henninger Barbosa, devotado e competente funcionário da Seção de Estudos da repartição central do Conselho; de João Barbosa de Faria,

elemento destacado da Comissão Rondon, indianista, etnólogo de classe e conceituado cultor das letras geográficas do centro-oeste brasileiro; do Prof. Raimundo Lopes, acatado cientista, etnógrafo do Museu Nacional; de Genésio Pimentel Barbosa, dedicado catequista do Serviço Nacional de Proteção aos Índios; do engenheiro Edmundo Navarro de Andrade, grande paladino do reflorestamento no Brasil e conceituado estudioso da nossa flora; do Prof. Virgílio Várzea, um dos pioneiros do estudo da Geografia Humana no Brasil; do general Ximeno Villeroy, estudioso da geografia brasileira e solucionador de questões de divisas interestaduais; do Prof. Raimundo Proença, secretário da Comissão Organizadora local do X Congresso Brasileiro de Geografia; de Urbano

Berquó, estatístico, economista de nomeada, jornalista de renome, divulgador de escol dos conceitos geográficos em sua relação com a Economia e propugnador da mudança para Goiânia da capital de Goiás, seu Estado natal.

Parágrafo único — As instituições a que serviram êsses obreiros da geografia nacional e às respectivas famílias será comunicada a presente homenagem do Conselho Nacional de Geografia.

Goiânia, 3 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Diretório Central

Ementário das Resoluções n.ºs 119 a 149

- Resolução n.º 119, de 4 de janeiro de 1943** —
Baixa a classificação, em julgamento final,
das monografias de aspectos municipais
do Concurso de 1942.
- Resolução n.º 120, de 4 de janeiro de 1943** —
Altera o Concurso de Monografias de As-
pectos Municipais de 1943.
- Resolução n.º 121, de 4 de janeiro de 1943** —
Fixa em definitivo o orçamento para 1943.
- Resolução n.º 122, de 18 de janeiro de 1943** —
Aprova o relatório referente às atividades
do Diretório Central durante o ano de 1942.
- Resolução n.º 123, de 18 de janeiro de 1943** —
Fixa o quadro do pessoal do Conselho para
1943.
- Resolução n.º 124, de 18 de janeiro de 1943** —
Regulamenta o Curso de Aperfeiçoamento
destinado aos funcionários.
- Resolução n.º 125, de 3 de março de 1943** —
Formula congratulações ao Observatório Na-
cional.
- Resolução n.º 126, de 18 de março de 1943** —
Propõe voto de agradecimento ao Instituto
Histórico e Geográfico Brasileiro pela cessão
de dependência da sede para reuniões do
Diretório Central.
- Resolução n.º 127, de 3 de maio de 1943** —
Propõe código telegráfico para os órgãos e
autoridades do C. N. G.
- Resolução n.º 128, de 3 de maio de 1943** —
Aprova expedição científica à zona do Ja-
lapão.
- Resolução n.º 129, de 3 de maio de 1943** —
Promove medidas referentes à revisão quin-
quenal territorial.
- Resolução n.º 130, de 18 de maio de 1943** —
Organiza o Museu de Geografia do Con-
selho.
- Resolução n.º 131, de 18 de maio de 1943** —
Organiza o esquema estrutural do Serviço
de Geografia e Estatística Fisiográfica.
- Resolução n.º 132, de 18 de maio de 1943** —
Altera o preço da *Revista Brasileira de
Geografia*.
- Resolução n.º 133, de 7 de junho de 1943** —
Aprova a proposta do orçamento do Conse-
lho para 1944.
- Resolução n.º 134, de 7 de junho de 1943** —
Dispõe sobre o *Boletim* mensal do Conselho.
- Resolução n.º 135, de 18 de junho de 1943** —
Dispõe sobre a adesão do Conselho à Socie-
dade Inter-Americana de Antropologia e
Geografia.
- Resolução n.º 136, de 5 de julho de 1943** —
Autoriza a ida do Secretário-Assistente ao
vale do São Francisco.
- Resolução n.º 137, de 19 de junho de 1943** —
Dispõe sobre a adesão do Conselho ao X
Congresso Científico Chileno.
- Resolução n.º 138, de 4 de agosto de 1943** —
Delibera que se não realize o Curso de Car-
tografia de 1943 para os funcionários das
repartições regionais.
- Resolução n.º 139, de 4 de agosto de 1943** —
Delibera que se não realize o Curso de Car-
tografia de 1943 para os funcionários das
respectivas repartições regionais.
- Resolução 140, de 18 de agosto de 1943** —
Aprova o quadro de Consultores Técnicos,
assessores ao Diretório Regional do Con-
selho no Estado de São Paulo.
- Resolução n.º 141, de 10 de setembro de 1943** —
Fixa as normas para a revisão da divisão
administrativa e judiciária do país.
- Resolução n.º 142, de 20 de setembro de 1943** —
Aprova representação do Conselho nos Esta-
dos Unidos da América.
- Resolução n.º 143, de 4 de outubro de 1943** —
Dispõe sobre as publicações editadas pelos
órgãos do Conselho.
- Resolução n.º 144, de 18 de outubro de 1943** —
Baixa instruções para os trabalhos de fi-
xação da nova divisão territorial brasileira,
a entrar em vigor em 1.º de janeiro de
1944.
- Resolução n.º 145, de 3 de novembro de 1943** —
Aprova a realização da II Reunião Pan-
Americana de Consulta sobre Geografia e
Cartografia.
- Resolução n.º 146, de 3 de novembro de 1943** —
Autoriza troca de caminhonetes por carro
a gasogênio.
- Resolução n.º 147, de 18 de novembro de 1943** —
Aprova o aumento de vencimentos dos
funcionários do Conselho de acordo com o
reajustamento decretado pelo Governo.
- Resolução n.º 148, de 27 de novembro de 1943** —
Dispõe sobre o reforço do Orçamento para
o Conselho em 1943.
- Resolução n.º 149, de 27 de dezembro de 1943** —
Dispõe sobre o encerramento do orçamento
de 1943.

Íntegra das Resoluções n.ºs 104 a 113

Resolução n.º 104, de 3 de junho de 1942

Dispõe sobre a participação do Conselho nos trabalhos da III Convenção Nacional de Engenheiros

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que à Geografia se impõe uma relação íntima com a Engenharia, não só no ramo da Geografia Matemática em que predominam os levantamentos territoriais, astronômicos, geodésicos e topográficos, da alçada do engenheiro, como também no setor amplo da Geografia Humana em que ressalta dominante a consideração da transformação da paisagem da qual é o engenheiro o obreiro, por excelência;

Considerando que se realizará em Belo Horizonte, de 25 a 30 de julho próximo, a III Convenção Nacional de Engenheiros, para a qual foi o Conselho convidado a comparecer;

Considerando que o material expositivo do Conselho, a figurar na II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, a realizar-se em Goiânia de 20 de junho a 10 de julho, poderá ser transportado para Belo Horizonte, de torna viagem, sem maiores dificuldades e ônus, por tal forma que será fácil mostrar ao conclave de engenheiros as realizações geográficas, que lhes sejam de interesse, executadas ou promovidas pela instituição;

Resolve:

Art. 1.º — Fica autorizada a participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por intermédio do seu Conselho Nacional de Geografia, na III Convenção Nacional de Engenheiros, a realizar-se, de 25 a 30 de julho vindouro, em Belo Horizonte.

Art. 2.º — A Secretaria do Conselho providenciará para a exposição, na Convenção, dum mostruário expressivo de mapas, gráficos, fotografias e documentos que digam das realizações do Conselho.

Art. 3.º — A Presidência do Instituto designará um membro do Diretório Central deste Conselho para representar a instituição naquele conclave.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 105, de 3 de junho de 1942

Dispõe sobre uma indenização

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que a legislação vigente atribui ao proprietário dum veículo a responsabilidade pelos danos em desastres ocasionados pelo seu condutor;

Resolve:

Art. 1.º — Fica autorizado, por conta da Verba "Eventuais" do orçamento vigente do Conselho, o pagamento da indenização devida à família de João Pereira da Silva, morto em Recife, em consequência do desastre havido com a camionete, de propriedade do Conselho, que servia ao Eng. Paulo Moreira de Sousa, da Campanha de Coordenadas.

Art. 2.º — A Secretaria do Conselho promoverá, até ao máximo de 10:000\$000, a solução pronta e amigável da indenização em apêço.

Art. 3.º — Deverá ser considerada "a bem do serviço público" a demissão do motorista José Eugênio da Silva, causador do desastre, porque, em dia feriado, em desobediência formal às ordens do engenheiro-chefe, que eram terminantes no sentido de se usar o carro somente em serviço, retirou a camionete da garagem por sua própria iniciativa e em corrida desabrida, contrariando as regras do tráfego, ocasionou o lamentável desastre.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 106, de 18 de junho de 1942

Aprova o relatório referente às atividades do Diretório durante o ano de 1941, a ser apresentado à V sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Resolve:

Art. 1.º — É aprovado o relatório das atividades desse Diretório durante o ano de 1941, elaborado pela Secretaria, a fim de ser presente à Assembléia Geral do Conselho, em sua 5.ª sessão ordinária, a realizar-se em Goiânia de 1.º a 10 de julho vindouro.

Art. 2.º — O relatório fica fazendo parte integrante desta Resolução.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 107, de 18 de junho de 1942

Torna extensivas aos delegados federais e do Estado do Rio de Janeiro as vantagens a que têm direito os demais delegados à Assembléia do Conselho, na sua V sessão ordinária em Goiânia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que a V sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho se realizará em Goiânia, de 1 a 10 de julho próximo, segundo autorização conferida pelo Decreto-lei n.º 4 092, de 5 de fevereiro de 1942;

Considerando que a próxima reunião da Assembléia, fora desta capital, determina aos seus membros, com exceção apenas do delegado goiano, ônus de locomoção e alojamento;

Considerando que o orçamento vigente do Conselho, prevendo tal situação, consignou, na sua distribuição de verbas definitiva, recursos suficientes para ajudas de custo e indenização de despesas de estada aos membros da Assembléia, na sua totalidade (Resolução n.º 89, de 19-1-42);

Resolve:

Art. 1.º — Os delegados federais e do Estado do Rio de Janeiro à V sessão ordinária da

Assembléia Geral do Conselho, a realizar-se de 1 a 10 de julho vindouro, em Goiânia, terão direito às mesmas vantagens de ajuda de custo e de indenização de despesas de estada, que normalmente são atribuídas aos demais delegados.

Art. 2.º — O delegado do Estado de Goiás, como morador na cidade onde terá sede a próxima Assembléia, perderá o direito à vantagem de indenização de despesas de estada.

Art. 3.º — As despesas correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente do Conselho.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 108, de 18 de junho de 1942

Accepta a colaboração dum aluno brasileiro do Curso Superior de Geografia da Clarck University, em Worcester nos Estados Unidos, para a divulgação dos empreendimentos do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando a conveniência da divulgação da obra geográfica do Instituto nos meios culturais e universitários dos Estados Unidos da América do Norte,

Resolve:

Art. 1.º — E' aceito o oferecimento da professora Maria Estela Guimarães, diplomada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, para, — ao fazer o Curso Superior de Geografia na Clarck University, em Worcester — Massachusetts, nos Estados Unidos — divulgar as realizações e empreendimentos do Conselho Nacional de Geografia naquele meio universitário, e em outros meios culturais que lhe sejam acessíveis, sem ônus para este Conselho.

Art. 2.º — A Secretaria fornecerá à distinta colaboradora do Conselho todos os documentos, publicações e demais elementos necessários ao desempenho de sua missão, bem como providenciará o possível conhecimento pessoal das atividades do Conselho, sobretudo quanto à realização em Belém do X Congresso Brasileiro de Geografia no qual poderá ser promovida a efetiva participação cultural dos geógrafos e cientistas americanos.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 109, de 3 de agosto de 1942

Consigna profundo pesar pela morte de dois devotados operadores da geografia brasileira e dá outras providências

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que, na expedição científica à região da divisa entre os Estados de Goiás e Bahia patrocinada pelo Conselho, a morte veio colhêr impiedosamente dois dos seus mais devotados operadores topógrafos;

Considerando que cumpre ser ressaltado o exemplo daqueles que tombam no próprio campo de trabalho, em bem da geografia nacional;

Considerando o proveito da divulgação de ilustrações artísticas sobre motivos geográficos brasileiros devidamente comentados;

Resolve:

Art. 1.º — Fica consignado o mais profundo pesar do Conselho Nacional de Geografia pela morte dos Srs. Valdemar Wilson Pinto e Afonso de Guaiara Heberle, aquele funcionário da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura e este funcionário do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, comissionado neste Conselho, morte ocorrida em consequência de fatal doença apanhada quando ambos operavam como topógrafos na expedição científica à região da divisa entre os Estados

de Bahia e Goiás, organizada pela referida Divisão ministerial em colaboração com este Conselho.

Art. 2.º — O Conselho enaltece o magnífico exemplo de dedicação profissional, dado pelos dois falecidos obreiros da geografia nacional, que no próprio terreno em pleno trabalho foram eliminados da equipe geográfica brasileira.

Art. 3.º — Da presente deliberação deverão ter conhecimento as famílias dos mortos e as instituições a que serviram.

Art. 4.º — Fica autorizado o pagamento, por conta do Conselho, das despesas de hospitalização e de enterro dos referidos mortos, que nesta capital a Secretaria Geral providenciou.

Art. 5.º — O Diretório Central associa-se à iniciativa dos órgãos regionais do Instituto, no Estado de Minas Gerais, no sentido de se publicar um álbum dos desenhos de Afonso Guaira Heberle, que de maneira tão original e artística representam o relevo do território, ficando autorizada a sua impressão no Serviço Gráfico do Instituto, por conta do Conselho Nacional de Geografia, e sugerida a sua publicação na "Biblioteca Geográfica Brasileira".

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 110, de 17 de agosto de 1942

Baixa instruções para o Curso de Cartografia de 1942 destinado aos funcionários das repartições regionais

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando que, nos termos da Resolução n.º 92, de 23 de junho de 1941, da Assembléia Geral, se realizará, pela vez primeira, nos meses de agosto e setembro presentes, o Curso de Cartografia de 1942 destinado ao aperfeiçoamento dos técnicos das repartições estaduais;

Resolve:

Art. 1.º — O Curso de Cartografia no corrente ano, para os funcionários estaduais, se realizará de 17 de agosto a 16 de outubro e será dirigido pelo Secretário do Conselho.

Art. 2.º — O Curso será intensivo e os seus alunos sujeitos ao regime de frequência obrigatória.

Art. 3.º — O Curso compreenderá as seguintes matérias: 1.ª) "Desenho Cartográfico"; 2.ª) "Topografia e Noções de Projeções Cartográficas"; 3.ª) "Aspectos Fundamentais de Corografia do Brasil"; 4.ª) "Leitura e Interpretação de Cartas. Cartografia Estatística. Noções de Morfologia Prática".

Art. 4.º — Haverá aulas nos dias úteis, reservando-se os domingos e feriados para excursões de estudos nos arredores do Rio de Janeiro.

Art. 5.º — O horário a ser baixado pelo diretor do Curso compreenderá aulas de Cartografia, de duração de 3 horas no máximo, diariamente, na parte da manhã, e distribuirá as aulas das demais matérias na parte da tarde, atribuindo-se a cada matéria uma aula semanal, pelo menos.

Art. 6.º — Serão também compreendidas no Curso visitas às repartições federais de Geografia e de Cartografia.

Art. 7.º — O presidente do Instituto designará os professores e os auxiliares de ensino necessários ao curso, mediante proposta do secretário do Conselho.

Art. 8.º — O professor terá direito à gratificação de cem mil réis por aula que ministrará, e o auxiliar de ensino a cinquenta mil réis.

Art. 9.º — Os professores serão obrigados a fornecer suas aulas escritas, de modo a ser possível ao Conselho publicar as lições do Curso.

Art. 10 — No ensino da Cartografia serão ministrados os conhecimentos básicos e orientados os trabalhos práticos por tal forma que venha a ser possível aos alunos continuarem nos Estados a exercitá-los, mediante instruções a serem dadas por correspondência.

Art. 11 — O Conselho dará certificado de frequência aos alunos que houverem feito o Curso com aproveitamento, segundo o critério que o diretor do Curso fixará.

Art. 12 — O Conselho custeará, pela verba própria do seu orçamento, não só as despesas de passagem aos alunos do Curso, que também terão direito à diária de vinte e cinco mil réis como também os dispêndios com o professorado e com as excursões e outros ônus do Curso.

Art. 13 — A juízo do diretor do Curso, poderão ser também admitidos no Curso alunos como ouvintes, numa ou mais matérias.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 111, de 4 de setembro de 1942

Aprova as contas do Conselho, relativas ao 1.º semestre do corrente ano

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, pela Resolução n.º 108, de 3 de julho de 1942, a Assembléa Geral conferiu poderes especiais a este Diretório para julgar as contas do Conselho relativas ao 1.º semestre de 1942;

Tendo em vista o parecer que sobre as referidas contas apresentou a Comissão de Finanças da mesma Assembléa;

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o parecer da Comissão de Finanças da Assembléa Geral, relativo à execução orçamentária no período de 1.º de janeiro a 30 de junho de 1942, e, em consequência, aprovadas as contas do Conselho do mesmo período.

Art. 2.º — O parecer constitui-se parte integrante desta Resolução.

Art. 3.º — Do parecer será enviada cópia autenticada ao secretário geral do Instituto, para o efeito de se consignar, nos registros competentes, o aplauso manifestado pela Comissão em virtude da magnífica apresentação da escrutinação que inspecionou.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado.

Orlando Valverde, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Parecer

A Comissão de Finanças do Conselho Nacional de Geografia eleita pela Assembléa Geral do mesmo Conselho e designada para examinar as suas contas no primeiro semestre de 1942 verificou, pelo exame dos livros e documentos da Secção de Contabilidade da Secretaria Geral do Instituto, que as despesas daquele Conselho, até 30 de junho se elevaram a mil e nove contos, setecentos e cinquenta mil e quinhentos réis (1 009:750\$500), e há um saldo nas respectivas dotações orçamentárias de mil quinhentos e quarenta contos, duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos réis (1 540:249\$500).

A Comissão constatou a perfeita regularidade da escrita e apresenta os seus aplausos ao Sr. Chefe da Secção pela magnífica apresentação da escrutinação inspecionada.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1942. — *Alirio Hugueney de Matos*, Presidente. — *Luis de Sousa*. — *José Nicolau Born*. — *Torcápio Ferreira*. — *Américo de Oliveira Costa*.

★

Resolução n.º 112, de 4 de setembro de 1942

Dispõe sobre a Comissão Executiva da "Biblioteca Geográfica Brasileira"

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que, nos termos da Resolução n.º 68, de 12 de julho de 1941, da Assembléa Geral, cabe a este Diretório prover à constituição da Comissão da "Biblioteca Geográfica Brasileira", pela mesma Resolução criada;

Resolve:

Art. 1.º — A Comissão prevista na Resolução n.º 68 da Assembléa, para, sob a presidência do diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, imprimir orientação científica aos trabalhos da "Biblioteca Geográfica Brasileira", e superintender os demais trabalhos conducentes ao êxito desse empreendimento cultural do Conselho, fica composta de cinco membros titulares e de três membros suplentes.

Art. 2.º — Ficam eleitos titulares da Comissão os Srs. Profs. Carlos Delgado de Carvalho, Sílvio Fróis de Abreu, Tte. Cel. José de Lima Figueiredo, Prof. João Capistrano Raja Gabaglia, Eng. Fábio de Macedo Soares Guimarães, e seus suplentes os Srs. Virgílio Correia Filho, Prof. José Carlos Junqueira Schmidt e Prof. José Veríssimo da Costa Pereira.

Art. 3.º — O diretor da Biblioteca, ouvida a Comissão, baixará o respectivo regimento interno.

Art. 4.º — A Comissão reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana, cabendo aos seus

membros titulares o direito à quota de presença de 100\$000 e aos suplentes à de 50\$000.

Art. 5.º — Quando ocorrer a ausência dum titular ou o seu comparecimento à reunião depois de esgotado o prazo de tolerância, que o regimento da Comissão houver fixado, a quota respectiva reverterá em favor do suplente, sub-tabelecedo no direito de voto, segundo o critério de procedência que a Comissão estabelecer.

Art. 6.º — Os membros e suplentes terão ainda direito a uma remuneração "pro-labore" pelos pareceres que apresentarem das obras submetidas à sua apreciação, de acordo com o critério fixado pelo regimento.

Art. 7.º — É facultado à Comissão submeter à apreciação de outros técnicos, fora dos quadros dos seus membros e suplentes, trabalhos da Biblioteca, sendo-lhes extensivas as mesmas vantagens.

Art. 8.º — Os livros da Biblioteca serão vendidos, ao público, pelo preço que o diretor fixar para cada caso.

§ 1.º — Deverá ser organizado um serviço de vendas, que atenda com presteza e eficiência à difusão das obras da Biblioteca nos meios culturais do país.

§ 2.º — O produto das vendas aplicar-se-á na indenização das despesas dos serviços da Biblioteca, com o objetivo de estabelecer-se a sua autonomia financeira.

§ 3.º — Havendo lucro na receita, será aplicado no desenvolvimento da Biblioteca pelo aparecimento ao público de um número maior de obras.

Art. 9.º — A Comissão da Biblioteca fica também com o encargo da direção cultural da *Revista Brasileira de Geografia*, da qual se constitui pois a Comissão de Redação.

Art. 10 — Os serviços administrativos da Biblioteca e os de secretaria da Comissão ficarão a cargo dum funcionário do Serviço de

Geografia e Estatística Fisiográfica, para esse fim designado, cabendo-lhe o direito a uma gratificação mensal de duzentos mil réis.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 113, de 5 de outubro de 1942

Torna sem efeito a Resolução n.º 101, de 14 de maio de 1942, e dá outras providências de caráter orçamentário

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que deixou de ser necessário o reforço de verba aprovado pela Resolução n.º 101, de 14 de maio de 1942, deste Diretório, em virtude de não terem sido ainda entregues ao Conselho os dois pavimentos do novo edifício Serrador, para a instalação da sede de sua repartição central;

Considerando que os saldos existentes nas verbas orçamentárias relativas às despesas com a realização da Assembléia Geral do Conselho, levada a efeito em julho em Goiânia, representam disponibilidades efetivas;

Considerando a insuficiência de algumas verbas, sobretudo da verba relativa à realização do Curso de Cartografia, cujas despesas no corrente ano puderam ter a conveniente previsão;

Resolve:

Art. 1.º — Fica sem efeito a Resolução n.º 101, de 14 de maio de 1942, e em consequência, não terá aplicação em aluguel de sede o destaque de cinqüenta e quatro contos de réis, que volta a incorporar-se na verba "Eventuais".

Art. 2.º — Fica autorizada a aplicação, em despesas de instalação da sede da repartição

central do Conselho, do saldo que a verba II — sub-consignação 4 — "Aluguel de sede" ainda comporta, mesmo sem o reforço que o artigo anterior cancela.

Art. 3.º — Os saldos das verbas orçamentárias relativas à realização da 5.ª sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho, em Goiânia, em julho do corrente ano, deverão ser utilizados na suplementação de outras verbas que se verificarem deficientes, ficando para isso transferidos para a verba IV — "Eventuais".

Art. 4.º — São desde já autorizados, a título de suplementação, por conta da verba IV — "Eventuais", os pagamentos com a aquisição de material de consumo e com a realização do Curso de Cartografia e a assistência ao sistema dos serviços regionais, para os quais se denunciam deficientes as verbas respectivas do orçamento vigente do Conselho.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Diretórios Regionais

SANTA CATARINA

Íntegra das Resoluções n.ºs 1 a 5

Resolução n.º 1

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições;

Considerando que o Decreto-lei n.º 86, de 31 de março do corrente ano, que dá execução ao Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março último, marca, no Estado de Santa Catarina, o início da racionalização da divisão administrativa do país, obra em que está empenhado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de que o Conselho Nacional de Geografia faz parte integrante.

Considerando que para a perfeita execução do citado Decreto-lei federal n.º 311, é indispensável o funcionamento, no território do Estado, dos Diretórios Municipais do Conselho Nacional de Geografia;

Resolve:

Art. 1.º — Congratular-se com o Excelentíssimo Senhor Doutor Interventor Federal no Estado, pela assinatura do Decreto-lei n.º 86, de 31 de março do corrente ano.

Art. 2.º — Apelar para que todos os prefeitos municipais instalem, com a maior brevidade possível, os respectivos Diretórios Municipais do Conselho Nacional de Geografia.

Florianópolis, 5 de maio de 1938. — Conferido e numerado. *Vitor A. Peluso Júnior*, Secretário. — Publique-se. *Altamiro Guimarães*.

★

Resolução n.º 2

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições;

Considerando que a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em sua segunda sessão ordinária, aprovou a Resolução n.º 23, de 19-7-1938, que formula um encarecido apêlo aos Governos Regionais para que constituam, com presteza, um Serviço Geográfico;

Resolve:

Art. 1.º — Apelar para o Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no sentido de que seja criado, neste Estado, um Serviço Geográfico;

Art. 2.º — Consoante a Resolução n.º 23, de 19-7-1938, do Conselho Nacional de Geografia, o Serviço Geográfico poderá ter, de início, a seguinte organização mínima:

1.º — Diretoria: servida por um engenheiro-diretor, um secretário-assistente (de preferência engenheiro ou agrimensor) um escrivão, um dactilógrafo e um servente;

2.º — Secção de Cartografia: servida por um cartógrafo e dois auxiliares-assistentes;

3.º — Secção de Topografia: servida por duas turmas de campo, cada qual constituída de um topógrafo, um auxiliar e os trabalhadores necessários.

Art. 3.º — Na impossibilidade de se constituir um serviço autônomo nas condições do art. 2.º da presente resolução, sugere-se a adaptação da Diretoria de Terras e Colonização às atividades geográficas, por meio de um decreto-lei que preveja:

a) a substituição do capítulo V, do Regulamento expedido, com o Decreto n.º 82, de 30-12-1931, por outro com a denominação de Serviço Geográfico.

b) A seguinte redação para o art. 16, do Regulamento citado:

Art. 16 — Ao Serviço Geográfico incumbe:

I — Medir e discriminar as sesmarias e outras concessões do Governo, assim como as propriedades particulares;

II — Medir e discriminar quaisquer novas concessões;

III — Medir e discriminar as posses nulas ou caídas em comisso;

IV — Retificar as medições antigas e coloniais;

V — Proceder à ligação de tôdas as medições já efetuadas, amarrando-as sempre que fôr possível a pontos de coordenadas geográficas conhecidas;

VI — Fazer referência dessas ligações a pontos conhecidos da planta geral do Estado;

VII — Ligar as medições entre si, sempre que fôr possível, por meio de triangulação;

VIII — Determinar a meridiana verdadeira, as coordenadas geográficas e altitudes das cidades, vilas, povoados, barras e nascentes de rios, ribeirões;

IX — Organizar todos os documentos necessários para o plano conhecimento geológico e geográfico do Estado, assim como:

a) confecção das plantas das linhas coloniais, na escala de 1:10 000;

b) confecção das plantas dos distritos de paz, na escala de 1:40 000;

c) confecção das plantas dos municípios na escala de 1:100 000;

d) retificação da planta Geral do Estado na escala de 1:400 000.

Florianópolis, 4 de outubro de 1938. — Conferido e rubricado. *Vitor A. Peluso Júnior*, Secretário. — Publique-se. *Altamiro Guimarães*, Presidente.

★

Resolução n.º 3

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições;

Considerando que a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em sua segunda sessão ordinária, aprovou a Resolução n.º 29, de 20-7-1938, que recomenda aos Governos Regionais uma cooperação direta entre as administrações municipais e a regional para a execução dos mapas municipais e das plantas das sedes municipais e distritais;

Considerando que a finalidade da resolução em apêço é evitar a heterogeneidade das linhas perimétricas dos municípios, pela diversidade da orientação dos mapas respectivos;

Considerando que, apesar d'este Diretório reconhecer as vantagens das sugestões contidas na Resolução n.º 29, em apêço, as mesmas não são executáveis no Estado de Santa Catarina, por já terem os municípios despendido considerável verba na execução dos mapas e plantas de que trata o Decreto-lei n.º 311, de 2-3-1938;

Resolve:

Artigo único — Recomendar às Prefeituras Municipais que tenham, em esboço, os mapas dos seus territórios e as plantas das sedes municipais e distritais, até 15 de janeiro de 1939, época em que este Diretório terá providenciado a coordenação dos trabalhos relativos às linhas perimétricas dos municípios.

Florianópolis, 4 de outubro de 1938. — Conferido e rubricado. *Vitor A. Peluso Júnior*, Secretário. — Publique-se. *Altamiro Guimarães*, Presidente.

★

Resolução n.º 4

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições;

Considerando que a Resolução n.º 7, de 11-5-1938, do Diretório Central, encarece a uniformização da criação dos diretórios municipais;

Considerando que no Estado de Santa Catarina já estão instalados e em funcionamento os Diretórios de todos os municípios;

Resolve:

Artigo único — Apelar para as Prefeituras Municipais, no sentido de baixarem um decreto-lei de acordo com o padrão proposto pelo Diretório Central, anexo à presente resolução, ratificando a criação dos respectivos Diretórios Municipais do Conselho Nacional de Geografia.

Florianópolis, 4 de outubro de 1938. — Conferido e rubricado. *Vitor A. Peluso Júnior*, Secretário. — Publique-se. *Altamiro Guimarães*, Presidente.

PROJETO-PADRÃO DE LEI MUNICIPAL

(Anexo da Resolução n.º 4, de 6 de outubro de 1938, do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia)

Decreto-lei n.º ... de de 19...

Institui o Diretório de Geografia

O Prefeito Municipal de (preâmbulo usual nos decretos do Município);

Considerando a importância do conhecimento do território do Município, em seus variados aspectos geográficos, quer físicos quer humanos;

Considerando que o Governo da União instituiu o Conselho Nacional de Geografia, incorporado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o objetivo, de "reunir e coordenar os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil, no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio" (Decreto federal n.º 1 527, de 2 de março de 1937);

Considerando que o Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, aprovado pela respectiva Assembléia Geral, prevê, em seu artigo 13, a instituição, em cada Município, de um Diretório que, como órgão do Conselho, de ação local, tem por finalidade promover a cooperação municipal nos empreendimentos do Conselho;

Considerando que o Governo do Estado de Santa Catarina, a que se subordina este Município, ratificou o Regulamento mencionado (Decreto n.º 2, de 23 de setembro de 1937);

Considerando, ainda, a vantagem apreciável da participação do Município no sistema nacional de pesquisa geográfica, em que se constituiu o Conselho Nacional de Geografia, mediante a instituição do seu Diretório Municipal, vantagem não só quanto à uniformidade dos métodos e empreendimentos geográficos, que permitirá formar expressões brasileiras, mas também quanto à possibilidade da obtenção de subsídios técnicos e de auxílios materiais e financeiros, da parte do Conselho;

Considerando, que, da instituição do Diretório Municipal, não decorrem ônus para os cofres municipais, a não ser que o Governo Municipal espontaneamente venha a lhe consignar recursos;

Considerando, que se faz necessária a ratificação da criação do Diretório neste Município, instalado em de de 1938.

Resolve:

Art. 1.º — Fica retificada, a criação, neste Município, do "Diretório Municipal de Geografia", como órgão do Conselho Nacional de Geografia, diretamente articulado com o Diretório Regional do Conselho no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Compõem o Diretório, nos termos do art. 13, do Regulamento do Conselho: a) como presidente o prefeito municipal; b) como secretário e suplente do presidente, (mencionar o cargo do diretor da Repartição ou do chefe de serviço ou de instituição oficial, cuja atividade, seja a mais relacionada com o conhecimento do território do Município); c) como membros, (mencionar o cargo dos demais funcionários municipais, professores e personalidades interessadas, pela sua função ou pelos seus estudos e conhecimentos, em questões da geografia do Município).

Art. 3.º — Os trabalhos do Diretório observarão as disposições da Resolução n.º 4, de 12 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º — Compete ao Diretório Municipal:

a) promover um melhor conhecimento do território do Município, quer dos seus acidentes naturais (rochas, terras, relevo, rios, lagos, litoral e clima, etc.), quer das suas características humanas (definição das linhas divisórias municipais e interdistritais, situação e caracteres das localidades, povoamento e sua distribuição, estradas de ferro e de automóvel, caminhos carroçáveis e de tropa; navegação, linhas telegráficas e telefônicas, localização da produção extrativa, pecuária e industrial, etc.).

b) Colhêr e remeter, devidamente criticadas e retificadas, as informações solicitadas pelos órgãos do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 5.º — O Diretório Municipal, para a coleta de dados e informações territoriais, disporá dos Informantes Municipais que, nos termos do Regulamento do Conselho, serão pessoas residentes no Município, eleitas para esse cargo pelo Diretório Regional do Estado, mediante proposta do Diretório Municipal, de cujas reuniões poderão participar, sem direito a voto.

(Pôr fecho usual nos decretos do Município).

★

Resolução n.º 5

"Faz indicação do Corpo de Consultores Técnicos Regionais"

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e na conformidade do § 3.º, do art. 5.º, do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, ratificado pelo Decreto n.º 2, de 23 de setembro de 1937, do Estado de Santa Catarina, e

Considerando que terá significação a indicação de um só nome para cada secção constante do art. 10, da Resolução n.º 12, de 17-7-1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia,

Resolve:

Artigo único — Indicar, para constituir o Corpo de Consultores Técnicos Regionais, de acôrdo com o § 2.º, do art. 15 do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, e artigo 10 da Resolução n.º 12, de 17-7-1937, da Assembléia Geral:

Documentação Geográfica — Carlos da Costa Pereira, diretor da Biblioteca Pública e secretário do Instituto Histórico e Geográfico;

Fisiografia — Professor Antônio Mâncio da Costa, lente catedrático do Instituto de Educação de Florianópolis;

Regiões Naturais — Eliézer dos Santos Saraiva, engenheiro civil, ex-assistente chefe do Instituto Astronômico e Geográfico do Estado de São Paulo;

Bio-Geografia — Vilmar Dias, bacharel em direito, professor de Geografia do Instituto de Educação de Florianópolis;

Levantamentos e Cartografia — Celso Leon Sales, engenheiro civil, autor do mapa de Santa Catarina, editado em 1930;

Geografia Histórica — Osvaldo Cabral, doutor em medicina, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;

Geografia Política — Desembargador Henrique da Silva Fontes, ex-secretário da Fazenda, lente catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito de Santa Catarina e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;

Geografia da Produção — Virgílio Gualberto, bacharel em direito, assistente-chefe do Departamento de Estatística e Publicidade;

Geografia dos Transportes — Lourival Ubaldo Câmara, assistente-chefe do Departamento de Estatística e Publicidade, professor e jornalista;

Geografia das Comunicações — Martinho Calado Júnior, ex-presidente da Associação Catarinense de Imprensa, chefe do Tráfego Postal da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos;

Geografia Social — Henrique Stodleck, bacharel em direito, professor de Sociologia do Instituto de Educação em Florianópolis;

Turismo e Excursionismo — Tito Carvalho, jornalista; chefe da Secção de Turismo e Publicidade do Departamento de Administração Municipal.

Florianópolis, 19 de dezembro de 1938. — Conferido e numerado. *Vitor A. Peluso Júnior*, Secretário. — Publique-se. *Altamiro Guimarães*, Presidente.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.